

EXERCÍCIO DE 2021

PROCESSO Nº. 003/2021

**PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS Nº.
001/2021**

OBJETO:

**"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE
ASSESSORIA TRIBUTÁRIA OPERACIONAL OBJETIVANDO A
IDENTIFICAÇÃO APURAÇÃO CONSTITUIÇÃO E
RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DE
RESPONSABILIDADE DOS MUNICÍPIOS, COM AÇÃO
PLANEJADA E TRANSPARENTE, VISANDO ASSEGURAR E
MAXIMIZAR OS RESULTADOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO."**

AUTUAÇÃO:

**EM 29 DE JULHO DE 2021, NESTA COMISSÃO PERMANENTE DE
LICITAÇÃO AUTUEI A AUTORIZAÇÃO E OS DOCUMENTOS
PRELIMINARES. E PARA CONSTAR, LAVREI O PRESENTE TERMO QUE
SUBSCREVI.**



HIGOR EMANUEL WALDOLATO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PORTARIA Nº 02, DE 03 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre a nomeação da Equipe Técnica de Licitação da Associação dos Municípios da Bacia do Médio São Francisco - AMMESF e dá outras providências.

O Presidente da AMMESF, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o pregoeiro e Equipe de Apoio, para compor a Comissão Permanente de Licitação, na modalidade Pregão, da Associação dos Municípios da Bacia do Médio São Francisco - AMMESF, conforme descrição infra:

1) Pregoeiro:

HIGOR EMANUEL WALDOLATO

RG: 15890977 / CPF: 091.241.896-69

2) Equipe de apoio:

FRANCIELLE FERREIRA SENA SALDANHA -

RG: 15.085.973 / CPF: 100.120.506-52

ADELSON TOLEDO DE ALMEIDA

RG: 1.003.390 / CPF: 117.938.996-49

MÁRCIO ANTÔNIO DE PAULA RODRIGUES

RG: 18.784.782 / CPF: 085.352.378-95

ANDRÉ LUIZ GOMES LEONARDO

RG: 3.237.109 / CPF: 470.743.106-20

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pirapora/MG, 03 de maio de 2021.



PEDRO HENRIQUE SOARES BRAGA

Presidente da AMMESF

02

Memorando

De: Gabinete do Presidente

Para: Secretaria Executiva

Ilmo Sr.

Cumprimento-o Cordialmente, vimos através deste, solicitar a Vossa senhoria que seja providenciado abertura de procedimento Licitatório para o Objeto cujo Termo de Referência se encontra anexo.

Entretanto, recomendo à Comissão de Licitação, que observe a Legislação em vigor, em especial, quanto à necessidade da aquisição/prestação de serviços, bem como não se descuide de observar os princípios da **LEGALIDADE**, da **PUBLICIDADE**, da **ISONOMIA** e da **IMPESSOALIDADE**, com forma de possibilitar o controle interno, judicial e social, em todos os seus termos especialmente, que o procedimento licitatório seja devidamente autuado, protocolado e numerado.

Pirapora, 01 de julho de 2021.



Pedro Henrique Soares Braga
Presidente

TERMO DE REFERÊNCIA

04
u

1. APRESENTAÇÃO

A AMMESF – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO SÃO FRANCISCO é um Consórcio Público, de Direito Público, tendo sido constituído por meio do Protocolo de Intenções subscrito pelos municípios que desejaram se consorciar e consolidar o federalismo cooperativo estatuído no parágrafo único, do art. 23, de nossa Constituição.

A AMMESF se revela em importante instrumento no desenvolvimento de formas articuladas de gestão, planejamento e execução de ações e serviços públicos.

Acompanhando atentamente as demandas oriundas dos seus entes consorciados e ciente da sua capacidade institucional de ampliar seus braços de atuação, a Instituição emprega a multifinalidade de ações para atendimento em múltiplos campos, seja da saúde, assistência social, compras compartilhadas, licitações conjuntas etc.

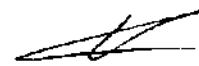
Especificamente nas compras conjuntas e licitações compartilhadas, a AMMESF funciona como instrumento racionalizador procedimental e também como ferramenta de ganho de escala e escopo para os municípios consorciados, especializando-se no aperfeiçoamento dos procedimentos licitatórios e gerando melhor capacidade de negociação mercadológica à partir da conjunção das demandas de diversos municípios interessados em um mesmo produto ou serviço, o que lhe reveste de maior poder negocial, com evidente redução de valores. É o que se revela no presente Termo!

2. ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. A AMMESF – órgão gerenciador;

2.2. Municípios consorciados: órgãos participantes

MUNICÍPIOS	Nº de estações rádio base instaladas	Nº agências	Previsão de recuperação de TFL	Previsão de Recuperação de ISSQN	Previsão de recuperação de Simples Nacional	Previsão de recuperação de INSS (RAT e Verbas)	Previsão de recuperação da Dívida Ativa	Previsão de recuperação de CTEM e TFL Mineradora	TOTAL
Bocaina	16	5	2.400.000,00	2.500.000,00	850.384,80	3.600.000,00	2.500.000,00	400.000,00	12.250.384,80
Botumirim	2	0	300.000,00	400.000,00	30.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00	400.000,00	3.530.000,00
Brasília de Minas	12	3	1.000.000,00	1.500.000,00	190.617,03	2.400.000,00	1.800.000,00	400.000,00	8.290.617,03
Barraza	7	2	1.050.000,00	1.000.000,00	256.387,45	2.400.000,00	2.000.000,00	700.000,00	7.406.387,45
Campo Azul	2	0	300.000,00	400.000,00	40.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.790.000,00



05
w

Capitão Elias	11	0	1.650.000,00	400.000,00	50.000,00	1.400.000,00	600.000,00	400.000,00	4.500.000,00
Claro dos Poços	2	0	300.000,00	400.000,00	80.000,00	1.400.000,00	600.000,00	400.000,00	3.180.000,00
Cônego Martins	3	0	450.000,00	400.000,00	40.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.940.000,00
Coração de Jesus	11	2	1.650.000,00	1.000.000,00	127.175,42	2.000.000,00	1.800.000,00	400.000,00	6.977.175,42
Cristália	1	0	150.000,00	400.000,00	40.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.640.000,00
Engenheiro Navarro	3	0	450.000,00	400.000,00	50.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.950.000,00
Francisco Drumont	1	0	150.000,00	400.000,00	50.000,00	1.400.000,00	600.000,00	400.000,00	3.000.000,00
Francisco Sá	6	4	900.000,00	2.000.000,00	155.460,14	1.800.000,00	650.000,00	400.000,00	5.905.460,14
Glauceândia	2	0	300.000,00	400.000,00	40.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.790.000,00
Itaí	4	0	600.000,00	400.000,00	40.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	3.090.000,00
Ibiraçu	4	0	600.000,00	400.000,00	40.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	3.090.000,00
Icanal de Minas	2	0	300.000,00	400.000,00	80.000,00	1.400.000,00	550.000,00	400.000,00	3.130.000,00
Itacambira	1	0	150.000,00	400.000,00	40.000,00	1.300.000,00	500.000,00	400.000,00	2.790.000,00
Juba	14	4	2.100.000,00	2.000.000,00	418.221,73	2.800.000,00	2.500.000,00	400.000,00	10.218.221,73
Januária	16	6	2.400.000,00	1.000.000,00	579.051,48	2.800.000,00	2.500.000,00	400.000,00	11.679.051,48
Joaquim Felício	2	0	300.000,00	400.000,00	40.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.790.000,00
Juramento	3	1	450.000,00	400.000,00	50.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.950.000,00
Lagoa dos Patos	1	0	150.000,00	400.000,00	40.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.640.000,00
Lassance	1	0	150.000,00	400.000,00	80.000,00	1.300.000,00	650.000,00	400.000,00	3.480.000,00
Lontre	3	0	450.000,00	400.000,00	40.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.940.000,00
Luziânia	3	0	450.000,00	400.000,00	40.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.940.000,00
Mamonas	2	0	300.000,00	400.000,00	40.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.790.000,00
Manga	5	1	750.000,00	500.000,00	150.000,00	3.600.000,00	3.200.000,00	400.000,00	8.600.000,00
Marias Cardoso	4	0	600.000,00	400.000,00	80.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	3.130.000,00
Minervina	1	0	150.000,00	400.000,00	40.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.640.000,00
Patís	2	0	300.000,00	400.000,00	40.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.790.000,00
Pedras de Maria da Cruz	4	0	600.000,00	400.000,00	50.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	3.100.000,00
Pineópolis	2	0	300.000,00	400.000,00	100.000,00	1.600.000,00	550.000,00	400.000,00	3.350.000,00
Pirapora	13	5	1.950.000,00	1.500.000,00	2.500.000,00	6.500.000,00	8.500.000,00	700.000,00	22.650.000,00
Ponte Chique	1	0	150.000,00	400.000,00	40.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.640.000,00
Santa Fé de Minas	1	0	150.000,00	400.000,00	30.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.630.000,00
São Francisco	18	4	2.700.000,00	2.000.000,00	800.000,00	3.600.000,00	1.600.000,00	400.000,00	11.100.000,00



06
a

São João de Lagoa	2	0	300.000,00	400.000,00	50.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.800.000,00
São João da Ponte	8	2	1.200.000,00	1.800.000,00	100.000,00	1.400.000,00	450.000,00	400.000,00	4.550.000,00
São João do Pacuí	2	0	300.000,00	400.000,00	30.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.780.000,00
São Romão	1	0	450.000,00	400.000,00	100.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	3.000.000,00
Ubai	2	1	100.000,00	500.000,00	100.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.950.000,00
Virze da Palma	10	3	1.500.000,00	1.500.000,00	80.000,00	3.600.000,00	1.800.000,00	400.000,00	8.880.000,00
TOTAL			31.950.000,00	33.000.000,00	8.026.310,05	75.600.000,00	44.900.000,00	17.800.000,00	211.226.310,05

3 - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO


É fato que os Consórcios contribuem, cada vez mais, para o aprimoramento das ações municipais relacionadas à gestão pública municipal, com otimização de recursos e ganho de escala e escopo.

A AMMESF possui uma grande malha de municípios associados e, enquanto órgão público tem como objetivo primordial atenuar aos problemas sociais relacionados aos seus associados e se revela um instrumento de gestão pública, especialmente, permitindo a implementação, desenvolvimento e consolidação de ações e serviços regionalizados.

Nesse sentido, o consorcio é uma importante ferramenta de planejamento e execução, sua maior finalidade é a superação das dificuldades operacionais da sazonalidade das demandas que lhe são apresentadas pelos entes consorciados.

Com a advento da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, Lei Complementar nº101/2000, estabeleceu-se procedimentos e regras bastante claros para a condução e gestão da disciplina fiscal para todos os níveis da administração pública direta, composta pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e ainda administração pública indireta. Penalidades administrativas previstas em legislação específica, para o caso de descumprimento de suas determinações, passaram a ser aplicadas sob várias formas.

A Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, denominada Lei de Crimes Fiscais (LCF), por outro lado, previu sanções penais exclusivas e pessoais ao administrador público que não observar e cumprir as regras estabelecidas da LRF. Assim, a responsabilidade na gestão fiscal disciplinada por esta lei compreende desde a elaboração das leis orçamentárias até a publicação de todos os relatórios exigidos, passando pela observação dos limites para contratação de pessoal e endividamento.





De forma abrangente, constata-se que a execução corriqueira dos programas que visam o saneamento das finanças por meio da qualificação dos gastos públicos e da alavancagem das fontes correntes de recursos, resultam em um crescimento da receita líquida em níveis inferiores ao crescimento da demanda por investimentos no montante reclamados pela população.

Mesmo atingindo parcialmente os objetivos econômicos-financeiros há que se considerar o efeito colateral dessas ações que acabam por tanger os agentes públicos na direção da formulação e implantação de mecanismos que aproximam os procedimentos internos da eficiência almejada para a gestão. Em paralelo o Estado deve explorar com maior eficiência algumas fontes consideradas, muitas vezes, de segunda linha, contudo, representam firmes oportunidades de reforçar sua capacidade de investimento por meio do aporte de recursos novos ou redução do endividamento.

É notório que um dos grandes problemas em relação à gestão das contas públicas e dos Gestores Públicos é o desequilíbrio entre Receitas e Despesas Correntes, gerando assim uma insuficiência de arrecadação e um baixo fluxo de verbas, no que tange as políticas públicas necessárias ao desenvolvimento, a sustentabilidade e ao equilíbrio fiscal.

A busca destes novos recursos é relegada ao segundo plano das atividades, devido ao seu elevado grau de complexidade e incerteza aliadas à necessidade expressiva mão de obra especializada, muitas vezes indisponível nos quadros funcionais dos Municípios.

Neste sentido, a vantagem para a Municipalidade advinda da cooperação técnica, ação de Empresa Privada, com conhecimento técnico e especializado na área previdenciária, tributária, pública e fiscal conduz a frutos imateriais, conhecimento adquirido nos procedimentos e processos, e materiais com dispêndios financeiros a título de remuneração pelos serviços prestados na medida proporcional, acertada em contrato, aos valores auferidos como fruto da realização do objeto contratual e quando percebido no erário público a efetiva entrada ou a redução da saída de recursos financeiros, buscando assim, o enfrentamento à escassez de recursos que impede a realização de diversas políticas públicas essenciais ao desenvolvimento dos Municípios, focado na construção da relação equilibrada entre os elementos de receita e despesa que compõe a matriz fiscal, além de promover a eventual recuperação de créditos em que o ente tenha direito.

Assim, considerando as reais possibilidades de redução do passivo faz-se necessário uma ampla e irrestrita revisão e auditoria de todo o passivo tributário e previdenciário, com vistas a obtenção da redução dos valores imputados por ação fiscal em períodos pretéritos.

A execução de um trabalho amplo e organizado potencializa as possibilidades de resultados financeiros, e o mais vantajoso, sem sobrecarregar em diligências específicas,

4

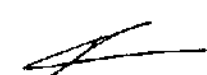
Sede: Pirapora - Av. Montes Claros, 1144 - B. N. Sra. Fátima - CEP 39274-116 - (38) 3741-3734

E-mail: licitacoesammesf@gmail.com - Visite: www.ammesf.org.br



Sede: Pirapora - Av. Montes Claros, 1144 - B. N. Sra. Fátima - CEP 39274-116 - (38) 3741-3734

E-mail: licitacoesammesf@gmail.com - Visite: www.ammesf.org.br



Considerando que o pregão é pertinente para o objeto deste TR como se demonstra, é de se explicitar que as características do Sistema de Registro de Preços se adequam perfeitamente ao caso concreto no sentido de permitir à Administração Pública um melhor planejamento para as suas demandas, inclusive para aquelas denominadas de imprevistas.

É que o Registro de Preços, não sendo uma modalidade de licitação, consiste na tomada de um conjunto de procedimentos que ao final resultam tão somente na elaboração de uma Ata de Registro de Preços onde estão discriminados os serviços a serem contratados na execução futura e eventual.

Sabidamente a Lei de Licitação estabelece que o uso do Sistema de Registro de Preços deve ser utilizado especialmente quando:

- a) aquisição de serviços para os quais, pelas suas características, haja necessidade frequente de suas contratações;
- b) for mais conveniente a contratação de serviços necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições;
- c) for conveniente a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programa de governo;
- d) em razão da natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, ou seja, imprevisibilidade da demanda.
- e) em razão da necessidade da otimização dos procedimentos; e
- f) desnecessidade de bloqueio de saldo na dotação orçamentária do órgão contratante.

Assim, não se têm uma real quantificação da demanda, o que dificulta, se não impede, a delimitação exata das quantidades licitadas e o desenrolar das atividades administrativas dentro da normalidade. Por isso, o registro de preços se justifica perfeitamente no caso concreto.

Registrar preços para os serviços em tela, nas circunstâncias expostas, resolve por completo as demandas imprevistas pela qualidade e pela quantidade, eliminando os atrasos e aumentando a eficiência do atendimento necessário em casos tais.

É importante deixar em evidência que o registro de preços não implica em contratação e é esse o objetivo latente: possuir, à disposição da Administração Pública, uma ferramenta capaz de atender (quando necessário) as demandas pelos serviços aqui referidos.

O Decreto Federal n. 7.892/2013 tratou desse aspecto:

“Art. 7º

§2o. Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil”.

Assim, registrar preços para os serviços pretendidos permite um grande avanço de qualidade na prestação com que deve proceder a Administração Pública na execução dos serviços citados no objeto deste pregão.

A adoção do Sistema de Registro de Preços no processo de aquisição de bens e serviços pela Administração Pública justifica-se pelas inúmeras vantagens trazidas por tal instituto. O atendimento à imprevisibilidade das demandas; a agilidade nas aquisições; a transparência e a possibilidade de maior participação de pequenas e médias empresas, são algumas destas vantagens que, certamente, contribuem para o alcance da Eficiência Administrativa, sendo então a melhor opção para a aquisição em questão.

Ainda, importante ressaltar, que atendendo a interesse de mais de um município e podendo alcançar a todos os entes consorciados, o registro de preços se apresenta como uma forma otimizada de realização da contratação pretendida e o registro de preço permite a coparticipação, assim como a futura adesão daqueles que almejam a contratação do objeto pretendido.

Assim, com base na Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93, foi elaborado esse documento, constituindo parte integrante e inseparável do procedimento licitatório, viabilizando a realização de registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na realização de auditorias operacionais com o objetivo de reduzir o endividamento e recuperar créditos identificados em favor dos municípios consorciados a A AMMESF, prestando apoio nos procedimentos, apresentando sugestões de minutas de peticionamentos necessários, bem como prestar apoio no acompanhamento da tramitação, conforme especificações constantes neste termo de referência.

4 – OBJETO

O objeto da presente licitação é registrar preço para futura contratação de serviços de assessoria tributária operacional, objetivando a identificação, apuração, constituição e recuperação de créditos tributários de responsabilidade do Município, com ação planejada e transparente, visando assegurar e maximizar os resultados da prestação de serviço.

4.1 - DETALHAMENTO DO OBJETO



4.1.1. – ASSESSORIA TRIBUTÁRIA COM FOCO NA GESTÃO DO ISSQN RECOLHIDO PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, CARTÓRIOS, LOTÉRICAS, CORRESPONDENTES BANCÁRIOS, ACADEMIAS, CINEMAS, CONSTRUÇÃO CIVIL, HOTÉIS, INSTITUIÇÕES DE ENSINO, PEDÁGIOS, GRANDES PRESTADORES DE SERVIÇO E OUTROS SEGMENTOS SENSÍVEIS A SONEGAÇÃO FISCAL

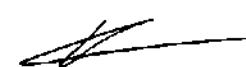
O trabalho de assessoria tributária do ISSQN dos bancos e de grandes empresas é extremamente necessário, tanto referente aos últimos 05 anos, como para o acompanhamento mensal, entretanto, apesar do trabalho desenvolvido no dia a dia pelos servidores, é importante que seja feita uma auditoria técnica mensal, com vista a identificar possíveis sonegações praticadas pelos Bancos e grandes contribuintes, visto que a escrituração contábil das agências deixa diversas contas tributáveis em branco, dificultando o trabalho mensal de fiscalização, além da auditoria dos últimos 05 anos.

O trabalho de assessoria tributária consiste em:

- PLANO DE TRABALHO E EVOLUÇÃO – PTE

Será elaborado e apresentado o documento (PTE) contendo as etapas necessárias à fiscalização da Instituição Financeira que inclui:

- Criação de Ordem de Serviço para início do processo de auditoria fiscal / fiscalização;
- Elaboração do Termo de Início de Ação Fiscal – TIAF solicitando as informações necessárias ao processo de auditoria fiscal com o objetivo de identificar e validar indícios de sonegação, nos últimos 05 anos;
- Validação e tratamento dos documentos enviados pelas instituições financeiras para elaborar apontamentos dos valores apurados;
- Criação do Mapa de Apuração contendo todas as informações que embasam a autuação, tais como as rubricas (contas internas) que estão sendo autuadas, os COSIF correlatos, o código de serviço enquadrado, função e funcionamento das rubricas;
- Elaboração do parecer técnico que enseja a cobrança;
- Confecção dos eventuais Autos de Infração (obrigações principais e acessórias);
- Elaboração do Termo de Encerramento de Ação Fiscal – TEAF;
- Utilização pela empresa para processamento dos arquivos e cruzamento das informações, de um software com módulo de fiscalização.



- Disponibilização de link no site da Prefeitura, de um Sistema de DESIF, no padrão ABRASF, para coleta dos arquivos das instituições financeiras

- CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Elaboração e ministração de workshop específico, com instrutor especializado para os servidores da Fazenda, Dívida Ativa e Procuradoria visando:

- Demonstrar a regulação, história e o cenário nacional das Instituições Financeiras no país;
- Apresentar o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF);
- Demonstrar o modelo conceitual de obrigação acessória DES-IF;
- Apontar as inconsistências mais comuns encontradas nos serviços tomados pelas Instituições Financeiras;
- Demonstrar os indícios mais comuns de sonegação nos serviços prestados pelas Instituições Financeiras;
- Apresentar as estratégias que visam maximizar a recuperação dos créditos tributários apurados;

O que se pretende neste módulo é capacitar os servidores para dar continuidade às ações de fiscalização futuras, pois, todo o conhecimento será repassado aos responsáveis pela tributação em todos os seus níveis e fases de cobrança. Também, serão repassados modelos, apostilas, artigos científicos e a criação de fórum permanente de estudos e discussão acerca dos temas contratados.

- RECUPERAÇÃO ADMINISTRATIVA DOS CRÉDITOS

Assessoria e Consultoria completa:

- Na cobrança e recuperação administrativa do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) apurado;
- Na elaboração de recursos fiscais de primeira e segunda instância administrativas (em caso de recurso da Instituição Financeira autuada);
- Na elaboração dos Termos de Inscrição em Dívida Ativa (TIDA) e emissão de Certidão de Dívida Ativa (CDA).

- RECUPERAÇÃO JUDICIAL DOS CRÉDITOS

Assessoria e consultoria para os procuradores municipais, prestando os devidos esclarecimentos e embasamentos fáticos e jurídicos para a elaboração das peças processuais das respectivas execuções fiscais e/ou defesa à possível ação anulatória.

4.1.2. ASSESSORIA TRIBUTÁRIA PARA HIGIENIZAÇÃO E COBRANÇA ADMINISTRATIVA DA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO.

A dívida ativa é de cobrança obrigatória pela Administração Pública sob pena de renúncia de receita a ser penalizada não somente pelo Tribunal de Contas do Estado como também pelo próprio Judiciário, seja por ação do Ministério Público ou Ação Popular, com penas rígidas ao administrador. Ademais, os processos ajuizados tem criado diversos problemas para os tribunais tanto pela questão de espaço físico quanto pela inutilidade da cobrança uma vez que muitos municípios pelos valores das multas e inflexibilidade do pagamento não tem condições de arcar com tais valores.

No caso em tela se faz necessário criar mecanismos para que a população possa comparecer ao ente público municipal e assim sanar as pendências financeiras que tem com o Município de maneira mais simples, rápida e com menores custos possíveis para a Administração. A realização de um programa de refinanciamento de dívidas ativas (REFIS) de modo tradicional, apenas no balcão da prefeitura não alcança toda a população e pode criar filas, confusões, tumultos no âmbito do espaço administrativo, razão pela qual a ferramenta web pode vir a facilitar ao contribuinte que faça a sua negociação diretamente na sua casa ou em seu celular, bastando para tanto um aparelho que tenha acesso a internet. Assim, entende a Administração Municipal que seria mais uma importante ferramenta para a administração a custo muito baixo.

4.1.3 ASSESSORIA TRIBUTÁRIA PARA FISCALIZAR AS EMPRESAS OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL, RELATIVO À PARTE DO ISSQN, COM UTILIZAÇÃO DE SOFTWARE.

Assessoramento para levantamento, identificação, fiscalização mensal e recuperação de créditos tributários pretéritos, referente ao ISSQN - imposto incidente sobre os serviços, dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional, juntamente com o fornecimento de técnicas e metodologias especializadas para coordenação e efetivação continuada dos serviços, incluindo:

- Capacitação dos servidores públicos quanto às metodologias: conhecimento teórico e prático dos procedimentos aplicados;

- Realização de due diligence tributário promovendo o levantamento do valor do ISSQN sonegado ou pago a menor, de modo massivo e sistêmico, com entrega de relatório comprovando a certeza e liquidez do crédito tributário;
- Assessoria na elaboração do Auto de Infração e intimação para o pagamento do crédito tributário, bem como o cumprimento dos prazos e/ou eventual aplicação de penalidades previstas na legislação municipal;
- Assessoria na elaboração de pareceres de defesa e/ou julgamentos de primeiro e segundo grau na esfera administrativa ou judicial contra as autuações fiscais decorrentes das operações de que se trata esta proposta;
- Assessoria na cobrança dos créditos tributários decorrentes de autuações fiscais objeto da proposta;
- Assessoria no encerramento dos processos administrativos.
- Utilização de software, 100% WEB, todo focado na gestão do Simples, permitindo a identificação, separação e auditoria completa do Simples Nacional

4.1.4. ASSESSORIA TRIBUTÁRIA PARA A RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DEVIDOS PELAS OPERADORAS DE TELEFONIA MÓVEL RELATIVO AOS ÚLTIMOS 05 ANOS, INCLUSIVE IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA, IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA E TAXAS DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL E DE FUNCIONAMENTO

Assessoria Tributária para aumento da arrecadação municipal, junto às operadoras de telefonia móvel, incluindo:

- Cadastramento e/ou recadastramento de todas as estações de rádio base e de todas as barragens para produção de energia elétrica existentes no território do Município, com fornecimento de apoio técnico-científico à Fiscalização por intermédio de profissional habilitado (engenheiro ambiental, engenheiro civil e geógrafo), visando à verificação do cumprimento das normas de posturas e ambientais do Município e normas da ANATEL;
- Fornecimento de consultoria técnico-legislativa e em processo administrativo tributário, com elaboração de minutas de projetos de leis complementares, de decretos e de outros regulamentos de natureza tributária; apoio à Administração Tributária Municipal para tornar mais eficiente a atuação da fiscalização junto as Operadoras de Telefonia Móvel e fixa.
- Recuperação de taxas e demais tributos (inclusive Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU) para instalação e/ou regularização sobre as edificações de estruturas metálicas e outros engenhos utilizados para serviços de telefonia celular móvel e de telefonia fixa;
- Estabelecer a perfeita localização geográfica - incluindo as coordenadas cartográficas - de todos os estabelecimentos;
- Sugerir as alterações necessárias ao cadastro fiscal, com vistas a enquadrar/reenquadrar os contribuintes e estabelecimentos nas categorias econômicas pertinentes;

15
W

- Elaborar minutas de manifestações da Fazenda Municipal na eventualidade de interposições de recursos e de impugnações pelos contribuintes;
- Estudo detalhado elaborado por engenheiros ambientais e civil, com referência aos custos necessários à fiscalização das operadoras de telefonia celular
- Recuperação de tributos Municipais não quitados nos últimos 5 anos, inclusive o IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, sobre as edificações, estruturas metálicas e outros engenhos utilizados para serviços de telefonia celular móvel e de telefonia fixa.
- Fiscalizar os serviços prestados pelas operadoras, especialmente, quando da locação da estrutura, realizando a cobrança do ISSQN incidente e devido.

4.1.5. ASSESSORIA TRIBUTÁRIA PARA LEVANTAMENTO, ATUALIZAÇÃO E COMPENSAÇÃO DE VALORES PAGOS INDEVIDAMENTE À RECEITA FEDERAL DO BRASIL, EM RELAÇÃO ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - RAT/SAT/FAP E VERBAS INDENIZATÓRIAS, DOS EXERCÍCIOS NÃO PRESCRITOS, INCLUINDO A RETIFICAÇÃO DAS GFIP/SEFIP, CONFORME LEI 13.485/2017 E PORTARIA 754/2018 DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL.

O serviço tem por finalidade de adequação e recuperação tributária especificamente a contribuição de Risco Ambiental no Trabalho – RAT e verbas indenizatórias. Tem por base, laudos e pareceres técnicos de segurança do trabalho, emissão de planilhas, organograma mensal para comprovação de atividade econômica preponderante nos últimos 05 (cinco) anos, retificação e reenvio dos documentos exigidos nos termos da IN/RFB 971/2009, artigo 72, §1º, incisos I e II, alínea “c”, Lei Federal nº 8212/91, artigo 22, incisos I e II e SEFIP – Sistema Empresa de Recolhimento de FGTS e Informação a Previdência Social para habilitar o Município junto à Receita Federal do Brasil a requerer a revisão de grau de risco, reenquadramento pela preponderância, compensação dos pagamentos efetuados indevidamente ou a maior, especialmente quanto a alíquota do RAT – Riscos Ambientais no Trabalho e verbas indenizatórias, nos últimos 60 (sessenta) meses.

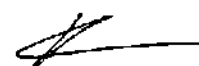
Estão definidos como produtos desse trabalho:

- Relatório contendo o plano de normas e procedimentos que serão observadas pelos funcionários da licitante vencedora e da Prefeitura para a execução dos serviços licitados neste edital.
- Relatórios de acompanhamento do trabalho, indicando as atividades realizadas os entraves identificados, e os respectivos encaminhamentos.
- Emissão de laudo de preponderância, dos exercícios envolvidos na compensação, assinado por engenheiro do Trabalho;
- Levantamento e análise das operações, rotinas e controles que envolvem as contribuições previdenciárias.
- Análise das declarações ao Fisco (GFIP/SEFIP) e verificação de sua conformidade.

12

Sede: Pirapora - Av. Montes Claros, 1144 - B. N. Sra. Fátima - CEP 39274-116 - (38) 3741-3734

E-mail: licitacoesammesf@gmail.com - Visite: www.ammesf.org.br



- Elaboração de planilhas demonstrativas e cálculos dos valores encontrados, eventualmente recolhidos a menos ou a mais do que o efetivamente devido, destacando os eventualmente recuperáveis, informando-se, de forma detalhada, todos os critérios utilizados, inclusive para a atualização monetária.
- Assessoramento, preparação e execução dos processos administrativos necessários à eventual recuperação dos créditos apurados, em conjunto com o pessoal das secretarias envolvidas, inclusive preparação de eventuais retificações das declarações prestadas nos últimos 60 (sessenta) meses (GFIP/SEFIP).
- Encaminhamento de relatório mensal contendo todos os levantamentos realizados, período de compensação, parecer jurídico e indicadores de correção utilizados.
- Retificação das GFIP/SEFIP dos últimos 05 (cinco) anos, visando gerar o crédito a ser compensado.
- Relatório Final Consolidado contando, o resumo das ações desempenhadas e suas consequências, inclusive as financeiras; e o detalhamento da situação perante a compensação que fizeram parte do objeto desta licitação.

4.1.6. LEVANTAMENTO E APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO ITR (IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL):

Fazer o acompanhamento e a atualização anual referente a base de cálculo do Imposto Territorial Rural, de acordo com a Lei 9.393 de 19 de dezembro de 1996 que dispõe sobre o Imposto Sobre Propriedade Territorial Rural – ITR, sobre o pagamento da dívida representada por títulos da dívida agrária e da outras providências.

4.1.7. AUDITORIA DO ISSQN COM BASE NA APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DAS OPERAÇÕES DOS CARTÕES DE CREDITO/DEBITO e LEASING:

Apurar a base de cálculo das operações dos cartões de credito/debito, notificando as bandeiras, as instituições bancárias e afins para que possam recolher os tributos no local da operação, utilizando ferramentas tecnológicas, em conformidade com a legislação vigente.

Proceder um trabalho completo de Gestão do ISSQN com o cruzamento de informações referentes aos valores recebidos em função das operações de cartão de crédito e débito com cruzamento de dados com a base de Notas Fiscais Eletrônica do Município, identificando o que as empresas receberam efetivamente no cartão e o que foi emitido de NFe. O próprio sistema vai notificar os contribuintes e proceder as cobranças.

Esta operação vai permitir auditar os últimos 05 anos, visto que com os valores recebidos das operadoras de cartão e com os valores da Notas Fiscais recebidas, serão auditados as empresas prestadoras de serviços no município nos últimos 60 meses.

17
w

4.1.8. ASSESSORIA TRIBUTÁRIA PARA IDENTIFICAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA BASE DE CÁLCULO DOS PLANOS DE SAÚDE

Acompanhamento mensal com vistas a fiscalizar a base de cálculo utilizada para o pagamento referente ao ISSQN sobre cooperativas, planos de saúde e clínicas.

identificar a base de cálculo dos valores a serem recolhidos pelos serviços prestados pelas cooperativas de saúde, nos últimos 5 (cinco) exercícios financeiros.

Para tanto, deverá prestar:


- Apoio na requisição dos documentos necessários ao levantamento da receita tributável devida pelos serviços prestados pelas cooperativas de saúde;
- Análise da documentação contábil/financeira dos contribuintes prestadores de serviços da área de saúde, tais como: balanço patrimonial, DRE, livros fiscais, etc.
- Assessoria no levantamento e cálculo do imposto devido, lavratura do auto de infração respectivo e impugnação de eventuais defesas administrativas e judiciais;
- Assessoria na inscrição dos créditos tributários constituídos na dívida ativa do Município e apoio na emissão da certidão de dívida ativa respectiva.

4.1.9. ASSESSORIA TRIBUTÁRIA NA APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO FISCAL (VAF).

É um indicador econômico contábil utilizado pelo Estado para calcular o índice de participação municipal no repasse de receita do Imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) e do imposto sobre produtos industrializados (IPI) aos municípios mineiros. É apurado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF-MG), com base em declarações anuais apresentadas pelas empresas estabelecidas nos respectivos municípios, transmitidas via sistema da SEF-MG através de seus contabilistas.

a) VAF-A EMPRESAS:

- Conferência dos arquivos de contribuintes ativos.
- Conferência dos arquivos de retorno de declarações DAMEF-VAF-A, transmitidas pelos contabilistas.
- Análise da DAMEF-VAF-A através dos livros contábeis do contribuinte.
- Identificação de possíveis irregularidades, mantendo contato com os contabilistas via e-mail, telefone, presencial, etc.
- Cobrança dos contribuintes omissos de declaração DAMEF-VAF-A.
- Verificação dos indícios de irregularidades emitidos pela SEF-MG, junto aos contabilistas das empresas notificadas.
- Conferência do crédito externo (empresas sediadas em outro município que credita ao município sede), são empresas que iniciaram serviços de incidência do ICMS no município



18


sede e que compraram mercadorias de produtores rurais onde deve declarar nas outras entradas da DAMEF-VAF-A.

- Conferência dos índices provisórios publicados pela SEF-MG, havendo diferenças solicitar a inclusão dos valores correspondentes.
- Apresentação de relatórios trimestral das atividades desenvolvidas pela empresa a ser contratada.
- Acompanhamento do fechamento dos trabalhos junto a área de assuntos municipais em Belo Horizonte MG e a publicação do índice definitivo do VAF para a distribuição da cota parte ICMS 25% distribuído ao respectivo município.

b) APURAÇÃO DO MOVIMENTO ECONOMICO DOS PRODUTOS HORTIFRUTIGRANJEIROS COMERCIALIZADOS NAS FEIRAS LIVRES, CEASAS :

- Apuração e levantamento das notas fiscais dos produtores rurais que comercializam produtos hortifrutigranjeiros nas unidades da(s) Ceasa(s) e Feira(s) Livre(s) do Estado;
- Visando os créditos para os municípios onde os produtores rurais estão inscritos no cadastro de contribuintes da secretaria da fazenda.

c) ASSESSORIA TRIBUTÁRIA NA APURAÇÃO DO VAF – B, INCLUINDO:

- Acompanhamento criterioso e análises das notas fiscais de Produtores rurais emitidas via SIARE (arquivos gerados pela Secretaria de Estado de Fazenda).
- Levantamento dos maiores produtores rurais do município no sistema VAF-B (SOFTWARE ESPECÍFICO).
- Gestão de notas fiscais dos produtores rurais.
- Registro e Manutenção das seguintes informações referentes ao VAF-B: cadastro de produtores rurais e suas respectivas notas fiscais emitidas para a apuração do movimento econômico fiscal (VAF-B), mantendo o registro dos seguintes dados: nome do produtor rural remetente, nome destinatário da nota fiscal, numero da nota fiscal, data de emissão da nota fiscal, valor total da nota fiscal, produto comercializado, quantidade do produto comercializado, valor unitário do produto, espécie, inscrição do produtor rural remetente, inscrição do produtor rural destinatário.
- Manutenção e Emissão de relatórios.

d) APURAÇÃO DOS ÍNDICES DA LEI 18.030/2009 – Lei Robin Hood:

Identificação dos critérios que o Município está pontuando para diagnóstico de possibilidades de melhorias nos critérios, com vistas a permitir o aumento da receita em conformidade com os Critérios da lei 18.030/2009.



4.1.10 RECUPERAÇÃO DA CFEM – CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA SOBRE A EXPLORAÇÃO MINERAL E ROYALTIES

Serviço de assessoria tributária com vistas à análise, levantamento, apuração e apresentação de relatórios de créditos devidos aos municípios, referentes à atividade de exploração mineral na extensão territorial do Município.

Esse serviço compreenderá:

- Assessoria direta no Planejamento, acompanhamento e execução dos valores devidos aos cofres municipais.
- Apresentar informações detalhadas dos recolhimentos realizados pelas empresas estabelecidas nos municípios, com vistas a verificar o correto recolhimento da CFEM no período decadencial;
- Emitir relatórios das series históricas de recolhimento da CFEM e ROYALTIES, por mineradora/Contribuinte;
- Apresentar gráficos e relatórios comparativos dos maiores recolhimentos por Contribuinte e substância;
- Deverá informar Contribuintes ativos sem recolhimento da contribuição.

4.1.11 – ASSESSORIA JURIDICA TRIBUTÁRIA

Assessoria jurídica tributária, incluindo treinamento da equipe e acompanhamento dos processos, com revisão da legislação e código tributário e assessoria jurídica junto aos órgãos de segunda instância e Tribunal de Contas de MG, incluindo ainda:

- Proceder à análise da DOCUMENTAÇÃO demandada, emitindo os pareceres pertinentes, bem como prestar assessoria e consultoria nas áreas em que for solicitada, com ênfase na gestão municipal.
- Auxiliar na confecção dos processos licitatórios necessários, desde a fase interna, até a contratação, atendendo às exigências constantes da Lei 8.666/93 e suas alterações, além das Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;
- Responder a todas as impugnações e recursos que por ventura venham a surgir em decorrência dos procedimentos licitatórios abertos;
- Auxiliar na abertura de procedimentos, nos casos de licitações desertas ou fracassadas;
- Informar por escrito com fundamentação legal e devidamente documentada, sempre que constatada a ocorrência de indícios de fatos anormais ou ilegais, que possam afetar



substancialmente o resultado patrimonial da CONTRATANTE, para que esta adote as providências pertinentes;

- Assessorar na elaboração de convênios e congêneres;
- Abordar com a CONTRATANTE, sempre que necessário e através de telefone e por e-mail, os casos em que, embora todo o esforço despendido, não seja possível a apuração de ato ou fato ocorrido, por ausência de documentação suficiente ou informação de terceiros;
- Confeccionar relatórios e documentos necessários para a execução do contrato;
- Confeccionar pareceres técnicos e jurídicos solicitados pelo Prefeito Municipal, Secretários Municipais e Equipe Técnica;
- Fazer interface com o Ministério Público, responder e participar de todas as demandas;

4.2. DETALHAMENTO DOS SISTEMAS EXIGIDOS PARA A EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

Apresentar declaração de que dispõe de todas as ferramentas tecnológicas com as especificações abaixo.

4.2.1 Sistema de assessoria tributária de coleta e processamento dos arquivos relativos às operações do Simples Nacional.

O sistema deverá efetuar o cruzamento do que realmente foi pago e o que deixou de ser recolhido, disponibilizando relatórios indicativos de evasão ou sonegação fiscal apresentando, no mínimo, 05 (cinco) relatórios que devem ser nos formatos .XLS., .PDF, .TXT, .CSV, .DOC) que indiquem:

- divergência entre as declarações prestadas na Receita Federal do Brasil e o faturamento real;
- contribuintes que apresentaram declarações sem movimento;
- contribuintes que ultrapassaram o limite de faturamento permitido na LC nº 123/2006, inclusive de MEI;
- contribuintes com ausência de pagamento;
- declarações prestadas como imunidade, isenção ou locação.

4.2.2 Sistema, totalmente Web, para coleta e processamento - DESIF, padrão ABRASF, para apuração do ISSQN dos bancos, conforme especificação abaixo:



▪ A ferramenta deve ser capaz de identificar as receitas tributáveis, os valores já constituídos e recolhidos e apresentar relatórios com as diferenças, partindo de declarações modelo PROBAN e a fim de respaldar as notificações e a constituição do crédito tributário.

▪ Para cada conta do Plano Geral de Contas Comentado – PGCC, devem ser fornecidas, no mínimo, as seguintes funcionalidades (por semestre):

- Marcação de contas dos balancetes analíticos mensais no PGCC;
- Marcação do registro de apuração mensal do ISS no PGCC;
- Marcação/desmarcação de contas a serem pesquisadas pelo fiscal no PGCC;
- Marcação do código de tributação do município;
- Busca inteligente por nome da conta;
- Busca inteligente por código de tributação do município;
- Busca inteligente por raiz de CNPJ, razão social, nome fantasia;
- Visualização em tela, além de impressão e exportação para PDF e XLS;
- Consolidação dos relatórios de auditoria;
- Atualização pela competência anterior;
- Relatório de divergências (indicando contas não existentes no plano de contas anterior).

▪ Para cada conta dos Balancetes Analíticos Mensais – BAM, devem ser fornecidas, no mínimo, as seguintes funcionalidades (por semestre):

▪ Consulta em tela dos balancetes analíticos mensais, por inscrição municipal e por raiz de CNPJ;

▪ Consolidação dos balancetes analíticos mensais das diversas inscrições municipais na inscrição municipal centralizadora, por saldo simples e por saldo acumulado;

- Busca inteligente por nome da conta;
- Busca inteligente por código de tributação do município;
- Busca inteligente por raiz de CNPJ, razão social, nome fantasia, e por inscrição;
- Visualização dos relatórios em tela, além de impressão e exportação para PDF e XLS, por saldo simples e por saldo acumulado.

▪ Para cada conta do registro de Apuração Mensal do ISS, devem ser fornecidas, no mínimo, as seguintes funcionalidades (por semestre):

▪ Consulta em tela do registro de apuração mensal do ISS, por inscrição municipal centralizadora e por CNPJ;

▪ Consulta em tela do total por mês dos valores declarados tributáveis;

▪ Consolidação e visualização em tela do registro de apuração mensal do ISS das diversas inscrições municipais na inscrição municipal centralizadora, por saldo simples e por saldo acumulado;

- Busca inteligente por nome da conta;
- Busca inteligente por código de tributação do município;
- Busca inteligente por raiz de CNPJ, razão social, nome fantasia, e por inscrição;

- Visualização dos relatórios em tela, além de impressão e exportação para PDF e XLS, por saldo simples e por saldo acumulado.
- Consulta em tela das ocorrências;
- Atualização das ocorrências;
- Relatório de ocorrências.
- A ferramenta deve disponibilizar, dentre outros, os seguintes relatórios, com visualização em tela e opção de impressão e exportação para PDF e XLS:
 - Relatórios Financeiros – BAM e Apuração Saldo Simples;
 - Relatórios Financeiros – BAM e Apuração Saldo Simples por Alíquota;
 - Os relatórios devem proporcionar o cruzamento das informações – por mês e consolidado por semestre – constantes concomitantemente nos balancetes e nos registros de apuração do ISS, apontando possíveis divergências entre tais informações.
- Relatórios Financeiros – Quadro demonstrativo integrante, o qual deve apontar as divergências entre o declarado pelo contribuinte e o enquadramento fiscal.
- A ferramenta deve efetuar o cruzamento de forma automática (mediante leitura de informações do SINAÉ – Sistema de Cadastro e Cobrança do ISS – e do Sistema da Nota Carioca) das receitas marcadas como tributáveis com os pagamentos informados na declaração, pagamentos efetuados mediante notificação, créditos constituídos em auto de infração ou parcelamento e valores de notas emitidas no sistema da Nota Carioca. O objetivo principal é evitar que valores já pagos, notificados ou constituídos (mediante parcelamento ou auto de infração) sejam cobrados novamente.
- A ferramenta deve prever a entrada manual de dados a partir de interface de tela e também a partir da leitura de arquivos do modelo PROBAN além de arquivos outros que permitam a entrada dos pagamentos efetuados.
- A ferramenta deve ficar hospedada na nuvem;
- A CONTRATADA deve garantir a integridade e privacidade dos dados, principalmente por meio da criptografia;
- A ferramenta deve ser acessada de qualquer lugar desde que o computador esteja conectado a internet;
- A ferramenta deve permitir acesso simultâneo de usuários;
- A ferramenta deve permitir a possibilidade de níveis diferentes de acesso;
- A ferramenta deve ser acessível pela internet com utilização de senha personalizada ou certificado digital;
- As informações deverão ser armazenadas em banco de dados do tipo relacional;
- O banco de dados deverá conter mecanismos de segurança e proteção que impeçam a perda de transações já efetivadas pelo usuário e permita a recuperação de dados na ocorrência de eventuais falhas, devendo esse processo ser totalmente automático e seguro;
- Os módulos de interfaces para os usuários envolvidos devem ser compatíveis com os principais navegadores de internet do mercado como Google Chrome, Mozilla Firefox e Internet Explorer;

- A ferramenta deve rodar em ambiente seguro utilizando protocolo HTTPS, garantindo a comunicação criptografada;
- A ferramenta deve utilizar mecanismos para impedir que softwares automatizados executem ações que degradem o serviço;
- A ferramenta deve permitir Interface para inclusão manual e para upload de informações a partir de layouts definidos no Anexo I, além das informações dos pagamentos (layout que deve ser fornecido pela CONTRATADA com a devida antecedência, permitindo a extração das informações pela equipe de TI da PCRJ);
- Em cumprimento à Lei do Marco Civil da Internet, o servidor utilizado deve estar fisicamente alocado em local que permite a submissão às leis brasileiras e os registros devem ser armazenados por, pelo menos, um ano, caso a justiça brasileira solicite as informações;
- A interface deve ser de simples utilização, permitindo a elaboração rápida de novos relatórios com base nas informações das declarações modelo PROBAN;
- Mesmo após o término do contrato, TODOS os dados devem continuar acessíveis para consulta;
- O formato de entrega dos dados será definido pela CONTRATANTE, podendo ser através de fornecimento de arquivos em formato CSV ou geração de DUMP para restauração de backup;
- Os dados deverão ser entregues com a respectiva documentação (modelo e dicionários de dados);
- A ferramenta também deve gerar um arquivo imagem por fiscalização (Instituição/Competência) com o resultado completo, permitindo uma rápida consulta através de chave única. O requisito pode ser dispensado à critério da CONTRATANTE.

4.2.3. Sistema para assessoria tributária na apuração do VAF com as seguintes características:

- o software deve executar diretamente a partir dos principais browsers do mercado, fornecendo armazenamento de dados de, no mínimo, 1TB (terabyte), dedicados, em tecnologia de DataWarehouse.
- permitir que todos os objetos de interface realizem a impressão e a exportação dos dados apresentados que podem ser gerados nos formatos "PDF" e "XLS";
- possuir mecanismos de busca que permite selecionar ou detalhar as informações apresentadas por relevância para o usuário que realiza a pesquisa;
- todos os elementos de interface deverão ser interativos, permitindo que as pesquisas e seleções sejam efetuadas, modificando imediatamente as medidas e/ou dimensões apresentadas;
- permitir a carga automática de dados a partir de Banco de Dados, arquivos texto, planilhas, XML, HTML, Web Services e do resultado de execução de outros programas;
- permitir a autenticação e controle do acesso (autorização) de usuários de acordo com um cadastro de usuários, senhas e direitos de acesso a ser definido;

211
m

- permitir a importação das informações declaradas na EFD – escrituração Fiscal Digital que interferem na apuração do índice de Valor Adicionado (VAF), e o cruzamento com as declaradas no relatório apresentado pelo Estado – DAMEF.
- apresentar detalhamento por Código Fiscais de Operações e Prestações (CFOP), detalhamento por setor de atividade econômica CNAE;
- emitir relatórios com os valores declarados pelas empresas optantes pelo Regime do Simples Nacional;
- cruzar as informações apuradas pelos contribuintes do município para apuração do VAF, com os dados declarados no PGDAS-D e DEFIS para Receita Federal com os valores fornecidos para cálculo do IPM;
- permitir notificar de forma eletrônica, todos os Contadores e Contribuintes com indícios de irregularidade, por meio do módulo GME- Gerenciador de Mensagem Eletrônica e controle de respostas.

VAF-B – PRODUTOR RURAL: (SOFTWARE ESPECÍFICO) - o sistema deverá ser compatível com o sistema SIARE no caso de MG ou outro nos demais estados e prover a funcionalidade de migração dos dados emitidos pelo sistema do Estado de forma automatizada.

Digitação das notas fiscais dos produtores rurais e conferência do relatório das notas fiscais eletrônicas emitidas fornecidas pelo Estado.

Emissão das certidões VAF-B (PRODUTOR RURAL) de outros municípios onde seus respectivos produtores rurais comercializaram suas mercadorias.

Conferência do débito do VAF-B (PRODUTOR RURAL), onde os produtores do município sede compraram mercadorias de outros produtores fora do domicílio fiscal.

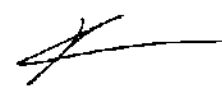
Acompanhamento criterioso e análises das notas fiscais de Produtores rurais emitidas via SIARE (arquivos gerados pela Secretaria de Estado de Fazenda).

Levantamento dos maiores produtores rurais do município.

O Software aqui especificado deverá atender as funcionalidades requeridas abaixo a fim de realizar a gestão e controle do VAF-B (produtor rural) do município, a saber:

- **Gestão de notas fiscais dos produtores rurais:** O sistema deverá prover o cadastro e registro das notas fiscais dos produtores rurais sediados no município, visando o armazenamento, controle e gestão das informações referentes ao vaf-b para processamento, relatório e pesquisa através de banco de dados.

- **Registro e Manutenção das seguintes informações referentes ao VAF-B:** O sistema deve prover o cadastro de produtores rurais e suas respectivas notas fiscais emitidas para a apuração do movimento econômico fiscal (VAF-B), mantendo o registro dos seguintes



dados: nome do produtor rural remetente, nome destinatário da nota fiscal, número da nota fiscal, data de emissão da nota fiscal, valor total da nota fiscal, produto comercializado, quantidade do produto comercializado, valor unitário do produto, espécie, inscrição do produtor rural remetente, inscrição do produtor rural destinatário.

- Manutenção e Emissão de relatórios.

4.2.4. Disponibilizar sistema de auditoria do ISSQN dos cartões com as seguintes características:

- Requisitos de Ambiente:

A solução tecnológica para sistema de apuração de ISS de cartão de débito e crédito deverá funcionar em Data Center, como um serviço (SaaS), onde toda a estrutura computacional deverá estar disponível com o próprio software (servidores, conectividade, segurança de informações, instalações de versões de quaisquer aplicativos), e ser acessível através de protocolo seguro (https).

- Requisitos de Tecnologia:

O software especificado deverá ser totalmente responsivo (característica que permite ao software se adaptar ao tamanho da tela do dispositivo em que está sendo executado, sem a necessidade de ter que ampliar a tela através de zoom), permitindo a sua execução diretamente a partir dos principais browsers do mercado bem como em qualquer dispositivo eletrônico como Smartphones e Tablets, além de ser capaz de enviar mensagens via SMS.

Deverá possuir mecanismo de geocodificação, para obtenção de coordenadas geográficas de dados que apresentem endereços, de forma a permitir a plotagem (na forma de vetor PONTO), sobre qualquer camada base mapeável, como GoogleMaps.

A apresentação de resultados do sistema deverá ser baseada tanto no próprio software como em software de BI (Business Intelligence) integrado ao mesmo.

- Requisitos Funcionais

A ferramenta deverá ser capaz de proporcionar a sistema de apuração de ISS de cartão de débito e crédito especificados a seguir:

a) Base de Dados disponibilizados pela administração pública, no formato TXT (preferencialmente) ou PDF;

b) O sistema deverá criar e manter banco de dados relacional para armazenamento dos dados provenientes dos arquivos supra citados;

A ferramenta de administração do sistema deverá permitir configurar normas de segurança da aplicação, definir os usuários e grupos de usuários autorizados e permissões de acesso de cada um ou do grupo, de tal modo a:

- a) Possibilitar a configuração de um ou mais usuários ou grupos de usuários com perfil de privilégio máximo de acesso para o Município, com capacidade de atribuição de perfis de acesso aos demais usuários;
- b) Possibilitar o acesso de informações de monitoramento de utilização do sistema por usuário e logs de uso do sistema;
- c) Possibilitar a configuração da apresentação visual da tela do produto, com escolha de cores, logotipos, imagem (foto) do usuário, posição do menu (vertical ou horizontal), configuração de opções favoritas e notificações entre usuários, seja on-line ou via SMS ;
- d) Deverá registrar trilhas de auditoria de acesso às funções do sistema, controlando perfis de usuários e acesso a funções dos aplicativos, com capacidade de emissão de relatório sobre tais registros, identificando o acesso por usuário, período de utilização e dados acessados.

- Requisitos para apuração de ISS de cartão de Débito e Crédito:

- a) Processar arquivos enviados pelas Administradoras de Cartões de crédito/débito com o relatório de transações efetuadas pelos prestadores de serviços estabelecidos no município, nas especificações técnicas de modelo definidas pela CONTRATANTE;
- b) Permitir a geração de relatórios com os dados enviados pelas Administradoras de Cartões de crédito/débito com no mínimo os seguintes filtros por contribuinte e período determinado:
 - valor total em operações de crédito;
 - valor total em operações de débito;
 - valor total consolidado de operações crédito e débito.

- Permitir registrar as seguintes informações das prestadoras:

I- Identificação da Administradora:

- a) Nome/Razão social;
- b) Logradouro;
- c) Número;
- d) Complemento;
- e) Bairro;
- f) Cidade/UF/CEP;
- g) Pessoa responsável para contato;
- h) Número telefone/e-mail;
- i) Número CNPJ.

II- Identificação do Estabelecimento Credenciado:

- a) Nome/Razão Social;
- b) Logradouro;
- c) Número;
- d) Complemento;
- e) Bairro;
- f) Número CNPJ/CPF;
- g) Número da inscrição estadual;
- h) Número de cadastro do estabelecimento (Pessoa física ou jurídica) credenciado na administradora.

III- Registro das Operações Realizadas:

- a) Data da operação;
- b) Valor da operação realizada referente a cartões de crédito ou débito ou similares;
- c) Natureza da operação – débito ou crédito;
- d) Tipo da operação – eletrônica ou manual;
- e) Número da autorização de pagamento atribuído pela administradora;
- f) Número do identificador lógico do equipamento onde foi processada a operação.

IV- Registro dos valores para cálculo do ISSQN:

- a) Valor, expresso em reais, de cada operação realizada referente a cartões de crédito ou débito ou similares;
- b) Percentual cobrado pela administradora, referente a cada operação realizada de prestação de serviços de administração de cartões de crédito ou débito ou similares;
- c) Valor, expresso em reais, cobrado pela administradora referente à prestação de serviços de administração de cartões de crédito ou débito ou similares, referente a cada operação realizada;
- d) Base de cálculo do ISSQN correspondente ao somatório dos valores referentes à prestação de serviços de administração de cartões de crédito ou débito ou similares;
- e) Alíquota para cálculo do valor do ISSQN;
- f) Valor, expresso em reais, do ISSQN a ser recolhido.

- Inteligência Fiscal do ISSQN

- a) A sistema deverá permitir importar do sistema de Nota Fiscal existente o relatório de todas as Notas emitida.
- b) Permitir o cruzamento no tocante ao valor pago pelos contribuintes e o valor efetivamente recebido pelas operadoras de cartão de crédito e débito.
- c) Permitir a notificação do contribuinte que apresentar divergência nos valores.
- d) Emitir relatório detalhado dos contribuintes referentes ao cruzamento dos dados entre as NF e o valor recebido das operadoras de cartão.
- e) Efetuar a fiscalização mensal e ao mesmo tempo, proceder a uma fiscalização detalhada dos últimos cinco anos, referentes aos valores efetivamente recebidos pelas operadoras e os valores efetivamente pagos referente ao ISSQN.

4.2.5 Disponibilizar solução tecnológica para apuração Previdenciária, incluindo o RAT (Risco de Acidente de Trabalho) e as Verbas Indenizatórias, incluindo:

- O sistema deverá funcionar em Data Center, como um serviço (SaaS), onde toda a estrutura computacional deverá estar disponível com o próprio software (servidores, conectividade, segurança de informações, instalações de versões de quaisquer aplicativos), e ser acessível através de protocolo seguro (https).
- O Software especificado deverá ser totalmente responsivo (característica que permite ao software se adaptar ao tamanho da tela do dispositivo em que está sendo executado, sem a necessidade de ter que ampliar a tela através de zoom), permitindo a sua execução diretamente a partir dos principais browsers do mercado bem como em qualquer dispositivo eletrônico como Smartphones e Tablets, além de ser capaz de enviar mensagens via SMS.
- Deverá possuir mecanismo de geocodificação, para obtenção de coordenadas geográficas de dados que apresentem endereços, de forma a permitir a plotagem (na forma de vetor PONTO), sobre qualquer camada base mapeável, como GoogleMaps.
- A apresentação de resultados do sistema deverá ser baseada tanto no próprio software como em software de BI (Business Intelligence) integrado ao mesmo.
- Deverá ser capaz de acessar a base de dados SEFIP do Governo (instalado no mesmo local do sistema de Verbas Indenizatórias) de forma que permita a atualização dos valores base de INSS apurados e revisados pelo sistema de Verbas Indenizatórias automaticamente.

A ferramenta deverá ser capaz de proporcionar a apuração e a revisão dos créditos previdenciários, a partir de fontes de dados eletrônicos de documentos especificados a seguir:

- Arquivos de folha de pagamento analíticas (contendo nome, matrícula, eventos e bases de cálculo) disponibilizados pela administração pública, no formato TXT (preferencialmente) ou PDF;
- O sistema deverá criar e manter banco de dados relacional para armazenamento dos dados provenientes dos arquivos supra citados.

A ferramenta de administração do sistema deverá permitir configurar normas de segurança da aplicação, definir os usuários e grupos de usuários autorizados e permissões de acesso de cada um ou do grupo, de tal modo a:

- Possibilitar a configuração de um ou mais usuários ou grupos de usuários com perfil de privilégio máximo de acesso para o Município, com capacidade de atribuição de perfis de acesso aos demais usuários;

- Possibilitar o acesso de informações de monitoramento de utilização do sistema por usuário e logs de uso do sistema;
- Possibilitar a configuração da apresentação visual da tela do produto, com escolha de cores, logotipos, imagem (foto) do usuário, posição do menu (vertical ou horizontal), configuração de opções favoritas e notificações entre usuários, seja on-line ou via SMS ;
- Deverá registrar trilhas de auditoria de acesso às funções do sistema, controlando perfis de usuários e acesso a funções dos aplicativos, com capacidade de emissão de relatório sobre tais registros, identificando o acesso por usuário, período de utilização e dados acessados.

RAT Previdenciário/ Verba Indenizatória

- Possibilitar registrar percentuais de RAT e FAP de forma mensal.
- Possibilitar registrar taxa SELIC de um determinado período.
- Possibilitar registrar rubricas de provento e descontos referente a folha de pagamento.
- Possibilitar registrar faixas de previdência social.
- Possibilitar registrar regime de contratação dos servidores/funcionários.
- Possibilitar registrar lotações e locais de trabalho dos servidores/funcionários.
- Possibilitar registrar faixas de previdência social para calculo de forma progressiva.
- Possibilitar cadastrar valores de proventos e descontos de forma mensais.
- Possibilitar registrar valores de proventos e descontos individualizados por servidor/funcionário.
- Possibilitar configurar base de cálculo dos servidores a partir das rubricas.
- Possibilitar configurar base de verbas indenizatórias.
- Realizar apuração de valores mensais montantes a partir da configuração da alíquota do FAP e RAT de forma individualizada, individualizada e mensal, consolidada mensal e consolidada por período.
- Permitir que seja impresso em formato pdf, excel, texto, valores apurados dos montantes do FAP e RAT.
- Permitir que seja feita a importação dos servidores/funcionários de forma automática por meio de planilhas, pdf's ou arquivos em formato texto.

- Permitir que seja feita a importação da folha analítica de pagamentos de forma automática por meio de planilhas, pdf's ou arquivos em formato texto.
- Realizar apuração dos valores da base de cálculo da previdência a partir da configuração das rubricas de forma individualizada, individualizada e mensal, consolidada mensal e consolidada por período.
- Realizar apuração dos valores devido do desconto da previdência a partir da configuração das rubricas de forma individualizada, individualizada e mensal, consolidada mensal e consolidada por período.
- Realizar apuração das verbas indenizatórias a partir da configuração das rubricas de forma individualizada, individualizada e mensal, consolidada mensal e consolidada por período.
- Realizar impressão da apuração dos valores da base de cálculo da previdência.
- Realizar impressão da apuração dos valores devido do desconto da previdência.
- Realizar impressão da apuração das verbas indenizatórias.
- Permitir realizar lançamentos de créditos compensados e a compensar a partir da apuração realizada no período.
- Realizar a impressão de créditos compensados e a compensar a partir da apuração realizada no período.
- Permitir geração/interação/importação com a SEFIP para realizar o lançamento das informações retificadas com os devidos valores apurados.

4.3. DEMONSTRAÇÃO

4.3.1. A verificação da conformidade do objeto desta licitação será realizada através da demonstração dos sistemas, com a execução dos requisitos obrigatórios. Dessa forma, todos os procedimentos descritos nesse termo de referência e seus anexos deverão ser obrigatoriamente cumpridos, ou poderá ser desclassificada a licitante.

4.3.2. A demonstração do software poderá ser dispensada a critério do Pregoeiro, especialmente, se não participar mais de uma empresa ou se for habilitada apenas uma empresa. A dispensa da demonstração não exclui a obrigatoriedade da utilização do software pelo vencedor do certame na execução dos serviços.

4.3.3. Se, a qualquer tempo durante a execução dos serviços, a Contratante constatar a inadequação do software utilizado pelo Contratado poderá ensejar a rescisão contratual e ser chamado o segundo colocado no certame.

5. – QUALIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA

5.1 – As licitantes deverão apresentar prova das seguintes qualificações técnicas:

5.1.1. Apresentação de pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, cujas características sejam semelhantes aos serviços objeto deste edital, incluindo todos os serviços descritos, inclusive a recuperação de créditos decorrente da TFL – taxa de fiscalização e localização das estações rádio base, haja vista a peculiaridade deste trabalho.

5.1.2. Demonstrar que a licitante possui equipe técnica, nos termos do art. 30, II da Lei 8.666/93, composta por:

- a) 01 contador regularmente inscrito no Conselho Regional de Contabilidade;
- b) 01 advogado regularmente inscrito na Ordem dos advogados do Brasil;
- c) 01 engenheiro civil, 01 engenheiro ambiental e 01 geógrafo, todos regularmente inscritos no Conselho Regional de Engenharia. A exigência se justifica porque esses profissionais são essenciais à execução da fiscalização das Operadoras de Telefonia Móvel (recuperação das taxas TFL/TFLA, ISSQN e IPTU).

5.1.3. O vínculo da equipe deverá ser comprovado mediante apresentação de um dos documentos abaixo:

c.1) cópia da CTPS (Carteira Profissional) acompanhada da Ficha de Registro de Empregados;

c.2.) cópia do Contrato Social, se for membro do quadro societário;

c.3) cópia do contrato de prestação de serviços dentro da validade e com firma reconhecida das partes.

5.1.4. A comprovação da regularidade junto ao Órgão de Classe do Profissional vinculado à licitante (CRC, OAB e CREA) deverá ser feita mediante apresentação da Certidão de Regularidade emitida por estes órgãos, dentro da validade.

6. DA FISCALIZAÇÃO

6.1 – O acompanhamento da execução do Contrato sob a responsabilidade da Contratada, mediante nomeação de servidor especialmente designado para este fim, nos termos do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

32
 W

6.2. A fiscalização exercida pela Contratante não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da Contratada pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

7. LEVANTAMENTO DOS VALORES A SEREM RECUPERADOS NOS ÚLTIMOS 05 ANOS:

MUNICÍPIOS	Nº de estações radio base instaladas	Nº agências	Previsão de recuperação de TFL	Previsão de Recuperação de ISSQN	Previsão de recuperação de SImples Nacional	Previsão de recuperação de INSS (PAT e Verbas)	Previsão de recuperação da Dívida Ativa	Previsão de recuperação de CFEM e TFL Mineradora	TOTAL
Bocaina	16	5	2.400.000,00	2.500.000,00	859.384,80	3.600.000,00	2.500.000,00	400.000,00	12.259.384,80
Bom Jardim	2	0	100.000,00	400.000,00	30.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00	400.000,00	3.330.000,00
Brasilândia	12	3	1.800.000,00	1.500.000,00	390.633,03	2.400.000,00	1.800.000,00	400.000,00	8.290.633,03
Buritiópolis	7	2	1.050.000,00	1.000.000,00	256.383,45	2.400.000,00	2.000.000,00	700.000,00	7.406.383,45
Campo Azul	2	0	300.000,00	400.000,00	40.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.790.000,00
Capitão Enéas	11	0	1.650.000,00	400.000,00	50.000,00	1.400.000,00	600.000,00	400.000,00	4.500.000,00
Claro dos Poções	2	0	300.000,00	400.000,00	80.000,00	1.400.000,00	600.000,00	400.000,00	3.180.000,00
Córego Marinho	3	0	450.000,00	400.000,00	40.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.940.000,00
Conceição de Jesus	11	2	1.650.000,00	1.000.000,00	127.175,42	2.000.000,00	1.800.000,00	400.000,00	6.977.175,42
Cristália	1	0	150.000,00	400.000,00	40.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.640.000,00
Engenheiro Navarro	3	0	450.000,00	400.000,00	50.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.950.000,00
Francisco Dumont	1	0	150.000,00	400.000,00	50.000,00	1.400.000,00	600.000,00	300.000,00	3.900.000,00
Francisco Sá	6	4	900.000,00	2.000.000,00	155.469,14	1.800.000,00	650.000,00	400.000,00	5.905.469,14
Glaucestina	2	0	300.000,00	400.000,00	40.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.790.000,00
Itaí	4	0	600.000,00	400.000,00	40.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	3.090.000,00
Itacatu	4	0	600.000,00	400.000,00	40.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	3.090.000,00
Itaerê de Minas	2	0	300.000,00	400.000,00	80.000,00	1.400.000,00	550.000,00	400.000,00	3.130.000,00
Itacambira	1	0	150.000,00	400.000,00	40.000,00	1.300.000,00	500.000,00	400.000,00	2.790.000,00
Itaíba	14	4	2.100.000,00	2.000.000,00	418.221,73	2.800.000,00	2.500.000,00	400.000,00	10.218.221,73
Januária	16	6	2.400.000,00	3.000.000,00	579.051,48	2.800.000,00	2.399.000,00	400.000,00	11.679.051,48
Joaquim Felício	2	0	300.000,00	400.000,00	40.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.790.000,00
Juramento	3	1	450.000,00	400.000,00	50.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.950.000,00
Lagoa dos Patos	1	0	150.000,00	400.000,00	40.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.640.000,00



Luzimã	1	0	150.000,00	400.000,00	80.000,00	1.800.000,00	650.000,00	400.000,00	3.480.000,00
Luzitã	3	0	450.000,00	400.000,00	40.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.940.000,00
Luzimã	3	0	450.000,00	400.000,00	40.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.940.000,00
Marmelas	2	0	300.000,00	400.000,00	40.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.790.000,00
Manga	5	1	750.000,00	500.000,00	150.000,00	3.600.000,00	3.200.000,00	400.000,00	8.600.000,00
Mataes Caricão	4	0	600.000,00	400.000,00	80.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	3.130.000,00
Miravânia	1	0	150.000,00	400.000,00	40.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.640.000,00
País	2	0	300.000,00	400.000,00	40.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.790.000,00
Pedras de Mano de Cruz	4	0	600.000,00	400.000,00	80.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	3.100.000,00
Pampós	2	0	300.000,00	400.000,00	100.000,00	1.600.000,00	550.000,00	400.000,00	3.350.000,00
Pirapora	13	5	1.950.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00	6.500.000,00	8.500.000,00	700.000,00	22.650.000,00
Ponto Chique	1	0	150.000,00	400.000,00	40.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.640.000,00
Santa Fé de Minas	1	0	150.000,00	400.000,00	30.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.630.000,00
São Francisco	18	4	2.700.000,00	2.000.000,00	800.000,00	3.600.000,00	1.600.000,00	400.000,00	11.100.000,00
São João de Lagoa	2	0	300.000,00	400.000,00	50.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.800.000,00
São João da Ponte	8	2	1.200.000,00	1.000.000,00	100.000,00	1.400.000,00	450.000,00	400.000,00	4.550.000,00
São João do Píraí	2	0	300.000,00	400.000,00	30.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.780.000,00
São Romão	3	0	450.000,00	400.000,00	100.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	3.000.000,00
Ubaí	2	1	300.000,00	500.000,00	100.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.950.000,00
Várzea da Palma	10	3	1.500.000,00	1.500.000,00	80.000,00	3.600.000,00	1.800.000,00	400.000,00	8.880.000,00
TOTAL			31.950.000,00	13.000.000,00	8.026.310,05	75.600.000,00	44.900.000,00	17.800.000,00	211.276.310,05

7. DOS VALORES A SEREM PAGOS:

7.1 LOTE 1 - VALORES REFERENTES AOS ÚLTIMOS 05 ANOS

Conforme levantamentos realizados foi apurado o seguinte:



30
m

ITEM	Objeto	Valor estimado de recuperação para os municípios consorciados.	Valor máximo a ser pago para cada R\$1,00 (um real) recuperado	Remuneração máxima a ser paga com base no valor previsto a ser recuperado
1	Serviço de recuperação e incremento de receitas decorrentes de isson de instituições financeiras, correspondentes bancários, cartórios, segmentos sensíveis a sonegação fiscal (academias, cinemas, construção civil, hotéis, farmácias de manipulação, instituições de ensino, pedágios e planos de saúde) e grandes contribuintes;	33.000.000,0		
2	Serviço de recuperação e incremento de receitas decorrentes de auditoria do Simples Nacional	8.026.310,05		
3	Serviços de revisão, compensação e recuperação de valores pagos indevidamente à receita federal do Brasil, em relação às contribuições previdenciárias - rat/sat/fap e verbas indenizatórias, dos exercícios não prescritos, incluindo a retificação das gfp/sefp, adequação das alíquotas rat/fap dos últimos 05 anos e a suspensão dos pagamentos indevidos, conforme lei 13.485/2017;	75.600.000,00		
4	Assessoria tributária para cobrança da dívida ativa	44.900.000,00		
5	Recuperação tributária referente a taxa de fiscalização e licença ambiental e taxa de fiscalização de localização e funcionamento	31.950.000,00		
6	Auditoria da CFEM - Contribuição Financeira sobre Exploração Mineral	17.800.000,00		
TOTAL		211.276.310,05		



7.2 LOTE 2: VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO ASSESSORIA TRIBUTÁRIA MENSAL:

VALORES MÁXIMOS A SEREM PAGOS POR ATIVIDADES - POR MÊS (em R\$)

MUNICÍPIO COM POPULAÇÃO (HAB.)	Gestão do VAF	Gestão do ITR	Auditoria de planos de saúde	Auditoria de cartão de crédito e débito e operações de Leasing	Auditoria das empresas do Simples Nacional	Assessoria jurídica tributária	Auditoria ISSQN bancos	TOTAL
Até 5.000 hab								
De 5.000 a 10.000								
De 10.000 a 15.000								
De 15.000 a 20.000								
De 20.000 a 30.000								
De 30.000 a 40.000								
De 40.000 a 60.000								
De 60.000 a 80.000								
De 80.000 a 100.000								
De 100.000 a 200.000								
Acima de 200.000								
TOTAL								

7.2 – Da proposta de preço

A proposta comercial deverá ser apresentada em 01 (uma) via, preparada em conformidade com as instruções seguintes:

- ✓ Elaborada em língua portuguesa, digitada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada na última folha e rubricada nas demais, pelo representante da licitante.
- ✓ O valor do percentual proposto (numericamente e pôr extenso) a título de remuneração para execução do objeto ;

36
w

- ✓ Prazo de validade da proposta comercial que não poderá ser inferior a 60 dias, contados a partir da entrega dos envelopes.
- ✓ Os preços propostos compreenderão todos os custos diretos e indiretos, e demais despesas necessárias à completa execução do objeto da licitação.
- ✓ Deverão constar o preço global da proposta, expresso em algarismo e por extenso, prevalecendo este último, em caso de divergência.
- ✓ As propostas de preço que excederem ao valor/percentual aqui definidos serão desclassificadas.

8. REQUISITOS OBRIGATÓRIOS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. A proponente deverá fornecer todo o PESSOAL, MOBILIÁRIOS, EQUIPAMENTOS, SOFTWARES E DEMAIS FERRAMENTAS para a execução dos serviços, os órgãos apenas abrirão o acesso aos arquivos, documentos e informações, sendo que todo o pessoal de coleta, organização, armazenamento, análise, processamento e de apoio serão de responsabilidade da proponente;

8.2. Manter total sigilo e confidencialidade das informações envolvidas no trabalho.

8.3. A Licitante vencedora deverá manter O Consórcio permanentemente informada do andamento dos processos e das ações respectivas ações adotadas para o êxito do mesmo.

8.4. Nos casos de recusa dos serviços, a Proponente vencedora deverá imediatamente providenciar a substituição a partir da comunicação oficial feita pelo setor responsável.

8.5. A alocação de recursos de pessoal e de equipamentos para cada fase/atividade do projeto;

8.6. Considerar que os trabalhos deverão ser acompanhados por técnicos da contratante, visando o domínio da metodologia de trabalho;

8.7. Todos e quaisquer procedimentos deverão ter anuência da Administração Municipal para o seu encaminhamento.

8.8. Os serviços serão prestados no estabelecimento da Contratada e, quando se fizer necessário, nas dependências do contratante.

9. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

9.1. Indicar oficialmente a pessoa (fiscal) ou equipe de pessoas (comissão) que acompanhará o desenvolvimento dos trabalhos, com poderes para tomada de decisões de natureza técnica;

9.2. Fornecer cópia de toda documentação necessária ao cumprimento do objeto do contrato, preferencialmente em meio digital;

9.3. Disponibilizar, a pedido da Contratada, leis, decretos e quaisquer outros documentos que possam interessar para a realização dos serviços, em particular os relacionados e/ou necessários à efetiva recuperação de créditos;

9.4. Arcar com os custos inerentes aos procedimentos administrativos e/ou processos judiciais que concordar em adotar (emolumentos, taxas cartorárias, cópias de documentos, taxas administrativas e afins).



10. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

10.1. Prestar os serviços aqui previstos de forma satisfatória aos interesses do CONTRATANTE, obedecidas todas as especificações constantes deste Termo de Referência;

10.2. Encaminhar ao CONTRATANTE, sempre que solicitado, relatório circunstanciado da situação da execução dos serviços;

10.3. Não ceder ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, o Termo de Contrato, sem o prévio e expresso consentimento do CONTRATANTE;

10.4. Pagar todas as obrigações fiscais e trabalhistas relativas à sua personalidade jurídica. Em face desta responsabilidade da CONTRATADA, inexistirá qualquer vínculo empregatício ou de qualquer natureza entre o CONTRATANTE e os prepostos da CONTRATADA;

10.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em lei, obrigando-se a apresentar, sempre que exigido, as devidas comprovações de regularidade fiscal, sob pena de sanção;

10.6. Arcar com todos os custos referentes a deslocamentos, alimentação e hospedagem de sua equipe técnica que se façam necessários à satisfatória prestação dos serviços.

10.7. Manter sigilo sobre as orientações trocadas e geradas durante a prestação dos serviços, não revelando nem transmitindo direta ou indiretamente as informações trocadas a terceiros que não estejam envolvidos no desenvolvimento do objeto contratual.

Pirapora, 01 de julho de 2021.



Pedro Henrique Soares Braga
Presidente



RJ GESTÃO EM NEGÓCIOS

Ronnie Lima

CEO - Diretor Executivo

(34) 99114-2178

www.rjgestao.com.br

rjgestao@hotmail.com

38
m

Patos de Minas, 27 de julho de 2021

À AMMESF – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO

COTAÇÃO – VALIDADE 60 DIAS.

Razão social: RJ GESTÃO EM NEGÓCIOS LTDA

Endereço: Rua Tenente Bino, 22 – sala 204

Centro – Patos de Minas-MG

Telefone: 34-9.9114-2178

Email: rjgestao@hotmail.com

CNPJ: 08.111.069/0001-02

Segue cotação conforme objeto abaixo:

LOTE 1 - VALORES REFERENTES AOS ÚLTIMOS 05 ANOS

ITEM	Objeto	Valor estimado de recuperação para os municípios consorciados.	Valor máximo a ser pago para cada R\$1,00 (um real) recuperado	Remuneração máxima a ser paga com base no valor previsto a ser recuperado
1	Serviço de recuperação e incremento de receitas decorrentes de issqn de instituições financeiras, correspondentes bancários, cartórios, segmentos sensíveis a sonegação fiscal (academias, cinemas, construção civil, hotéis, farmácias de manipulação, instituições de ensino, pedágios e planos de saúde) e grandes contribuintes;	R\$ 33.000.000,00	R\$ 0,25	R\$ 8.250.000,00
2	Serviço de recuperação e incremento de receitas decorrentes de auditoria do Simples Nacional	R\$ 8.026.310,05	R\$0,25	R\$ 2.006.577,51

**RJ GESTÃO EM NEGÓCIOS****Ronnie Lima****CEO - Diretor Executivo**

www.rjgestao.com.br

(34) 99114-2178

rjgestao@hotmail.com

39
W

3	Serviços de revisão, compensação e recuperação de valores pagos indevidamente à receita federal do Brasil, em relação às contribuições previdenciárias – rat/sat/fap e verbas indenizatórias, dos exercícios não prescritos, incluindo a retificação das GFIP/SEFIP, adequação das alíquotas rat/fap dos últimos 05 anos e a suspensão dos pagamentos indevidos, conforme Lei 13.485/2017;	R\$ 75.600.000,00	R\$ 0,25	R\$ 18.900.000,00
4	Assessoria tributária para cobrança da dívida ativa	R\$44.900.000,00	R\$ 0,25	R\$ 11.225.000,00
5	Recuperação tributária referente a taxa de fiscalização e licença ambiental e taxa de fiscalização de localização e funcionamento.	R\$31.950.000,00	R\$ 0,25	R\$ 7.987.500,00
6	Auditoria da CFEM – Contribuição Financeira sobre Exploração Mineral	R\$17.800.000,00	R\$ 0,25	R\$ 4.450.000,00
TOTAL		R\$211.276.310,05	R\$ 0,25	R\$ 52.819.077,51



RJ GESTÃO EM NEGÓCIOS

Ronnie Lima

CEO - Diretor Executivo

www.rjgestao.com.br

(34) 99114-2178

rjgestao@hotmail.com

40
W

LOTE 2: VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO ASSESSORIA TRIBUTÁRIA MENSAL:

VALORES MÁXIMOS A SEREM PAGOS POR ATIVIDADES - POR MÊS (em R\$)

MUNICÍPIO COM POPULAÇÃO (HAB.)	Gestão de VAF	Gestão de ITR	Auditoria de planos de saúde	Auditoria de cartão de crédito e débito e operações de leasing	Auditoria das empresas do Simples Nacional	Assessoria jurídica tributária	Auditoria ISSQN bancos
Até 5.000 hab	R\$5.175,00	R\$2.875,00	R\$1.215,00	R\$1.725,00	R\$1.215,00	R\$2.380,00	R\$790,00
De 5.000 a 10.000	R\$7.215,00	R\$3.050,00	R\$1.700,00	R\$2.015,00	R\$1.700,00	R\$2.775,00	R\$1.150,00
De 10.000 a 15.000	R\$9.362,00	R\$3.388,00	R\$1.832,00	R\$2.250,00	R\$2.460,00	R\$3.080,00	R\$1.350,00
De 15.000 a 20.000	R\$11.622,00	R\$3.760,00	R\$2.060,00	R\$3.760,00	R\$2.730,00	R\$3.410,00	R\$1.700,00
De 20.000 a 30.000	R\$12.900,00	R\$4.170,00	R\$2.270,00	R\$4.170,00	R\$3.050,00	R\$3.790,00	R\$2.280,00
De 30.000 a 40.000	R\$13.600,00	R\$4.400,00	R\$2.400,00	R\$4.800,00	R\$3.200,00	R\$3.980,00	R\$2.725,00
De 40.000 a 60.000	R\$14.780,00	R\$4.800,00	R\$2.610,00	R\$6.200,00	R\$3.470,00	R\$4.350,00	R\$3.780,00
De 60.000 a 80.000	R\$16.500,00	R\$5.360,00	R\$2.930,00	R\$6.910,00	R\$4.150,00	R\$5.750,00	R\$4.950,00
De 80.000 a 100.000	R\$18.220,00	R\$5.900,00	R\$3.215,00	R\$8.910,00	R\$5.950,00	R\$7.490,00	R\$5.500,00
De 100.000 a 200.000	R\$20.050,00	R\$6.480,00	R\$3.540,00	R\$11.700,00	R\$8.330,00	R\$9.730,00	R\$7.150,00
Acima de 200.000	R\$21.300,00	R\$7.200,00	R\$3.925,00	R\$15.300,00	R\$11.800,00	R\$12.700,00	R\$9.990,00

Ronnie Lima
CEO - Diretor Executivo

**GRUPO FACTO**

CONSULTORIA E TECNOLOGIA

C1 J
W

**À ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO -
AMMESF**

PEDIDO DE COTAÇÃO

Razão social: FACTO CONSULTORIA E TECNOLOGIA

Endereço: Rua Fernandes Tourinho 999, sala 203, bairro

Lourdes, Belo Horizonte - MG

Telefone: 31.2531.5831 – 31.99322.5808

Email: rfagontijo@uol.com.br

CNPJ: 29.949.274/0001-03

Representante: Ricard Franco Gontijo

Segue cotação conforme objeto abaixo:

LOTE 1 - VALORES REFERENTES AOS ÚLTIMOS 05 ANOS

ITEM	Objeto	Valor estimado de recuperação para os municípios consorciados.	Valor máximo a ser pago para cada R\$1,00 (um real) recuperado	Remuneração máxima a ser paga com base no valor previsto a ser recuperado
1	Serviço de recuperação e incremento de receitas decorrentes de issqn de instituições financeiras, correspondentes bancários, cartórios, segmentos sensíveis a sonegação fiscal (academias, cinemas, construção civil, hotéis, farmácias de manipulação, instituições de ensino, pedágios e planos de saúde) e grandes contribuintes;	33.000.000,00	R\$0,20	R\$6.600.000,00
2	Serviço de recuperação e incremento de receitas decorrentes de auditoria do Simples Nacional	8.026.310,05	R\$0,20	R\$1.605.262,01

M

B



3	Serviços de revisão, compensação e recuperação de valores pagos indevidamente à receita federal do Brasil, em relação às contribuições previdenciárias – rat/sat/fap e verbas indenizatórias, dos exercícios não prescritos, incluindo a retificação das gfiip/sefiip, adequação das alíquotas rat/fap dos últimos 05 anos e a suspensão dos pagamentos indevidos, conforme lei 13.485/2017;	75.600.000,00	R\$0,20	R\$15.120.000,00
4	Assessoria tributária para cobrança da dívida ativa	44.900.000,00	R\$0,20	R\$8.980.000,00
5	Recuperação tributária referente a taxa de fiscalização e licença ambiental e taxa de fiscalização de localização e funcionamento.	31.950.000,00	R\$0,20	R\$6.390.000,00
6	Auditoria da CFEM – Contribuição Financeira sobre Exploração Mineral	17.800.000,00	R\$0,20	R\$3.560.000,00
TOTAL		211.276.310,05		R\$42.255.262,00

27



GRUPO FACTO
CONSULTORIA E TECNOLOGIA

43
W

LOTE 2: VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO ASSESSORIA TRIBUTÁRIA MENSAL:

VALORES MÁXIMOS A SEREM PAGOS POR ATIVIDADES - POR MÊS (em R\$)

MUNICÍPIO COM POPULAÇÃO (HAB.)	Gestão do VAF	Gestão do ITR	Auditoria de planos de saúde	Auditoria de cartão de crédito e débito e operações de Leasing	Auditoria das empresas do Simples Nacional	Assessoria jurídica tributária	Auditoria ISSQN bancos
Até 5.000 hab	4.500,00	2.500,00	1.000,00	1.500,00	1.000,00	2.000,00	500,00
De 5.000 a 10.000	6.500,00	2.750,00	1.500,00	1.750,00	1.500,00	2.500,00	1.000,00
De 10.000 a 15.000	8.350,00	3.025,00	1.650,00	2.025,00	2.200,00	2.750,00	1.200,00
De 15.000 a 20.000	10.285,00	3.327,50	1.815,00	3.327,50	2.420,00	3.025,00	1.500,00
De 20.000 a 30.000	11.313,50	3.660,25	1.996,50	3.660,25	2.662,00	3.327,50	2.000,00
De 30.000 a 40.000	12.444,85	4.026,28	2.196,15	4.392,30	2.928,20	3.660,25	2.500,00
De 40.000 a 60.000	13.689,34	4.428,90	2.415,77	5.709,99	3.221,02	4.026,28	3.500,00
De 60.000 a 80.000	15.058,27	4.871,79	2.657,34	6.280,99	3.865,22	5.234,16	4.500,00
De 80.000 a 100.000	16.564,10	5.358,97	2.923,08	8.165,29	5.411,31	6.804,40	5.000,00
De 100.000 a 200.000	18.220,50	5.894,87	3.215,38	10.614,87	7.575,84	8.845,73	6.500,00
Acima de 200.000	20.042,56	6.484,36	3.536,92	13.799,33	10.606,17	11.499,44	9.000,00

PRAZO DE VALIDADE DO ORÇAMENTO: 60 dias

Belo Horizonte, 27 de julho de 2021,


RICARD FRANCO GONTIJO

GRUPO FACTO

A

À ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO - AMMESF**COTAÇÃO DE PREÇOS****Razão social: JAS CONSULTING ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA – ME****CNPJ: 04.979.689/0001-07****Endereço: Estrada Eduardo Valeriano Nardelli, 1850 – Ouro Fino Paulista – Ribeirão Pires - SP****Telefone: 11 98115-8652****Representante: João Abrão Jorge Filho.****Responsável pela cotação: Sandra Silva****7.1 LOTE 1 - VALORES REFERENTES AOS ÚLTIMOS 05 ANOS**

ITEM	Objeto	Valor estimado de recuperação para os municípios consorciados.	Valor máximo a ser pago para cada R\$1,00 (um real) recuperado	Remuneração máxima a ser paga com base no valor previsto a ser recuperado
1	Serviço de recuperação e incremento de receitas decorrentes de isenção de instituições financeiras, correspondentes bancários, cartórios, segmentos sensíveis a sonegação fiscal (academias, cinemas, construção civil, hotéis, farmácias de manipulação, instituições de ensino, pedagogos e planos de saúde) e grandes contribuintes;	33.000.000,0	R\$ 0,20	R\$ 6.600.000,00
2	Serviço de recuperação e incremento de receitas decorrentes de auditoria do Simples Nacional	8.026.310,05		R\$ 1.605.262,01

C


4/5
W

3	Serviços de revisão, compensação e recuperação de valores pagos indevidamente à receita federal do Brasil, em relação às contribuições previdenciárias - rat/sat/fap e verbas indenizatórias, dos exercícios não prescritos, incluindo a retificação das glip/scfip, adequação das alíquotas rat/fap dos últimos 05 anos e a suspensão dos pagamentos indevidos, conforme Lei 13.485/2017;	75.600.000,00	R\$ 0,20	R\$ 15.120.000,00
4	Assessoria tributária para cobrança da dívida ativa	44.900.000,00	R\$ 0,20	R\$ 8.980.000,00
5	Recuperação tributária referente a taxa de fiscalização e licença ambiental e taxa de fiscalização de localização e funcionamento	31.950.000,00	R\$ 0,20	R\$ 6.390.000,00
6	Auditoria da CFEM - Contribuição Financeira sobre Exploração Mineral	17.800.000,00	R\$ 0,20	R\$ 3.560.000,00
TOTAL		211.276.510,05	R\$ 0,20	R\$ 42.255.262,01

LOTE 2: VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO ASSESSORIA TRIBUTÁRIA MENSAL:

VALORES MÁXIMOS A SEREM PAGOS POR ATIVIDADES - POR MÊS (em R\$)

MUNICÍPIO COM POPULAÇÃO (HAB.)	Gestão do VAF	Gestão do ITR	Auditoria de planos de saúde	Auditoria de cartão de crédito e débito e operações de Leasing	Auditoria das empresas do Simples Nacional	Assessoria jurídica tributária	Auditoria ISSQN bancos
Até 5.000 hab	4.700,00	1.500,00	800,00	1.000,00	800,00	2.000,00	500,00
De 5.000 a 10.000	6.500,00	1.800,00	950,00	1.350,00	1.300,00	2.300,00	1.000,00
De 10.000 à 15.000	7.500,00	2.300,00	1.200,00	1.850,00	1.500,00	2.550,00	1.200,00
De 15.000 a 20.000	8.800,00	2.500,00	1.600,00	2.300,00	1.850,00	2.800,00	1.500,00
De 20.000 a 30.000	9.500,00	2.800,00	1.800,00	2.500,00	2.200,00	3.500,00	2.000,00
De 30.000 a 40.000	11.800,00	3.500,00	2.200,00	3.500,00	2.500,00	3.800,00	2.500,00



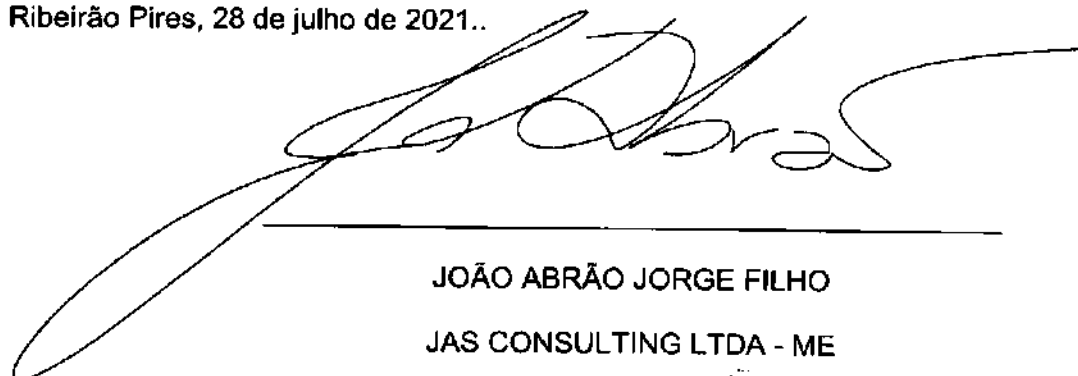
De 40.000 a 60.000	12.500,00	3.800,00	2.300,00	4.200,00	2.800,00	4.000,00	3.500,00
De 60.000 a 80.000	13.800,00	4.500,00	2.500,00	5.300,00	3.100,00	4.200,00	4.500,00
De 80.000 a 100.000	14.200,00	5.800,00	2.900,00	5.500,00	4.800,00	5.200,00	5.000,00
De 100.000 a 200.000	15.800,00	6.200,00	3.200,00	6.100,00	5.200,00	5.800,00	6.500,00
Acima de 200.000	20.880,00	6.500,00	3.800,00	7.600,00	8.100,00	7.600,00	9.000,00

Todas as despesas relativas à presente prestação de serviços e demais custos diretos e indiretos estão inclusos na presente proposta.

Forma de Pagamento: Após efetiva recuperação dos créditos

Validade da proposta: 60 dias.

Ribeirão Pires, 28 de julho de 2021..



JOÃO ABRÃO JORGE FILHO

JAS CONSULTING LTDA - ME

04.979.689/0001-07

JAS CONSULTING

Assessoria e Consultoria Ltda.

Estrada Eduardo Valeriano Nardelli, 1850

Ouro Fino - SP - CEP: 09.445-000

Ribeirão Pires - SP

COTAÇÃO DE PREÇOS**A Associação dos Municípios da Bacia do Médio São Francisco - AMMESF,**

É com enorme satisfação que encaminhamos a proposta de preços da empresa Taylor Tecnologia EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº. 33.238.406/0001-66, localizada na Rua Fluorina, 710, Paraíso, CEP 30.270.380, na cidade de Belo Horizonte - MG, conforme segue abaixo:

LOTE 1 - VALORES REFERENTES AOS ÚLTIMOS 05 ANOS

1	Serviço de recuperação e incremento de receitas decorrentes de issqn de instituições financeiras, correspondentes bancários, cartórios, segmentos sensíveis a sonegação fiscal (academias, cinemas, construção civil, hotéis, farmácias de manipulação, instituições de ensino, pedágios e planos de saúde) e grandes contribuintes;	R\$ 33.000.000,00	R\$ 0,20	R\$ 6.600.000,00
2	Serviço de recuperação e incremento de receitas decorrentes de auditoria do Simples Nacional	R\$ 8.026.310,05	R\$ 0,20	R\$ 1.605.262,01
3	Serviços de revisão, compensação e recuperação de valores pagos indevidamente à receita federal do brasil, em relação às contribuições previdenciárias – rat/sat/fap e verbas indenizatórias, dos exercícios não prescritos, incluindo a retificação das gfip/sefip, adequação das alíquotas rat/fap dos últimos 05 anos e a suspensão dos pagamentos indevidos, conforme lei 13.485/2017;	R\$ 75.600.000,00	R\$ 0,20	R\$ 15.120.000,00



4	Assessoria tributária para cobrança da dívida ativa	R\$ 44.900.000,00	R\$ 0,20	R\$ 8.980.000,00
5	Recuperação tributária referente a taxa de fiscalização e licença ambiental e taxa de fiscalização de localização e funcionamento.	R\$ 31.950.000,00	R\$ 0,20	R\$ 6.390.000,00
6	Auditoria da CFEM – Contribuição Financeira sobre Exploração Mineral	R\$ 17.800.000,00	R\$ 0,20	R\$ 3.560.000,00
TOTAL		R\$ 211.276.310,05		R\$ 42.255.262,00

**LOTE 2: VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO ASSESSORIA TRIBUTÁRIA MENSAL:**

MUNICÍPIO COM POPULAÇÃO (HAB.)	Gestão do VAF	Gestão do ITR	Auditoria de planos de saúde	Auditoria de cartão de crédito e débito e operações de Leasing	Auditoria das empresas do Simples Nacional	Assessoria jurídica tributária	Auditoria ISSQN bancos
Até 5.000 hab	4.500,00	2.500,00	1.000,00	1.500,00	1.000,00	2.000,00	500,00
De 5.000 a 10.000	6.500,00	2.750,00	1.500,00	1.750,00	1.500,00	2.500,00	1.000,00
De 10.000 à 15.000	8.350,00	3.025,00	1.650,00	2.025,00	2.200,00	2.750,00	1.200,00
De 15.000 a 20.000	10.285,00	3.327,50	1.815,00	3.327,50	2.420,00	3.025,00	1.500,00
De 20.000 a 30.000	11.313,50	3.660,25	1.996,50	3.660,25	2.662,00	3.327,50	2.000,00
De 30.000 a 40.000	12.444,85	4.026,28	2.196,15	4.392,30	2.928,20	3.660,25	2.500,00
De 40.000 a 60.000	13.689,34	4.428,90	2.415,77	5.709,99	3.221,02	4.026,28	3.500,00
De 60.000 a 80.000	15.058,27	4.871,79	2.657,34	6.280,99	3.865,22	5.234,16	4.500,00
De 80.000 a 100.000	16.564,10	5.358,97	2.923,08	8.165,29	5.411,31	6.804,40	5.000,00
De 100.000 a 200.000	18.220,50	5.894,87	3.215,38	10.614,87	7.575,84	8.845,73	6.500,00
Acima de 200.000	20.042,56	6.484,36	3.536,92	13.799,33	10.606,17	11.499,44	9.000,00

A validade da proposta até de 60(sessenta) dias.

Belo Horizonte (MG), 28 de Julho de 2021.


RAFAEL SILVA GONÇALVES

Rua Fluorina, 710, Paraíso, Belo Horizonte - MG

CEP 30.270.380

Tel: 31 9 9294 9100 / 31 3542 5764

www.taylortecnologia.com.br

LOTE 01

Pirapora 29 de julho de 2021

Higdor Emanuel Waldolato

Assessoria Administrativa em Licitações

50

APURAÇÃO PREÇO MÉDIO

LOTE 02

MUNICÍPIO COM POPULAÇÃO ATÉ 5.000 HABITANTES

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	EMPRESA A	EMPRESA B	EMPRESA C	EMPRESA D	PREÇO MÉDIO GLOBAL
1	Gestão do VAF	R\$ 5.175,00	R\$ 4.500,00	R\$ 4.700,00	R\$ 4.500,00	R\$ 4.718,75
2	Gestão do ITR	R\$ 2.875,00	R\$ 2.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.343,75
3	Auditoria de planos de saúde	R\$ 1.215,00	R\$ 1.000,00	R\$ 800,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.003,75
4	Auditoria de cartão de crédito e débito e operações de Leasing	R\$ 1.725,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.431,25
5	Auditoria das empresas do Simples Nacional	R\$ 1.215,00	R\$ 1.000,00	R\$ 800,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.003,75
6	Assessoria jurídica tributária	R\$ 2.380,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.095,00
7	Auditoria ISSQN bancos	R\$ 730,00	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 557,50

MUNICÍPIO COM POPULAÇÃO DE 5.000 A 10.000 HABITANTES

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	EMPRESA A	EMPRESA B	EMPRESA C	EMPRESA D	PREÇO MÉDIO GLOBAL
1	Gestão do VAF	R\$ 7.215,00	R\$ 6.500,00	R\$ 6.500,00	R\$ 6.500,00	R\$ 6.678,75
2	Gestão do ITR	R\$ 3.050,00	R\$ 2.750,00	R\$ 1.800,00	R\$ 2.750,00	R\$ 2.587,50
3	Auditoria de planos de saúde	R\$ 1.700,00	R\$ 1.500,00	R\$ 950,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.412,50
4	Auditoria de cartão de crédito e débito e operações de Leasing	R\$ 2.015,00	R\$ 1.750,00	R\$ 1.350,00	R\$ 1.750,00	R\$ 1.716,25
5	Auditoria das empresas do Simples Nacional	R\$ 1.700,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.300,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.162,50
6	Assessoria jurídica tributária	R\$ 2.775,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.300,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.518,75
7	Auditoria ISSQN bancos	R\$ 1.150,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.037,50

MUNICÍPIO COM POPULAÇÃO DE 10.000 A 15.000 HABITANTES

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	EMPRESA A	EMPRESA B	EMPRESA C	EMPRESA D	PREÇO MÉDIO GLOBAL
1	Gestão do VAF	R\$ 9.362,00	R\$ 8.350,00	R\$ 7.500,00	R\$ 8.350,00	R\$ 8.390,50
2	Gestão do ITR	R\$ 3.388,00	R\$ 3.025,00	R\$ 2.300,00	R\$ 3.025,00	R\$ 2.934,50
3	Auditoria de planos de saúde	R\$ 1.832,00	R\$ 1.650,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.650,00	R\$ 1.583,00
4	Auditoria de cartão de crédito e débito e operações de Leasing	R\$ 2.250,00	R\$ 2.025,00	R\$ 1.850,00	R\$ 2.025,00	R\$ 2.037,50
5	Auditoria das empresas do Simples Nacional	R\$ 2.460,00	R\$ 2.200,00	R\$ 1.500,00	R\$ 2.200,00	R\$ 2.090,00
6	Assessoria jurídica tributária	R\$ 3.080,00	R\$ 2.750,00	R\$ 2.550,00	R\$ 2.750,00	R\$ 2.782,50
7	Auditoria ISSQN bancos	R\$ 1.350,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.237,50

MUNICÍPIO COM POPULAÇÃO DE 15.000 A 20.000 HABITANTES

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	EMPRESA A	EMPRESA B	EMPRESA C	EMPRESA D	PREÇO MÉDIO GLOBAL
1	Gestão do VAF	R\$ 11.622,00	R\$ 10.285,00	R\$ 8.800,00	R\$ 10.285,00	R\$ 10.248,00
2	Gestão do ITR	R\$ 3.760,00	R\$ 3.327,50	R\$ 2.500,00	R\$ 3.327,50	R\$ 3.228,75
3	Auditoria de planos de saúde	R\$ 2.060,00	R\$ 1.815,00	R\$ 1.600,00	R\$ 1.815,00	R\$ 1.822,50
4	Auditoria de cartão de crédito e débito e operações de Leasing	R\$ 3.760,00	R\$ 3.327,50	R\$ 2.300,00	R\$ 3.327,50	R\$ 3.178,75
5	Auditoria das empresas do Simples Nacional	R\$ 2.730,00	R\$ 2.420,00	R\$ 1.850,00	R\$ 2.420,00	R\$ 2.355,00
6	Assessoria jurídica tributária	R\$ 3.420,00	R\$ 3.025,00	R\$ 2.800,00	R\$ 3.025,00	R\$ 3.067,50
7	Auditoria ISSQN bancos	R\$ 1.700,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.560,00

35

[Handwritten signature]

MUNICÍPIO COM POPULAÇÃO DE 20.000 A 30.000 HABITANTES

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	EMPRESA A	EMPRESA B	EMPRESA C	EMPRESA D	PREÇO MÉDIO GLOBAL
1	Gestão do VAF	R\$ 12.900,00	R\$ 11.313,50	R\$ 9.500,00	R\$ 11.313,50	R\$ 11.256,75
2	Gestão do ITR	R\$ 4.170,00	R\$ 3.660,25	R\$ 2.800,00	R\$ 3.660,25	R\$ 3.572,63
3	Auditoria de planos de saúde	R\$ 2.270,00	R\$ 1.996,50	R\$ 1.800,00	R\$ 1.996,50	R\$ 2.015,75
4	Auditoria de cartão de crédito e débito e operações de Leasing	R\$ 4.170,00	R\$ 3.660,25	R\$ 2.500,00	R\$ 3.660,25	R\$ 3.497,63
5	Auditoria das empresas do Simples Nacional	R\$ 3.050,00	R\$ 2.662,00	R\$ 2.200,00	R\$ 2.662,00	R\$ 2.643,50
6	Assessoria jurídica tributária	R\$ 3.790,00	R\$ 3.327,50	R\$ 3.500,00	R\$ 3.327,50	R\$ 3.486,25
7	Auditoria ISSQN bancos	R\$ 2.280,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.070,00

MUNICÍPIO COM POPULAÇÃO DE 30.000 A 40.000 HABITANTES

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	EMPRESA A	EMPRESA B	EMPRESA C	EMPRESA D	PREÇO MÉDIO GLOBAL
1	Gestão do VAF	R\$ 13.600,00	R\$ 12.444,85	R\$ 11.800,00	R\$ 12.444,85	R\$ 12.572,43
2	Gestão do ITR	R\$ 4.400,00	R\$ 4.026,28	R\$ 3.500,00	R\$ 4.026,28	R\$ 3.988,14
3	Auditoria de planos de saúde	R\$ 2.400,00	R\$ 2.196,15	R\$ 2.200,00	R\$ 2.196,15	R\$ 2.248,08
4	Auditoria de cartão de crédito e débito e operações de Leasing	R\$ 4.800,00	R\$ 4.392,30	R\$ 3.500,00	R\$ 4.392,30	R\$ 4.271,15
5	Auditoria das empresas do Simples Nacional	R\$ 3.200,00	R\$ 2.928,20	R\$ 2.500,00	R\$ 2.928,20	R\$ 2.889,10
6	Assessoria jurídica tributária	R\$ 3.980,00	R\$ 6.660,25	R\$ 3.800,00	R\$ 3.660,25	R\$ 4.525,13
7	Auditoria ISSQN bancos	R\$ 2.725,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.556,25

MUNICÍPIO COM POPULAÇÃO DE 40.000 A 60.000 HABITANTES

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	EMPRESA A	EMPRESA B	EMPRESA C	EMPRESA D	PREÇO MÉDIO GLOBAL
1	Gestão do VAF	R\$ 14.780,00	R\$ 13.689,00	R\$ 12.500,00	R\$ 13.689,34	R\$ 13.664,59
2	Gestão do ITR	R\$ 4.800,00	R\$ 4.428,90	R\$ 3.800,00	R\$ 4.428,90	R\$ 4.364,45
3	Auditoria de planos de saúde	R\$ 2.610,00	R\$ 2.415,77	R\$ 2.300,00	R\$ 2.415,77	R\$ 2.435,39
4	Auditoria de cartão de crédito e débito e operações de Leasing	R\$ 6.200,00	R\$ 5.709,99	R\$ 4.200,00	R\$ 5.709,99	R\$ 5.455,00
5	Auditoria das empresas do Simples Nacional	R\$ 3.470,00	R\$ 3.221,02	R\$ 2.800,00	R\$ 3.221,02	R\$ 3.178,01
6	Assessoria jurídica tributária	R\$ 4.350,00	R\$ 4.026,28	R\$ 4.000,00	R\$ 4.026,28	R\$ 4.100,64
7	Auditoria ISSQN bancos	R\$ 3.780,00	R\$ 3.500,00	R\$ 3.500,00	R\$ 3.500,00	R\$ 3.570,00

MUNICÍPIO COM POPULAÇÃO DE 60.000 A 80.000 HABITANTES

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	EMPRESA A	EMPRESA B	EMPRESA C	EMPRESA D	PREÇO MÉDIO GLOBAL
1	Gestão do VAF	R\$ 16.500,00	R\$ 15.058,27	R\$ 13.800,00	R\$ 15.058,27	R\$ 15.104,14
2	Gestão do ITR	R\$ 5.360,00	R\$ 4.871,79	R\$ 4.500,00	R\$ 4.871,79	R\$ 4.900,90
3	Auditoria de planos de saúde	R\$ 2.930,00	R\$ 2.657,34	R\$ 2.500,00	R\$ 2.657,34	R\$ 2.686,17
4	Auditoria de cartão de crédito e débito e operações de Leasing	R\$ 6.910,00	R\$ 6.280,99	R\$ 5.300,00	R\$ 6.280,99	R\$ 6.193,00
5	Auditoria das empresas do Simples Nacional	R\$ 4.250,00	R\$ 3.865,22	R\$ 3.100,00	R\$ 3.865,22	R\$ 3.770,11
6	Assessoria jurídica tributária	R\$ 5.750,00	R\$ 5.234,16	R\$ 4.200,00	R\$ 5.234,16	R\$ 5.104,58
7	Auditoria ISSQN bancos	R\$ 4.950,00	R\$ 4.500,00	R\$ 4.500,00	R\$ 4.500,00	R\$ 4.612,50

MUNICÍPIO COM POPULAÇÃO DE 80.000 A 100.000 HABITANTES

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	EMPRESA A	EMPRESA B	EMPRESA C	EMPRESA D	PREÇO MÉDIO GLOBAL
------	----------------	-----------	-----------	-----------	-----------	--------------------

32

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	EMPRESA A	EMPRESA B	EMPRESA C	EMPRESA D	PREÇO MÉDIO GLOBAL
1	Gestão do VAF	R\$ 18.220,00	R\$ 16.564,10	R\$ 14.200,00	R\$ 16.564,10	R\$ 16.387,05
2	Gestão do ITR	R\$ 5.900,00	R\$ 5.358,97	R\$ 5.800,00	R\$ 5.385,97	R\$ 5.611,24
3	Auditoria de planos de saúde	R\$ 3.215,00	R\$ 2.923,08	R\$ 2.900,00	R\$ 2.923,08	R\$ 2.990,29
4	Auditoria de cartão de crédito e débito e operações de Leasing	R\$ 8.910,00	R\$ 8.165,29	R\$ 5.500,00	R\$ 8.165,29	R\$ 7.685,15
5	Auditoria das empresas do Simples Nacional	R\$ 5.950,00	R\$ 5.411,31	R\$ 4.800,00	R\$ 5.411,31	R\$ 5.393,16
6	Assessoria jurídica tributária	R\$ 7.490,00	R\$ 6.804,40	R\$ 5.200,00	R\$ 6.804,40	R\$ 6.574,70
7	Auditoria ISSQN bancos	R\$ 5.500,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.125,00

MUNICÍPIO COM POPULAÇÃO DE 100.000 A 200.000 HABITANTES

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	EMPRESA A	EMPRESA B	EMPRESA C	EMPRESA D	PREÇO MÉDIO GLOBAL
1	Gestão do VAF	R\$ 20.050,00	R\$ 18.220,50	R\$ 15.800,00	R\$ 18.220,50	R\$ 18.072,75
2	Gestão do ITR	R\$ 6.480,00	R\$ 5.894,87	R\$ 6.200,00	R\$ 5.894,87	R\$ 6.117,44
3	Auditoria de planos de saúde	R\$ 3.540,00	R\$ 3.215,38	R\$ 3.200,00	R\$ 3.125,38	R\$ 3.270,19
4	Auditoria de cartão de crédito e débito e operações de Leasing	R\$ 11.700,00	R\$ 10.614,87	R\$ 6.100,00	R\$ 10.614,87	R\$ 9.757,44
5	Auditoria das empresas do Simples Nacional	R\$ 8.330,00	R\$ 7.575,84	R\$ 5.200,00	R\$ 7.575,84	R\$ 7.170,42
6	Assessoria jurídica tributária	R\$ 9.730,00	R\$ 8.845,73	R\$ 5.800,00	R\$ 8.845,73	R\$ 8.305,37
7	Auditoria ISSQN bancos	R\$ 7.150,00	R\$ 6.500,00	R\$ 6.500,00	R\$ 6.500,00	R\$ 6.662,50

MUNICÍPIO COM POPULAÇÃO ACIMA DE 200.000 HABITANTES

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	EMPRESA A	EMPRESA B	EMPRESA C	EMPRESA D	PREÇO MÉDIO GLOBAL
1	Gestão do VAF	R\$ 22.300,00	R\$ 20.042,56	R\$ 20.880,00	R\$ 20.042,56	R\$ 20.816,28
2	Gestão do ITR	R\$ 7.200,00	R\$ 6.484,36	R\$ 6.500,00	R\$ 6.484,36	R\$ 6.667,18
3	Auditoria de planos de saúde	R\$ 3.925,00	R\$ 3.536,92	R\$ 3.800,00	R\$ 3.536,92	R\$ 3.699,71
4	Auditoria de cartão de crédito e débito e operações de Leasing	R\$ 15.300,00	R\$ 13.799,33	R\$ 7.600,00	R\$ 13.799,33	R\$ 12.624,67
5	Auditoria das empresas do Simples Nacional	R\$ 11.800,00	R\$ 10.606,17	R\$ 8.100,00	R\$ 10.607,17	R\$ 10.278,34
6	Assessoria jurídica tributária	R\$ 12.700,00	R\$ 11.499,44	R\$ 7.600,00	R\$ 11.499,44	R\$ 10.824,72
7	Auditoria ISSQN bancos	R\$ 9.900,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.225,00
EMPRESA A		RJ GESTÃO EM NEGÓCIOS LTDA				
EMPRESA B		FACTO CONSULTORIA E TECNOLOGIA				
EMPRESA C		JAS CONSULTING ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA - ME				
EMPRESA D		TAYLOR TECNOLOGIA EIRELI				

Pirapora, 29 de julho de 2021

Higor Emanuel Cardoso

Assessoria Administrativa em Licitações

53

AUTORIZAÇÃO

Considerando a necessidade dos Municípios que pertencem a Bacia do Médio São Francisco em REGISTRAR PREÇO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TRIBUTÁRIA OPERACIONAL, OBJETIVANDO A IDENTIFICAÇÃO, APURAÇÃO, CONSTITUIÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DE RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO, COM AÇÃO PLANEJADA E TRANSPARENTE, VISANDO ASSEGURAR E MAXIMIZAR OS RESULTADOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.

Considerando levantamento de preços e que para Contratações COMPARTILHADAS não é preciso informar dotação Orçamentária e que serão os Municípios Contratantes que indicarão suas rubricas orçamentárias

AUTORIZO a abertura do Processo Administrativo/Licitatório para o objeto acima supracitado. Entretanto, recomendo à Comissão de Licitação, que observe a Legislação em vigor, em especial, quanto à necessidade da aquisição, bem como não se descuide de observar os princípios da **LEGALIDADE**, da **PUBLICIDADE**, da **ISONOMIA** e da **IMPESSOALIDADE**, com forma de possibilitar o controle interno, judicial e social, em todos os seus termos especialmente, que o procedimento licitatório seja devidamente autuado, protocolado e numerado.

29 de julho de 2021


Pedro Henrique Soares Braga
Presidente

55
w

CERTIDÃO DE AUTUAÇÃO

**Certifico que nesta data AUTUEI a Comunicação Interna do Presidente,
autorização e documentos preliminares para a abertura de Procedimento
Administrativo sobre o nº 03/2021.**

Pregão Presencial por registro de preços nº 01/2021

O referido é verdade e dou fé.

Pirapora, 29 de julho de 2021.

Higor Emanuel Waldolato

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº. : 03/2021
MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preços n. 01/2021
DATA DA REALIZAÇÃO: 12/08/2021
CONSULTAS AO EDITAL: www.ammesf.org.br
HORÁRIO PREVISTO PARA O INÍCIO DA SESSÃO: 10:00

A AMMESF – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO SÃO FRANCISCO, inscrito no CNPJ sob o no. 02.519.886/0001-00, com endereço à Av. Montes Claros, Nº 1.144, Bairro Nossa Senhora de Fátima, Pirapora – MG, Cep 39.274-116, torna público que realizará **licitação para registro de preço** na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo “menor preço”, com critério de julgamento “global”, objetivando a seleção da proposta mais vantajosa para eventual e futura contratação dos serviços descritos no Anexo I deste Edital, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, além de, subsidiariamente, da Lei Federal nº 8.666/93, , mediante as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório. Os trabalhos serão conduzidos pelo Sr. Higor Emanuel Waldolato, designado Pregoeiro, e pela Equipe de Apoio, designados através de Portaria própria anexada aos autos do procedimento.

ÓRGÃO GERENCIADOR: AMMESF – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO SÃO FRANCISCO.

ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

MUNICÍPIOS
Bocaiuva
Botumirim
Brasília de Minas
Buritizinho
Campo Azul
Capitão Enéas
Claro dos Poções
Cônego Marinho

R

57
W

Coração de Jesus
Cristália
Engenheiro Navarro
Francisco Dumont
Francisco Sá
Glaucilândia
Ibiaí
Ibiracatu
Icaraí de Minas
Itacambira
Jaíba
Januária
Joaquim Felício
Juramento
Lagoa dos Patos
Lassance
Lontra
Luislândia
Mamonas
Manga
Matias Cardoso
Miravânia
Patis
Pedras de Maria da Cruz
Pintópolis
Pirapora
Ponto Chique
Santa Fé de Minas
São Francisco
São João da Lagoa

W

São João da Ponte
São João do Pacuí
São Romão
Ubaí
Várzea da Palma

1 - IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

1.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão. Qualquer impugnação ao Edital deverá ser protocolada no prazo legal, não sendo admitida impugnação via fac-símile, e-mail ou por qualquer outro meio eletrônico.

1.2. Caso seja enviada impugnação via fac-símile ou e-mail, a mesma somente será válida mediante apresentação do original, dentro dos 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.

2 - OBJETO

O objeto desta licitação, com suas características e particularidades, encontram-se descritos no Anexo I deste Edital.

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar da presente licitação pessoas jurídicas, com objeto social compatível com o objeto e que na fase de habilitação comprove possuir os requisitos de qualificação exigidos neste edital, para execução do seu objeto.

3.2. Não poderão participar deste processo a licitante proponente que:

3.2.1. Tenha sido declarada inidônea por quaisquer órgãos da Administração Pública, Direta ou Indireta, suas Autarquias e Fundações enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade ou que esteja cumprindo suspensão do direito de licitar e de contratar com os Municípios.

3.2.2. Empresa ou firma cujo(s) diretor(es), responsável(is) técnico(s) ou sócio(s) seja(m) servidor, funcionário, empregado ou ocupante de cargo comissionado na Administração Municipal.

3.2.3. Empresas que estiverem sob falência, dissolução e/ou liquidação;

3.2.4. Empresas reunidas em consórcio ou grupo de empresas nacionais ou estrangeiras com subcontratação ou forma assemelhada.

3.3. Enquadramento na Lei Complementar nº 123/2006: As microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas que desejarem usufruir do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, deverão comprovar esta condição através de declaração ANEXA a este Edital, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da lei Complementar nº 123, de 2006, alterada pela Complementar nº 147, de 2014.

3.4. Para microempresas e empresas de pequeno porte, em cumprimento ao artigo 43, § 1º da Lei Complementar 123/2006, caso haja alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do momento que for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por mais 5 (cinco) dias úteis, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

3.5. A não regularização da documentação no prazo previsto no item 3.4, implicará na decadência do direito de prestação de serviços, sem prejuízo das sanções previstas em lei.

3.6. Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido em licitações concedido às microempresas e empresas de pequeno porte pela Lei Complementar n.º 123/2006, licitantes que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no artigo 3º da referida lei.

4 – DO CREDENCIAMENTO

4.1 – Para representar a Licitante na sessão, tratando-se de sócio proprietário deverá apresentar:

W
4

- a) o contrato social e sua última alteração ou ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura
- b) a carteira de identidade ou documento equivalente.

4.2 - Para representar a Licitante na sessão, tratando-se de Procurador, deverá apresentar:

- a) Carta de Credenciamento conforme **ANEXO** ou procuração, com firma reconhecida, dando poderes para apresentar proposta, formular lances e praticar todos os atos em direito admitidos e pertinentes ao certame em nome do licitante;
- b) Carteira de Identidade e CPF do sócio da empresa outorgante;
- c) O contrato social e alterações ou contrato consolidado ou outro instrumento de registro comercial em vigor, no qual estejam expressos seus poderes para outorga da procuração.
- d) carteira de identidade ou documento equivalente do Procurador.

4.3 - O credenciamento do licitante ou de seu representante legal junto ao Pregoeiro implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade legal para realização das transações inerentes ao Pregão Presencial.

4.4 - As empresas que não tiverem representante para participação da Sessão Pública do Pregão deverão apresentar as declarações anexas ao Edital, fora dos envelopes de proposta e habilitação e, automaticamente, terão seus preços finais registrados de acordo com os apresentados nas Propostas Comerciais, não podendo dar lances ou questionar sobre possíveis recursos administrativos.

4.5 - Deverá ser apresentado, junto ao credenciamento, declaração de habilitação e de inexistência de fato impeditivo conforme modelo **ANEXO DO EDITAL**.

4.6 - Os documentos exigidos neste instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da prefeitura.

5 - APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES – PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO

5.1. Os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços, exigidos neste Edital, deverão ser apresentados no dia da licitação, em envelopes pardos opacos, distintos e fechados, sob pena de desclassificação, contendo as seguintes indicações no seu anverso:

5

ENVELOPE 01 – PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO N. XXX/2021 ABERTURA DIA .../.../... ÀS... HORAS

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE

ENDEREÇO COMPLETO

CNPJ _____

EMAIL TELEFONE PARA CONTATO

ENVELOPE 02 – HABILITAÇÃO

PREGÃO N. XXX/2021 ABERTURA DIA .../.../... ÀS ... HORAS

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE

ENDEREÇO COMPLETO CNPJ _____

EMAIL TELEFONE PARA CONTATO

5.2. Em nenhuma hipótese será concedido novo prazo para a apresentação dos envelopes.

5.3. A Prefeitura não se responsabiliza por envelopes endereçados via postal ou por outras formas, entregue em local diverso do determinado, e que, por este motivo, não chegue na data e horário previsto no preâmbulo deste Instrumento Convocatório.

5.4. O protocolo dos envelopes implica a aceitação dos termos do Edital, seus anexos e instruções, bem como a observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas, gerais ou especiais, aplicáveis.

6 - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL E JULGAMENTO

6.1. A apresentação da proposta comercial no presente certame licitatório será considerada como evidência de que a licitante proponente examinou completamente o edital e todos os seus anexos, que os comparou entre si, que obteve todas as informações satisfatórias sobre qualquer ponto duvidoso, permitindo preparar a proposta comercial de maneira completa.

6.2. Este envelope deverá ser apresentado da seguinte forma: Envelope 1 - "PROPOSTA COMERCIAL", em uma única via, obedecendo as seguintes exigências:

6.2.1. Carta de Apresentação da Proposta, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo representante legal da licitante, como também rubricadas todas as suas folhas,

6

usando preferencialmente o modelo ANEXO DO EDITAL, devendo conter:

6.2.1.1. O Valor proposto para execução do objeto, numericamente e por extenso.

6.2.1.2. Prazo de validade da proposta comercial que não poderá ser inferior a 60 dias, contados a partir da entrega dos envelopes contendo a proposta comercial e os documentos de habilitação. Decorrido o prazo de validade da proposta, sem convocação para prestação de serviços, fica a licitante proponente liberada dos compromissos assumidos.

6.2.1.3. A AMMESF poderá solicitar prorrogação do prazo de validade das propostas. Tanto a solicitação quanto a respectiva resposta deverão ser realizadas por escrito, não sendo admitida, entretanto, nenhuma outra alteração na proposta, por ocasião da concordância de prorrogação de prazo.

6.3 - Prazo de fornecimento e pagamento de acordo com o estipulado neste edital.

6.4 - Computar encargos sociais e fiscais, lucros e quaisquer outras despesas incidentes sobre o fornecimento do objeto licitado. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidas na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os respectivos materiais, serem fornecidos sem ônus adicionais.

7 - CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº. 02)

O envelope n.º 02 (Documentação) deverá conter, obrigatoriamente, os documentos a seguir, que dizem respeito à habilitação institucional e legal da licitante proponente. Eles devem estar autenticados por cartório competente. No caso de fotocópias simples deverão estar acompanhadas dos respectivos originais, para verificação e autenticação pelo Pregoeiro.

7.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.1.1. A empresa interessada em participar do certame deverá possuir registro na Ordem dos advogados do Brasil, comprovando mediante certidão emitida há no máximo 60 dias.

7.1.2. Apresentar o ato constitutivo, estatuto ou contrato social na íntegra e em vigor.

acompanhado de todas as alterações ou consolidado.

7.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.2.2. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante;

7.2.3. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante;

7.2.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), abrangendo inclusive as contribuições previdenciárias e de terceiros;

7.2.5. Comprovante de inscrição municipal do domicílio ou sede do licitante;

7.2.6. Prova de regularidade fiscal relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

7.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Positiva com efeito de Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho – CDNT (Lei 12.440/11.).

7.3. QUALIFICAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA

7.3.1. As licitantes deverão apresentar prova das seguintes qualificações econômico-financeiras:

7.3.1.1. Certidão negativa de falência e concordata, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida, no máximo, 60 (sessenta) dias antes da data fixada para entrega das propostas, devendo a mesma abranger os processos judiciais eletrônicos.

7.3.1.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (2020), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua

64
W

substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou outro indicador que o venha substituir, o balanço deverá estar registrado na OAB, assinado pelo sócio, pelo contador da empresa e apresentar a Certidão de Regularidade do Contador.

7.3.1.3. A Comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis abaixo previstos¹:

1. Índice de Liquidez Corrente - ILC - igual ou superior a 1,0:

$$ILC = \frac{AC}{PC}, \text{ onde}$$

AC = Ativo Circulante;
PC = Passivo Circulante.

2. Índice de Liquidez Geral - ILG - igual ou superior a 1,0:

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}, \text{ onde}$$

AC = Ativo Circulante;
RLP = Realizável a Longo Prazo;
PC = Passivo Circulante;
ELP = Exigível a Longo Prazo.

3. Índice de Endividamento Geral – igual ou menor a 1,0:

$$IET = \frac{PC + ELP}{AT}, \text{ onde}$$

¹ Índices usualmente exigidos no mercado, na forma prevista na Instrução Normativa no 02 de 11 de outubro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

65
W

PC = Passivo Circulante;
ELP = Exigível a Longo Prazo.
AT = Ativo Total

7.3.2. A qualificação econômico-financeira aqui prevista visa, nos termos da lei, demonstrar a solvência da futura contratada e aferir se a licitante terá capacidade garantir a futura adimplência contratual e as respectivas obrigações decorrentes de erro na execução.

7.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.4.1. As licitantes deverão apresentar prova das seguintes qualificações técnicas:

7.4.1.1. Apresentação de pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, cujas características sejam semelhantes aos serviços, objeto deste edital, incluindo todos os serviços, inclusive a recuperação de créditos decorrente da TFL – taxa de fiscalização e localização das estações rádio base, haja vista a peculiaridade deste trabalho.

7.4.1.2. Demonstrar que a licitante possui equipe técnica, nos termos do art. 30 da Lei 8.666/93, composta por:

- a) 01 (um) contador regularmente inscrito no Conselho Regional de Contabilidade;
- b) 01 advogado regularmente inscrito na Ordem dos advogados do Brasil;
- c) 01 engenheiro civil, 01 engenheiro ambiental e 01 geógrafo, todos esses essenciais à execução da auditoria das Operadoras de Telefonia Móvel (recuperação das taxas TFL/TFLA, ISSQN e IPTU).

7.4.1.3. O vínculo da equipe deverá ser comprovado mediante apresentação de um dos documentos abaixo:

c.1) cópia da CTPS (Carteira Profissional) acompanhada da Ficha de Registro de Empregados;

c.2.) cópia do Contrato Social, se for membro do quadro societário;

10

c.3) cópia do contrato de prestação de serviços dentro da validade e com firma reconhecida das partes.

7.4.1.4. A comprovação da regularidade junto ao Órgão de Classe do Profissional vinculado à licitante (CRC, OAB e CREA) deverá ser feita mediante apresentação da Certidão de Regularidade emitida por estes órgãos, dentro da validade.

7.5. DAS DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS

Deverão constar ainda no envelope de habilitação:

7.5.1. Declaração da Empresa Licitante de que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no Processo Licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme modelo anexo.

7.5.2. As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que pretenderem utilizar as prerrogativas da Lei Complementar nº 123/2006 deverão apresentar declaração de que se enquadra em uma dessas condições, conforme modelo anexo.

7.5.3. Declaração da Empresa Licitante assinada pelo responsável legal, de que não emprega mão de obra de menores, ou, empregando-a, cumpre o disposto no inciso I do §3º. do artigo 227, com observância da norma estatuída no inciso XXXIII do artigo 7º, ambos da Constituição Federal, conforme modelo anexo.

7.6. DISPOSIÇÕES GERAIS

7.6.1. Os documentos a serem apresentados na fase de Habilitação devem pertencer especificamente à Matriz ou à Filial, não sendo aceita parte da documentação de uma e parte de outra, sob pena de inabilitação, salvo aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da Matriz.

7.6.2. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por meio de Cartório competente, ou publicação em órgão da Imprensa Oficial, ou por servidor da Administração (desde que a Licitante apresente os originais).

7.6.3. Documentos emitidos pela Internet somente serão aceitos no original e terão sua autenticidade certificada junto aos sites dos órgãos emissores, para fins de

habilitação.

7.6.4. As certidões apresentadas com validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente. As certidões que não possuem prazo de validade, somente serão aceitas com data não excedente a 30 (trinta) dias de antecedência da data prevista para apresentação das propostas.

7.6.5. A falta de quaisquer dos documentos ou o descumprimento das exigências previstas no Edital implicará na INABILITAÇÃO da licitante.

8 - DO PROCESSAMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

8.1. Após a fase de credenciamento o (a) Pregoeiro (a) procederá à abertura dos envelopes de Propostas Comerciais, para verificação do atendimento das condições de aceitabilidade previstas neste edital. Serão adotados os seguintes critérios de aceitabilidade da proposta comercial, no momento do julgamento respectivo:

8.1.1. Conformidade das especificações constantes na proposta com a prevista neste edital.

8.1.2. Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço.

8.1.3. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços manifestamente inexequíveis, não atenderem as disposições contidas neste edital, não se refira a integralidade do objeto da licitação, apresentarem preço superestimado ou manifestamente inexequível ou que contenha em seu texto rasuras, emendas, borrões, entrelinhas, irregularidade ou defeito de linguagem.

8.2. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital.

8.3. Em seguida classificará a proposta comercial da licitante proponente de menor preço e aquelas que tenham apresentado propostas comerciais em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à de menor preço, até o limite de três empresas.

8.4. Para fins de classificação para a etapa de lances, havendo empate entre 02 (duas) ou mais propostas, o desempate se fará através de sorteio, respeitado o direito de preferência das microempresas, empresas de pequeno porte e as empresas equiparadas.

8.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem

anterior, a Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes até o máximo de três, para que as licitantes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

8.6. Individualmente convidadas pelo Pregoeiro, as licitantes classificadas na forma sequencial, a partir da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de classificação, apresentarão lances verbais.

8.7. A desistência em apresentar lance verbal, quando convidada pelo Pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.8. Caso não se realize lance verbal será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a prestação de serviços que reflete na prévia pesquisa de mercado.

8.9. Findos os lances verbais, o Pregoeiro verificará a compatibilidade do preço ofertado com o praticado no mercado e, motivadamente, decidirá sobre a sua aceitação. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital, a proposta será desclassificada.

8.10. Aceita a proposta, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope de habilitação, para fim de conferência do atendimento às condições de habilitação.

8.11. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital acerca da habilitação, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto desta licitação.

8.12. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração da proposta comercial que atenda a Prefeitura, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicada o objeto.

8.13. O Pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante proponente para que seja obtido melhor preço.

8.14. No caso de empate entre 02 (duas) ou mais propostas, dentre as que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à de menor preço, o desempate se fará através de sorteio, para que se determine qual a

empresa que ofertará o primeiro lance verbal, respeitado o direito de preferência das microempresas, empresas de pequeno porte e empresas equiparadas.

8.15 - Atendendo aos termos da Lei Complementar nº123/2006, de 14/12/2006, após a etapa de lances, sendo verificada a ocorrência de empate ficto, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e empresas equiparadas. Entende-se por empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta melhor classificada.

8.16 - Ocorrendo empate ficto, assim proceder-se-á:

8.16.1 - A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para, querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo de 05(cinco) minutos, após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

8.16.2 - Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma de subitem anterior, serão convocadas as remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito e no mesmo prazo.

8.17 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes neste edital.

9 - DOS RECURSOS

9.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será dado o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.3 - Quaisquer recursos relativos a esta licitação deverão ser protocolados no prazo legal, não sendo admitidos recursos via e-mail ou por qualquer outro meio eletrônico. Caso seja enviado recurso via e-mail, o mesmo somente será válido

14

70
w

mediante apresentação do original, dentro dos 3 (três) dias úteis concedidos ao recorrente.

9.4 – Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no setor de licitações da Prefeitura.

10 - HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

10.1. Inexistindo manifestação recursal, o (a) **Pregoeiro (a)** adjudicará o objeto ao licitante vencedor, e caberá à autoridade competente homologar o procedimento licitatório.

10.2 - Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

10.3. Nos termos do art. 49 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, aplicada subsidiariamente a esta modalidade por força do art. 9º da Lei Federal nº 10.520, de 2002, a autoridade poderá revogar a licitação, por interesse público e conveniência administrativa, ou anular o certame quando verificado ilegalidade na prática de seus atos, tudo devidamente fundamentado.

11 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 As obrigações recíprocas entre o AMMESF e a licitante vencedora, futura adjudicatária, serão definidas na Ata de Registro de Preços, de acordo com a minuta inclusa neste edital.

11.2. A licitante vencedora, (doravante adjudicatária), será convocada no prazo máximo de 05 (cinco) dias, após a homologação e adjudicação do presente processo, prorrogáveis por mais 05 (cinco) dias, se necessário, para assinar a Ata de Registro de Preço.

11.3. A recusa da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preço no prazo assinalado no item 11.2, permitirá que a autoridade competente do proclame a extinção dos efeitos jurídicos do ato de homologação, adjudicação e classificação definitiva, sem prejuízo das penalidades constantes neste edital, quando então o processo retornará à Pregoeiro para negociação com as demais licitantes proponentes para obter a seleção da melhor proposta comercial.

15
w



11.4. A Ata de Registro de Preço a ser firmada poderá ser alterada nos casos previstos no art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/1993, desde que haja interesse do AMMESF com a apresentação das devidas justificativas.

11.5. Farão parte integrante da Ata de Registro de Preço, independentemente de sua transcrição, as cláusulas deste edital e os termos da proposta comercial da contratada.

11.6. Verificando-se a presença de força maior ou caso fortuito, nos exatos termos do Código Civil Brasileiro, a contratada se obriga a comunicar, por escrito, ao AMMESF, a ocorrência do evento, suspendendo-se a Ata de Registro de Preço. Findo os motivos que determinaram a força maior ou caso fortuito, a Ata de Registro de Preço estender-se-á por período de tempo necessário à ampla execução do objeto.

11.7. A Ata de Registro de Preço deverá constar referência ao ato que autorizou a sua lavratura, ao número deste pregão, bem como do processo administrativo que versou sobre a sua tramitação.

11.8. Este edital, a proposta comercial da licitante vencedora e a Ata de Registro de Preço passam a ter força de contrato para todos os efeitos legais.

11.9. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.


11.10. A vigência da ata será de 12 (doze) meses contados da assinatura, podendo o contrato ter sua vigência prorrogada nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93.

12 - CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

12.1. A Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada, garantida a prévia defesa e o contraditório, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses.

12.1.1 Pela AMMESF, quando:

a) O fornecedor não cumprir as exigências contidas no presente edital ou na Ata de Registro de Preço;



16

12

- b) O fornecedor não retirar ou assinar a Ata de Registro de Preço no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) Por razões de interesse público devidamente fundamentado;
- d) O fornecedor der causa à rescisão administrativa, da prestação de serviços decorrente do registro de preço, por um dos motivos elencados no artigo 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/1993.

12.1.2 Pelo fornecedor, quando na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

12.2. A solicitação do fornecedor para o cancelamento da Ata de Registro de Preço, não o desobriga do fornecimento do objeto, até a decisão final do AMMESF, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultado a aplicação das penalidades previstas neste edital, caso não aceitas as razões do pedido.

12.3. O cancelamento da Ata de Registro de Preço, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente, devidamente fundamentado, devendo a comunicação do cancelamento da Ata de Registro de Preço ser feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

13 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Na forma do artigo 22, do Decreto no 7.892/2013, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer Órgão ou Entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

13.2. Os Órgãos que desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o gerenciador para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

13.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador.

14 - DA FORMA DE PAGAMENTO

14.1. Os serviços serão remunerados pelo preço e na forma constante na proposta da licitante vencedora.

17

Sede: Pirapora - Av. Montes Claros, 1144 - B. N. Sra. Fátima - CEP 39274-116 - (38) 3741-3734

E-mail: licitacoesammesf@gmail.com - Visite: www.ammesf.org.br

14.2. O pagamento será realizado em moeda corrente nacional, até 05 (cinco) dias após a data da emissão da nota fiscal de prestação de serviços.

14.3. Os serviços serão executados mediante demandas eventuais e futuras, não gerando para a Administração Pública qualquer obrigatoriedade de contratação.

15 - DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO

15.1 O contrato respeitará integralmente o Termo de Referência, o Edital e a legislação vigente.

16 - DAS SANÇÕES

16.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da Empresa Vencedora, sujeitando-se, dentre outros, as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Municipal, nos termos do artigo 87, III da Lei nº 8.666/93;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

17 - DAS MULTAS

17.1. A Empresa vencedora sujeitar-se-á à multa nos seguintes casos, calculada sobre o valor total final do Contrato:

- a) caso venha incorrer em atraso na execução dos serviços, ser-lhe-á cominada multa de 0,034% (zero vírgula zero trinta e quatro por cento) por dia de atraso;
- b) caso venha se conduzir culposamente, infringindo por negligência, imprudência ou imperícia, as cláusulas do Contrato a ser firmado, ser-lhe-á cominada multa de 4% (quatro por cento);
- c) por se conduzir dolosamente durante a execução do serviço, ser-lhe-á cominada multa de 5% (cinco por cento);
- d) caso venha desistir da execução do serviço, ser-lhe-á cominada multa de 10% (dez por cento), sem prejuízo de outras cominações legais;

84
W

17.2. As multas serão descontáveis dos créditos que a Empresa tenha juntado aos Municípios. Inexistindo crédito, a multa terá natureza comum e seu inadimplemento, passível de execução judicial.

17.3. Serão considerados fatos de força maior, para a isenção de multa:

- a) Greve generalizada dos empregados da Licitante Vencedora;
- b) Interrupção dos meios normais de transportes que prejudique a execução do Contrato;
- c) Acidente que implique em retardamento da execução do serviço sem culpa por parte da Licitante Vencedora;
- d) Calamidades públicas;
- e) Interrupção da execução do Contrato por determinação e no interesse da Administração.
- f) outros casos que se enquadrem no Código Civil Brasileiro.

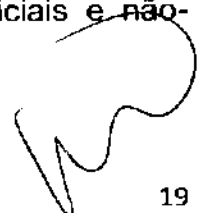
18 – FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

18.1 - As Licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução Ata de Registro e Preços, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira.

18.2 - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

18.3 - Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

- a) prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;



d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato; e

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. - Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de assinar o contrato ou o termo equivalente, não tendo solicitado prorrogação de prazo com justificativa aceita pelo Pregoeiro, este examinará as propostas subsequentes e a habilitação dos licitantes, segundo a ordem de classificação, até a apuração da proposta que atenda ao Edital, podendo ainda, negociar o preço.

19.2. - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

19.3. - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada ou tratar-se dos envelopes de licitantes desqualificados e envelopes "Documentação de Habilitação" de licitantes cujas propostas tenham sido desclassificadas.

19.4. - Toda a documentação apresentada neste Edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro, poderá ser considerado válido pela Equipe e Pregoeiro.

19.5. O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no art. 43, §3º da Lei Federal nº 8.666/1993.

19.6. O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou inabilitação do licitante.

W

47
w

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2021
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2021

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. APRESENTAÇÃO

A AMMESF – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO SÃO FRANCISCO é um Consórcio Público, de Direito Público, tendo sido constituído por meio do Protocolo de Intenções subscrito pelos municípios que desejaram se consorciar e consolidar o federalismo cooperativo estatuído no parágrafo único, do art. 23, de nossa Constituição.

A AMMESF se revela em importante instrumento no desenvolvimento de formas articuladas de gestão, planejamento e execução de ações e serviços públicos.

Acompanhando atentamente as demandas oriundas dos seus entes consorciados e ciente da sua capacidade institucional de ampliar seus braços de atuação, a Instituição emprega a multifinalidade de ações para atendimento em múltiplos campos, seja da saúde, assistência social, compras compartilhadas, licitações conjuntas etc.

Especificamente nas compras conjuntas e licitações compartilhadas, a AMMESF funciona como instrumento racionalizador procedimental e também como ferramenta de ganho de escala e escopo para os municípios consorciados, especializando-se no aperfeiçoamento dos procedimentos licitatórios e gerando melhor capacidade de negociação mercadológica à partir da conjunção das demandas de diversos municípios interessados em um mesmo produto ou serviço, o que lhe reveste de maior poder negocial, com evidente redução de valores. É o que se revela no presente Termo!

2. ÓRGÃOS PARTICIPANTES

- 2.1. A AMMESF – órgão gerenciador;
- 2.2. Municípios consorciados: órgãos participantes

w

78
w

MUNICÍPIOS
Bocaiuva
Botumirim
Brasília de Minas
Buritizeiro
Campo Azul
Capitão Enéas
Claro dos Poções
Cônego Marinho
Coração de Jesus
Cristália
Engenheiro Navarro
Francisco Dumont
Francisco Sá
Glaucilândia
Ibiaí
Ibiracatu
Icaraí de Minas
Itacambira
Jaíba
Januária
Joaquim Felício
Juramento
Lagoa dos Patos
Lassance
Lontra
Luislândia
Mamonas
Manga

Matias Cardoso
Miravânia
Patis
Pedras de Maria da Cruz
Pintópolis
Pirapora
Ponto Chique
Santa Fé de Minas
São Francisco
São João da Lagoa
São João da Ponte
São João do Pacuí
São Romão
Ubaí
Várzea da Palma

3 - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

É fato que os Consórcios contribuem, cada vez mais, para o aprimoramento das ações municipais relacionadas à gestão pública municipal, com otimização de recursos e ganho de escala e escopo.

A AMMESF possui uma grande malha de municípios associados e, enquanto órgão público tem como objetivo primordial atenuar aos problemas sociais relacionados aos seus associados e se revela um instrumento de gestão pública, especialmente, permitindo a implementação, desenvolvimento e consolidação de ações e serviços regionalizados.

Nesse sentido, o consorcio é uma importante ferramenta de planejamento e execução, sua maior finalidade é a superação das dificuldades operacionais da sazonalidade das demandas que lhe são apresentadas pelos entes consorciados.

Com a advento da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, Lei Complementar nº101/2000, estabeleceu-se procedimentos e regras bastante claros para a condução e gestão da disciplina fiscal para todos os níveis da administração pública direta, composta pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e ainda administração pública indireta. Penalidades administrativas previstas em legislação específica, para o caso de descumprimento de suas determinações, passaram a ser aplicadas sob várias formas.

A Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, denominada Lei de Crimes Fiscais (LCF), por outro lado, previu sanções penais exclusivas e pessoais ao administrador público que não observar e cumprir as regras estabelecidas da LRF. Assim, a responsabilidade na gestão fiscal disciplinada por esta lei compreende desde a elaboração das leis orçamentárias até a publicação de todos os relatórios exigidos, passando pela observação dos limites para contratação de pessoal e endividamento.

De forma abrangente, constata-se que a execução corriqueira dos programas que visam o saneamento das finanças por meio da qualificação dos gastos públicos e da alavancagem das fontes correntes de recursos, resultam em um crescimento da receita líquida em níveis inferiores ao crescimento da demanda por investimentos no montante reclamados pela população.

Mesmo atingindo parcialmente os objetivos econômicos-financeiros há que se considerar o efeito colateral dessas ações que acabam por tanger os agentes públicos na direção da formulação e implantação de mecanismos que aproximam os procedimentos internos da eficiência almejada para a gestão. Em paralelo o Estado deve explorar com maior eficiência algumas fontes consideradas, muitas vezes, de segunda linha, contudo, representam firmes oportunidades de reforçar sua capacidade de investimento por meio do aporte de recursos novos ou redução do endividamento.

É notório que um dos grandes problemas em relação à gestão das contas públicas e dos Gestores Públicos é o desequilíbrio entre Receitas e Despesas Correntes, gerando assim uma insuficiência de arrecadação e um baixo fluxo de verbas, no que tange as políticas públicas necessárias ao desenvolvimento, a sustentabilidade e ao equilíbrio fiscal.

A busca destes novos recursos é relegada ao segundo plano das atividades, devido ao seu elevado grau de complexidade e incerteza aliadas à necessidade expressiva mão de obra especializada, muitas vezes indisponível nos quadros funcionais dos Municípios.

Neste sentido, a vantagem para a Municipalidade advinda da cooperação técnica, ação de Empresa Privada, com conhecimento técnico e especializado na área previdenciária, tributária, pública e fiscal conduz a frutos imateriais, conhecimento adquirido nos procedimentos e processos, e materiais com dispêndios financeiros a título de remuneração pelos serviços prestados na medida proporcional, acertada em contrato, aos valores auferidos como fruto da realização do objeto contratual e quando percebido no erário público a efetiva entrada ou a redução da saída de recursos financeiros, buscando assim, o enfrentamento à escassez de recursos que impede a realização de diversas políticas públicas essenciais ao desenvolvimento dos Municípios, focado na construção da relação equilibrada entre os elementos de receita e despesa que compõe a matriz fiscal, além de promover a eventual recuperação de créditos em que o ente tenha direito.

Assim, considerando as reais possibilidades de redução do passivo faz-se necessário uma ampla e irrestrita revisão e auditoria de todo o passivo tributário e previdenciário, com vistas a obtenção da redução dos valores imputados por ação fiscal em períodos pretéritos.

A execução de um trabalho amplo e organizado potencializa as possibilidades de resultados financeiros, e o mais vantajoso, sem sobrecarregar em diligências específicas, minimizando os custos e maximizando os resultados. Nesse sentido é fundamental a contratação de serviços de consultoria técnica especializada, não havendo necessidade de criação de uma estrutura orgânica e própria para realização de um trabalho de reivindicação pontual, para o atendimento de um estoque represado, sendo que a solicitação corrente (dia a dia) do ente não possui pessoal e estrutura necessária para o atendimento.

Ademais, o atendimento dessa exigência pontual geraria custos desnecessários à estrutura governamental. Além disso, o tempo necessário para capacitação, implantação, ajustes, correção de procedimentos e até a efetiva recuperação tornaria onerosa a operação e exporia a administração o risco de um eventual fracasso, vez que se trata de serviço complexo em que o Ente não possui em seu quadro, funcionários em quantidade e com experiências e qualificações para o desempenho nos serviços ora em questão.

Todas essas atividades, insta mencionar, exigem a composição de equipe técnica especializada e referenciada nas atividades de auditoria, planejamento e organização, assim como de cobrança ou recuperação dos valores devidos.

Neste sentido, não dispondo de uma estrutura administrativa específica e direcionada, faz-se necessária a contratação de uma empresa especializada, com experiência no ramo para realização desse trabalho. Deve-se ter em conta que, o objeto que se pretende contratar é de natureza sazonal, tendo em vista que após realizado, a demanda prevista neste termo de Referência cessará.

Nesse importe, deve-se dar relevo também à escolha da modalidade licitatória, qual seja, pregão presencial para registro de preços, tendo em vista a viabilidade e economicidade manifestas.

A modalidade de licitação a ser adotada é o pregão presencial porque os serviços se amoldam ao conceito de serviço comum previsto na legislação aqui incidente (Lei n. 10.520/02):

"Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado".

Considerando que o pregão é pertinente para o objeto deste TR como se demonstra, é de se explicitar que as características do Sistema de Registro de Preços se adequam perfeitamente ao caso concreto no sentido de permitir à Administração Pública um melhor planejamento para as suas demandas, inclusive para aquelas denominadas de imprevistas.

É que o Registro de Preços, não sendo uma modalidade de licitação, consiste na tomada de um conjunto de procedimentos que ao final resultam tão somente na elaboração de uma Ata de Registro de Preços onde estão discriminados os serviços a serem contratados na execução futura e eventual.

Sabidamente a Lei de Licitação estabelece que o uso do Sistema de Registro de Preços deve ser utilizado especialmente quando:

- a) aquisição de serviços para os quais, pelas suas características, haja necessidade frequente de suas contratações;
- b) for mais conveniente a contratação de serviços necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições;

c) for conveniente a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programa de governo;

d) em razão da natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, ou seja, imprevisibilidade da demanda.

e) em razão da necessidade da otimização dos procedimentos; e

f) desnecessidade de bloqueio de saldo na dotação orçamentária do órgão contratante.

Assim, não se têm uma real quantificação da demanda, o que dificulta, se não impede, a delimitação exata das quantidades licitadas e o desenrolar das atividades administrativas dentro da normalidade. Por isso, o registro de preços se justifica perfeitamente no caso concreto.

Registrar preços para os serviços em tela, nas circunstâncias expostas, resolve por completo as demandas imprevistas pela qualidade e pela quantidade, eliminando os atrasos e aumentando a eficiência do atendimento necessário em casos tais.

É importante deixar em evidência que o registro de preços não implica em contratação e é esse o objetivo latente: possuir, à disposição da Administração Pública, uma ferramenta capaz de atender (quando necessário) as demandas pelos serviços aqui referidos.

O Decreto Federal n. 7.892/2013 tratou desse aspecto:

"Art. 7º

§2º. Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil".

Assim, registrar preços para os serviços pretendidos permite um grande avanço de qualidade na prestação com que deve proceder a Administração Pública na execução dos serviços citados no objeto deste pregão.

A adoção do Sistema de Registro de Preços no processo de aquisição de bens e serviços pela Administração Pública justifica-se pelas inúmeras vantagens trazidas por tal instituto. O atendimento à imprevisibilidade das demandas; a agilidade nas aquisições; a transparência e a possibilidade de maior participação de pequenas e médias empresas, são algumas destas vantagens que, certamente,

contribuem para o alcance da Eficiência Administrativa, sendo então a melhor opção para a aquisição em questão.

Ainda, importante ressaltar, que atendendo a interesse de mais de um município e podendo alcançar a todos os entes consorciados, o registro de preços se apresenta como uma forma otimizada de realização da contratação pretendida e o registro de preço permite a coparticipação, assim como a futura adesão daqueles que almejam a contratação do objeto pretendido.

Assim, com base na Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93, foi elaborado esse documento, constituindo parte integrante e inseparável do procedimento licitatório, viabilizando a realização de registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na realização de auditorias operacionais com o objetivo de reduzir o endividamento e recuperar créditos identificados em favor dos municípios consorciados a

A AMMESF, prestando apoio nos procedimentos, apresentando sugestões de minutas de peticionamentos necessários, bem como prestar apoio no acompanhamento da tramitação, conforme especificações constantes neste termo de referência.

4 – OBJETO

O objeto da presente licitação é registrar preço para futura contratação de serviços de assessoria tributária operacional, objetivando a identificação, apuração, constituição e recuperação de créditos tributários de responsabilidade do Município, com ação planejada e transparente, visando assegurar e maximizar os resultados da prestação de serviço.

4.1 - DETALHAMENTO DO OBJETO

4.1.1. – ASSESSORIA TRIBUTÁRIA COM FOCO NA GESTÃO DO ISSQN RECOLHIDO PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, CARTÓRIOS, LOTÉRICAS, CORRESPONDENTES BANCÁRIOS, ACADEMIAS, CINEMAS, CONSTRUÇÃO CIVIL, HOTÉIS, INSTITUIÇÕES DE ENSINO, PEDÁGIOS, GRANDES PRESTADORES DE SERVIÇO E OUTROS SEGMENTOS SENSÍVEIS A SONEGAÇÃO FISCAL.

O trabalho de assessoria tributária do ISSQN dos bancos e de grandes empresas é extremamente necessário, tanto referente aos últimos 05 anos, como para o acompanhamento mensal, entretanto, apesar do trabalho desenvolvido no dia a dia

pelos servidores, é importante que seja feita uma auditoria técnica mensal, com vista a identificar possíveis sonegações praticadas pelos Bancos e grandes contribuintes, visto que a escrituração contábil das agências deixa diversas contas tributáveis em branco, dificultando o trabalho mensal de fiscalização, além da auditoria dos últimos 05 anos.

O trabalho de assessoria tributária consiste em:

- PLANO DE TRABALHO E EVOLUÇÃO – PTE

Será elaborado e apresentado o documento (PTE) contendo as etapas necessárias à fiscalização da Instituição Financeira que inclui:

- Criação de Ordem de Serviço para início do processo de auditoria fiscal / fiscalização;
- Elaboração do Termo de Início de Ação Fiscal – TIAF solicitando as informações necessárias ao processo de auditoria fiscal com o objetivo de identificar e validar indícios de sonegação, nos últimos 5 anos;
- Validação e tratamento dos documentos enviados pelas instituições financeiras para elaborar apontamentos dos valores apurados;
- Criação do Mapa de Apuração contendo todas as informações que embasam a autuação, tais como as rubricas (contas internas) que estão sendo autuadas, os COSIF correlatos, o código de serviço enquadrado, função e funcionamento das rubricas;
- Elaboração do parecer técnico que enseja a cobrança;
- Confecção dos eventuais Autos de Infração (obrigações principais e acessórias);
- Elaboração do Termo de Encerramento de Ação Fiscal – TEAF;
- Utilização pela empresa para processamento dos arquivos e cruzamento das informações, de um software com módulo de fiscalização.
- Disponibilização de link no site da Prefeitura, de um Sistema de DESIF, no padrão ABRASF, para coleta dos arquivos das instituições financeiras

- CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Elaboração e ministração de workshop específico, com instrutor especializado para os servidores da Fazenda, Dívida Ativa e Procuradoria visando:

- Demonstrar a regulação, história e o cenário nacional das Instituições Financeiras no país;
- Apresentar o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF);
- Demonstrar o modelo conceitual de obrigação acessória DES-IF;
- Apontar as inconsistências mais comuns encontradas nos serviços tomados pelas Instituições Financeiras;
- Demonstrar os indícios mais comuns de sonegação nos serviços prestados pelas Instituições Financeiras;
- Apresentar as estratégias que visam maximizar a recuperação dos créditos tributários apurados;

O que se pretende neste módulo é capacitar os servidores para dar continuidade às ações de fiscalização futuras, pois, todo o conhecimento será repassado aos responsáveis pela tributação em todos os seus níveis e fases de cobrança. Também, serão repassados modelos, apostilas, artigos científicos e a criação de fórum permanente de estudos e discussão acerca dos temas contratados.

- RECUPERAÇÃO ADMINISTRATIVA DOS CRÉDITOS

Assessoria e Consultoria completa:

- Na cobrança e recuperação administrativa do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) apurado;
- Na elaboração de recursos fiscais de primeira e segunda instância administrativas (em caso de recurso da Instituição Financeira autuada);
- Na elaboração dos Termos de Inscrição em Dívida Ativa (TIDA) e emissão de Certidão de Dívida Ativa (CDA).

- RECUPERAÇÃO JUDICIAL DOS CRÉDITOS

Assessoria e consultoria para os procuradores municipais, prestando os devidos esclarecimentos e embasamentos fáticos e jurídicos para a elaboração das peças processuais das respectivas execuções fiscais e/ou defesa à possível ação anulatória.

4.1.2. ASSESSORIA TRIBUTÁRIA PARA HIGIENIZAÇÃO E COBRANÇA ADMINISTRATIVA DA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO.

A dívida ativa é de cobrança obrigatória pela Administração Pública sob pena de renúncia de receita a ser penalizada não somente pelo Tribunal de Contas do Estado como também pelo próprio Judiciário, seja por ação do Ministério Público ou Ação Popular, com penas rígidas ao administrador. Ademais, os processos ajuizados tem criado diversos problemas para os tribunais tanto pela questão de espaço físico quanto pela inutilidade da cobrança uma vez que muitos municípios pelos valores das multas e inflexibilidade do pagamento não tem condições de arcar com tais valores.

No caso em tela se faz necessário criar mecanismos para que a população possa comparecer ao ente público municipal e assim sanar as pendências financeiras que tem com o Município de maneira mais simples, rápida e com menores custos possíveis para a Administração. A realização de um programa de refinanciamento de dívidas ativas (REFIS) de modo tradicional, apenas no balcão da prefeitura não alcança toda a população e pode criar filas, confusões, tumultos no âmbito do espaço administrativo, razão pela qual a ferramenta web pode vir a facilitar ao contribuinte que faça a sua negociação diretamente na sua casa ou em seu celular, bastando para tanto um aparelho que tenha acesso a internet. Assim, entende a Administração Municipal que seria mais uma importante ferramenta para a administração a custo muito baixo.

4.1.3 ASSESSORIA TRIBUTÁRIA PARA FISCALIZAR AS EMPRESAS OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL, RELATIVO À PARTE DO ISSQN, COM UTILIZAÇÃO DE SOFTWARE.

Assessoramento para levantamento, identificação, fiscalização mensal e recuperação de créditos tributários pretéritos, referente ao ISSQN - imposto incidente sobre os serviços, dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional, juntamente com o fornecimento de técnicas e metodologias especializadas para coordenação e efetivação continuada dos serviços, incluindo:

- Capacitação dos servidores públicos quanto às metodologias: conhecimento teórico e prático dos procedimentos aplicados;
- Realização de due dilligence tributário promovendo o levantamento do valor do ISSQN sonegado ou pago a menor, de modo massivo e sistêmico, com entrega de relatório comprovando a certeza e liquidez do crédito tributário;

- Assessoria na elaboração do Auto de Infração e intimação para o pagamento do crédito tributário, bem como o cumprimento dos prazos e/ou eventual aplicação de penalidades previstas na legislação municipal;

- Assessoria na elaboração de pareceres de defesa e/ou julgamentos de primeiro e segundo grau na esfera administrativa ou judicial contra as autuações fiscais decorrentes das operações de que se trata esta proposta;

- Assessoria na cobrança dos créditos tributários decorrentes de autuações fiscais objeto da proposta;

- Assessoria no encerramento dos processos administrativos.

- Utilização de software, 100% WEB, todo focado na gestão do Simples, permitindo a identificação, separação e auditoria completa do Simples Nacional

4.1.4. ASSESSORIA TRIBUTÁRIA PARA A RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DEVIDOS PELAS OPERADORAS DE TELEFONIA MÓVEL RELATIVO AOS ÚLTIMOS 05 ANOS, INCLUSIVE IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA, IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA E TAXAS DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL E DE FUNCIONAMENTO

Assessoria Tributária para aumento da arrecadação municipal, junto às operadoras de telefonia móvel, incluindo:

- Cadastramento e/ou recadastramento de todas as estações de rádio base e de todas as barragens para produção de energia elétrica existentes no território do Município, com fornecimento de apoio técnico-científico à Fiscalização por intermédio de profissional habilitado (engenheiro ambiental, engenheiro civil e geógrafo), visando à verificação do cumprimento das normas de posturas e ambientais do Município e normas da ANATEL;

- Fornecimento de consultoria técnico-legislativa e em processo administrativo tributário, com elaboração de minutas de projetos de leis complementares, de decretos e de outros regulamentos de natureza tributária; apoio à Administração Tributária Municipal para tornar mais eficiente a atuação da fiscalização junto as Operadoras de Telefonia Móvel e fixa.

- Recuperação de taxas e demais tributos (inclusive Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU) para instalação e/ou regularização sobre as edificações de estruturas metálicas e outros engenhos utilizados para serviços de telefonia celular móvel e de telefonia fixa;

- Estabelecer a perfeita localização geográfica - incluindo as coordenadas cartográficas - de todos os estabelecimentos;

- Sugerir as alterações necessárias ao cadastro fiscal, com vistas a enquadrar/reenquadrar os contribuintes e estabelecimentos nas categorias econômicas pertinentes;

- Elaborar minutas de manifestações da Fazenda Municipal na eventualidade de interposições de recursos e de impugnações pelos contribuintes;

- Estudo detalhado elaborado por engenheiros ambientais e civil, com referência aos custos necessários à fiscalização das operadoras de telefonia celular
- Recuperação de tributos Municipais não quitados nos últimos 5 anos, inclusive o IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, sobre as edificações, estruturas metálicas e outros engenhos utilizados para serviços de telefonia celular móvel e de telefonia fixa.
- Fiscalizar os serviços prestados pelas operadoras, especialmente, quando da locação da estrutura, realizando a cobrança do ISSQN incidente e devido.

4.1.5. ASSESSORIA TRIBUTÁRIA PARA LEVANTAMENTO, ATUALIZAÇÃO E COMPENSAÇÃO DE VALORES PAGOS INDEVIDAMENTE À RECEITA FEDERAL DO BRASIL, EM RELAÇÃO ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS – RAT/SAT/FAP E VERBAS INDENIZATÓRIAS, DOS EXERCÍCIOS NÃO PRESCRITOS, INCLUINDO A RETIFICAÇÃO DAS GFIP/SEFIP, CONFORME LEI 13.485/2017 E PORTARIA 754/2018 DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL.

O serviço tem por finalidade de adequação e recuperação tributária especificamente a contribuição de Risco Ambiental no Trabalho – RAT e verbas indenizatórias. Tem por base, laudos e pareceres técnicos de segurança do trabalho, emissão de planilhas, organograma mensal para comprovação de atividade econômica preponderante nos últimos 05 (cinco) anos, retificação e reenvio dos documentos exigidos nos termos da IN/RFB 971/2009, artigo 72, §1º, incisos I e II, alínea “c”, Lei Federal nº 8212/91, artigo 22, incisos I e II e SEFIP – Sistema Empresa de Recolhimento de FGTS e Informação a Previdência Social para habilitar o Município junto à Receita Federal do Brasil a requerer a revisão de grau de risco, reenquadramento pela preponderância, compensação dos pagamentos efetuados indevidamente ou a maior, especialmente quanto a alíquota do RAT – Riscos Ambientais no Trabalho e verbas indenizatórias, nos últimos 60 (sessenta) meses.

Estão definidos como produtos desse trabalho:

- Relatório contendo o plano de normas e procedimentos que serão observadas pelos funcionários da licitante vencedora e da Prefeitura para a execução dos serviços licitados neste edital.
- Relatórios de acompanhamento do trabalho, indicando as atividades realizadas os entraves identificados, e os respectivos encaminhamentos.
- Emissão de laudo de preponderância, dos exercícios envolvidos na compensação, assinado por engenheiro do Trabalho;
- Levantamento e análise das operações, rotinas e controles que envolvem as contribuições previdenciárias.
- Análise das declarações ao Fisco (GFIP/SEFIP) e verificação de sua conformidade.
- Elaboração de planilhas demonstrativas e cálculos dos valores encontrados,

eventualmente recolhidos a menos ou a mais do que o efetivamente devido, destacando os eventualmente recuperáveis, informando-se, de forma detalhada, todos os critérios utilizados, inclusive para a atualização monetária.

- Assessoramento, preparação e execução dos processos administrativos necessários à eventual recuperação dos créditos apurados, em conjunto com o pessoal das secretarias envolvidas, inclusive preparação de eventuais retificações das declarações prestadas nos últimos 60 (sessenta) meses (GFIP/SEFIP).
- Encaminhamento de relatório mensal contendo todos os levantamentos realizados, período de compensação, parecer jurídico e indicadores de correção utilizados.
- Retificação das GFIP/SEFIP dos últimos 05 (cinco) anos, visando gerar o crédito a ser compensado.
- Relatório Final Consolidado contando, o resumo das ações desempenhadas e suas consequências, inclusive as financeiras; e o detalhamento da situação perante a compensação que fizeram parte do objeto desta licitação.

4.1.6. LEVANTAMENTO E APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO ITR (IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL):

Fazer o acompanhamento e a atualização anual referente a base de cálculo do Imposto Territorial Rural, de acordo com a Lei 9.393 de 19 de dezembro de 1996 que dispõe sobre o Imposto Sobre Propriedade Territorial Rural – ITR, sobre o pagamento da dívida representada por títulos da dívida agrária e da outras providências.

4.1.7. AUDITORIA DO ISSQN COM BASE NA APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DAS OPERAÇÕES DOS CARTÕES DE CREDITO/DEBITO e LEASING:

Apurar a base de cálculo das operações dos cartões de credito/debito, notificando as bandeiras, as instituições bancárias e afins para que possam recolher os tributos no local da operação, utilizando ferramentas tecnológicas, em conformidade com a legislação vigente.

Proceder um trabalho completo de Gestão do ISSQN com o cruzamento de informações referentes aos valores recebidos em função das operações de cartão de crédito e débito com cruzamento de dados com a base de Notas Fiscais Eletrônica do Município, identificando o que as empresas receberam efetivamente no cartão e o que foi emitido de NFe. O próprio sistema vai notificar os contribuintes e proceder as cobranças.

Esta operação vai permitir auditar os últimos 05 anos, visto que com os valores recebidos das operadoras de cartão e com os valores das Notas Fiscais recebidas, serão auditadas as empresas prestadoras de serviços no município nos últimos 60 meses.

4.1.8. ASSESSORIA TRIBUTÁRIA PARA IDENTIFICAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA BASE DE CÁLCULO DOS PLANOS DE SAÚDE

Acompanhamento mensal com vistas a fiscalizar a base de cálculo utilizada para o pagamento referente ao ISSQN sobre cooperativas, planos de saúde e clínicas. identificar a base de cálculo dos valores a serem recolhidos pelos serviços prestados pelas cooperativas de saúde, nos últimos 5 (cinco) exercícios financeiros.

Para tanto, deverá prestar:

- Apoio na requisição dos documentos necessários ao levantamento da receita tributável devida pelos serviços prestados pelas cooperativas de saúde;
- Análise da documentação contábil/financeira dos contribuintes prestadores de serviços da área de saúde, tais como: balanço patrimonial, DRE, livros fiscais, etc.
- Assessoria no levantamento e cálculo do imposto devido, lavratura do auto de infração respectivo e impugnação de eventuais defesas administrativas e judiciais;
- Assessoria na inscrição dos créditos tributários constituídos na dívida ativa do Município e apoio na emissão da certidão de dívida ativa respectiva.

4.1.9. ASSESSORIA TRIBUTÁRIA NA APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO FISCAL (VAF).

É um indicador econômico contábil utilizado pelo Estado para calcular o índice de participação municipal no repasse de receita do Imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) e do imposto sobre produtos industrializados (IPI) aos municípios mineiros. É apurado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF-MG), com base em declarações anuais apresentadas pelas empresas estabelecidas nos respectivos municípios, transmitidas via sistema da SEF-MG através de seus contabilistas.

a) VAF-A EMPRESAS:

- Conferência dos arquivos de contribuintes ativos.
- Conferência dos arquivos de retorno de declarações DAMEF-VAF-A, transmitidas pelos contabilistas.
- Análise da DAMEF-VAF-A através dos livros contábeis do contribuinte.

- Identificação de possíveis irregularidades, mantendo contato com os contabilistas via e-mail, telefone, presencial, etc.
- Cobrança dos contribuintes omissos de declaração DAMEF-VAF-A.
- Verificação dos indícios de irregularidades emitidos pela SEF-MG, junto aos contabilistas das empresas notificadas.
- Conferência do crédito externo (empresas sediadas em outro município que credita ao município sede), são empresas que iniciaram serviços de incidência do ICMS no município sede e que compraram mercadorias de produtores rurais onde deve declarar nas outras entradas da DAMEF-VAF-A.
- Conferência dos índices provisórios publicados pela SEF-MG, havendo diferenças solicitar a inclusão dos valores correspondentes.
- Apresentação de relatórios trimestral das atividades desenvolvidas pela empresa a ser contratada.
- Acompanhamento do fechamento dos trabalhos junto a área de assuntos municipais em Belo Horizonte MG e a publicação do índice definitivo do VAF para a distribuição da cota parte ICMS 25% distribuído ao respectivo município.

b) APURAÇÃO DO MOVIMENTO ECONOMICO DOS PRODUTOS HORTIFRUTIGRANJEIROS COMERCIALIZADOS NAS FEIRAS LIVRES, CEASAS :

- Apuração e levantamento das notas fiscais dos produtores rurais que comercializam produtos hortifrutigranjeiros nas unidades da(s) Ceasa(s) e Feira(s) Livre(s) do Estado;
- Visando os créditos para os municípios onde os produtores rurais estão inscritos no cadastro de contribuintes da secretaria da fazenda.

c) ASSESSORIA TRIBUTÁRIA NA APURAÇÃO DO VAF – B, INCLUINDO:

- Acompanhamento criterioso e análises das notas fiscais de Produtores rurais emitidas via SIARE (arquivos gerados pela Secretaria de Estado de Fazenda).
- Levantamento dos maiores produtores rurais do município no sistema VAF-B (SOFTWARE ESPECÍFICO).
- Gestão de notas fiscais dos produtores rurais.
- Registro e Manutenção das seguintes informações referentes ao VAF-B: cadastro de produtores rurais e suas respectivas notas fiscais emitidas para a apuração do movimento econômico fiscal (VAF-B), mantendo o registro dos seguintes dados: nome do produtor rural remetente, nome destinatário da nota fiscal, número da nota fiscal, data de emissão da nota fiscal, valor total da nota fiscal, produto comercializado, quantidade do produto comercializado, valor unitário do

produto, espécie, inscrição do produtor rural remetente, inscrição do produtor rural destinatário.

- Manutenção e Emissão de relatórios.

d) APURAÇÃO DOS ÍNDICES DA LEI 18.030/2009 – Lei Robin Hood:

Identificação dos critérios que o Município está pontuando para diagnóstico de possibilidades de melhorias nos critérios, com vistas a permitir o aumento da receita em conformidade com os Critérios da lei 18.030/2009.

4.1.10 RECUPERAÇÃO DA CFEM – CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA SOBRE A EXPLORAÇÃO MINERAL E ROYALTIES

Serviço de assessoria tributária com vistas à análise, levantamento, apuração e apresentação de relatórios de créditos devidos aos municípios, referentes à atividade de exploração mineral na extensão territorial do Município.

Esse serviço compreenderá:

- Assessoria direta no Planejamento, acompanhamento e execução dos valores devidos aos cofres municipais.
- Apresentar informações detalhadas dos recolhimentos realizados pelas empresas estabelecidas nos municípios, com vistas a verificar o correto recolhimento da CFEM no período decadencial;
- Emitir relatórios das series históricas de recolhimento da CFEM e ROYALTIES, por mineradora/Contribuinte;
- Apresentar gráficos e relatórios comparativos dos maiores recolhimentos por Contribuinte e substância;
- Deverá informar Contribuintes ativos sem recolhimento da contribuição.

4.1.11 – ASSESSORIA JURIDICA TRIBUTÁRIA

Assessoria jurídica tributária, incluindo treinamento da equipe e acompanhamento dos processos, com revisão da legislação e código tributário e assessoria jurídica junto aos órgãos de segunda instância e Tribunal de Contas de MG, incluindo ainda:

- Proceder à análise da DOCUMENTAÇÃO demandada, emitindo os pareceres pertinentes, bem como prestar assessoria e consultoria nas áreas em que for solicitada, com ênfase na gestão municipal.

- Auxiliar na confecção dos processos licitatórios necessários, desde a fase interna, até a contratação, atendendo às exigências constantes da Lei 8.666/93 e suas alterações, além das Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;
- Responder a todas as impugnações e recursos que por ventura venham a surgir em decorrência dos procedimentos licitatórios abertos;
- Auxiliar na abertura de procedimentos, nos casos de licitações desertas ou fracassadas;
- Informar por escrito com fundamentação legal e devidamente documentada, sempre que constatada a ocorrência de indícios de fatos anormais ou ilegais, que possam afetar substancialmente o resultado patrimonial da CONTRATANTE, para que esta adote as providências pertinentes;
- Assessorar na elaboração de convênios e congêneres;
- Abordar com a CONTRATANTE, sempre que necessário e através de telefone e por e-mail, os casos em que, embora todo o esforço despendido, não seja possível a apuração de ato ou fato ocorrido, por ausência de documentação suficiente ou informação de terceiros;
- Confeccionar relatórios e documentos necessários para a execução do contrato;
- Confeccionar pareceres técnicos e jurídicos solicitados pelo Prefeito Municipal, Secretários Municipais e Equipe Técnica;
- Fazer interface com o Ministério Público, responder e participar de todas as demandas;

4.2. DETALHAMENTO DOS SISTEMAS EXIGIDOS PARA A EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

Apresentar declaração de que dispõe de todas as ferramentas tecnológicas com as especificações abaixo.

4.2.1 Sistema de assessoria tributária de coleta e processamento dos arquivos relativos às operações do Simples Nacional.

O sistema deverá efetuar o cruzamento do que realmente foi pago e o que deixou de ser recolhido, disponibilizando relatórios indicativos de evasão ou sonegação fiscal apresentando, no mínimo, 05 (cinco) relatórios que devem ser nos formatos .XLS., .PDF, .TXT, .CSV, .DOC) que indiquem:

- divergência entre as declarações prestadas na Receita Federal do Brasil e o faturamento real;
- contribuintes que apresentaram declarações sem movimento;
- contribuintes que ultrapassaram o limite de faturamento permitido na LC nº 123/2006, inclusive de MEI;
- contribuintes com ausência de pagamento;
- declarações prestadas como imunidade, isenção ou locação.

4.2.2 Sistema, totalmente Web, para coleta e processamento - DESIF, padrão ABRASF, para apuração do ISSQN dos bancos, conforme especificação abaixo:

- A ferramenta deve ser capaz de identificar as receitas tributáveis, os valores já constituídos e recolhidos e apresentar relatórios com as diferenças, partindo de declarações modelo PROBAN e a fim de respaldar as notificações e a constituição do crédito tributário.
- Para cada conta do Plano Geral de Contas Comentado – PGCC, devem ser fornecidas, no mínimo, as seguintes funcionalidades (por semestre):
 - Marcação de contas dos balancetes analíticos mensais no PGCC;
 - Marcação do registro de apuração mensal do ISS no PGCC;
 - Marcação/desmarcação de contas a serem pesquisadas pelo fiscal no PGCC;
 - Marcação do código de tributação do município;
 - Busca inteligente por nome da conta;
 - Busca inteligente por código de tributação do município;
 - Busca inteligente por raiz de CNPJ, razão social, nome fantasia;
 - Visualização em tela, além de impressão e exportação para PDF e XLS;
 - Consolidação dos relatórios de auditoria;
 - Atualização pela competência anterior;
 - Relatório de divergências (indicando contas não existentes no plano de contas anterior).
- Para cada conta dos Balancetes Analíticos Mensais – BAM, devem ser fornecidas, no mínimo, as seguintes funcionalidades (por semestre):
 - Consulta em tela dos balancetes analíticos mensais, por inscrição municipal e por raiz de CNPJ;
 - Consolidação dos balancetes analíticos mensais das diversas inscrições municipais na inscrição municipal centralizadora, por saldo simples e por saldo acumulado;
 - Busca inteligente por nome da conta;
 - Busca inteligente por código de tributação do município;

- Busca inteligente por raiz de CNPJ, razão social, nome fantasia, e por inscrição;
- Visualização dos relatórios em tela, além de impressão e exportação para PDF e XLS, por saldo simples e por saldo acumulado.
- Para cada conta do registro de Apuração Mensal do ISS, devem ser fornecidas, no mínimo, as seguintes funcionalidades (por semestre):
 - Consulta em tela do registro de apuração mensal do ISS, por inscrição municipal centralizadora e por CNPJ;
 - Consulta em tela do total por mês dos valores declarados tributáveis;
 - Consolidação e visualização em tela do registro de apuração mensal do ISS das diversas inscrições municipais na inscrição municipal centralizadora, por saldo simples e por saldo acumulado;
 - Busca inteligente por nome da conta;
 - Busca inteligente por código de tributação do município;
 - Busca inteligente por raiz de CNPJ, razão social, nome fantasia, e por inscrição;
 - Visualização dos relatórios em tela, além de impressão e exportação para PDF e XLS, por saldo simples e por saldo acumulado.
 - Consulta em tela das ocorrências;
 - Atualização das ocorrências;
 - Relatório de ocorrências.
- A ferramenta deve disponibilizar, dentre outros, os seguintes relatórios, com visualização em tela e opção de impressão e exportação para PDF e XLS:
 - Relatórios Financeiros – BAM e Apuração Saldo Simples;
 - Relatórios Financeiros – BAM e Apuração Saldo Simples por Alíquota;
 - Os relatórios devem proporcionar o cruzamento das informações – por mês e consolidado por semestre – constantes concomitantemente nos balancetes e nos registros de apuração do ISS, apontando possíveis divergências entre tais informações.
- Relatórios Financeiros – Quadro demonstrativo integrante, o qual deve apontar as divergências entre o declarado pelo contribuinte e o enquadramento fiscal.
- A ferramenta deve efetuar o cruzamento de forma automática (mediante leitura de informações do SINAIE – Sistema de Cadastro e Cobrança do ISS – e do Sistema da Nota Carioca) das receitas marcadas como tributáveis com os pagamentos informados na declaração, pagamentos efetuados mediante notificação, créditos constituídos em auto de infração ou parcelamento e valores de notas emitidas no sistema da Nota Carioca. O objetivo principal é evitar que valores já pagos, notificados ou constituídos (mediante parcelamento ou auto de infração) sejam cobrados novamente.

- A ferramenta deve prever a entrada manual de dados a partir de interface de tela e também a partir da leitura de arquivos do modelo PROBAN além de arquivos outros que permitam a entrada dos pagamentos efetuados.
- A ferramenta deve ficar hospedada na nuvem;
- A CONTRATADA deve garantir a integridade e privacidade dos dados, principalmente por meio da criptografia;
- A ferramenta deve ser acessada de qualquer lugar desde que o computador esteja conectado a internet;
- A ferramenta deve permitir acesso simultâneo de usuários;
- A ferramenta deve permitir a possibilidade de níveis diferentes de acesso;
- A ferramenta deve ser acessível pela internet com utilização de senha personalizada ou certificado digital;
- As informações deverão ser armazenadas em banco de dados do tipo relacional;
- O banco de dados deverá conter mecanismos de segurança e proteção que impeçam a perda de transações já efetivadas pelo usuário e permita a recuperação de dados na ocorrência de eventuais falhas, devendo esse processo ser totalmente automático e seguro;
- Os módulos de interfaces para os usuários envolvidos devem ser compatíveis com os principais navegadores de internet do mercado como Google Chrome, Mozilla Firefox e Internet Explorer;
- A ferramenta deve rodar em ambiente seguro utilizando protocolo HTTPS, garantindo a comunicação criptografada;
- A ferramenta deve utilizar mecanismos para impedir que softwares automatizados executem ações que degradem o serviço;
- A ferramenta deve permitir Interface para inclusão manual e para upload de informações a partir de layouts definidos no Anexo I, além das informações dos pagamentos (layout que deve ser fornecido pela CONTRATADA com a devida antecedência, permitindo a extração das informações pela equipe de TI da PCRJ);
- Em cumprimento à Lei do Marco Civil da Internet, o servidor utilizado deve estar fisicamente alocado em local que permite a submissão às leis brasileiras e os registros devem ser armazenados por, pelo menos, um ano, caso a justiça brasileira solicite as informações;
- A interface deve ser de simples utilização, permitindo a elaboração rápida de novos relatórios com base nas informações das declarações modelo PROBAN;
- Mesmo após o término do contrato, TODOS os dados devem continuar acessíveis para consulta;
- O formato de entrega dos dados será definido pela CONTRATANTE, podendo ser através de fornecimento de arquivos em formato CSV ou geração de DUMP para restauração de backup;

- Os dados deverão ser entregues com a respectiva documentação (modelo e dicionários de dados);
- A ferramenta também deve gerar um arquivo imagem por fiscalização (Instituição/Competência) com o resultado completo, permitindo uma rápida consulta através de chave única. O requisito pode ser dispensado à critério da CONTRATANTE.

4.2.3. Sistema para assessoria tributária na apuração do VAF com as seguintes características:

- o software deve executar diretamente a partir dos principais browsers do mercado, fornecendo armazenamento de dados de, no mínimo, 1TB (terabyte), dedicados, em tecnologia de DataWarehouse.
- permitir que todos os objetos de interface realizem a impressão e a exportação dos dados apresentados que podem ser gerados nos formato "PDF" e "XLS";
- possuir mecanismos de busca que permite selecionar ou detalhar as informações apresentadas por relevância para o usuário que realiza a pesquisa;
- todos os elementos de interface deverão ser interativos, permitindo que as pesquisas e seleções sejam efetuadas, modificando imediatamente as medidas e/ou dimensões apresentadas;
- permitir a carga automática de dados a partir de Banco de Dados, arquivos texto, planilhas, XML, HTML, Web Services e do resultado de execução de outros programas;
- permitir a autenticação e controle do acesso (autorização) de usuários de acordo com um cadastro de usuários, senhas e direitos de acesso a ser definido;
- permitir a importação das informações declaradas na EFD – escrituração Fiscal Digital que interferem na apuração do índice de Valor Adicionado (VAF), e o cruzamento com as declaradas no relatório apresentado pelo Estado – DAMEF.
- apresentar detalhamento por Código Fiscais de Operações e Prestações (CFOP), detalhamento por setor de atividade econômica CNAE;
- emitir relatórios com os valores declarados pelas empresas optantes pelo Regime do Simples Nacional;
- cruzar as informações apuradas pelos contribuintes do município para apuração do VAF, com os dados declarados no PGDAS-D e DEFIS para Receita Federal com os valores fornecidos para cálculo do IPM;
- permitir notificar de forma eletrônica, todos os Contadores e Contribuintes com indícios de irregularidade, por meio do módulo GME- Gerenciador de Mensagem Eletrônica e controle de respostas.

VAF-B – PRODUTOR RURAL: (SOFTWARE ESPECÍFICO) - o sistema deverá ser compatível com o sistema SIARE no caso de MG ou outro nos demais estados e

prover a funcionalidade de migração dos dados emitidos pelo sistema do Estado de forma automatizada.

Digitação das notas fiscais dos produtores rurais e conferência do relatório das notas fiscais eletrônicas emitidas fornecidas pelo Estado.

Emissão das certidões VAF-B (PRODUTOR RURAL) de outros municípios onde seus respectivos produtores rurais comercializaram suas mercadorias.

Conferência do debito do VAF-B (PRODUTOR RURAL), onde os produtores do município sede compraram mercadorias de outros produtores fora do domicilio fiscal.

Acompanhamento criterioso e análises das notas fiscais de Produtores rurais emitidas via SIARE (arquivos gerados pela Secretaria de Estado de Fazenda).

Levantamento dos maiores produtores rurais do município.

O Software aqui especificado deverá atender as funcionalidades requeridas abaixo a fim de realizar a gestão e controle do VAF-B (produtor rural) do município, a saber:

- Gestão de notas fiscais dos produtores rurais: O sistema deverá prover o cadastro e registro das notas fiscais dos produtores rurais sediados no município, visando o armazenamento, controle e gestão das informações referentes ao vaf-b para processamento, relatório e pesquisa através de banco de dados.

- Registro e Manutenção das seguintes informações referentes ao VAF-B: O sistema deve prover o cadastro de produtores rurais e suas respectivas notas fiscais emitidas para a apuração do movimento econômico fiscal (VAF-B), mantendo o registro dos seguintes dados: nome do produtor rural remetente, nome destinatário da nota fiscal, numero da nota fiscal, data de emissão da nota fiscal, valor total da nota fiscal, produto comercializado, quantidade do produto comercializado, valor unitário do produto, espécie, inscrição do produtor rural remetente, inscrição do produtor rural destinatário.

- Manutenção e Emissão de relatórios.

4.2.4. Disponibilizar sistema de auditoria do ISSQN dos cartões com as seguintes características:

- Requisitos de Ambiente:

A solução tecnológica para sistema de apuração de ISS de cartão de débito e crédito deverá funcionar em Data Center, como um serviço (SaaS), onde toda a estrutura computacional deverá estar disponível com o próprio software

44

(servidores, conectividade, segurança de informações, instalações de versões de quaisquer aplicativos), e ser acessível através de protocolo seguro (https).

- Requisitos de Tecnologia:

O software especificado deverá ser totalmente responsivo (característica que permite ao software se adaptar ao tamanho da tela do dispositivo em que está sendo executado, sem a necessidade de ter que ampliar a tela através de zoom), permitindo a sua execução diretamente a partir dos principais browsers do mercado bem como em qualquer dispositivo eletrônico como Smartphones e Tablets, além de ser capaz de enviar mensagens via SMS.

Deverá possuir mecanismo de geocodificação, para obtenção de coordenadas geográficas de dados que apresentem endereços, de forma a permitir a plotagem (na forma de vetor PONTO), sobre qualquer camada base mapeável, como GoogleMaps.

A apresentação de resultados do sistema deverá ser baseada tanto no próprio software como em software de BI (Business Intelligence) integrado ao mesmo.

- Requisitos Funcionais

A ferramenta deverá ser capaz de proporcionar a sistema de apuração de ISS de cartão de débito e crédito especificados a seguir:

- a) Base de Dados disponibilizados pela administração pública, no formato TXT (preferencialmente) ou PDF;
- b) O sistema deverá criar e manter banco de dados relacional para armazenamento dos dados provenientes dos arquivos supra citados;

A ferramenta de administração do sistema deverá permitir configurar normas de segurança da aplicação, definir os usuários e grupos de usuários autorizados e permissões de acesso de cada um ou do grupo, de tal modo a:

- a) Possibilitar a configuração de um ou mais usuários ou grupos de usuários com perfil de privilégio máximo de acesso para o Município, com capacidade de atribuição de perfis de acesso aos demais usuários;
- b) Possibilitar o acesso de informações de monitoramento de utilização do sistema por usuário e logs de uso do sistema;
- c) Possibilitar a configuração da apresentação visual da tela do produto, com escolha de cores, logotipos, imagem (foto) do usuário, posição do menu (vertical ou horizontal), configuração de opções favoritas e notificações entre usuários, seja on-line ou via SMS ;

d) Deverá registrar trilhas de auditoria de acesso às funções do sistema, controlando perfis de usuários e acesso a funções dos aplicativos, com capacidade de emissão de relatório sobre tais registros, identificando o acesso por usuário, período de utilização e dados acessados.

- Requisitos para apuração de ISS de cartão de Débito e Crédito:

a) Processar arquivos enviados pelas Administradoras de Cartões de crédito/débito com o relatório de transações efetuadas pelos prestadores de serviços estabelecidos no município, nas especificações técnicas de modelo definidas pela CONTRATANTE;

b) Permitir a geração de relatórios com os dados enviados pelas Administradoras de Cartões de crédito/débito com no mínimo os seguintes filtros por contribuinte e período determinado:

- valor total em operações de crédito;
- valor total em operações de débito;
- valor total consolidado de operações crédito e débito.

- Permitir registrar as seguintes informações das prestadoras:

I- Identificação da Administradora:

- a) Nome/Razão social;
- b) Logradouro;
- c) Número;
- d) Complemento;
- e) Bairro;
- f) Cidade/UF/CEP;
- g) Pessoa responsável para contato;
- h) Número telefone/e-mail;
- i) Número CNPJ.

II- Identificação do Estabelecimento Credenciado:

- a) Nome/Razão Social;
- b) Logradouro;
- c) Número;
- d) Complemento;
- e) Bairro;
- f) Número CNPJ/CPF;
- g) Número da inscrição estadual;
- h) Número de cadastro do estabelecimento (Pessoa física ou jurídica) credenciado na administradora.

III- Registro das Operações Realizadas:

- a) Data da operação;
- b) Valor da operação realizada referente a cartões de crédito ou débito ou similares;
- c) Natureza da operação – débito ou crédito;
- d) Tipo da operação – eletrônica ou manual;
- e) Número da autorização de pagamento atribuído pela administradora;
- f) Número do identificador lógico do equipamento onde foi processada a operação.

IV- Registro dos valores para cálculo do ISSQN:

- a) Valor, expresso em reais, de cada operação realizada referente a cartões de crédito ou débito ou similares;
- b) Percentual cobrado pela administradora, referente a cada operação realizada de prestação de serviços de administração de cartões de crédito ou débito ou similares;
- c) Valor, expresso em reais, cobrado pela administradora referente à prestação de serviços de administração de cartões de crédito ou débito ou similares, referente a cada operação realizada;
- d) Base de cálculo do ISSQN correspondente ao somatório dos valores referentes à prestação de serviços de administração de cartões de crédito ou débito ou similares;
- e) Alíquota para cálculo do valor do ISSQN;
- f) Valor, expresso em reais, do ISSQN a ser recolhido.

- Inteligência Fiscal do ISSQN

- a) A sistema deverá permitir importar do sistema de Nota Fiscal existente o relatório de todas as Notas emitida.
- b) Permitir o cruzamento no tocante ao valor pago pelos contribuintes e o valor efetivamente recebido pelas operadoras de cartão de crédito e débito.
- c) Permitir a notificação do contribuinte que apresentar divergência nos valores.
- d) Emitir relatório detalhado dos contribuintes referentes ao cruzamento dos dados entre as NF e o valor recebido das operadoras de cartão.
- e) Efetuar a fiscalização mensal e ao mesmo tempo, proceder a uma fiscalização detalhada dos últimos cinco anos, referentes aos valores efetivamente recebidos pelas operados e os valores efetivamente pagos referente ao ISSQN.

4.2.5 Disponibilizar solução tecnológica para apuração Previdenciária, incluindo o RAT (Risco de Acidente de Trabalho) e as Verbas Indenizatórias, incluindo:

- O sistema deverá funcionar em Data Center, como um serviço (SaaS), onde toda a estrutura computacional deverá estar disponível com o próprio software (servidores, conectividade, segurança de informações, instalações de versões de quaisquer aplicativos), e ser acessível através de protocolo seguro (https).

- O Software especificado deverá ser totalmente responsivo (característica que permite ao software se adaptar ao tamanho da tela do dispositivo em que está sendo executado, sem a necessidade de ter que ampliar a tela através de zoom), permitindo a sua execução diretamente a partir dos principais browsers do mercado bem como em qualquer dispositivo eletrônico como Smartphones e Tablets, além de ser capaz de enviar mensagens via SMS.
- Deverá possuir mecanismo de geocodificação, para obtenção de coordenadas geográficas de dados que apresentem endereços, de forma a permitir a plotagem (na forma de vetor PONTO), sobre qualquer camada base mapeável, como GoogleMaps.
- A apresentação de resultados do sistema deverá ser baseada tanto no próprio software como em software de BI (Business Intelligence) integrado ao mesmo.
- Deverá ser capaz de acessar a base de dados SEFIP do Governo (instalado no mesmo local do sistema de Verbas Indenizatórias) de forma que permita a atualização dos valores base de INSS apurados e revisados pelo sistema de Verbas Indenizatórias automaticamente.

A ferramenta deverá ser capaz de proporcionar a apuração e a revisão dos créditos previdenciários, a partir de fontes de dados eletrônicos de documentos especificados a seguir:

- Arquivos de folha de pagamento analíticas (contendo nome, matrícula, eventos e bases de cálculo) disponibilizados pela administração pública, no formato TXT (preferencialmente) ou PDF;
- O sistema deverá criar e manter banco de dados relacional para armazenamento dos dados provenientes dos arquivos supra citados.

A ferramenta de administração do sistema deverá permitir configurar normas de segurança da aplicação, definir os usuários e grupos de usuários autorizados e permissões de acesso de cada um ou do grupo, de tal modo a:

- Possibilitar a configuração de um ou mais usuários ou grupos de usuários com perfil de privilégio máximo de acesso para o Município, com capacidade de atribuição de perfis de acesso aos demais usuários;
- Possibilitar o acesso de informações de monitoramento de utilização do sistema por usuário e logs de uso do sistema;
- Possibilitar a configuração da apresentação visual da tela do produto, com escolha de cores, logotipos, imagem (foto) do usuário, posição do menu (vertical ou horizontal), configuração de opções favoritas e notificações entre usuários, seja on-line ou via SMS ;

▪ Deverá registrar trilhas de auditoria de acesso às funções do sistema, controlando perfis de usuários e acesso a funções dos aplicativos, com capacidade de emissão de relatório sobre tais registros, identificando o acesso por usuário, período de utilização e dados acessados.

RAT Previdenciário/ Verba Indenizatória

- Possibilitar registrar percentuais de RAT e FAP de forma mensal.
- Possibilitar registrar taxa SELIC de um determinado período.
- Possibilitar registrar rubricas de provento e descontos referente a folha de pagamento.
- Possibilitar registrar faixas de previdência social.
- Possibilitar registrar regime de contratação dos servidores/funcionários.
- Possibilitar registrar lotações e locais de trabalho dos servidores/funcionários.
- Possibilitar registrar faixas de previdência social para calculo de forma progressiva.
- Possibilitar cadastrar valores de proventos e descontos de forma mensais.
- Possibilitar registrar valores de proventos e descontos individualizados por servidor/funcionário.
- Possibilitar configurar base de cálculo dos servidores a partir das rubricas.
- Possibilitar configurar base de verbas indenizatórias.
- Realizar apuração de valores mensais montantes a partir da configuração da alíquota do FAP e RAT de forma individualizada, individualizada e mensal, consolidada mensal e consolidada por período.
- Permitir que seja impresso em formato pdf, excel, texto, valores apurados dos montantes do FAP e RAT.
- Permitir que seja feita a importação dos servidores/funcionários de forma automática por meio de planilhas, pdf's ou arquivos em formato texto.
- Permitir que seja feita a importação da folha analítica de pagamentos de forma automática por meio de planilhas, pdf's ou arquivos em formato texto.
- Realizar apuração dos valores da base de cálculo da previdência a partir da configuração das rubricas de forma individualizada, individualizada e mensal, consolidada mensal e consolidada por período.

- Realizar apuração dos valores devido do desconto da previdência a partir da configuração das rubricas de forma individualizada, individualizada e mensal, consolidada mensal e consolidada por período.
- Realizar apuração das verbas indenizatórias a partir da configuração das rubricas de forma individualizada, individualizada e mensal, consolidada mensal e consolidada por período.
- Realizar impressão da apuração dos valores da base de cálculo da previdência.
- Realizar impressão da apuração dos valores devido do desconto da previdência.
- Realizar impressão da apuração das verbas indenizatórias.
- Permitir realizar lançamentos de créditos compensados e a compensar a partir da apuração realizada no período.
- Realizar a impressão de créditos compensados e a compensar a partir da apuração realizada no período.
- Permitir geração/interação/importação com a SEFIP para realizar o lançamento das informações retificadas com os devidos valores apurados.

4.3. DEMONSTRAÇÃO

4.3.1. A verificação da conformidade do objeto desta licitação será realizada através da demonstração dos sistemas, com a execução dos requisitos obrigatórios. Dessa forma, todos os procedimentos descritos nesse termo de referência e seus anexos deverão ser obrigatoriamente cumpridos, ou poderá ser desclassificada a licitante.

4.3.2. A demonstração do software poderá ser dispensada a critério do Pregoeiro, especialmente, se não participar mais de uma empresa ou se for habilitada apenas uma empresa. A dispensa da demonstração não exclui a obrigatoriedade da utilização do software pelo vencedor do certame na execução dos serviços.

4.3.3. Se, a qualquer tempo durante a execução dos serviços, a Contratante constatar a inadequação do software utilizado pelo Contratado poderá ensejar a rescisão contratual e ser chamado o segundo colocado no certame.

5. – QUALIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA

5.1 – As licitantes deverão apresentar prova das seguintes qualificações técnicas:

5.1.1. Apresentação de pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica,

7. LEVANTAMENTO DOS VALORES A SEREM RECUPERADOS NOS ÚLTIMOS 05 ANOS:

MUNICÍPIOS	Nº de estações radio base instaladas	Nº agências	Previsão de recuperação de TFL	Previsão de Recuperação de ISSQN	Previsão de recuperação de Simples Nacional	Previsão de recuperação de INSS (RAT e Verbas)	Previsão de recuperação da Dívida Ativa	Previsão de recuperação de CFEM e TFL Mineradora	TOTAL
Bocaiuva	16	5	2.400.000,00	2.500.000,00	859.384,80	3.600.000,00	2.500.000,00	400.000,00	12.259.384,80
Botumirim	2	0	300.000,00	400.000,00	30.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00	400.000,00	3.530.000,00
Brasília de Minas	12	3	1.800.000,00	1.500.000,00	390.633,03	2.400.000,00	1.800.000,00	400.000,00	8.290.633,03
Buritzeiro	7	2	1.050.000,00	1.000.000,00	256.383,45	2.400.000,00	2.000.000,00	700.000,00	7.406.383,45
Campo Azul	2	0	300.000,00	400.000,00	40.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.790.000,00
Capitão Enéas	11	0	1.650.000,00	400.000,00	50.000,00	1.400.000,00	600.000,00	400.000,00	4.500.000,00
Claro dos Poções	2	0	300.000,00	400.000,00	80.000,00	1.400.000,00	600.000,00	400.000,00	3.180.000,00
Cônego Marinho	3	0	450.000,00	400.000,00	40.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.940.000,00
Coração de Jesus	11	2	1.650.000,00	1.000.000,00	127.175,42	2.000.000,00	1.800.000,00	400.000,00	6.977.175,42
Cristália	1	0	150.000,00	400.000,00	40.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.640.000,00
Engenheiro Navarro	3	0	450.000,00	400.000,00	50.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.950.000,00
Francisco Dumont	1	0	150.000,00	400.000,00	50.000,00	1.400.000,00	600.000,00	400.000,00	3.000.000,00
Francisco Sá	6	4	900.000,00	2.000.000,00	155.460,14	1.800.000,00	650.000,00	400.000,00	5.905.460,14
Glaucilândia	2	0	300.000,00	400.000,00	40.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.790.000,00
Ibiaí	4	0	600.000,00	400.000,00	40.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	3.090.000,00
Ibiracatu	4	0	600.000,00	400.000,00	40.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	3.090.000,00
Icaraí de Minas	2	0	300.000,00	400.000,00	80.000,00	1.400.000,00	550.000,00	400.000,00	3.130.000,00
Itacambira	1	0	150.000,00	400.000,00	40.000,00	1.300.000,00	500.000,00	400.000,00	2.790.000,00
Jaíba	14	4	2.100.000,00	2.000.000,00	418.221,73	2.800.000,00	2.500.000,00	400.000,00	10.218.221,73
Januária	16	6	2.400.000,00	3.000.000,00	579.051,48	2.800.000,00	2.500.000,00	400.000,00	11.679.051,48
Joaquim Felício	2	0	300.000,00	400.000,00	40.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.790.000,00
Juramento	3	1	450.000,00	400.000,00	50.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.950.000,00
Lagoa dos Patos	1	0	150.000,00	400.000,00	40.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.640.000,00

108
w

Lassance	1	0	150.000,00	400.000,00	80.000,00	1.800.000,00	650.000,00	400.000,00	3.480.000,00
Lontra	3	0	450.000,00	400.000,00	40.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.940.000,00
Luislândia	3	0	450.000,00	400.000,00	40.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.940.000,00
Mamonas	2	0	300.000,00	400.000,00	40.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.790.000,00
Manga	5	1	750.000,00	500.000,00	150.000,00	3.600.000,00	3.200.000,00	400.000,00	8.600.000,00
Matias Cardoso	4	0	600.000,00	400.000,00	80.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	3.130.000,00
Miravânia	1	0	150.000,00	400.000,00	40.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.640.000,00
Patis	2	0	300.000,00	400.000,00	40.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.790.000,00
Pedras de Maria da Cruz	4	0	600.000,00	400.000,00	50.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	3.100.000,00
Pintópolis	2	0	300.000,00	400.000,00	100.000,00	1.600.000,00	550.000,00	400.000,00	3.350.000,00
Pirapora	13	5	1.950.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00	6.500.000,00	8.500.000,00	700.000,00	22.650.000,00
Ponto Chique	1	0	150.000,00	400.000,00	40.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.640.000,00
Santa Fé de Minas	1	0	150.000,00	400.000,00	30.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.630.000,00
São Francisco	18	4	2.700.000,00	2.000.000,00	800.000,00	3.600.000,00	1.600.000,00	400.000,00	11.100.000,00
São João da Lagoa	2	0	300.000,00	400.000,00	50.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.800.000,00
São João da Ponte	8	2	1.200.000,00	1.000.000,00	100.000,00	1.400.000,00	450.000,00	400.000,00	4.550.000,00
São João do Pacuí	2	0	300.000,00	400.000,00	30.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.780.000,00
São Romão	3	0	450.000,00	400.000,00	100.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	3.000.000,00
Ubaí	2	1	300.000,00	500.000,00	100.000,00	1.200.000,00	450.000,00	400.000,00	2.950.000,00
Várzea da Palma	10	3	1.500.000,00	1.500.000,00	80.000,00	3.600.000,00	1.800.000,00	400.000,00	8.880.000,00
TOTAL			31.950.000,00	33.000.000,00	8.026.310,05	75.600.000,00	44.900.000,00	17.800.000,00	211.276.310,05

7. DOS VALORES A SEREM PAGOS:

7.1 LOTE 1 - VALORES REFERENTES AOS ÚLTIMOS 05 ANOS

Conforme levantamentos realizados foi apurado o seguinte:

ITEM	Objeto	Valor estimado de recuperação para os municípios consorciados.	Valor máximo a ser pago para cada R\$1,00 (um real) recuperado	Remuneração máxima a ser paga com base no valor previsto a ser recuperado
1	Serviço de recuperação e incremento de receitas decorrentes de issqn de instituições financeiras, correspondentes bancários, cartórios, segmentos sensíveis a sonegação fiscal (academias, cinemas, construção civil, hotéis, farmácias de manipulação, instituições de ensino, pedágios e planos de saúde) e grandes contribuintes;	33.000.000,0	R\$0,20 (vinte centavos)	6.600.000,00
2	Serviço de recuperação e incremento de receitas decorrentes de auditoria do Simples Nacional	8.026.310,05	R\$0,20 (vinte centavos)	1.605.262,01
3	Serviços de revisão, compensação e recuperação de valores pagos indevidamente à receita federal do Brasil, em relação às contribuições previdenciárias – rat/sat/fap e verbas indenizatórias, dos exercícios não prescritos, incluindo a retificação das gfiip/sefi, adequação das alíquotas rat/fap dos últimos 05 anos e a suspensão dos pagamentos indevidos, conforme lei 13.485/2017;	75.600.000,00	R\$0,20 (vinte centavos)	15.120.000,00
4	Assessoria tributária para cobrança da dívida ativa	44.900.000,00	R\$0,20 (vinte centavos)	8.980.000,00
5	Recuperação tributária referente a taxa de fiscalização e licença ambiental e taxa de fiscalização de localização e funcionamento.	31.950.000,00	R\$0,20 (vinte centavos)	6.390.000,00
6	Auditoria da CFEM – Contribuição Financeira sobre Exploração Mineral	17.800.000,00	R\$0,20 (vinte centavos)	3.560.000,00
TOTAL		211.276.310,05		42.255.262,00

410
w

7.2 LOTE 2: VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO ASSESSORIA TRIBUTÁRIA MENSAL:

VALORES MÁXIMOS A SEREM PAGOS POR ATIVIDADES - POR MÊS (em R\$)

MUNICÍPIO COM POPULAÇÃO (HAB.)	Gestão do VAF	Gestão do ITR	Auditoria de planos de saúde	Auditoria de cartão de crédito e débito e operações de Leasing	Auditoria das empresas do Simples Nacional	Assessoria jurídica tributária	Auditoria ISSQN bancos	TOTAL
Até 5.000 hab	R\$4.718,75	R\$2943,75	R\$1003,75	R\$1431,25	R\$1003,75	R\$2095,00	567,50 por agência	13.153,75
De 5.000 a 10.000	R\$8578,75	R\$2587,50	R\$1412,50	R\$1716,25	R\$1162,50	R\$2518,75	1037,50 por agência	17113,75
De 10.000 a 15.000	R\$8390,50	R\$2934,50	R\$1563,00	R\$2037,50	R\$2050,00	R\$2782,50	1237,50 por agência	21055,50
De 15.000 a 20.000	R\$10248,00	R\$3228,75	R\$1822,50	R\$3178,75	R\$2365,00	R\$3067,50	1550,00 por agência	24.450,50
De 20.000 a 30.000	R\$11256,75	R\$3572,63	R\$2015,75	R\$3497,63	R\$2643,50	R\$3486,25	2070,00 por agência	28542,50
De 30.000 a 40.000	R\$12752,43	R\$3988,14	R\$2248,08	R\$4271,15	R\$2889,10	R\$4525,13	2556,25 por agência	33050,27
De 40.000 a 60.000	R\$13664,59	R\$4364,45	R\$2435,39	R\$5455,00	R\$3178,01	R\$4100,64	3570,00 por agência	36768,07
De 60.000 a 80.000	R\$15104,14	R\$4900,90	R\$2686,17	R\$6193,00	R\$3770,11	R\$5104,58	4612,50 por agência	42371,39
De 80.000 a 100.000	R\$16387,05	R\$5611,24	R\$2990,29	R\$7685,15	R\$5393,16	R\$6574,70	5125,00 por agência	49766,58
De 100.000 a 200.000	R\$18072,75	R\$6117,44	R\$3270,19	R\$9757,44	R\$7170,42	R\$8305,37	6662,50 por agência	59356,10
Acima de 200.000	R\$20816,28	R\$6657,18	R\$3899,71	R\$12824,87	R\$10278,34	R\$10624,72	9225,00 por agência	74135,89
TOTAL	R\$ 137.909,98	R\$ 46.316,46	R\$ 25.167,32	R\$ 57.847,76	R\$ 41.933,88	R\$ 53.385,13	0,00	R\$ 362.560,53

7.2 – Da proposta de preço

A proposta comercial anexo II deste Edital deverá ser apresentada em 01 (uma) via, preparada em conformidade com as instruções seguintes:

331
W

- ✓ Elaborada em língua portuguesa, digitada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada na última folha e rubricada nas demais, pelo representante da licitante.
- ✓ O valor do percentual proposto (numericamente e pôr extenso) a título de remuneração para execução do objeto ;
- ✓ Prazo de validade da proposta comercial que não poderá ser inferior a 60 dias, contados a partir da entrega dos envelopes.
- ✓ Os preços propostos compreenderão todos os custos diretos e indiretos, e demais despesas necessárias à completa execução do objeto da licitação.
- ✓ Deverão constar o preço global da proposta, expresso em algarismo e por extenso, prevalecendo este último, em caso de divergência.
- ✓ As propostas de preço que excederem ao valor/percentual aqui definidos serão desclassificadas.

8. REQUISITOS OBRIGATÓRIOS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. A proponente deverá fornecer todo o PESSOAL, MOBILIÁRIOS, EQUIPAMENTOS, SOFTWARES E DEMAIS FERRAMENTAS para a execução dos serviços, os órgãos apenas abrirão o acesso aos arquivos, documentos e informações, sendo que todo o pessoal de coleta, organização, armazenamento, análise, processamento e de apoio serão de responsabilidade da proponente;

8.2. Manter total sigilo e confidencialidade das informações envolvidas no trabalho.

8.3. A Licitante vencedora deverá manter O Consórcio permanentemente informada do andamento dos processos e das ações respectivas ações adotadas para o êxito do mesmo.

8.4. Nos casos de recusa dos serviços, a Proponente vencedora deverá imediatamente providenciar a substituição a partir da comunicação oficial feita pelo setor responsável.

8.5. A alocação de recursos de pessoal e de equipamentos para cada fase/atividade do projeto;

8.6. Considerar que os trabalhos deverão ser acompanhados por técnicos da contratante, visando o domínio da metodologia de trabalho;

8.7. Todos e quaisquer procedimentos deverão ter anuência da Administração Municipal para o seu encaminhamento.

8.8. Os serviços serão prestados no estabelecimento da Contratada e, quando se fizer necessário, nas dependências do contratante.

9. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

9.1. Indicar oficialmente a pessoa (fiscal) ou equipe de pessoas (comissão) que acompanhará o desenvolvimento dos trabalhos, com poderes para tomada de decisões de natureza técnica;

- 9.2. Fornecer cópia de toda documentação necessária ao cumprimento do objeto do contrato, preferencialmente em meio digital;
- 9.3. Disponibilizar, a pedido da Contratada, leis, decretos e quaisquer outros documentos que possam interessar para a realização dos serviços, em particular os relacionados e/ou necessários à efetiva recuperação de créditos;
- 9.4. Arcar com os custos inerentes aos procedimentos administrativos e/ou processos judiciais que concordar em adotar (emolumentos, taxas cartorárias, cópias de documentos, taxas administrativas e afins).

10. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 10.1. Prestar os serviços aqui previstos de forma satisfatória aos interesses do CONTRATANTE, obedecidas todas as especificações constantes deste Termo de Referência;
- 10.2. Encaminhar ao CONTRATANTE, sempre que solicitado, relatório circunstanciado da situação da execução dos serviços;
- 10.3. Não ceder ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, o Termo de Contrato, sem o prévio e expresso consentimento do CONTRATANTE;
- 10.4. Pagar todas as obrigações fiscais e trabalhistas relativas à sua personalidade jurídica. Em face desta responsabilidade da CONTRATADA, inexistirá qualquer vínculo empregatício ou de qualquer natureza entre o CONTRATANTE e os prepostos da CONTRATADA;
- 10.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em lei, obrigando-se a apresentar, sempre que exigido, as devidas comprovações de regularidade fiscal, sob pena de sanção;
- 10.6. Arcar com todos os custos referentes a deslocamentos, alimentação e hospedagem de sua equipe técnica que se façam necessários à satisfatória prestação dos serviços.
- 10.7. Manter sigilo sobre as orientações trocadas e geradas durante a prestação dos serviços, não revelando nem transmitindo direta ou indiretamente as informações trocadas a terceiros que não estejam envolvidos no desenvolvimento do objeto contratual.

Pirapora, 01 de julho de 2021.

Pedro Henrique Soares Braga
Presidente

813
W

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº ---/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº ----/2021

A empresa, estabelecida à nº, CEP, CNPJ nº, Tel., pela presente propõe-se a executar os serviços previsto no Termo de Referência – anexo I, conforme valores propostos abaixo:

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para realização de serviços técnicos especializados com o objetivo de diagnosticar e recuperar créditos identificados.

DA REMUNERAÇÃO

A remuneração dos trabalhos apresentados se dará conforme detalhado nos lotes abaixo:

LOTE 1: RECUPERAÇÃO DE VALORES REFERENTES AOS ÚLTIMOS 05 ANOS

ATIVIDADE	Valores a recuperar dos últimos 05 anos em R\$	Valor a ser recebido por cada R\$1,00 recuperado	Valor total
1. Assessoria tributária com foco na gestão do ISSQN recolhido pelas instituições financeiras, cartórios, lotéricas, correspondentes bancários, grandes prestadores de serviço e segmentos sensíveis a sonegação fiscal, tais como academias, cinemas, construção civil, hotéis, instituições de ensino, pedágios e outros.	33.000.000,00		
2. Cobrança administrativa da	44.900.000,00		

58

11-11
w

Dívida Ativa do município.			
3. Auditoria das empresas optantes pelo simples nacional, relativo à parte do ISSQN, com utilização de software referente aos últimos 05 anos.	8.026.310,05		
4. Assessoria para recuperação dos tributos devidos pelas Operadoras de Telefonia Móvel relativo aos últimos 05 Anos, sobre o ISSQN, IPTU e Taxas de Fiscalização Ambiental e de Funcionamento	31.950.000,00		
5. Assessoria para revisão da folha, compensação e restituição de valores pagos indevidamente à Receita Federal do Brasil, em relação às contribuições previdenciárias, incidentes sobre as verbas indenizatórias e RAT, incluindo a retificação das GFIP/SEFIP	75.600.000,00		
6. Auditoria da CFEM - Contribuição Financeira sobre Exploração Mineral	17.800.000,00		
TOTAL GERAL	211.276.310,05		

LOTE 2: ASSESSORIA TRIBUTÁRIA MENSAL

Os honorários devidos à contratada serão fixados conforme abaixo, com valor fixo no contrato:

VALORES A SEREM PAGOS POR ATIVIDADES - POR MÊS (em R\$)

MUNICÍPIO COM POPULAÇÃO (HAB.)	Gestão do VAF	Gestão do ITR	Auditoria de planos de saúde	Auditoria de cartão de crédito e débito e operações de Leasing	Auditoria das empresas do Simples Nacional	Assessoria jurídica tributária	Auditoria ISSQN bancos	TOTAL
Até 5.000 hab								
De 5.000 a 10.000								
De 10.000 à 15.000								
De 15.000 a 20.000								
De 20.000 a 30.000								
De 30.000 a 40.000								
De 40.000 a 60.000								
De 60.000 a 80.000								
De 80.000 a 100.000								
De 100.000 a 200.000								
Acima de 200.000								
TOTAL								

A adjudicação será pelo menor preço, por lote, devendo as propostas serem realinhadas após os lances.

Declara que, por ser de seu conhecimento, submete-se a todas as cláusulas e condições do Edital relativas à licitação supra, bem como, às disposições da Lei Federal nº 8.666/93, que integrarão o ajuste correspondente. Declaramos que no preço apresentado, estão compreendidas todas as despesas, que direta ou indiretamente, decorram da execução do objeto desta licitação, inclusive todos os tributos incidentes sobre a mesma;

Validade da proposta: será de (.....) dias, contados da abertura das Propostas.



51/6
w

Local ----- de ----- de 2021.

..... de de

(assinatura e identificação do responsável legal pela licitante)

w

818
w

ANEXO III

MODELO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº ---/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº ----/2021

O Consórcio DE -----

Ref.: Edital N.º XXXX/2021

A empresa _____, CNPJ nº _____,
com sede na Rua _____, nº _____, Bairro _____,
cidade _____, neste ato representado pelo(s) Sr(a).
_____ (sócios ou diretores
com qualificação completa: nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e
endereço), nomeia e constitui seu(a) Procurador(a) o(a) Sr(a).
_____ (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil,
profissão e endereço), a quem confere amplos e gerais poderes para, junto O
Consórcio DE -----, praticar os atos necessários com vistas à participação do
outorgante na licitação, modalidade Pregão Presencial, em epígrafe, usando dos
recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para
desistir de recursos, apresentarem lances verbais, negociar preços e demais
condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e
dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas
de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

Local, ____ de _____ de 2021.

Atenciosamente,

(carimbo, nome e assinatura do responsável legal)
(cédula de identidade, número e órgão emissor)

W

ANEXO IV
DECLARAÇÃO HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº ---/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº ---/2021

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na Rua _____, na cidade de _____, neste ato representado por _____ (nome do representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem DECLARAR, para fins de participação no Pregão Presencial em pauta, sob as penas da Lei, que INEXISTE QUALQUER FATO IMPEDITIVO para sua participação no Pregão Presencial acima citado, estando apta e HABILITADA a realizar contratação com o Poder Público de qualquer esfera e se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Local, ____ de ____ de 2021.

Assinatura e Carimbo de CNPJ
Nome completo do Declarante

W

319
W

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ART. 27, V DA LEI Nº 8.666/93
(NÃO EMPREGA MENOR)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº -----/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº ----/2021

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 05/09/2002, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

() Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.)

Local, ____ de _____ de 2021.

Assinatura e Carimbo de CNPJ
Nome completo do Declarante

W

120
w

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME, EPP OU EQUIPARADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº ----/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº ---/2021

A licitante proponente _____, portadora do CNPJ n.º _____, com sede e administração na Rua _____ n.º _____, bairro _____, município de _____, neste ato representado pelo sócio _____, nacionalidade brasileira, estado civil _____, profissão _____, portador do CPF n.º _____ e da Carteira de Identidade n.º _____, residente e domiciliado(a) na Rua _____ n.º _____, bairro _____, município de _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido Nos artigos 42 a 49 da citada lei e que cumpre os requisitos legais para qualificação como:

(...) Microempresa, MEI ou Empresa de Pequeno Porte, definida no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006;

(...) Empresa ou Sociedade equiparada à ME ou EPP, tendo auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006;

(...) Declaro que a empresa possui restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no artigo 43, § 1º da Lei Complementar n.º 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no artigo 81, da Lei Federal nº 8.666/93.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Representante Legal da Empresa



121
w

ANEXO VII
PROCESSO LICITATÓRIO Nº ---/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº ----/2021

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº ----00/2021 QUE ENTRE SI
CELEBRAM A AMMESF ----- E A EMPRESA -----

AMMESF -----MG, CNPJ n. -----, com sede na ----- MG, neste ato representado por seu prefeito, o Sr. ----- doravante denominado CONTRATANTE, e ----- representada neste ato por ----- com endereço comercial na sede na da empresa, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

A celebração deste contato se dá em conformidade com o Processo nº ____/____, decorrente do Pregão n.º ____/____ e de acordo com a Lei 8.666/93, com alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada na realização de auditorias operacionais com o objetivo de recuperar créditos identificados, conforme especificações constantes neste termo de referência, Anexo I.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DURAÇÃO DO CONTRATO

3.1 – O presente contrato terá sua duração de 12 (doze) meses.

3.2 – O prazo poderá ser prorrogado, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93, mediante termo aditivo, em razão da necessidade de acompanhamento dos serviços e dos processos iniciados na vigência deste contrato ou por conveniência das partes, desde que devidamente justificada a decisão de prorrogar.

3.3 - A primeira compensação deverá iniciar em um prazo máximo de 15 dias após a entrega pelo Município ao Contratado de todos os documentos necessários à execução dos trabalhos

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

W

4.1 – O valor previsto para recuperação dos créditos conforme estimativa realizada pelo Consórcio é R\$ -----, os honorários máximos ficam fixados em R\$ -----, que equivale aos percentuais constantes da proposta.

4.2 - Os honorários serão pagos, proporcionalmente, a cada compensação realizada.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1 – O pagamento será efetuado em até 05(cinco) dias, após a Prestação dos Serviços, sempre após a emissão da Nota Fiscal de Serviços.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas relativas ao objeto deste instrumento bem como os seus respectivos encargos serão efetuados nos termos e limites previstos na legislação própria, correndo no presente exercício à conta das dotações orçamentárias n. -----.

CLÁUSULA SÉTIMA – RESCISÃO

7.1 – O presente contrato poderá ser rescindido nos casos previstos no art. 78 da Lei 8.666/93, observado o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal.

7.2 – O CONTRATADO reconhece os direitos da Administração prevista na Lei n.º 8.666/93 para o caso de rescisão administrativa do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Atender a todos os requisitos constantes no Termo de Referência

8.2. A contratada responsabilizar-se-á integralmente pelo serviço a ser prestado nos termos da legislação vigente, bem como pelos danos que causar ao Município e a terceiros na execução do presente objeto;

8.3. Zelar pela execução do objeto;

8.4. Guardar sigilo das informações que tiver conhecimento em decorrência do objeto, sob pena de rescisão do Contrato e multa;

8.5. Assumir, integralmente, a responsabilidade pelas despesas decorrentes da execução do objeto, tais como encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, seguros e convencionais de seus funcionários, impostos de demais despesas.

8.6. Apresentar comprovante mensal de quitação da empresa com as obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados lotados na execução do contrato, sob pena de rescisão contratual.

123
W

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Efetuar os pagamentos devidos no prazo estipulado.
- 9.2. Emitir as solicitações dos serviços a Contratada.
- 9.3. Obrigar-se pelo pagamento das despesas decorrentes da publicação do despacho de inexigibilidade e do extrato do presente contrato.
- 9.4. Obrigar-se pelo fornecimento de informações e de documentos nos prazos e formas que lhe forem exigidos em face do andamento dos processos de seu interesse, pareceres e solicitações de consultas.
- 9.5. Administrar e fiscalizar os serviços, nos termos do Contrato, deste Edital e da Lei 8.666/93.
- 9.6. Receber os serviços, nos termos de legislação vigente.
- 9.7. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com o Termo de Referência.
- 9.8. Preparar e encaminhar os expedientes referentes ao pagamento da execução dos serviços, nos termos deste Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES

- 10.1. A Contratada estará sujeita às sanções previstas na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de _____/____, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas do presente contrato, que não puderem ser resolvidas pelas partes.

Assim, estando as partes justas e acordadas, firmam as partes o presente instrumento, em (três) vias de igual teor e forma, diante de 02 (duas)

Local e data, --- de ----- de 2021.

CONTRATANTE

CONTRATADA

W

124
W

Testemunhas: _____
CPF: _____

CPF: _____

W

125
W

ANEXO VIII
PROCESSO LICITATÓRIO Nº ---/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº ---/2021

MINUTA CONTRATO Nº ----00/2021 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA
DE ----- E A EMPRESA -----

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº ---/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº. _____

ATA DE REGISTRO N. _____

São partes neste contrato, através de seus representantes signatários, como **CONTRATANTE o MUNICÍPIO DE -----**, inscrito no CNPJ sob o n. _____, com endereço Rua _____, aqui representado pelo Prefeito Municipal, Sr. _____ e, **CONTRATADO**, a sociedade empresária _____, inscrita no CNPJ/MF sob o no _____, sediada na _____, neste ato por seu representante legal, Sr(a). _____, portador da Carteira de Identidade no. _____, inscrito(a) no CPF/MF sob o no., com endereço na sede da empresa.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS COM O OBJETIVO DE DIAGNOSTICAR E RECUPERAR CRÉDITOS IDENTIFICADOS**, serviço adjudicado ao Contratado em decorrência da Licitação supracitada, segundo a Proposta respectiva da contratada, conhecidas e aceitas pelas partes, incorporam-se a este instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO VALOR DO CONTRATO:

2.1 – Pela prestação de serviços contratados, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o percentual de xx% (xx por cento), ou seja, para cada R\$1,00 (um real) efetivamente recuperado a contratada receberá R\$0,xx (xx centavos).

2.2 – Estima-se recuperar (taxa de sucesso) a quantia aproximada de _____, conforme Lote 1 e Assessoria conforme Lote 2.

70

LOTE 1: RECUPERAÇÃO DE VALORES REFERENTES AOS ÚLTIMOS 05 ANOS

ATIVIDADE	Valores a recuperar dos últimos 05 anos em R\$	Valor a ser recebido por cada R\$1,00 recuperado	Valor total
Assessoria tributária com foco na gestão do ISSQN recolhido pelas instituições financeiras, cartórios, lotéricas, correspondentes bancários, grandes prestadores de serviço e segmentos sensíveis a sonegação fiscal, tais como academias, cinemas, construção civil, hotéis, instituições de ensino, pedágios e outros.	33.000.000,00		
2. Cobrança administrativa da Dívida Ativa do município.	44.900.000,00		
3. Auditoria das empresas optantes pelo simples nacional, relativo à parte do ISSQN, com utilização de software referente aos últimos 05 anos.	8.026.310,05		
4. Assessoria para recuperação dos tributos devidos pelas Operadoras de Telefonia Móvel relativo aos últimos 05 Anos, sobre o ISSQN, IPTU e Taxas de Fiscalização Ambiental e de Funcionamento	31.950.000,00		
5. Assessoria para revisão da folha, compensação e restituição de valores pagos indevidamente à Receita Federal do Brasil, em relação às contribuições previdenciárias, incidentes sobre as verbas indenizatórias e RAT, incluindo a retificação das GFIP/SEFIP	75.600.000,00		

W

127
 W

6. Auditoria da CFEM – Contribuição Financeira sobre Exploração Mineral	17.800.000,00		
TOTAL GERAL	211.276.310,05		

LOTE 2: ASSESSORIA TRIBUTÁRIA MENSAL
VALORES A SEREM PAGOS POR ATIVIDADES - POR MÊS (em R\$)

MUNICÍPIO COM POPULAÇÃO (HAB.)	Gestão do VAF	Gestão do ITR	Auditoria de planos de saúde	Auditoria de cartão de crédito e débito e operações de Leasing	Auditoria das empresas do Simples Nacional	Assessoria jurídica tributária	Auditoria ISSQN bancos	TOTAL
Até 5.000 hab								
De 5.000 a 10.000								
De 10.000 à 15.000								
De 15.000 a 20.000								
De 20.000 a 30.000								
De 30.000 a 40.000								
De 40.000 a 60.000								
De 60.000 a 80.000								
De 80.000 a 100.000								
De 100.000 a 200.000								

W

Acima de 200.000								
TOTAL								

2.3 – De forma, estima-se o presente contrato em aproximadamente R\$ _____ a ser pago a contratada, respeitando todas as condições impostas pela Ata do Pregão Presencial nº. _____ –do CONSÓRCIO _____, conforme processo de adesão a ata de registro de preços.

2.4 – A empresa somente fará jus ao recebimento dos honorários de R\$ _____ sobre o valor dos créditos efetivamente recuperados, depois de esgotadas todas as instâncias judiciais, se houver questões judiciais decorrente dos trabalhos.

2.5 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais iniciantes, taxa de administração, frete, seguro e tributos necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, mediante a medição contratual dos serviços prestados e após a apresentação da nota fiscal na Prefeitura Municipal, à vista do respectivo Termo de Recebimento Definitivo do Objeto ou Recibo, na forma prevista neste Edital, e apresentação de CND's Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista e, no caso de pessoas jurídicas, ainda FGTS e INSS, sendo o valor fixo e irrevogável, mediante programação de pagamento junto a Secretaria Municipal da Fazenda.

As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao Contratado e esta deverá efetuar a apresentação válida no prazo de 05 (cinco) dias. O vencimento das notas fiscais/faturas ocorrerá dentro de 30 (trinta) dias úteis após a data de sua apresentação válida.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, tendo como termo inicial a assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - REGIME LEGAL DA CONTRATAÇÃO E CLÁUSULAS COMPLEMENTARES

O presente contrato rege-se pelas normas consubstanciadas nas Leis Federais no. 10.520/2002 e art. 112 da Lei n. 8.666/93, Lei 11.107/2015, complementadas suas

W

cláusulas pelas normas contratuais constantes da Licitação modalidade Pregão Presencial nº. 0xx/2021, homologada em xx/xx/2021.

CLÁUSULA SEXTA - SECRETARIA COMPETENTE PARA FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E RECEBIMENTO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

É competente para pleno e total recebimento do objeto deste contrato, bem como a fiscalização do seu cumprimento, a Secretaria Municipal de Fazenda.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A dotação orçamentaria será conforme especificado abaixo, sendo facultado à Administração Pública Municipal modificá-la unilateralmente quando assim lhe convier:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 - DO CONTRATADO:

Constituem obrigações do Contratado:

- a) Cumprir fielmente as exigências deste Edital, de modo que os serviços sejam prestados de acordo com o Anexo I - Termo de Referência, sob pena de multa de 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
- b) Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, previstos na legislação vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, bem como com as taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação.
- c) Indenizar o CONTRATANTE por todo e qualquer dano decorrente da execução do objeto, direta ou indiretamente, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos.
- d) Cumprir os prazos previstos neste Edital.
- e) Manter-se durante toda a execução do contrato fiel às obrigações assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei n. 8.666/93 e no presente Edital.

II – DO CONTRATANTE:

Constituem obrigações da Contratante:

- a) Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada na prestação do serviço, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la.
- b) Efetuar os pagamentos devidos ao Contratado nas condições estabelecidas.

130
w

c) Fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade do Contratado pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

d) Rejeitar todo e qualquer serviço e em desconformidade com as especificações do Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser rescindido unilateralmente, pela Administração, na ocorrência de quaisquer um dos motivos especificados nos artigos 77 e seguintes da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 - Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

a) 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na prestação do serviço, ou por atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30^o (trigésimo) dia, calculados sobre o valor total do serviço constante da Nota de Empenho.

b) 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, na hipótese do Contratado injustificadamente desistir do contrato ou der causa a sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o Município, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

10.2 - O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo Contratante. Se os valores não forem suficientes, a diferença será descontada da garantia prestada ou deverá ser recolhida pelo Contratado no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

10.3 - As sanções previstas, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente com previstas nas Leis Federais no. 10.520/2002 e 8.666/93, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.4 - Ao Município caberá, também, na forma da Lei no. 8.666/93, interpelar o contratado civil ou penalmente nos casos de descumprimento do presente instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos com fundamento na Lei no. 8.666/93, cujas normas ficam incorporadas integralmente neste instrumento, ainda que não se faça menção expressa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

Qualquer modificação de forma qualitativa ou quantitativa, redução ou acréscimo do objeto ora contratado, bem como prorrogação de prazo poderá ser determinada pela

Contratante, lavrando-se o respectivo termo, conforme os artigos 57, §1º, e 65 da Lei no. 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

As partes contratantes elegem, para solução judicial de qualquer questão oriunda da presente contratação, o foro da Comarca de Seabra-Bahia, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem, assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de único teor e validade, para um só efeito legal.

-----, xx de xx de 2021.

MUNICÍPIO DE -----

Contratante

Contratado

Testemunhas: 1 - _____ 2 - _____



132
m

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021

PARECER JURÍDICO

PARECER Nº 001/2021

**Processo n. 003/2021 - Pregão Presencial Por Registro de Preço
nº 001/2021**

**Interessado: Associação Dos Municípios da Bacia Do Médio
São Francisco.**

Objeto: Registro de preços para futura contratação de assessoria tributária operacional objetivando a identificação, apuração, constituição e recuperação de créditos tributários de responsabilidade dos municípios, com ação planejada e transparente, visando assegurar e maximizar os resultados da prestação de serviço.

I - RELATÓRIO

Trata o presente processo de procedimento licitatório, instaurado na modalidade Pregão Presencial (SRP) nº 001/2021, com data de autuação constando de 29 de Julho de 2021, tendo como objeto futura contratação de assessoria tributária operacional objetivando a identificação, apuração, constituição e recuperação de créditos tributários de responsabilidade dos municípios, com ação planejada e transparente, visando assegurar e maximizar os resultados da prestação de serviço, a fim de atender e suprir a necessidade dos municípios que pertencem a Bacia do Médio São Francisco.

Vieram os presentes autos de processo de licitação instruídos com todos os documentos administrativos necessários, ressaltando-se a presença dos principais documentos, quais sejam: memorando do presidente à secretaria executiva, cotação de preço, termo de referência, autuação do presente processo, bem como a devida minuta para análise.

É o breve relatório.

II - DA ANÁLISE

Pelo que aflora do procedimento inicial, o certame licitatório decorre com regularidade, clareza e legitimidade nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, conforme a seguir.

A Lei nº 10.520/02 instituiu, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios a modalidade de licitação denominada Pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Diferentemente da Lei de Licitações, onde a eleição da modalidade de licitação cabível, a rigor, opera-se por meio da análise do valor estimado para a contratação, o pregão, nos termos do que dispõe o Caput do artigo primeiro, da Lei nº 10.520/02, destina-se à aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado para a contratação.

Existe a possibilidade de utilização da modalidade pregão presencial para a contratação do objeto ora mencionado.

A proposta tem fundamento jurídico nos diplomas legais, a saber: Pregão é a nova modalidade de licitação, regulada pela Lei 10.520, de 17.7.2002, cuja a ementa: "Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, XXI, da

Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Nos termos do citado diploma, consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais no mercado. (MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e Contrato Administrativo. 14 ed. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 130-104).

O § único do art. 1º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de

julho de 2002, assim preleciona:

Art. 1º - Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Portanto, a modalidade pregão presencial poderá ser utilizada para a contratação do objeto ora mencionado.

O art. 38, § único da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, assim preleciona: Art. 38 (...) § único: As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. (Redação dada pela Lei nº. 8.883, de 1994).

Os autos do processo em questão estão acompanhados pelo Termo de Referência, contendo este os elementos mínimos necessários à promoção do certame, havendo uma suficiente descrição do que se pretende contratar. Constam, ainda, orçamentos prévios para verificação dos preços comuns praticados no mercado. Ressalta-se a dispensa prévia da dotação orçamentária, uma vez que o Sistema de Registro de Preços, ao contrário da licitação convencional, não obriga a Administração Pública. Por fim, consta a autuação.

No entanto, ressalta-se que não se incluem no âmbito da análise da assessoria jurídica os elementos técnicos pertinentes ao certame, como aqueles de ordem financeira ou orçamentária, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e autoridade competente dos respectivos Municípios.

Quanto à análise legal, temos que o presente processo consta também a minuta do edital indicando as exigências

constantes do art. 40 da Lei 8.666/93 c/c art. 4º da Lei 10.520/2002, bem como a documentação que os interessados deverão apresentar para serem considerados habilitados.

Verificando o edital, pode-se observar que o mesmo seguiu todas as cautelas recomendadas pela Lei 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93, como:

- I - Definição do objeto de forma clara esucinta;
- II - Local a ser retirado o edital;
- III - Local, data e horário para abertura dasessão;
- IV - Condições para participação;
- V - Critérios para julgamento;
- VI - Condições de pagamento;
- VII - Prazo e condições para assinatura docontrato;
- VIII - Sanções para o caso de inadimplemento;
- IX - Especificações e peculiaridades da licitação.

Examinada a minuta referida e encartada nos presentes autos, devidamente rubricadas, entendemos que guardam regularidade com o disposto na Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93, visto que presentes as cláusulas essenciais, sem quaisquer condições que possam tipificar preferências ou discriminações. Não detectando nenhuma irregularidade ou contrariedade à legislação pertinente, pelo que exaro aprovação ao referido edital, para competente publicação e trâmite do processo licitatório.

Considerando que até então o procedimento não apresenta irregularidades que possam macular o certame e que a minuta do edital segue os preceitos legais que regem a matéria, opino pelo prosseguimento do processo licitatório em seus ulteriores atos.

A regulamentação dos contratos administrativos encontra-se prevista no artigo 54 e seguintes da Lei n.º 8.666/93,

tendo o art. 55, da referida norma, previsto quais são as cláusulas que necessariamente deverão estar consignadas nos chamados contratos administrativos, sendo as seguintes:

- I - o objeto e seus elementos característicos;
 - II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
 - III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
 - IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
 - V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
 - VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;
 - VII - Os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;
 - VIII - os casos de rescisão;
 - IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;
 - X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
 - XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;
 - XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;
 - XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- § 1º (VETADO).

837
u

§ 2º Nos contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive aquelas domiciliadas no estrangeiro, deverá constar necessariamente cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, salvo o disposto no § 6º do art. 32 desta Lei.

A minuta do contrato, por sua vez, segue todas as cautelas recomendadas pela legislação vigente.

Conforme podemos verificar, pela análise dos documentos que compõe os presentes autos, o pregoeiro e a equipe técnica obedeceram, in casu, aos princípios da supremacia do interesse público, eficiência, economicidade, razoabilidade, isonomia, legalidade e ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

III - CONCLUSÃO

Desse modo obedecidas as demais regras contidas na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e na Lei nº. 10.520/2002, entende-se que a AMMESF poderá adotar a modalidade de Licitação Pregão Presencial, encontrando-se o edital em consonância com os dispositivos da Lei Federal, supra citada, razão pela qual se encontra aprovado por esse departamento jurídico.

Por derradeiro, cumpre salientar que a assessoria jurídica cumpre e emite parecer sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar a conveniência e a oportunidade dos atos praticados no âmbito da AMMESF, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, além disso, este parecer é de caráter meramente opinativo, não vinculando, portanto, a decisão do Gestor Municipal (TCU, Acórdão nº 2935/2011, Plenário, Rel. Min.

138
w

WALTON ALENCAR RODRIGUES, DOU de 17/05/2011). Como diz JUSTEN FILHO (2014.p. 689) "o essencial é a regularidade dos atos, não a aprovação da assessoria jurídica", ou seja, o gestor é livre no seu poder de decisão.

Desta forma, ressalvado o caráter opinativo desta alcada jurídica, e com o inarredável respeito ao entendimento diverso, este é o entendimento.

S.M.J

Por fim, encaminho esse parecer ao Pregoeiro junto com a Equipe de Apoio para continuidade do processo licitatório.

Pirapora - MG 29 de Julho de 2021


RANNY KELLER RODRIGUES SIMÕES - OAB nº 150.291
ASSESSORA JURÍDICA - AMMESF



MONTEIRO E MONTEIRO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Nos confirmamos em Data:

Aracaju - SE
Belém - PA
Belo Horizonte - MG
Brasília - DF
Campo Grande - MS
Cuiabá - MT
Curitiba - PR
Florianópolis - SC
Fortaleza - CE
Goiânia - GO
Maceió - AL
Manaus - AM
Natal - RN
Palmas - TO
Petrópolis - PE
Porto Alegre - RS
Porto Velho - RO
Recife - PE
Rio Branco - AC
Rio de Janeiro - RJ
Salvador - BA
São Luís - MA
São Paulo - SP
Teresina - PI
Vitória - ES

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO DA AMMESF – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO
MÉDIO SÃO FRANCISCO**

**EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 03/2021
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 01/2021**

MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS,
pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº
35.542.612/0001-90, estabelecida na Rua Engenheiro Oscar Ferreira, nº
47, Casa Forte, Recife/PE, representada neste ato por seu sócio e
advogado que esta subscreve, vem, respeitosamente, à presença de Vossa
Senhoria, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, em observância ao que
determina o artigo 41 da Lei nº 8.666/93, consoante os fundamentos a
seguir expostos.

I - DA TEMPESTIVIDADE

A AMMESF – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO
SÃO FRANCISCO, por meio de sua Comissão Permanente de Licitação,
tornou público, para o conhecimento dos interessados, o Edital decorrente
do PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 03/2021 PREGÃO PRESENCIAL PARA
REGISTRO DE PREÇOS N. 01/2021, visando à contratação de empresa

BRUNO ROMERO PEDROSA
MONTEIRO
Assinado de forma digital
por BRUNO ROMERO
PEDROSA MONTEIRO
Data: 2021.08.09
11:29:24 -03'00'

Matriz
Rua Eng. Oscar Ferreira, 47
Casa Forte, CEP: 52.061-022
Recife - PE
Tel: +55 81 2121.6444
www.monteiro.adv.br
monteiro@monteiro.adv.br



MONTEIRO E MONTEIRO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

141

Aracaju - SE
Belém - PA
Belo Horizonte - MG
Brasília - DF
Campo Grande - MS
Cuiabá - MT
Curitiba - PR
Florianópolis - SC
Fortaleza - CE
Goiânia - GO
Maceió - AL
Manaus - AM
Natal - RN
Palmas - TO
Petrópolis - PE
Porto Alegre - RS
Porto Velho - RO
Recife - PE
Rio Branco - AC
Rio de Janeiro - RJ
Salvador - BA
São Luís - MA
São Paulo - SP
Teresina - PI
Vitória - ES

prestadora de serviços para registro de preço para futura contratação de serviços de assessoria tributária operacional, objetivando a identificação, apuração, constituição e recuperação de créditos tributários de responsabilidade do município, com ação planejada e transparente, visando assegurar e maximizar os resultados da prestação de serviço maiores informações encontram-se no Anexo I do Edital.

Nos termos do item 1.1 do edital, qualquer pessoa poderá impugnar o edital até 02 (dois) dias úteis que anteceder o recebimento das propostas.

Diante de tais considerações, como a sessão pública está designada para o dia 12 de agosto de 2021 (quinta-feira), encaminhada na data de hoje, qual seja, 09 de agosto de 2021 (segunda-feira), verifica-se o perfeito atendimento ao requisito formal referente à tempestividade da presente Impugnação ao Edital.

II – DAS PREVISÕES EDITALÍCIAS QUE CARECEM DE REPARO

Constitui objeto do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 03/2021 PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 01/2021**, em apertada síntese, a contratação de empresa prestadora de serviços para registro de preço para futura contratação de serviços de assessoria tributária operacional, objetivando a identificação, apuração, constituição e recuperação de créditos tributários de responsabilidade do município, com ação planejada e transparente, visando assegurar e maximizar os resultados da prestação de serviço maiores informações encontram-se no Anexo I do Edital.

BRUNO
ROMERO
PEDROSA
MONTEIRO

Assinado de forma
digital por BRUNO
ROMERO PEDROSA
MONTEIRO
Data: 2021.08.09
11:29:54 -03'00'

Matriz
Rua Eng. Oscar Ferreira, 47
Casa Forte, CEP: 52.061-022
Recife - PE
Tel: +55 81 2121.6444
www.monteiro.adv.br
monteiro@monteiro.adv.br



142
W

Aracaju - SE
Belém - PA
Belo Horizonte - MG
Brasília - DF
Campo Grande - MS
Cuiabá - MT
Curitiba - PR
Florianópolis - SC
Fortaleza - CE
Goiânia - GO
Maceió - AL
Manaus - AM
Natal - RN
Palmas - TO
Petrópolis - PE
Porto Alegre - RS
Porto Velho - RO
Recife - PE
Rio Branco - AC
Rio de Janeiro - RJ
Salvador - BA
São Luís - MA
São Paulo - SP
Teresina - PI
Vitória - ES

Todavia, em que pese o esforço demonstrado pela equipe responsável por sua confecção, restaram identificados aspectos que demandam ajustes, a fim de tornar os termos do Instrumento Convocatório mais adequados às disposições legais, como restará confirmado nas linhas vindouras.

II.1 - DO DESMEMBRAMENTO DO LOTE E FRACIONAMENTO OBRIGATÓRIO DO OBJETO

Conforme anteriormente delineado, o certame ora em análise tem por objeto a contratação de empresa prestadora de serviços para registro de preço para futura contratação de serviços de assessoria tributária operacional, objetivando a identificação, apuração, constituição e recuperação de créditos tributários de responsabilidade do município, com ação planejada e transparente, visando assegurar e maximizar os resultados da prestação de serviço maiores informações encontram-se no Anexo I deste Edital.

É pacífico no TCU o entendimento da obrigação de "adjudicação por item e não por preço global", entendimento este expresso na súmula 247 TCU:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação

BRUNO
ROMERO
PEDROSA
MONTEIRO

Assinado de forma
digital por BRUNO
ROMERO PEDROSA
MONTEIRO
Dados: 2021.08.09
11:30:08 -03'00'

Matriz
Rua Eng. Oscar Ferreira, 47
Casa Forte, CEP: 52.061-022
Recife - PE
Tel: +55 81 2121.6444
www.monteiro.adv.br
monteiro@monteiro.adv.br



MONTEIRO E MONTEIRO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Monteiro e Monteiro Advogados

143
R

Aracaju - SE
Belém - PA
Belo Horizonte - MG
Brasília - DF
Campo Grande - MS
Cuiabá - MT
Curitiba - PR
Florianópolis - SC
Fortaleza - CE
Goiânia - GO
Maceió - AL
Manaus - AM
Natal - RN
Palmas - TO
Petrópolis - PE
Porto Alegre - RS
Porto Velho - RO
Recife - PE
Rio Branco - AC
Rio de Janeiro - RJ
Salvador - BA
São Luís - MA
São Paulo - SP
Teresina - PI
Vitória - ES

de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade". (Grifo nosso)

Considerada a súmula supracitada, comprova-se o intento da Administração Pública na proteção ao princípio da competitividade no âmbito das Licitações, que se vê prejudicado no referido certame, dadas as circunstâncias impostas pelo Edital, as quais são abordadas nesta impugnação.

Defronte da súmula supracitada somada à jurisprudência pacífica dos tribunais, resta clarividente o equívoco em agrupar os itens da licitação em lotes, dada a variedade dentre os produtos solicitados pelo órgão.

A Carta Magna vincula os atos da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e, dispõe:

Art. 37... XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação

BRUNO ROMERO
PEDROSA
MONTEIRO
Assinado de forma digital
por BRUNO ROMERO
PEDROSA MONTEIRO
Dados: 2021.08.09
11:30:27 -03'00'

Matriz
Rua Eng. Oscar Ferreira, 47
Casa Forte, CEP: 52.061-022
Recife - PE
Tel: +55 81 2121.6444
www.monteiro.adv.br
monteiro@monteiro.adv.br



MONTEIRO E MONTEIRO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Monteiro e Monteiro Advogados Associados

14/9
W

Aracaju - SE
Belém - PA
Belo Horizonte - MG
Brasília - DF
Campo Grande - MS
Cuiabá - MT
Curitiba - PR
Florianópolis - SC
Fortaleza - CE
Goiânia - GO
Maceió - AL
Manaus - AM
Natal - RN
Palmas - TO
Petrópolis - PE
Porto Alegre - RS
Porto Velho - RO
Recife - PE
Rio Branco - AC
Rio de Janeiro - RJ
Salvador - BA
São Luís - MA
São Paulo - SP
Teresina - PI
Vitória - ES

técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)

A súmula 222 do TCU diz: "As Decisões do Tribunal de Contas da União, relativas à aplicação de normas gerais de licitação, sobre as quais cabe privativamente à União legislar, devem ser acatadas pelos administradores dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos **Municípios**" (grifo nosso). Sendo assim, conclui-se que é dever deste Órgão o acatamento aos preceitos aqui fundamentados.

Neste sentido, a Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos nº 8.666/93, em seu artigo 3º, §1, inciso I veda de forma clara e veemente a utilização de quaisquer manobras, atos, cláusulas e/ou condições, **julgamentos e decisões que discriminem ou afastem o caráter competitivo do certame, bem como estabeleçam preferências, distinções ou situações impertinentes ou irrelevantes para especificar o objeto do contrato, permitindo a exigência de adjudicação por lote apenas se indispensável à garantia do cumprimento das obrigações.**

Desta feita, a empresa ora impugnante, roga pela adjudicação dos itens deste edital na forma MENOR PREÇO POR ITEM, ao invés de MENOR PREÇO GLOBAL.

Veja que o edital reuniu em um único lote os itens: revisão, compensação, recuperação, assessoria, cobrança e auditoria de objetos que possuem complexidade técnicas distintas sendo assim impossível que uma única empresa preste o serviço. É como se nós fossemos contratar uma construtora para construir um prédio e fabricar um veículo no mesmo lote, por exemplo.

BRUNO
ROMERO
PEDROSA
MONTEIRO

Assinado de forma
digital por BRUNO
ROMERO PEDROSA
MONTEIRO
Dados: 2021.08.09
11:30:41 -03'00'

Matriz
Rua Eng. Oscar Ferreira, 47
Casa Forte, CEP: 52.061-022
Recife - PE
Tel: +55 81 2121.6444
www.monteiro.adv.br
monteiro@monteiro.adv.br



145
w

Aracaju - SE
Belém - PA
Belo Horizonte - MG
Brasília - DF
Campo Grande - MS
Cuiabá - MT
Curitiba - PR
Garanhuns - SC
Fortaleza - CE
Goiânia - GO
Maceió - AL
Manaus - AM
Natal - RN
Palmas - TO
Petrópolis - PE
Porto Alegre - RS
Porto Velho - RO
Recife - PE
Rio Branco - AC
Rio de Janeiro - RJ
Salvador - BA
São Luís - MA
São Paulo - SP
Teresina - PI
Vitória - ES

Nesse sentido, os serviços não possuem a mesma compatibilidade técnica, e sequer as mesmas regras de execução do serviço, vez que nitidamente pertencem a portfólios de atuação distintos.

II.2 – DA ESCOLHA EQUIVOCADA DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO. INADEQUAÇÃO DO TIPO MENOR PREÇO PARA TODAS AS MATÉRIAS. NECESSIDADE DE ANÁLISE DA TÉCNICA A SER APRESENTADA.

No certame impugnado, houve a escolha equivocada da modalidade de licitação. A concorrência do tipo menor preço é utilizado de maneira geral para compras e serviços de aquisição de bens e serviços comuns, os quais não exigem competência técnica para a execução do serviço, diferentemente da real necessidade do presente caso que exige expertise técnica para execução dos serviços.

Pois bem, o principal objetivo da presente Licitação é contratação de serviços de assessoria tributária operacional, objetivando a identificação, apuração, constituição e recuperação de créditos tributários de responsabilidade do município, com ação planejada e transparente, visando assegurar e maximizar os resultados da prestação de serviço maiores informações encontram-se no Anexo I do Edital”.

Ou seja, a própria essência, extraída de uma simples leitura do objeto licitado, revela que não se trata de uma simples prestação de serviço corriqueiros. Inclusive, caso assim o fosse, o município possivelmente **NÃO necessitaria de apoio externo** – consistente em empresa especializada nos referidos objetos.

**BRUNO
ROMERO
PEDROSA
MONTEIRO**

Assinado de forma digital por BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO
Dados: 2021.08.09 11:30:56 -03'00'

Matriz
Rua Eng. Oscar Ferreira, 47
Casa Forte, CEP: 52.061-022
Recife - PE
Tel: +55 81 2121.6444
www.monteiro.adv.br
monteiro@monteiro.adv.br



146
w

Aracaju - SE
Belém - PA
Belo Horizonte - MG
Brasília - DF
Campo Grande - MS
Cuiabá - MT
Curitiba - PR
Jariópolis - SC
Fortaleza - CE
Goiânia - GO
Maceió - AL
Manaus - AM
Natal - RN
Palmas - TO
Petrolina - PE
Porto Alegre - RS
Porto Velho - RO
Recife - PE
Rio Branco - AC
Rio de Janeiro - RJ
Salvador - BA
São Luís - MA
São Paulo - SP
Teresina - PI
Vitória - ES

Ora, resta claro que o serviço ofertado no certame **NÃO é de simples execução**, sendo necessários conhecimentos específicos e experiência singular na prestação adequada dos referidos objetos.

Apenas para exemplificar, a realização do serviço de maneira **errônea pode resultar na perda de MILHÕES de reais, valores estes que beneficiarão consideravelmente esta municipalidade**. Com isto, o objeto da licitação **jamaís** poderia ser tratado como serviço comum.

Não bastasse isso, o Edital também entra em contradição ao compreender que o serviço é simples e comum, mas entende como exigível extensa qualificação técnica. Neste sentido, resta clara a inadequação da matéria licitada a modalidade de concorrência do tipo menor preço.

Em síntese, verifica-se ser requerido para a execução do serviço um nível de técnica exacerbada a qual só se encaixaria na modalidade que abarcasse "melhor técnica" ou "técnica e preço".

Aqui não se questiona a técnica em si escolhida, mas nitidamente a mera exigência de técnica destoa de uma licitação que utiliza o tipo de escolha pelo preço.

Não se faz possível, exigir a técnica de modo 'disfarçado' a uma característica de habilitação, demonstrando mais uma vez a existência de vícios no Edital.

**BRUNO
ROMERO
PEDROSA
MONTEIRO**

Assinado de forma
digital por BRUNO
ROMERO PEDROSA
MONTEIRO
Dados: 2021.08.09
11:31:14 -03'00'

Matriz
Rua Eng. Oscar Ferreira, 47
Casa Forte, CEP: 52.061-022
Recife - PE
Tel: +55 81 2121.6444
www.monteiro.adv.br
monteiro@monteiro.adv.br



247
W

Aracaju - SE
Belém - PA
Belo Horizonte - MG
Brasília - DF
Campo Grande - MS
Cuiabá - MT
Curitiba - PR
Florianópolis - SC
Fortaleza - CE
Goiânia - GO
Maceió - AL
Manaus - AM
Natal - RN
Palmas - TO
Petrópolis - PE
Porto Alegre - RS
Porto Velho - RO
Recife - PE
Rio Branco - AC
Rio de Janeiro - RJ
Salvador - BA
São Luís - MA
São Paulo - SP
Teresina - PI
Vitória - ES

Ademais, do que adiantaria à Administração, por exemplo, ver a pretensão do certame frustrada por um eventual aventureiro na profissão de advogado que "mergulhe" o preço de forma a torna-lo inexecutável, sob a possível alegação de baixo custo de execução contratual. Não há qualquer justificativa plausível para a escolha.

Diante disso, conclui que, na hipótese da presente licitação, deveria ser realizada através da modalidade concorrência, do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço".

**II.3 – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 01) –
DOS DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA –
EXIGÊNCIA DE DEMONSTRAR QUE A LICITANTE POSSUI EQUIPE
TÉCNICA**

Conforme anteriormente delineado, o certame ora em análise tem por objeto contratação de serviços de assessoria tributária operacional, objetivando a identificação, apuração, constituição e recuperação de créditos tributários de responsabilidade do município, com ação planejada e transparente, visando assegurar e maximizar os resultados da prestação de serviço maiores informações encontram-se no Anexo I do Edital.

No que concerne à Habilitação, o licitante deverá apresentar, dentre outros documentos, declaração indicando a relação nominal de no mínimo 01 (um) contador, 01 (um) advogado, 01 engenheiro civil, 01 engenheiro ambiental e 01 geógrafo os quais devem comprovar vínculo com a empresa licitante.

**BRUNO
ROMERO
PEDROSA
MONTEIRO**

Assinado de forma
digital por BRUNO
ROMERO PEDROSA
MONTEIRO
Dados: 2021.08.09
11:31:28 -03'00'

Matriz
Rua Eng. Oscar Ferreira, 47
Casa Forte, CEP: 52.061-022
Recife - PE
Tel: +55 81 2121.6444
www.monteiro.adv.br
monteiro@monteiro.adv.br



248
w

Aracaju - SE
Belém - PA
Belo Horizonte - MG
Brasília - DF
Campo Grande - MS
Cuiabá - MT
Curitiba - PR
Florianópolis - SC
Fortaleza - CE
Goiânia - GO
Maceió - AL
Manaus - AM
Natal - RN
Palmas - TO
Petrolina - PE
Porto Alegre - RS
Porto Velho - RO
Recife - PE
Rio Branco - AC
Rio de Janeiro - RJ
Salvador - BA
São Luís - MA
São Paulo - SP
Teresina - PI
Vitória - ES

Ora, tal exigência é antes de tudo desnecessária, uma vez que o serviço almejado e descrito no objeto é um serviço jurídico para revisão ou incremento de possíveis créditos a que o Município tenha direito, não sendo necessário para tal serviço, a presença de tais profissionais como sócios ou como funcionários que componham a equipe técnica do escritório.

Em que pese possa haver necessidade de o prestador se valer de eventuais prestações de serviços, pode muito bem fazê-lo a seu custo. Ademais, a prestação como consta do objeto da licitação é essencialmente jurídica e apenas podem ser manejadas judicial e administrativamente por advogados, sendo que a figura de tais profissionais é secundária e, constante do contrato social, DESNECESSÁRIA e absurda.

No que concerne à Habilitação realizada de forma correta, como trata-se de SERVIÇO JURÍDICO, o profissional com expertise para melhor executar o serviço, seria advogado devidamente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

Tal argumento segue em consonância com o edital em comento, em seu item 7.1.1. pode se verificar:

"A empresa interessada em participar do certamente deverá possuir registro na Ordem dos advogados do Brasil, comprovando mediante certidão emitida há no máximo 60 dias;"

BRUNO
ROMERO
PEDROSA
MONTEIRO

Assinado de forma
digital por BRUNO
ROMERO PEDROSA
MONTEIRO
Dados: 2021.08.09
11:31:42 -03'00'

Matriz
Rua Eng. Oscar Ferreira, 47
Casa Forte, CEP: 52.061-022
Recife - PE
Tel: +55 81 2121.6444
www.monteiro.adv.br
monteiro@monteiro.adv.br



MONTEIRO E MONTEIRO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Modelo 1000/2013

349
W

Aracaju - SE
Belém - PA
Belo Horizonte - MG
Brasília - DF
Campo Grande - MS
Cuiabá - MT
Curitiba - PR
Florianópolis - SC
Fortaleza - CE
Goiânia - GO
Maceió - AL
Manaus - AM
Natal - RN
Palmas - TO
Petrópolis - PE
Porto Alegre - RS
Porto Velho - RO
Recife - PE
Rio Branco - AC
Rio de Janeiro - RJ
Salvador - BA
São Luís - MA
São Paulo - SP
Teresina - PI
Vitória - ES

Logo, a obrigação de que o licitante indique a relação nominal de no mínimo 01 (um) contador, 01 (um) advogado, 01 engenheiro civil, 01 engenheiro ambiental e 01 geógrafo, junto com a entrega do Envelope nº 01 (Documentos de Habilitação), **MOSTRA-SE DESARRAZOADA**, tanto por não se tratar de exigência indispensável ao objeto licitado, como por não ser permitida exigência de quantidade mínima, inclusive porque os requisitos exigidos devem se limitar às parcelas de maior relevância e quantia significativa do objeto licitado, o que, como já pontuado, não se amolda ao caso concreto.

Portanto, se mantido tal requisito, o que se cogita por cautela, requer seja sua apresentação exigida somente por ocasião da execução dos serviços disciplinados no Edital e/ou por ocasião da assinatura do contrato, com afixação no Instrumento Convocatório, de um prazo razoável pela Administração Pública, por não ser admitido ao agente público adotar condição que restrinja a competitividade da licitação, conforme disciplinado no artigo 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

Dessa forma, deve-se proceder com a alteração da citada exigência, caso contrário restará configurada **RESTRICÇÃO DE COMPETITIVIDADE**, vedada pelo ordenamento.

Assim, não há outra alternativa ao agente público que lançou o edital senão anular o certame, sob pena de absoluta nulidade da contratação posterior.

III – DOS REQUERIMENTOS FINAIS

**BRUNO
ROMERO
PEDROSA
MONTEIRO**

Assinado de forma
digital por BRUNO
ROMERO PEDROSA
MONTEIRO
Dados: 2021.08.09
11:33:26 -03'00'

Matriz
Rua Eng. Oscar Ferreira, 47
Casa Forte, CEP: 52.061-022
Recife - PE
Tel: +55 81 2121.6444
www.monteiro.adv.br
monteiro@monteiro.adv.br



MONTEIRO E MONTEIRO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Não conformos em 100%

850

Aracaju - SE
Belém - PA
Belo Horizonte - MG
Brasília - DF
Campo Grande - MS
Cuiabá - MT
Curitiba - PR
Florianópolis - SC
Fortaleza - CE
Goiânia - GO
Maceió - AL
Manaus - AM
Natal - RN
Palmas - TO
Petrópolis - PE
Porto Alegre - RS
Porto Velho - RO
Recife - PE
Rio Branco - AC
Rio de Janeiro - RJ
Salvador - BA
São Luís - MA
São Paulo - SP
Teresina - PI
Vitória - ES

Diversas outras licitações que aconteceram em território nacional, com o mesmo objeto da presente, não fizeram a exigência de tais profissionais no quadro permanente da licitante ou em equipe técnica.

Neste momento, podemos observar que no edital ora impugnado os princípios da competitividade, impessoalidade e igualdade estão sendo efetivamente desrespeitados. Não restando dúvida quanto ao direcionamento da licitação para um licitante.

Em primeiro plano, pode-se dizer que o princípio da impessoalidade determina à Administração Pública o tratamento equânime a todos os licitantes que se encontrem na mesma situação jurídica. Trata-se, ainda, da ausência de favorecimento pessoal a qualquer pessoa que se encontre diante da situação de licitação. Por fim, deve-se entender que quaisquer atos da licitação devem atender ao interesse público, e não a qualquer pessoa (ou pessoas), não sendo assim, pessoal.

Já o princípio da igualdade é muito próximo ao supramencionado, entretanto, tem uma maior abrangência. Ambos visam garantir a igualdade de condições. E esta igualdade também se traduz em impessoalidade, haja vista que não existe diferenciação ou privilégio a determinada pessoa (ou pessoas), a não ser quanto ao quesito técnico de capacidade.

Por fim, o princípio da Competitividade, significa que a Administração deve permitir a ampla concorrência, vedado qualquer ato em sentido contrário, que comprometa o caráter competitivo do certame, que

BRUNO
ROMERO
PEDROSA
MONTEIRO

Assinado de forma
digital por BRUNO
ROMERO PEDROSA
MONTEIRO
Dados: 2021.08.09
11:31:56 -03'00'

Matriz
Rua Eng. Oscar Ferreira, 47
Casa Forte, CEP: 52.061-022
Recife - PE
Tel: +55 81 2121.6444
www.monteiro.adv.br
monteiro@monteiro.adv.br



MONTEIRO E MONTEIRO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Não confiamos em Deus

151
S

Aracaju - SE
Belém - PA
Belo Horizonte - MG
Brasília - DF
Campo Grande - MS
Cuiabá - MT
Curitiba - PR
Florianópolis - SC
Fortaleza - CE
Goiânia - GO
Maceió - AL
Manaus - AM
Natal - RN
Palmas - TO
Petrópolis - PE
Porto Alegre - RS
Porto Velho - RO
Recife - PE
Rio Branco - AC
Rio de Janeiro - RJ
Salvador - BA
São Luís - MA
São Paulo - SP
Teresina - PI
Vitória - ES

deverá ocorrer da melhor forma possível, como se pode aduzir do já citado princípio da igualdade.

Resta assim, **COMPROVADO TODAS AS INCONSISTÊNCIAS** do certame ora impugnado, fica claro a necessidade de ser **revogado e consequentemente anulado**. Caso desta forma não ocorra, **EVIDENCIA-SE A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**, não sobrando outra alternativa senão tomar todas as medidas judiciais cabíveis, inclusive em sede de mandado de segurança.

Repise-se: o edital foi publicado com imposição que restringe a competição dos interessados, o que é terminantemente vedado pelo ordenamento. Todavia, nos procedimentos licitatórios, conforme é preceituado no artigo 37, Inciso XXI, da Constituição Federal, somente poderão ser exigidas qualificações técnica e econômica indispensáveis ao cumprimento das obrigações. Vejamos o que traz a lei:

"XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Além disso, quanto a este aspecto, convém ressaltar que a Lei nº 8.666/93, mais precisamente em seu artigo 30, estabelece que a qualificação técnica será limitada à documentação especificada abaixo:

BRUNO
ROMERO
PEDROSA
MONTEIRO

Assinado de forma
digital por BRUNO
ROMERO PEDROSA
MONTEIRO
Dados: 2021.08.09
11:32:12 -03'00'

Matriz
Rua Eng. Oscar Ferreira, 47
Casa Forte, CEP: 52.061-022
Recife - PE
Tel: +55 81 2121.6444
www.monteiro.adv.br
monteiro@monteiro.adv.br



152
W

Aracaju - SE
Belém - PA
Belo Horizonte - MG
Brasília - DF
Campo Grande - MS
Cuiabá - MT
Curitiba - PR
Florianópolis - SC
Fortaleza - CE
Goiânia - GO
Maceió - AL
Manaus - AM
Natal - RN
Palmas - TO
Petrópolis - PE
Porto Alegre - RS
Porto Velho - RO
Recife - PE
Rio Branco - AC
Rio de Janeiro - RJ
Salvador - BA
São Luís - MA
São Paulo - SP
Teresina - PI
Vitória - ES

"Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e

BRUNO
ROMERO
PEDROSA
MONTEIRO

Assinado de forma
digital por BRUNO
ROMERO PEDROSA
MONTEIRO
Dados: 2021.08.09
11:32:26 -03'00'

Matriz
Rua Eng. Oscar Ferreira, 47
Casa Forte, CEP: 52.061-022
Recife - PE
Tel: +55 81 2121.5444
www.monteiro.adv.br
monteiro@monteiro.adv.br



MONTEIRO E MONTEIRO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

153
W

Aracaju - SE
Belém - PA
Belo Horizonte - MG
Brasília - DF
Campo Grande - MS
Cuiabá - MT
Curitiba - PR
Florianópolis - SC
Fortaleza - CE
Goiânia - GO
Maceió - AL
Manaus - AM
Natal - RN
Palmas - TO
Petrópolis - PE
Porto Alegre - RS
Porto Velho - RO
Recife - PE
Rio Branco - AC
Rio de Janeiro - RJ
Salvador - BA
São Luís - MA
São Paulo - SP
Teresina - PI
Vitória - ES

valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos:

§ 2º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório.

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

§ 4º Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

§ 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e de declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.

§ 7º (Vetado).

I - (Vetado).

II - (Vetado).

§ 8º No caso de obras, serviços e compras de grande vulto, de alta complexidade técnica, poderá a Administração exigir dos licitantes a metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou

BRUNO
ROMERO
PEDROSA
MONTEIRO

Assinado de forma
digital por: BRUNO
ROMERO PEDROSA
MONTEIRO
Dados: 2021.08.09
11:32:40 -03'00'

Matriz
Rua Eng. Oscar Ferreira, 47
Casa Forte, CEP: 52.061-022
Recife - PE
Tel: +55 81 2121.6444
www.monteiro.adv.br
monteiro@monteiro.adv.br



MONTEIRO E MONTEIRO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Não confiamos em Deus

159

Aracaju - SE
Belém - PA
Belo Horizonte - MG
Brasília - DF
Campo Grande - MS
Cuiabá - MT
Curitiba - PR
Florianópolis - SC
Fortaleza - CE
Goiânia - GO
Maceió - AL
Manaus - AM
Natal - RN
Palmas - TO
Petrópolis - PE
Porto Alegre - RS
Porto Velho - RO
Recife - PE
Rio Branco - AC
Rio de Janeiro - RJ
Salvador - BA
São Luís - MA
São Paulo - SP
Teresina - PI
Vitória - ES

não, antecederá sempre à análise dos preços e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos.

§ 9º Entende-se por licitação de alta complexidade técnica aquela que envolva alta especialização, como fator de extrema relevância para garantir a execução do objeto a ser contratado, ou que possa comprometer a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais.

§ 10. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-operacional de que trata o inciso I do § 1º deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração.

§ 11. (Vetado)."

Conforme se depreende do inciso I do § 1º do dispositivo legal em destaque, quanto à capacitação técnico-profissional, a comprovação do licitante de possuir em seu quadro profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, é possível, desde que estas se **limitem exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos.**

Destarte, nota-se que consta do Edital já mencionado, exigência que está em desacordo com as normas legais, qual seja, a que se refere ao Item 7.4.1.2, relativa à exigência de indicação da relação

BRUNO
ROMERO
PEDROSA
MONTEIRO

Assinado de forma
digital por BRUNO
ROMERO PEDROSA
MONTEIRO
Dados: 2021.08.09
11:32:55 -03'00'

Matriz
Rua Eng. Oscar Ferreira, 47
Casa Forte, CEP: 52.061-022
Recife - PE
Tel: +55 81 2121.6444
www.monteiro.adv.br
monteiro@monteiro.adv.br



MONTEIRO E MONTEIRO
ADVOCADOS ASSOCIADOS

155
W

Aracaju - SE
Belém - PA
Belo Horizonte - MG
Brasília - DF
Campo Grande - MS
Cuiabá - MT
Curitiba - PR
Florianópolis - SC
Fortaleza - CE
Goiânia - GO
Maceió - AL
Manaus - AM
Natal - RN
Palmas - TO
Petrópolis - PE
Porto Alegre - RS
Porto Velho - RO
Recife - PE
Rio Branco - AC
Rio de Janeiro - RJ
Salvador - BA
São Luís - MA
São Paulo - SP
Teresina - PI
Vitória - ES

nominal de no mínimo 01 (um) contador, 01 (um) advogado, 01 engenheiro civil, 01 engenheiro ambiental e 01 geógrafo, contrariando o que preceitua o artigo 30, § 5º, e o artigo 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

Referida obrigação de que indique a relação nominal de no mínimo 01 (um) contador, 01 (um) advogado, 01 engenheiro civil, 01 engenheiro ambiental e 01 geógrafo, junto com a entrega do Envelope nº 01 (Documentos de Habilitação), deve ser retirada; podendo, se for o caso, ser exigida a sua apresentação apenas na fase referente ao início da execução do contrato, com afixação no Instrumento Convocatório, de um prazo razoável pela Administração Pública, por não ser admitido ao agente público adotar condição que restrinja a competitividade da licitação, conforme disciplinado no artigo 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

Ainda, não é demais repetir que, quanto à capacitação técnico-profissional, os requisitos exigidos **DEVEM SER LIMITADOS ÀS PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA E QUANTIA SIGNIFICATIVA DO OBJETO LICITADO**, não sendo permitidas exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos (artigo 30, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93); hipótese essa que não se amolda à licitação em comento, uma vez que o presente como finalidade precípua a contratação de serviços de assessoria tributária operacional, objetivando a identificação, apuração, constituição e recuperação de créditos tributários de responsabilidade do município, com ação planejada e transparente, visando assegurar e maximizar os resultados da prestação de serviço maiores informações encontram-se no Anexo I do Edital.

BRUNO ROMERO
PEDROSA
MONTEIRO
Assinado de forma digital
por BRUNO ROMERO
PEDROSA MONTEIRO
Dados: 2021.08.09
11:33:12 -03'00'

Matriz
Rua Eng. Oscar Ferreira, 47
Casa Forte, CEP: 52.061-022
Recife - PE
Tel: +55 81 2121.6444
www.monteiro.adv.br
monteiro@monteiro.adv.br



MONTEIRO E MONTEIRO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

156
W

Aracaju - SE
Belém - PA
Belo Horizonte - MG
Brasília - DF
Campo Grande - MS
Cuiabá - MT
Curitiba - PR
Florianópolis - SC
Fortaleza - CE
Goiânia - GO
Maceió - AL
Manaus - AM
Natal - RN
Palmas - TO
Petrópolis - PE
Porto Alegre - RS
Porto Velho - RO
Recife - PE
Rio Branco - AC
Rio de Janeiro - RJ
Salvador - BA
São Luís - MA
São Paulo - SP
Teresina - PI
Vitória - ES

Pelos fundamentos expostos, diante das limitações previstas nos Itens supracitados do Edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 03/2021 PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 01/2021 da AMMESF – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO SÃO FRANCISCO, a ora Impugnante Requer a esta Douta Comissão de Licitação que receba e conheça o presente instrumento, para que proceda com a análise da pertinência dos argumentos aduzidos, julgando-os totalmente procedentes, para, enfim, declarar a reforma do edital de PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 03/2021 PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 01/2021 da AMMESF – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO SÃO FRANCISCO, no sentido de se anular o certame, amoldando-o à legalidade que é adstrita a Administração Pública, haja vista todos os vícios insanáveis do presente edital, nos termos em que acima foram aduzidos. Caso não havendo a anulação do presente certame, será tomada todas as medidas judiciais cabíveis, inclusive em sede de mandado de segurança.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Pirapora/MG, 09 de agosto de 2021.

**BRUNO ROMERO
PEDROSA MONTEIRO**

Assinado de forma digital por
BRUNO ROMERO PEDROSA
MONTEIRO
Dados: 2021.08.09 11:33:41 -03'00'

BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO

OAB/PE nº 11.338

Matriz
Rua Eng. Oscar Ferreira, 47
Casa Forte, CEP: 52.061-022
Recife - PE
Tel: +55 81 2121.6444
www.monteiro.adv.br
monteiro@monteiro.adv.br

158
W

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CNPJ de nº 35.542.612/0001-90 com sede na Rua Eng. Oscar Ferreira, nº 47, Casa Forte, Recife/PE, com endereço eletrônico intimacoes@monteiro.adv.br, neste ato representado por sua sócia, Dra. **ANA KARINA PEDROSA DE CARVALHO**, brasileira, divorciada, advogada, portadora do RG nº 4.643.828 SDS/PE, e inscrito no CPF sob o nº 018.404.144-99.

OUTORGADOS: BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO, brasileiro, casado, advogado, devidamente inscrito na OAB/PE nº 11.338 e OAB/DF nº 20.013, **ANA KARINA PEDROSA DE CARVALHO**, brasileira, divorciada, advogada, devidamente inscrita na OAB/PE nº 35.280, **FERNANDO MENDES DE FREITAS FILHO**, brasileiro, casado, advogado, devidamente inscrito na OAB/PE nº 17.232, **AUGUSTO CÉSAR LOURENÇO BREDERODES**, brasileiro, casado, advogado, devidamente inscrito na OAB/PE nº 49.778, todos com endereço profissional na Rua Eng. Oscar Ferreira, nº 47, Casa Forte, Recife/PE, CEP 52.061-020, e endereço eletrônico intimacoes@monteiro.adv.br, sócios da **MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS**, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.542.612/0001-90 e registrada na Ordem de Advogados do Brasil, seccional Pernambuco, sob o nº 127, com endereço na Rua Eng. Oscar Ferreira, nº 47, Casa Forte, Recife/PE, CEP 52.061-020, e endereço eletrônico intimacoes@monteiro.adv.br.

PODERES: Da cláusula *ad judicium et extra*, a quem confere amplos poderes para o Foro em geral, visando os interesses da outorgante, devendo defendê-la nas contrárias, seguindo umas as outras, e podendo, para tanto, recorrer a qualquer juízo, instância ou tribunal, agindo em conjunto, podendo assinar, discordar, concordar, dando tudo por bom, firme e valioso, podendo inclusive substabelecer, contribuindo para o fiel cumprimento deste mandato.

Recife/PE, 11 de março de 2021.

Ana Karina P. de Carvalho.

MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS
ANA KARINA PEDROSA DE CARVALHO

OAB - PE
PROTÓCOLO
N.º 04188
26/10/90

Contrato de constituição de Sociedade Civil para prestação de serviços jurídicos, denominada Monteiro & Filho Advogados Associados S/C.

Pelo presente instrumento particular, CLÁUDIO DE AZEVEDO MONTEIRO, brasileiro, casado, advogado, portador do CPF Nº 018.728.264-15 e inscrito na OAB, Seção de Pernambuco sob o Nº 129-B, residente e domiciliado à Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, 2314 - Imbiribeira, Recife, Capital do estado de Pernambuco e BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO, brasileiro, solteiro, advogado, residente e domiciliado à Av. Conselheiro Aguiar, 932 - Lojas 1 e 2 - Boa Viagem, Recife-PE, portador do CPF Nº 377.377.244-00 e inscrito na OAB - Seção do Estado de Pernambuco sob o Nº 11.338, têm entre si justo e contratado a constituição de uma Sociedade Civil para prestação de serviços jurídicos, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Sociedade girará sob a denominação social de Monteiro & Filho Advogados Associados S/C.

CLÁUSULA SEGUNDA - A Sociedade terá sua sede na cidade do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, à Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, 2314 - Imbiribeira, Recife-PE, podendo estabelecer filiais, sucursais ou associações com outros escritórios de advocacia em qualquer ponto do território nacional ou do exterior, obedecendo as disposições legais vigentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - O objeto da Sociedade será a prestação de serviços advocatícios em qualquer ramo do Direito, especialmente nas áreas do Direito Civil, Comercial, Penal, Tributário, Trabalhista, Administrativo, Ambiental e Internacional, inclusive a prestação de assessoria jurídica a pessoa física e elaboração de pareceres.

CLÁUSULA QUARTA - O capital social é de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), subscrito e realizado pelos sócios a saber:

CLÁUDIO DE AZEVEDO MONTEIRO, subscreve e integraliza neste ato em moeda corrente e legal no País, 50 (cinquenta) quotas, com valor nominal de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) cada uma, perfazendo o total de CR\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros).

BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO, subscreve e integraliza neste ato, em moeda corrente e legal no País, 50 (cinquenta) quotas, com valor nominal de CR\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) cada uma, perfazendo o total de CR\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros).

CLÁUSULA QUINTA - A responsabilidade dos sócios é limitada na forma da legislação em vigor.

CLÁUSULA SEXTA - O prazo de duração da Sociedade será por tempo indeterminado, tendo início a partir de seu registro na Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Pernambuco.

CLÁUSULA SÉTIMA - A gerência da Sociedade será exercida por ambos os sócios, em conjunto ou separadamente, que subdividirão entre si todas as operações e representarão a Sociedade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente.

CLÁUSULA OITAVA - O uso da denominação social será feita pelos sócios BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO e CLAUDIO DE AZEVEDO MONTEIRO, isolada ou conjuntamente e exclusivamente para os negócios da própria Sociedade.

Parágrafo Único - No caso de retirada ou falecimento de quaisquer dos sócios, a Sociedade dissolver-se-á, com a repartição proporcional dos haveres dos sócios componentes, entre os mesmos, ou, na segunda hipótese, entre os herdeiros respectivos.

CLÁUSULA NONA - Os sócios no exercício da gerência e de cargos na Sociedade, terão direito a uma retirada mensal, a título de pró-labore, em valor a ser fixado trimestralmente.

CLÁUSULA DÉCIMA - Todo dia 31 de Dezembro de cada ano, será procedido o levantamento do balanço do exercício, sendo que os lucros ou prejuízos verificados, serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de suas respectivas participações no capital social.

Parágrafo Único - A critério dos sócios e no atendimento dos interesses da própria Sociedade, o total ou parte dos lucros poderá ser destinado à formação de reservas de lucros, ou permanecer em lucros acumulados, para futura destinação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A participação que cada sócio possui na Sociedade, não poderá em nenhuma hipótese ser transferida ou cedida sem o expresso consentimento da Sociedade, cabendo assim, em igualdade de preços e condições, o legítimo direito de preferência ao sócio remanescente, que porventura deseje adquiri-la.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - No caso de qualquer dos sócios desejar retirar-se da Sociedade, deverá proceder à notificação do outro sócio por escrito, com uma antecedência mínima de 90(noventa) dias, sendo seus respectivos haveres reembolsados, conforme apuração em balanço especial, em 10(dez) prestações iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação após 90(noventa) dias a partir da data do balanço.

160 8

Parágrafo Único - Se por ocasião do balanço especial de que trata esta cláusula so
houver um sócio remanescente a sociedade será dissolvida.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - No caso de falecimento de quaisquer dos sócios, a socie-
dade não se extinguirá, levantando-se um balanço especial nessa data para efeito de
sucessão causa mortis, devendo os respectivos cônjuges meeiros e os herdeiros do fa-
lecido, no prazo de 90 (noventa) dias da data do balanço especial, manifestar sua
vontade em confirmação de continuarem integrados na sociedade com os direitos e obri-
gações do de cujus, ou, então receberem seus haveres apurados até a data do balanço
especial, na forma estabelecida na cláusula anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - As omissões ou dúvidas que possam ser suscitadas sobre o pre-
sente contrato, serão supridas ou resolvidas com base no Decreto 3708/19, no Estatuto
da Ordem dos Advogados do Brasil - Lei 4215/63, no Provimento Nº 23/65 do Conselho Fe-
deral da Ordem dos Advogados do Brasil e em outras disposições legais que lhe forem
aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Fica eleito o Foro da Comarca do Recife, Capital do estado de
Pernambuco como o competente para dirimir quaisquer dúvidas e questões que venham a
surgir em decorrência deste instrumento, em detrimento de qualquer outro por mais pri-
vilegiado que se configure.

E, por se acharem em perfeito acordo em tudo
quanto neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente con-
trato, assinando-o na presença de duas testemunhas abaixo, em três vias de igual teor
e forma, com a primeira via destinada a registro na OAB - Seção de Pernambuco.

Recife, 24 de Outubro de 1990.

TESTEMUNHAS

CELSONO DE AZEVEDO MONTEIRO

RENATO ROMERO PEDROSA MONTEIRO

CARTÓRIO PAULO GUERRA

Rua Siqueira Campos: 132 - Santo Antônio

- ☒ João Dias de Andrade - Tabelião
- ☐ Marinho Vasconcelos de Albuquerque - Substituto
- ☐ Luis Gustavo Cavalcanti Dias de Andrade - Substituto
- ☐ Maria Augusta Gomes Esteves - Substituto
- ☐ Marcos Antônio Rodrigues de Siqueira - Substituto
- ☐ José Cláudio Jatobá Silva - Esc. Autorizado

Reconheço a firma Paulo Guerra
Azevedo Monteiro e Renato

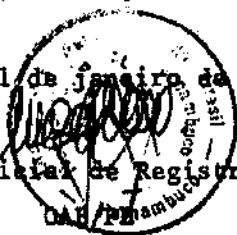
161
W

INFORMAÇÃO:

Informo que o presente contrato está devidamente registrado nesta Seccional no Livro B, de nº 2; às fls. 3, 3v e 4, sob o nº 127.

Recife, 31 de janeiro de 1991.

Oficial de Registro



162
574
N

**14ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE
"MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C"**

BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO, brasileiro, casado no regime da separação de bens, advogado, registrado na OAB/PE sob nº 11.338, portador da cédula de identidade nº 2.377.431, expedida pela SSP/PE, e CPF/MF nº 377.377.244-00, residente na Rua de Apipucos, 317, Apto. 901, Apipucos, Recife (PE), CEP: 52.071-000, **ANA SOFIA CARDOSO MONTEIRO**, brasileira, solteira, advogada, registrada na OAB/PE sob o nº 50.321, portadora da cédula de identidade nº 8.466.849, expedida pela SSP/PE, e CPF/MF nº 093.528.014-66, residente Rua São João Batista, 27 - Apto 706 - Bloco 01 - Edif. Vogue - Botafogo - Rio de Janeiro (RJ) - CEP: 22270-030, **ANA KARINA PEDROSA DE CARVALHO**, brasileira, divorciada, advogada, registrada na OAB/PE sob o nº 35.280, portadora da cédula de identidade nº 4.643.828, expedida pela SOS/PE, e CPF/MF nº 018.404.144-99, residente na Rua Tapacurá, 75, Apto 501-B, Poço da Panela, Recife (PE), CEP: 52.061-095; **AUGUSTO CÉSAR LOURENÇO BREDERODES**, brasileiro, casado, advogado, registrado na OAB/PE sob o nº 49.778, portador da cédula de identidade n. 7660285 expedida pela SDS/PE, e CPF/MF sob o n. 055.540.914-74, residente na Rua Kansas, 1700, Apt. 344, torre Kansas, Brooklin, São Paulo/SP, CEP 04558-003. e **FERNANDO MENDES DE FREITAS FILHO**, brasileiro, casado no regime da comunhão parcial de bens, advogado, registrado na OAB/PE sob o nº 17.232, portador da cédula de identidade nº 4.260.748, expedida pela SSP/PE, e CPF/MF nº 794.873.434-15, residente na Rua Tapacurá, 75, Apto 502-A, Poço da Panela, Recife (PE), CEP: 52.061-095, únicos sócios da **MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS**, sediada na Rua Eng. Oscar Ferreira, 47, Casa Forte, Recife (PE), CEP: 52.061-022, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.542.612/0001-90, consoante contrato de constituição de sociedade registrada na Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Pernambuco, sob o nº 127, do Livro B, de nº 2, as fls. 3, 3-v e 4, em 31 de janeiro de 1991, e posteriores alterações devidamente registradas, pactuam neste ato promover a alteração de consolidação de seu contrato social, mediante a Cláusulas e condições seguintes:

Augusto
César
Loureño
Brederodes

Assinado de forma
digital por Augusto
César Lourenço
Brederodes
Dados: 2021.02.08
12:04:14 -03'00'

**FERNANDO
MENDES DE
FREITAS FILHO**
79487343415

Assinado de forma digital por FERNANDO MENDES DE FREITAS FILHO
Dados: 2021.02.08
12:04:14 -03'00'

**ANA KARINA
PEDROSA DE
CARVALHO:01**
840414499

Assinado de forma digital por ANA KARINA PEDROSA DE CARVALHO:01
Dados: 2021.02.08
12:26:28 -03'00'

**BRUNO ROMERO
PEDROSA
MONTEIRO:3773**
7724400

Assinado de forma digital por BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO:3773
Dados: 2021.02.08
12:21:16 -03'00'

**ANA SOFIA
CARDOSO
MONTEIRO**

Assinado de forma digital por ANA SOFIA CARDOSO MONTEIRO
Dados: 2021.02.08
12:04:01 -03'00'

163
575
W

CLÁUSULA PRIMEIRA
TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS SOCIAIS

Nesta oportunidade, a sócia **ANA SOFIA CARDOSO MONTEIRO**, já devidamente qualificada, transfere suas quotas ao sócio **BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO**, modificando, portanto, a Cláusula 4ª, cuja redação passa a ser:

O Capital Social é de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), dividido em 100 (cem) quotas de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), cada uma, subscritas e integralizadas, neste ato, em moeda corrente do país, pelos sócios, da seguinte maneira.

- a) O sócio **BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO**, participa na sociedade com 93 (noventa e três) quotas no valor nominal de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) cada uma, perfazendo um total de R\$ 325.500,00 (trezentos e vinte e cinco mil e quinhentos reais);
- b) A sócia **ANA KARINA PEDROSA DE CARVALHO**, participa na sociedade com 3 (três) quotas no valor nominal de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), cada uma, perfazendo um total de R\$ 10.500,00 (dez mil quinhentos reais);
- c) O sócio **FERNANDO MENDES DE FREITAS FILHO**, participa na sociedade com 2,5 (duas quotas e meia) no valor nominal de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) cada uma, perfazendo um total de R\$ 8.750,00 (oito mil, setecentos e cinquenta reais); e
- d) O sócio **AUGUSTO CÉSAR LOURENCO BREDERODES**, participa na sociedade com 1,5 (uma quota e meia) no valor nominal de R\$ 3.500,00 (três mil quinhentos reais), cada uma, perfazendo um total de R\$ 5.250,00 (cinco mil, duzentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA
DA REVOGAÇÃO

Além das modificações contidas acima, revogam-se todas as alterações anteriormente efetivadas.

Augusto
César
Lourengo
Brederodes

**FERNANDO
MENDES DE
FREITAS FILHO**
79487343415

Assinado eletronicamente por FERNANDO MENDES DE FREITAS FILHO em 2021/02/08 às 12:04:14. O documento foi assinado digitalmente por FERNANDO MENDES DE FREITAS FILHO em 2021/02/08 às 12:04:14. O documento foi assinado digitalmente por FERNANDO MENDES DE FREITAS FILHO em 2021/02/08 às 12:04:14.

**ANA KARINA
PEDROSA DE
CARVALHO:018**
40414499

Assinado de forma digital por ANA KARINA PEDROSA DE CARVALHO em 2021/02/08 às 12:04:14.

**BRUNO ROMERO
PEDROSA
MONTEIRO:3773**
7724400

Assinado de forma digital por BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO em 2021/02/08 às 12:04:14.

**ANA SOFIA
CARDOSO
MONTEIRO**

Assinado de forma digital por ANA SOFIA CARDOSO MONTEIRO em 2021/02/08 às 12:04:14.

164
W
3
576
m

TENDO EM VISTA AS ALTERAÇÕES ACIMA, CONSOLIDA-SE O CONTRATO SOCIAL, QUE PASSA A TER A SEGUINTE REDAÇÃO:

BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO, brasileiro, casado no regime da separação de bens, advogado, registrado na OAB/PE sob nº 11.338, portador da cédula de identidade nº 2.377.431, expedida pela SSP/PE, e CPF/MF nº 377.377.244-00, residente na Rua de Apipucos, 317, Apto. 901, Apipucos, Recife (PE), CEP: 52.071-000, **ANA KARINA PEDROSA DE CARVALHO**, brasileira, divorciada, advogada, registrada na OAB/PE sob o nº 35.280, portadora da cédula de identidade nº 4.643.828, expedida pela SOS/PE, e CPF/MF nº 018.404.144-99, residente na Rua Tapacurá, 75, Apto 501-B, Poço da Panela, Recife (PE), CEP: 52.061-095; **AUGUSTO CÉSAR LOURENÇO BREDERODES**, brasileiro, casado, advogado, registrado na OAB/PE sob o nº 49.778, portador da cédula de identidade n. 7660285 expedida pela SDS/PE, e CPF/MF sob o n. 055.540.914-74, residente na Rua Kansas, 1700, Apt. 344, torre Kansas, Brooklin, São Paulo/SP, CEP 04558-003. e **FERNANDO MENDES DE FREITAS FILHO**, brasileiro, casado no regime da comunhão parcial de bens, advogado, registrado na OAB/PE sob o nº 17.232, portador da cédula de identidade nº 4.260.748, expedida pela SSP/PE, e CPF/MF nº 794.873.434-15, residente na Rua Tapacurá, 75, Apto 502-A, Poço da Panela, Recife (PE), CEP: 52.061-095, únicos sócios da **MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS**, sediada na Rua Eng. Oscar Ferreira, 47, Casa Forte, Recife (PE), CEP: 52.061-022, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.542.612/0001-90, consoante contrato de constituição de sociedade registrada na Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Pernambuco, sob o nº 127, do Livro B, de nº 2, as fls. 3, 3-v e 4, em 31 de janeiro de 1991, e posteriores alterações devidamente registradas, pactuam neste ato promover a alteração de consolidação de seu contrato social, mediante a Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DA DENOMINAÇÃO E SEDE

A Sociedade constituída adota a razão social de **MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS** e tem sede na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, na Rua Engenheiro Oscar Ferreira, nº 47, Casa Forte, CEP: 52.061-022, e é composta, também, pelas seguintes filiais:

Augusto
César
Lourenço
Brederodes

Assinado de forma
digital por Augusto
César Lourenço
Brederodes
Data: 2021.02.08
14:50:21 -03'00'

**FERNANDO
MENDES DE
FREITAS
FILHO**
79487343415

Assinado eletronicamente por FERNANDO
MENDES DE FREITAS FILHO
Data: 2021.02.08
14:50:21 -03'00'

**ANA KARINA
PEDROSA DE
CARVALHO** 018
40414499

Assinado de forma digital
por ANA KARINA
PEDROSA DE
CARVALHO
Data: 2021.02.08
12:55:17 -03'00'

**BRUNO ROMERO
PEDROSA
MONTEIRO** 3723
7734400

Assinado de forma digital
por BRUNO ROMERO
PEDROSA
Data: 2021.02.08
12:28:16 -03'00'

**ANA SOFIA
CARDOSO
MONTEIRO**

Assinado de forma
digital por ANA SOFIA
CARDOSO MONTEIRO
Data: 2021.02.08
12:54:29 -03'00'

DES
ND
577
M

a) **FILIAL BRASÍLIA/DF** - situada SHS, QD. 06 Conj. A, Bl. E, Salas 208/209, Edf. Business Center-Complexo Brasil XXI, Brasília (DF), CEP:70.316-902.

b) **FILIAL RIO DE JANEIRO/RJ** - situada na Praça Floriano, nº 51, 12º andar, Cinelândia, Rio de Janeiro (RJ), CEP: 20.031-000.

c) **FILIAL FORTALEZA/CE** - situada na Av. Washington Soares, nº 55, Empresarial Iguatemi, Salas 1010 e 1011, Edson Queiroz, Fortaleza (CE) CEP: 60.811-341.

d) **FILIAL SÃO LUÍS/MA** - situada na Rua das Andirobas, nº 40, Jardim Renascença, Empresarial Executive Lake, sala 205, São Luís (MA), CEP: 65.075-040.

CLÁUSULA SEGUNDA- **DO OBJETO**

A Sociedade terá por objeto a prestação de serviços de advocacia, assessoria, consultoria jurídica e demais atividades jurídicas concernentes às áreas judicial e extrajudicial.

PARÁGRAFO ÚNICO. A responsabilidade técnica pelo exercício da atividade profissional compete a cada sócio, individualmente.

CLÁUSULA TERCEIRA **DO PRAZO**

O prazo de duração da Sociedade é indeterminado, tendo início em 31 de janeiro de 1991, com o devido registro na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pernambuco.

CLÁUSULA QUARTA **DO CAPITAL SOCIAL**

O Capital Social é de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), dividido em 100 (cem) quotas de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), cada uma,

Augusto
César
Lourenço
Brederodes

Assinado de forma
digital por Augusto
César Lourenço
Brederodes
Dados: 2021.02.08
14:50:49 -03'00'

FERNANDO
MENDES DE
FREITAS
FILHO
79487343415

Assinado de forma
digital por FERNANDO
MENDES DE FREITAS
FILHO
Dados: 2021.02.08
14:50:49 -03'00'

ANA KARINA
PEDROSA DE
CARVALHO:01
840414499

Assinado de forma
digital por ANA KARINA
PEDROSA DE
CARVALHO:01840414499
Dados: 2021.02.08
12:25:40 -03'00'

BRUNO
ROMERO
PEDROSA
MONTEIRO:3773
7724400

Assinado de forma
digital por BRUNO
ROMERO PEDROSA
MONTEIRO:377377244
Dados: 2021.02.08
12:20:41 -03'00'

ANA SOFIA
CARDOSO
MONTEIRO

Assinado de forma
digital por ANA
SOFIA CARDOSO
MONTEIRO
Dados: 2021.02.08
12:04:42 -03'00'

subscritas e integralizadas, neste ato, em moeda corrente do país, pelos sócios, da seguinte maneira.

a) O sócio **BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO**, participa na sociedade com 93 (noventa e três) quotas no valor nominal de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) cada uma, perfazendo um total de R\$ 325.500,00 (trezentos e vinte e cinco mil e quinhentos reais);

b) A sócia **ANA KARINA PEDROSA DE CARVALHO**, participa na sociedade com 3 (três) quotas no valor nominal de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), cada uma, perfazendo um total de R\$ 10.500,00 (dez mil quinhentos reais);

c) O sócio **FERNANDO MENDES DE FREITAS FILHO**, participa na sociedade com 2,5 (duas quotas e meia) no valor nominal de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) cada uma, perfazendo um total de R\$ 8.750,00 (oito mil, setecentos e cinquenta reais); e

d) O sócio **AUGUSTO CÉSAR LOURENÇO BREDERODES**, participa na sociedade com 1,5 (uma quota e meia) no valor nominal de R\$ 3.500,00 (três mil quinhentos reais), cada uma, perfazendo um total de R\$ 5.250,00 (cinco mil, duzentos cinquenta reais).

CLÁUSULA QUINTA DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

A responsabilidade dos sócios é limitada a importância do Capital Social, na for da Lei.

§ 1º. Além da sociedade, o sócio responde subsidiária e ilimitadamente pelos danos causados aos clientes por ação ou omissão no exercício da advocacia, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar em que possa ocorrer.

§ 2º. Os responsáveis por atos ou omissões que causem prejuízos a sociedade e/ou terceiros deverão cobrir as perdas sofridas pelos demais sócios, de forma integral.

Augusto
César
Lourenço
Brederodes

Assinado de forma
digital por Augusto
César Lourenço
Brederodes
Dados: 2021.02.08
14:51:17 -03'00'

FERNANDO
MENDES DE
FREITAS
FILHO:
79487343415

Assinado de forma digital por FERNANDO MENDES DE FREITAS FILHO
Dados: 2021.02.08 11:24:21 -03'00'

ANA KARINA
PEDROSA DE
CARVALHO:01840
414499

Assinado de forma digital por ANA KARINA PEDROSA DE CARVALHO:01840414499
Dados: 2021.02.08 12:26:01 -03'00'

BRUNO
ROMERO
PEDROSA
MONTEIRO:3773
7724400

Assinado de forma digital por BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO:37737724400
Dados: 2021.02.08 12:26:57 -03'00'

ANA SOFIA
CARDOSO
MONTEIRO

Assinado de forma digital por ANA SOFIA CARDOSO MONTEIRO
Dados: 2021.02.08 12:04:54 -03'00'

167
W
6
579
m

CLÁUSULA SEXTA
DA ADMINISTRAÇÃO SOCIAL

A administração da sociedade caberá a qualquer dos sócios, vedado, no entanto, o uso do nome empresarial em negócios estranhos ao interesse social ou assumir obrigações sejam em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, facultada retirada mensal a título de "pró-labore", cujo valor deverá ser fixado em comum acordo entre os sócios e levado a conta de despesas gerais da sociedade.

§ 1º. Para os seguintes atos, a sociedade estará representada pela assinatura isolada de qualquer dos sócios descritos no *caput* ou procurador constituído em nome da sociedade:

I - Representação perante terceiros em geral, inclusive repartições públicas de qualquer natureza e entidades do sistema financeiro, bem como representação em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente;

II - Despedida e eventual punição de empregados, liberação e movimentação de FGTS e outras obrigações previdenciárias, quitações e rescisões trabalhistas, representação perante entidades sindicais, previdenciárias e órgão do Ministério do Trabalho;

III - Emissão de faturas; e

IV - Praticar os atos ordinários de administração dos negócios sociais.

§ 2º. Para os seguintes atos, a sociedade deverá estar representada por todos sócios:

I - Constituição de procurador *ad negotia* com poderes determinados e tempo certo de mandato;

II - Alienar, onerar, ceder e transferir bens imóveis e direitos a eles relativos, fixando e aceitando preços e formas de pagamento, recebendo e dando quitações, transferindo e emitindo posse e domínio, transigindo.

§ 3º. Para todos os demais atos ordinários ou extraordinários não mencionados nos §§ 1º e 2º, a sociedade estará representada por qualquer dos sócios mencionados no *caput* desta Cláusula.

Augusto
César
Lourenço
Brederodes

Assinado de forma
digital por Augusto
César Lourenço
Brederodes
Data: 2021.02.08
14:51:43 -03'00'

FERNANDO
MENDES DE
FREITAS
FILHO:
79487343415

Assinado de forma
digital por FERNANDO
MENDES DE FREITAS
FILHO
Data: 2021.02.08
14:51:43 -03'00'

ANA KARINA
PEDROSA DE
CARVALHO:01
840414499

Assinado de forma
digital por ANA KARINA
PEDROSA DE
CARVALHO:01840414499
Data: 2021.02.08
14:51:43 -03'00'

BRUNO
ROMERO
PEDROSA
MONTEIRO:377
37724400

Assinado de forma
digital por BRUNO
ROMERO PEDROSA
MONTEIRO:37737724400
Data: 2021.02.08
12:21:44 -03'00'

ANA SOFIA
CARDOSO
MONTEIRO

Assinado de forma
digital por ANA SOFIA
CARDOSO MONTEIRO
Data: 2021.02.08
12:05:07 -03'00'

JG 8
W 7
590
JM

CLÁUSULA SÉTIMA
DO RESULTADO SOCIAL

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador financeiro prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios na proporção de suas quotas os lucros ou perdas apuradas.

A sociedade poderá levantar balanços ou balancetes patrimoniais em períodos inferiores há um ano, e os lucros ou perdas apurados nessas demonstrações intermediárias, poderão ser distribuídos mensalmente aos sócios cotistas, a título de Antecipação.

Os lucros ou perdas apurados poderão ser distribuídos aos sócios sem observância da proporcionalidade da participação de cada um, no Capital Social. Esta disposição possui validade retroativa até 01/01/2016.

CLÁUSULA OITAVA
DA RETIRADA OU MORTE DE SÓCIO E OUTROS EVENTOS,
DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO

A morte, incapacidade, insolvência, exclusão, cancelamento da inscrição profissional, dissidência ou retirada implicam obrigatoriamente na resolução da sociedade em relação aquele sócio sobre o qual recair o acontecimento.

§ 1º. Desfeita a Sociedade em relação a um sócio pela ocorrência de qualquer das situações descritas no caput, o valor das quotas a ele pertencentes será recomposto com o respectivo remanejamento entre os demais ou reduzido o capital na proporção da participação do mesmo no contrato social, conforme deliberação dos sócios.

§ 2º. Nos casos em que houver redução do número de sócios à unipessoalidade, a pluralidade deverá ser reconstituída por iniciativa do sócio remanescente, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias da data do registro do fato na OAB, para Sociedade não ser dissolvida.

§ 3º. Não Sendo o caso de reconstituição da pluralidade de sócios, o remanescente providenciará imediatamente a liquidação da Sociedade,

Augusto
César
Lourenço
Brederodes

Assinado de forma digital por
Augusto Cesar Lourenço Brederodes
Data: 2021.02.08 12:05:22 -03'00'

**FERNANDO
MENDES DE
FREITAS
FILHO:**
79487343415

Assinado de forma digital por
FERNANDO MENDES DE FREITAS FILHO
Data: 2021.02.08 12:05:22 -03'00'

**ANA KARINA
PEDROSA DE
CARVALHO-OT**
840414499

Assinado de forma digital por
ANA KARINA PEDROSA DE
CARVALHO-OT
Data: 2021.02.08 12:05:22 -03'00'

**BRUNO ROMERO
PEDROSA
MONTEIRO:3773**
7724400

Assinado de forma digital por
BRUNO ROMERO PEDROSA
MONTEIRO:3773
Data: 2021.02.08 12:05:22 -03'00'

**ANA SOFIA
CARDOSO
MONTEIRO**

Assinado de forma
digital por ANA SOFIA
CARDOSO MONTEIRO
Data: 2021.02.08
12:05:22 -03'00'

extinguindo-a, sob pena de cometer infração disciplinar por manter sociedade profissional em desacordo com as normas e preceitos da OAB.

§ 4º. Se o desfazimento da Sociedade for decidido pelo consenso unânime dos sócios, processar-se-á os trâmites da dissolução social, sendo o liquidante o sócio ou terceiro que for indicado de comum acordo ou pelo detentor da maioria do capital social.

CLÁUSULA NONA **DA EXCLUSÃO DE SÓCIO**

A exclusão de sócio pode ser deliberada pela maioria do capital social, mediante alteração contratual.

§ 1º. Excluído o sócio por qualquer motivo previsto em lei ou por deliberação da maioria do capital social, proceder-se-á conforme disposto na cláusula décima.

§ 2º. O pedido de registro e arquivamento da respectiva alteração deverá estar instruído com a prova de que o sócio excluído foi pessoal e previamente comunicado ou, em não sendo possível, por notificação de Oficial de Registro de Títulos e Documentos, ou carta com AR.

CLÁUSULA DÉCIMA **DO REEMBOLSO DO VALOR DAS QUOTAS**

Em qualquer das hipóteses da Cláusula Oitava será levantado um balanço especial na data da ocorrência do evento para apuração e pagamento dos haveres ao sócio retirante ou aos sucessores do sócio falecido, de acordo com o referido balanço.

PARÁGRAFO ÚNICO. O sócio retirante e/ou os seus sucessores participarão também nos honorários ainda não recebidos, bem como nos honorários de ações pendentes, correspondentes a sua participação no capital social. Os referidos valores serão pagos até 60 (sessenta) dias do efetivo recebimento.

Augusto
César
Lourenço
Brederodes

Assinado de forma
digital por Augusto
César Lourenço
Brederodes
Dados: 2021.02.08
14:52:17 -03'00'

FERNANDO
MENDES DE
FREITAS
FILHO:
79487343415

Assinado de forma
digital por FERNANDO
MENDES DE FREITAS
FILHO
Dados: 2021.02.08
14:52:17 -03'00'

ANA KARINA
PEDROSA DE
CARVALHO:0
1840414499

Assinado de forma
digital por ANA KARINA
PEDROSA DE
CARVALHO:0
Dados: 2021.02.08
14:27:01 -03'00'

BRUNO ROMERO
PEDROSA
MONTEIRO:3773
7724400

Assinado de forma
digital por BRUNO
ROMERO PEDROSA
MONTEIRO:37737724400
Dados: 2021.02.08
12:21:49 -03'00'

ANA SOFIA
CARDOSO
MONTEIRO

Assinado de forma
digital por ANA SOFIA
CARDOSO MONTEIRO
Dados: 2021.02.08
12:05:34 -03'00'

170
W
582
W

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

Aos sócios é reservado o direito de preferência na aquisição de quotas do capital social.

§ 1º. O sócio que desejar ceder ou transferir suas quotas, total ou parcialmente, notificará os demais por escrito, especificando a quantidade, valor e forma de pagamento, bem como o nome do eventual interessado, seguido do respectivo número de inscrição na OAB.

§ 2º. No prazo de até 30 (trinta) dias da efetivação da notificação, os sócios deverão manifestar expressamente o desejo de exercer o direito de preferência, no caso da venda, ou se têm restrição ao ingresso de eventual interessado, no caso de uma cessão não-onerosa.

§ 3º. Exercido o direito de preferência, far-se-á a cessão das quotas por intermédio da alteração do contrato social, aprovada pela maioria do capital social.

§ 4º. Não exercida a preferência e não havendo oposição ao ingresso do indicado, o ofertante poderá alienar as quotas nas mesmas condições oferecidas.

§ 5º. Havendo oposição ao nome do interessado, a decisão sobre a efetivação da cessão será objeto de uma reunião extraordinária, oportunidade em que se decidirá, por maioria simples, sobre a efetivação da referida cessão.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA
DO FORO CONTRATUAL

Fica eleito o foro da Comarca do Recife, Estado de Pernambuco, para dirimir eventuais dúvidas e resolver os conflitos oriundos deste Contrato, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA
DAS DISPOSICOES GERAIS

Os casos omissos neste instrumento serão resolvidos em conformidade com disposições legais aplicáveis à espécie.

Augusto
César
Lourenço
Bredierodes

Assinado de forma
digital por Augusto
César Lourenço
Bredierodes
Data: 2021.02.08
14:53:13 -03'00'

FERNANDO
MENDES DE
FREITAS FILHO
79487343415

Assinado de forma digital por FERNANDO MENDES DE FREITAS FILHO
Data: 2021.02.08
14:53:13 -03'00'

ANA KARINA
PEDROSA DE
CARVALHO:01
840414499

Assinado de forma digital por ANA KARINA PEDROSA DE CARVALHO:01
Data: 2021.02.08
14:53:13 -03'00'

BRUNO ROMERO
PEDROSA
MONTEIRO:3773
7724400

Assinado de forma digital por BRUNO ROMERO PEDROSA
Data: 2021.02.08
14:53:13 -03'00'

ANA SOFIA
CARDOSO
MONTEIRO

Assinado de forma digital por ANA SOFIA CARDOSO MONTEIRO
Data: 2021.02.08
12:03:46 -03'00'

171
10
543
M

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DAS DECLARAÇÕES DE HABILITAÇÃO

Os sócios declaram que não estão incursos em nenhum tipo legal que os impeça de exercer atividades na área jurídica, bem como declaram a inexistência de impedimentos ou incompatibilidades para o exercício da advocacia, na forma dos arts. 27 a 30 da Lei 8.906/1994.

E, por estarem de comum acordo, assinaram o presente instrumento em 3 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que também o firmam.

Recife (PE), 08 de fevereiro de 2021.

BRUNO ROMERO PEDROSA Assinado de forma digital por BRUNO ROMERO PEDROSA
MONTEIRO:37737724400 Dados: 2021.02.08 12:22:36 -03'00'

BRUNO ROMERO DE PEDROSA MONTEIRO
OAB/PE 11.338

Augusto César Lourenço Brederodes Assinado de forma digital por Augusto César Lourenço Brederodes
Dados: 2021.02.08 14:53:45 -03'00'

AUGUSTO DE CÉSAR LOURENÇO BREDOREDES
OAB/PE 49. 778

ANA SOFIA CARDOSO MONTEIRO Assinado de forma digital por ANA SOFIA CARDOSO MONTEIRO
Dados: 2021.02.08 12:05:59 -03'00'

ANA SOFIA CARDOSO MONTEIRO
(SÓCIA RETIRANTE)
OAB/PE 50.321

ANA KARINA PEDROSA DE CARVALHO Assinado de forma digital por ANA KARINA PEDROSA DE CARVALHO:01840414499
Dados: 2021.02.08 12:27:48 -03'00'

ANA KARINA PEDROSA DE CARVALHO
OAB/PE 35.280

FERNANDO MENDES DE FREITAS FILHO Assinado de forma digital por FERNANDO MENDES DE FREITAS FILHO
Dados: 2021.02.08 12:27:48 -03'00'
FERNANDO MENDES DE FREITAS FILHO
OAB/PE 17.232

Testemunhas:

1ª - 2ª -

176
W

O presente instrumento de ALTERAÇÃO CONTRATUAL, foi
AVERBADO, nesta data, no Livro nº 8-02 do Registro
da Sociedade de Advogados, sob o nº 123
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DE PERNAMBUCO
EM 24 DE junho DE 20 21

Camila Almeida
Auxiliar Administrativo
Mat. 952

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO SÃO FRANCISCO

PROCESSO Nº 003/2021

PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS 01/2021

**IMPUGNAÇÃO INTERPOSTA POR MONTEIRO E MONTEIRO
ADVOGADOS ASSOCIADOS**

O Pregoeiro Higor Emanuel Waldolato, nomeado pela Portaria 002/2021, no exercício de sua competência, tempestivamente, julga a **IMPUGNAÇÃO** apresentada por **MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS**, com as seguintes razões de fato e de direito.

1) Adoção do critério de julgamento “menor preço global”:

A licitação foi instaurada na modalidade Pregão Presencial com Registro de Preços cujo objeto é contratação de serviços de assessoria tributária operacional, objetivando a identificação, apuração, constituição e recuperação de créditos tributários de responsabilidade do Município, com critério de julgamento **menor preço por lote**.

Sendo assim, a remuneração do trabalho se dará por **02 (dois) lotes**, sendo o **LOTE 01** para recuperação de valores referentes aos últimos 05 anos, incluindo as atividades de assessoria tributária; cobrança administrativa na dívida ativa do município; auditoria das empresas optantes pelo Simples Nacional; assessoria para recuperação dos tributos devidos pelas Operadoras de Telefonia Móvel relativo aos últimos 05 Anos, sobre o ISSQN, IPTU e Taxas de Fiscalização Ambiental e de Funcionamento; assessoria para revisão da folha, compensação e restituição de valores pagos indevidamente à Receita Federal do Brasil, em relação às contribuições previdenciárias, incidentes sobre as verbas indenizatórias e RAT, incluindo a retificação das GFIP/SEFIP; e auditoria da CFEM – Contribuição Financeira sobre Exploração Mineral.

Sede: Pirapora - Av. Montes Claros, 1144 - B. N. Sra. Fátima - CEP 39274-116 - (38) 3741-3734

E-mail: licitacoesammesf@gmail.com - Visite: www.ammesf.org.br



174
W

Já o **LOTE 02** inclui as atividades de assessoria tributária mensal, incluindo as atividades de gestão do VAF; gestão do ITR; auditoria de planos de saúde; auditoria de cartão de crédito e débito e operações de leasing; auditoria das empresas do Simples Nacional e auditoria ISSQN bancos.

Todos os detalhes encontram-se no **item 7 do Termo de Referência e Anexo II – Modelo de Proposta Comercial**.

Veja-se que os serviços especificados em cada lote são similares entre si, sendo o primeiro para *recuperação de valores* e o segundo para *assessoria tributária*. Portanto, não há que se falar em complexidade técnica distinta, pois existem no mercado vários escritórios/empresas que prestam esse tipo de serviço, tanto no lote 1, quanto no lote 2, conforme pesquisa de mercado realizada pelo Consórcio.

Logo, não há que falar em restrição à competitividade.

Além disso, a escolha pelo critério de julgamento “menor preço por lote” levou em consideração que os serviços serão prestados em vários municípios e, desse modo, além da similaridade dos serviços de cada lote, a gestão em uma única Ata de Registro de Preços ou no máximo duas é mais vantajosa e econômica para os Municípios Associados, o que configura economia de escala.

Nesse sentido, o TCU já se manifestou:

“(...) 69. Primeiramente, ressalto que o previsto nos artigos 23, § 1º, e 3º, § 1º, inciso I, da Lei n. 8.666/1993, bem como na Súmula 247 do TCU, é que a divisão do objeto licitado ocorrerá em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis desde que reste comprovado que tal parcelamento ocasiona melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala.

W

195
W

70. No caso concreto tratado nestes autos, contudo, verifico que a Seplan/RO, inicialmente, tentou parcelar a obra em tela, licitando-a em 18 lotes, conforme constou no Edital da Concorrência Pública n. 003/08/CPLO/SUPEL.

71. Entretanto, conforme Relatório Técnico de fls. 582/584 – vol. 2, a anulação dessa licitação se fez necessária por que se verificou que as empresas interessadas no certame estavam questionando a exequibilidade de serem tocados 18 contratos paralelos e detectou-se a dificuldade de se gerenciar a inevitável interferência entre os serviços abrangidos por contratos diferentes.

72. Acrescente-se que também a questão da economicidade ficou comprometida com esse parcelamento, à título de exemplo, os custos totais com serviços preliminares, na divisão em 18 lotes, alcançaram o montante de R\$ 1.149.998,48, e, no caso de licitação única esse valor era de R\$ 969.343,81, observando-se um acréscimo de custos de R\$ 180.654,67, só nesses itens do orçamento.

73. O que se observa é que o usual para esse tipo de obra (sistema de abastecimento de água em capitais e centros urbanos de porte médio) não tem sido o parcelamento. Nesse sentido, cito os recentes julgados desse Tribunal (Acórdãos ns. 966/2011 e 314/2011, ambos do Plenário), referentes às cidades paraibanas de Campina Grande e João Pessoa, em que não se considerou inadequada a realização de licitação única, abrangendo todo o empreendimento, de tal forma que o gerenciamento por parte do órgão contratante restringiu-se ao controle da execução de apenas um contrato.

74. Diante desse contexto, entendo que não restou comprovado nestes autos que caso a Seplan/RO tivesse dado continuidade à Concorrência Pública n. 003/08/CPLO/SUPEL, em vez de lançar novo certame em lote único (Concorrência n. 020/08/CPLO/SUPEL/RO), o parcelamento ocasionaria melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala.” (TCU. Acórdão nº 1.808/2011. Órgão Julgador: Plenário. Relator: Ministro Marcos Bemquerer. Data da Sessão: 06/07/2011).

W

"(...) 9. Urge frisar, preliminarmente, que a adjudicação por grupo ou lote não pode ser tida, em princípio, como irregular. É cediço que a Súmula nº 247 do TCU estabelece que as compras devam ser realizadas por item e não por preço global, sempre que não haja prejuízo para o conjunto ou perda da economia de escala. Mas a perspectiva de administrar inúmeros contratos por um corpo de servidores reduzido pode se enquadrar, em nossa visão, na exceção prevista na Súmula nº 247, de que haveria prejuízo para o conjunto dos bens a serem adquiridos.

10. A Administração deve sopesar, no caso concreto, as consequências da multiplicação de contratos que poderiam estar resumidos em um só, optando, então, de acordo com suas necessidades administrativas e operacionais, pelo gerenciamento de um só contrato com todos os itens ou de um para cada fornecedor. É claro que essa possibilidade deve ser exercida dentro de padrões mínimos de proporcionalidade e de razoabilidade." (TCU. Acórdão nº 2.796/2013. Órgão Julgador: Plenário. Relator: Ministro José Jorge. Data da Sessão: 16/10/2013).

No caso em tela, adotar o critério de julgamento "menor preço por item" seria dificultar a gestão da contratação, tendo em vista que seria necessário administrar inúmeras atas de registro de preços que serão firmadas para prestação de serviços em 43 municípios.

Sendo assim, o parcelamento do objeto em dois lotes ocasionará melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e mantendo a competitividade, sem perda da economia de escala.

Logo, as regras do edital permanecem inalteradas, sendo o critério de julgamento "menor preço por lote" devidamente justificado, conforme orientação da Corte de Contas.

2) Escolha da modalidade Pregão – menor preço:

Os serviços objeto deste certame se enquadram como serviços comuns, senão vejamos.

Sede: Pirapora - Av. Montes Claros, 1144 - B. N. Sra. Fátima - CEP 39274-116 - (38) 3741-3734

E-mail: licitacoesammesf@gmail.com - Visite: www.ammesf.org.br

W

Nesse sentido, o Ministério Público de Contas do TCEMG já se manifestou:

*"[...]No presente caso, foi escolhido o **Pregão Presencial como modalidade licitatória para reger a contratação de serviços de auditoria operacional e análise de contas.***

13. Os serviços objeto do Certame, em regra, podem ser considerados "comuns", nos termos definidos no art. 1º, Parágrafo único, da Lei federal nº 10.520/2002, bem como no art. 6º, incisos XIII e XLI, da Lei federal nº 14.133/2021, senão vejamos:

(...)

Em caso análogo, o Tribunal de Contas da União exarou o entendimento a seguir:

[...]

106.2. fixar entendimento, com base no art. 16, V, do Regimento Interno do TCU, de que o serviço de auditoria independente, em regra, deve ser considerado serviço comum, nos termos definidos no parágrafo único do art. 1º da lei 10.520/2002, sendo obrigatório o emprego da modalidade pregão, preferencialmente na sua forma eletrônica, para as licitações que os tenham por objeto;

[...]

29. Observa-se, portanto, que os serviços de auditoria, devido à padronização existente no mercado, geralmente atendem a protocolos, métodos e técnicas pré-estabelecidos e conhecidos, bem como a padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos.

30. Logo, creio que a experiência e o conhecimento pessoal do auditor, diferentemente do que sustenta o CFC, não afastam a possibilidade de que sejam objetivamente definidos, em edital, padrões de desempenho e de qualidade dos serviços. Sendo possível essa padronização dos serviços de auditoria independente, de modo a permitir que sejam comparáveis entre si, a identidade do profissional passa a ser irrelevante.

(TCU. Acórdão 1046/2014-Plenário, TC 018.828/2013-2, j. em 23/04/2014. Relator Ministro Benjamin Zymler). (Grifos nossos)

15. Pelo exposto, não houve irregularidade na adoção da modalidade licitatória.¹

De fato, em resposta ao ponto questionado, é importante ressaltar que o objeto do Edital trata de contratação de serviços comuns, de amplo conhecimento de mercado. É sabido que existem diversas empresas que prestam os serviços que compõe o objeto desta Licitação, sendo certo que estão sendo respeitados os Princípios da Isonomia e Competitividade.

¹ Processo n. 1.095.276 - 1ª Câmara - TCEMG

Foram adotados critérios de aprimoramento no detalhamento das atividades a serem executadas, disponibilizando no Termo de Referência normas e instruções de execução dos serviços, critérios de aceitabilidade, dentre outras providências, como forma de definir padrões de qualidade e de desempenho objetivamente.

Presentes tais requisitos, é possível adotar o Pregão, conforme decisões do Tribunal de Contas da União:

"Acórdão 188/2010 Plenário (Sumário) - TCU: Ainda que os serviços objeto da licitação possam sugerir, a priori, certa complexidade, não há óbices para que sejam enquadrados como serviços comuns, eis que pautados em especificações usuais de mercado e detentores de padrões objetivamente definidos no edital.

Acórdão 1287/2008 Plenário (Sumário)- TCU: Bem ou serviço comum e aquele que pode ter seus padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. O conceito de serviço comum não está necessariamente ligado a sua complexidade.

Acórdão Nº 2.932/2011 – TCU – Plenário, de 09 de novembro de 2011: "(...) Com base nessas razões, além de concordar com as proposições contidas nos subitens "b" a "d" da proposta de encaminhamento oferecida pela Serur, manifesto-me no sentido de que o presente pedido de reexame seja conhecido para, no mérito, ser-lhe dado provimento parcial e, em consequência, alterar o subitem 9.2.3. do Acórdão nº 1.947/2008-TCU Plenário, de modo que passe a ter a seguinte redação: 9.2.3. para contratação de serviços de supervisão e consultoria, realize a licitação na modalidade pregão, especificando detalhadamente os serviços que a empresa de supervisão ou de consultoria deverá prestar, ressaltando as situações excepcionais em que tais serviços não se caracterizam como 'serviços comuns', caso em que deverá ser justificada, dos pontos de vista técnico e jurídico, nos autos do processo de licitação, a utilização extraordinária de outra modalidade licitatória que não o pregão."

Sede: Pirapora - Av. Montes Claros, 1144 - B. N. Sra. Fátima - CEP 39274-116 - (38) 3741-3734

E-mail: licitacoesammesf@gmail.com - Visite: www.ammesf.org.br

W

Conforme exposto, não é a complexidade de um serviço que o define como sendo ou não um serviço comum, e sim o fato de possuir padrões de qualidade que podem ser objetivamente definidos, conforme exposto nos Acórdãos 1597/2010, 1287/2008, 313/2004, todos do Plenário:

“Outra irregularidade constatada diz respeito à modalidade de licitação adotada. Conforme o entendimento deste Tribunal, consolidado pelo Acórdão 2.471/2008 – Plenário, a licitação de bens e serviços de tecnologia da informação considerados comuns (que possuam padrões de desempenho e de qualidade objetivamente definidos pelo edital, com base em especificações usuais no mercado), como são os da Concorrência 001/2006, deve ser obrigatoriamente realizada pela modalidade pregão, preferencialmente na forma eletrônica, mesmo quando se tratar de serviços complexos ou críticos. (Voto do Acórdão 1597/2010-Plenário, Relator Ministro Augusto Sherman).

11. O administrador público, ao analisar se o objeto do pregão enquadra-se no conceito de bem ou serviço comum, deverá considerar dois fatores: os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital? As especificações estabelecidas são usuais no mercado? Se esses dois requisitos forem atendidos o bem ou serviço poderá ser licitado na modalidade pregão. 12. A verificação do nível de especificidade do objeto constitui um ótimo recurso a ser utilizado pelo administrador público na identificação de um bem de natureza comum. Isso não significa que somente os bens pouco sofisticados poderão ser objeto do pregão, ao contrário, objetos complexos podem também ser enquadrados como comuns. (Acórdão 313/2004-Plenário, Relator Ministro Benjamim Zymler).

33. Existe ampla jurisprudência desta Corte de Contas indicando que sempre que o objeto da licitação puder ser caracterizado como bens e serviços comuns, independentemente de sua complexidade, é obrigatória a adoção do pregão como modalidade da licitação, preferencialmente em sua forma eletrônica, a exemplo dos Acórdãos 2368/2010, 1597/2010, ambos do Plenário.

34. *Este próprio Tribunal utilizou-se da modalidade pregão, no Pregão 26/2016 TCU, para contratação de serviços de assessoria à imprensa, conforme descrição das atividades: execução de atividades de apoio técnico na área de comunicação social e relacionamento com a imprensa, que incluem, entre outros, diagnóstico de oportunidades de relacionamento com jornalistas, desenvolvimento de ações de comunicação, produção e redação de conteúdo de caráter jornalístico para divulgação, planejamento de comunicação, gerenciamento de crises, produção de diagnósticos de exposição e imagem, entre outros, conforme demandado pela fiscalização do contrato.*

35. *Soma-se a isso a jurisprudência deste Tribunal o qual considera apropriada a utilização do pregão em contratações de assessoramento de comunicação, conforme Acórdãos 395/2013, 2043/2014, 3489/2014, todos do Plenário.*

36. *Diante dos argumentos expostos, e frisando que os conselhos profissionais estão obrigados a observar os ditames da Lei 10.520/2002, bem como o Decreto 5.450/2005, conforme consta do voto do Acórdão 1623/2013-TCU-Plenário – Relator: Ministro Augusto Sherman, não há razões para que o Cofen não licite a contratação dos serviços de assessoria à imprensa por meio do pregão, preferencialmente em sua forma eletrônica (...).*

Pelo exposto, as regras do edital serão mantidas, vez que as características do objeto licitado são comumente disponibilizadas no mercado pelas empresas que atuam no segmento, não se tratando de serviços intelectuais.

3) Habilitação – qualificação técnica – exigência de demonstrar que a licitante possui equipe técnica por meio de Declaração indicando a relação nominal de, no mínimo, 01 contador, 1 Advogado, 1 Eng. Civil, 1 Eng. Ambiental e 1 Geógrafo.

O Edital exige em seu subitem 7.4.1.2:

“(…)

W

7.4.1.2. Demonstrar que a licitante possui equipe técnica, nos termos do art. 30 da Lei 8.666/93, composta por:

- a) 01 (um) contador regularmente inscrito no Conselho Regional de Contabilidade;
- b) 01 advogado regularmente inscrito na Ordem dos advogados do Brasil;
- c) 01 engenheiro civil, 01 engenheiro ambiental e 01 geógrafo, todos esses essenciais à execução da auditoria das Operadoras de Telefonia Móvel (recuperação das taxas TFL/TFLA, ISSQN e IPTU).

Nesse sentido, o art. 30, § 1º, I da Lei 8.666/93, estabelece que, para capacitação técnica operacional, o licitante deverá comprovar que possui em seu quadro permanente, **na data prevista para entrega da proposta**, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente:

"Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

*I - **capacitação técnico-profissional**: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, **na data prevista para entrega da proposta**, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;"*

Sendo assim, foi exigido no presente processo a relação de equipe técnica, **exatamente nos termos da lei**, como sempre atua este Consórcio, baseando-se nos princípios da legalidade, boa-fé, razoabilidade e proporcionalidade.

Cumprir destacar que alguns serviços licitados exigem a figura de um 1 Advogado e 1 Contador e outros de Engenheiros e Geógrafo, como a execução da auditoria das Operadoras de Telefonia Móvel (recuperação das taxas TFL/TFLA, ISSQN e IPTU), com emissão de laudo técnico, a fim de

Sede: Pirapora - Av. Montes Claros, 1144 - B. N. Sra. Fátima - CEP 39274-116 - (38) 3741-3734

E-mail: licitacoesammesf@gmail.com - Visite: www.ammesf.org.br

W

analisar a emissão de radiação não-ionizante, seus impactos ambientais, o funcionamento das

antenas e a integridade da estrutura. Para isso é necessário seguir algumas normas técnicas e a vistoria ser realizada por profissionais capacitados para essa atividade.

Sendo assim, visando garantir que a prestação dos serviços objeto deste certame aconteça de forma imediata e satisfatória, é necessário que o licitante interessado já possua a equipe necessária formada, para dar andamento nas demandas dos inúmeros Municípios Associados, sob pena que não conseguir cumprir o objeto Contratado, vez que, encontrar profissionais qualificados para prestação desses serviços demanda tempo com o devido recrutamento.

Ademais, os profissionais exigidos nesta licitação foram somente 05 (cinco) e, pelo tipo de serviços a serem prestados e pelo vasto numero de municípios, a exigência não é uma exigência desarrazoada.

Por esta razão e devido ao grande volume de serviço objeto desta licitação, a exigência permanecerá, contudo, **foram permitidas no edital várias formas de comprovação de vínculo, inclusive o contrato de prestação de serviços.**

Nesse sentido, o TCU já se manifestou:

“O vínculo do profissional qualificado não precisa, portanto, ser necessariamente trabalhista ou societário. É suficiente a existência de um contrato de prestação de serviços, regido pela legislação civil comum (Acórdão nº 1.842/2013-Plenário).

Na mesma linha a jurisprudência:

W

Sede: Pirapora - Av. Montes Claros, 1144 - B. N. Sra. Fátima - CEP 39274-116 - (38) 3741-3734

E-mail: licitacoesammesf@gmail.com - Visite: www.ammesf.org.br

" (...) não se olvida que o procedimento licitatório é formal e que, em geral, as exigências quanto à comprovação da capacidade técnica são lícitas, desde que não sejam desarrazoadas e atentem às peculiaridades do objeto licitado".

(...)

"é o objeto a ser contratado que define o conteúdo e a extensão da qualificação técnica, de modo que, dentre outros deveres, também cabe à Administração Pública zelar pela observância dos 'princípios próprios do campo das licitações, entre eles o da garantia da seleção da melhor proposta e o da segurança do serviço/produto licitado'". TJ/RS, AC nº 70066740259

Portanto, é ato discricionário da Administração o estabelecimento das regras de habilitação técnica previstas no edital, conforme ensinamentos proferidos pelo Professor Marçal Justen Filho:

"Existe, portanto, uma margem de discricionariedade para a Administração configurar, em cada caso, as exigências e os requisitos de participação. Ao celebrar o ato convocatório, a Administração deverá avaliar a complexidade da futura contratação e estabelecer, como derivação, os requisitos de habilitação e as condições de participação" (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativo, 13ª edição, páginas 386/387).

Logo, ao delimitar o objeto a ser contratado, cabe à Administração prever as exigências técnicas necessárias a sua execução e fixá-las no ato convocatório da licitação, dessa feita, sendo necessário, em face das peculiaridades do objeto licitado, é válido que a Administração defina em edital o aparato técnico para a satisfatória execução do objeto.

Sendo assim, não há irregularidade na presente licitação, pois este Consórcio sempre pauta suas condutas na boa gestão, baseando-se nos princípios da legalidade, boa-fé, interesse público, razoabilidade e proporcionalidade.

W

Sede: Pirapora - Av. Montes Claros, 1144 - B. N. Sra. Fátima - CEP 39274-116 - (38) 3741-3734

E-mail: licitacoesammesf@gmail.com - Visite: www.ammesf.org.br

Sede: Pirapora - Av. Montes Claros, 1144 - B. N. Sra. Fátima - CEP 39274-116 - (38) 3741-3734

E-mail: licitacoesammesf@gmail.com - Visite: www.ammesf.org.br

A inserção destas exigências no instrumento convocatório foi exatamente como prevê a letra da lei, a qual estabelece na fase de capacidade técnica operacional, que o licitante comprove possuir em seu quadro permanente, **na data prevista para entrega da proposta**, profissional de nível superior.

Logo, considerando a adoção da letra fria da lei ao exigir a relação da equipe técnica e a comprovação do vínculo do momento da habilitação, esta Associação mantém as regras do edital sem sua integralidade.

Por todo o exposto, conhecemos da Impugnação apresentada, visto que tempestiva, para no mérito negar-lhe total provimento, permanecendo inalteradas as Cláusulas do Edital do PL 03/2021 – Pregão Presencial para registro de Preço n. 01/2021, ficando mantida a data de abertura dos envelopes para o dia 12/08/2021 as 10:00.

Publique-se.

Pirapora, 11 de Agosto de 2021.


Higor Emanuel Waldolato
Pregoeiro

Sede: Pirapora - Av. Montes Claros, 1144 - B. N. Sra. Fátima - CEP 39274-116 - (38) 3741-3734

E-mail: licitacoesammesf@gmail.com - Visite: www.ammesf.org.br

185
W

DESTINATARIO:



RJ GESTÃO EM NEGÓCIOS

Ronnie Lima

CEO - Diretor Executivo

www.rjgestao.com.br

(34) 99114-2178

rjgestao@hotmail.com

18/6
W

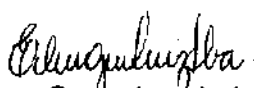
ANEXO IV

DECLARAÇÃO HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021

A Empresa RJ GESTÃO EM NEGÓCIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 08.111.069/0001-02, com sede na Rua Tenente Bino, 22 Sala 204, na cidade de Patos de Minas-MH, neste ato representado por Elicimar Gonçalves Luiz Silva, no uso de suas atribuições legais, vem DECLARAR, para fins de participação no Pregão Presencial em pauta, sob as penas da Lei, que INEXISTE QUALQUER FATO IMPEDITIVO para sua participação no Pregão Presencial acima citado, estando apta e HABILITADA a realizar contratação com o Poder Público de qualquer esfera e se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Patos de Minas, 04 de Agosto de 2021


Elicimar Gonçalves Luiz Silva
Sócia Administrativa
CPF: 050.465.866-22
RG: MG 105.459-12

08.111.069/0001-02
RJ GESTÃO EM NEGÓCIOS LTDA
Rua Tenente Bino, 22 - Sala 204
Centro - Cep 38700-108
PATOS DE MINAS - MG

W
Q





RJ GESTÃO EM NEGÓCIOS

Ronnie Lima

CEO - Diretor Executivo

www.rjgestao.com.br

(34) 99114-2178

rjgestao@hotmail.com

187
W

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ART. 27, V DA LEI Nº 8.666/93 (NÃO EMPREGA MENOR)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021

A empresa RJ GESTÃO EM NEGÓCIOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.111.069/0001-02, por intermédio de seu representante legal a Sra. Elicimar Gonçalves Luiz Silva, portadora da Carteira de Identidade nº MG 105.459-12, e do CPF nº 050.465.866-22, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 05/09/2002, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Patos de Minas, 04 de Agosto de 2021

Elicimar Gonçalves Luiz Silva

Elicimar Gonçalves Luiz Silva

Sócia Administrativa

CPF: 050.465.866-22

RG: MG 105.459-12

08.111.069/0001-02

RJ GESTÃO EM NEGÓCIOS LTDA

Rua Tenente Bino, 22 - Sala 204

Centro - Cep 38700-108

PATOS DE MINAS - MG

W
187



RJ GESTÃO EM NEGÓCIOS

Ronnie Lima

CEO - Diretor Executivo

www.rjgestao.com.br

(34) 99114-2178

rjgestao@hotmail.com

883
W

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME, EPP OU EQUIPARADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021

A licitante proponente RJ GESTÃO EM NEGÓCIOS LTDA, portadora do CNPJ n.º 08.111.069/0001-02, com sede e administração na Rua Tenente Bino n.º 22 sala 204, bairro centro, município de Patos de Minas-MG neste ato representado pela sócia Elicimar Gonçalves Luiz Silva, nacionalidade brasileira, estado civil Casada, profissão empresaria, portador do CPF n.º 050.465.866-22 e da Carteira de Identidade n.º MG 105.459-12 residente e domiciliado(a) na Rua B-2 n.º 75 bairro Sebastião Amorim, município de Patos de Minas-MG, DECLARA, sob as penas da Lei, que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido Nos artigos 42 a 49 da citada lei e que cumpre os requisitos legais para qualificação como:

(X) Microempresa, MEI ou Empresa de Pequeno Porte, definida no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006;

(...) Empresa ou Sociedade equiparada à ME ou EPP, tendo auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006;

(...) Declaro que a empresa possui restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no artigo 43, § 1º da Lei Complementar n.º. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no artigo 81, da Lei Federal nº 8.666/93.

Patos de Minas, 04 de Agosto de 2021

08.111.069/0001-02

RJ GESTÃO EM NEGÓCIOS LTDA

Rua Tenente Bino, 22 - Sala 204

Centro - Cep 38700-108

PATOS DE MINAS - MG

Elicimar Gonçalves Luiz Silva

Elicimar Gonçalves Luiz Silva

Sócia Administrativa

CPF: 050.465.866-22

RG: MG 105.459-12

189
W

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INTERIORETA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÁFICO
E ARMA E NACIÃOAL DE IDENTIFICACAO

ELICIMAR GONCALVES LUIS SILVA

DOC. IDENTIDADE / CDS. BARRON #
MG10245912 PC M3

CPF: 050.465.866-22 DATA NASCIMENTO: 31/01/1980

NOME: SILELIO SEBASTIAO LOTE
IRAIRES GONCALVES DA CRUZ

PROBADO: [] ACC: [] CRIMAS: []

Nº PASSADO: 04366739312 VALIDEZ: 20/11/2024 Nº REGISTRO: 09/05/2008

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1964045692

PROIBIDO PLASTIFICAR
1964045692

EAR:

Guizpudipha:

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL: PATOS DE MINAS, MG DATA EMISSAO: 22/11/2019

Ida Kleyverton Rezende
Diretor DETRAN/MG 73766943103
MG565441559

ASSINATURA DO EMISSOR

MINAS GERAIS

37/1/18

[Handwritten signature]



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

193
W

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 08.111.069/0001-02 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 30/06/2006
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL RJ GESTAO EM NEGOCIOS LTDA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RJ GESTAO EM NEGOCIOS	PORTE ME
---	-------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO R TENENTE BINO	NÚMERO 22	COMPLEMENTO SALA 204
------------------------------	--------------	-------------------------

CEP 38.700-108	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PATOS DE MINAS	UF MG
-------------------	---------------------------	-----------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO MARIOCONSULTOR@HOTMAIL.COM	TELEFONE (34) 3261-2039
---	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 30/06/2006
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 04/08/2021 às 10:12:28 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

191
W

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial:	RJ GESTAO EM NEGOCIOS LTDA - ME		
Natureza Jurídica:	SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA		
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
3120759666-8	08.111.069/0001-02	30/06/2006	01/07/2006

Endereço Completo:

RUA TENENTE BINO 22 SALA 204 - BAIRRO CENTRO CEP 38700-108 - PATOS DE MINAS/MG

Objeto Social:

PRESTACAO DE SERVICOS NO LEVANTAMENTO E APURACAO DO VALOR ADICIONADO FISCAL (VAF), APURACAO E CONTROLE DAS RECEITAS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS, ATRAVES DAS INFORMACOES ECONOMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTABEIS

Capital Social:	R\$ 10.000,00	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte	Prazo de Duração
DEZ MIL REAIS		MICRO EMPRESA (Lei Complementar nº123/06)	INDETERMINADO
Capital Integralizado:	R\$ 10.000,00		
DEZ MIL REAIS			

Sócio(s)/Administrador(es)

CPF/NIRE	Nome	Tér. Mandato	Participação	Função
050.465.866-22	ELICIMAR GONCALVES LUIZ SILVA	xxxxxxx	R\$ 10.000,00	SÓCIO / ADMINISTRADOR

Status: XXXXXXXX

Situação: ATIVA

Último Arquivamento: 05/05/2020

Número: 7824138

Ato 002 - ALTERACAO

Evento(s) 2003 - ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO

2005 - SAIDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR

Empresa(s) Antecessora(s)

Nome Anterior	Nire	Número Aprovação	UF	Tipo Movimentação
BARBOSA & OLIVEIRA SERVICOS LTDA -ME	xxxxxxx	5559050	xx	ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL

NADA MAIS#

Belo Horizonte, 09 de Junho de 2021 10:06

MARINELY DE PAULA BOMPIM
SECRETÁRIA GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (<http://www.jucemg.mg.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C210001315110 e visualize a certidão)



21/473.645-8

Página 1 de 1



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

192
W

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31207596668

Código da Natureza Jurídica

2062

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome:

RJ GESTAO EM NEGOCIOS LTDA - ME

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



MGN2030621808

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
------------	---------------	------------------	------	---------------------------

1	002			ALTERACAO
		2003	1	ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR
		2005	1	SAIDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR

PATOS DE MINAS

Local

5 Maio 2020

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) Igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
A decisão

____/____/____
Data

☐ NÃO

____/____/____
Data

Responsável

☐ NÃO

____/____/____
Data

Responsável

Responsável

CONFIRMADO

DECISÃO SINGULAR

- ☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

☐

3ª Exigência

☐

4ª Exigência

☐

5ª Exigência

☐

____/____/____
Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

- ☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

☐

3ª Exigência

☐

4ª Exigência

☐

5ª Exigência

☐

____/____/____
Data

Vogal

Presidente da _____ Turma

Vogal

Vogal

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7824138 em 05/05/2020 da Empresa RJ GESTAO EM NEGOCIOS LTDA - ME, Nire 31207596668 e protocolo 202423824 - 05/05/2020. Autenticação: 6DDF7DFE327937D2E3E9C8FD95DADE7AEC24FA8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/242.382-4 e o código de segurança pc8x Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/05/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Assinatura
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

193
W

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/242.382-4	MGN2030621808	04/05/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
050.465.866-22	ELICIMAR GONCALVES LUIZ SILVA

CONFECIONADO

Página 1 de 1

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7824138 em 05/05/2020 da Empresa RJ GESTAO EM NEGOCIOS LTDA - ME, Nire 31207596668 e protocolo 202423824 - 05/05/2020. Autenticação: 6DDF7DFE327937D2E3E9C8FD95DADE7AEC24FA8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/242.382-4 e o código de segurança pc8x Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/05/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

ROBERTO DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 2/9

194
10

**VIII - ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO
CONTRATUAL
DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA.
"RJ GESTÃO EM NEGÓCIOS LTDA"
CNPJ. 08.111.069/0001-02**

EMENTA: - ALTERAÇÃO DO QUADRO SOCIETÁRIO;
- SAÍDA DE SÓCIO COM CESSÃO DE COTAS;
- ALTERAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO, E
- CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL.

ADEMIR MARTINS DA ROCHA, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG. n.º M-8.181.106 SSP/MG, inscrito no CPF. n.º 033.804.866-98, nascido em 13/02/1975 – filho de Paulo Roberto Martins e Ivone Martins da Rocha, residente e domiciliado na cidade de Patos de Minas-MG., na TRAVESSA CLÉLIA MARIA DE SOUSA n.º 109, Bairro Padre Eustáquio, CEP 38.701-367 e **ELICIMAR GONÇALVES LUIZ SILVA**, brasileira, casada sob o regime de comunhão universal de bens, empresária, portadora do RG. n.º MG-10.545.912 PC/MG, inscrita no CPF. n.º 050.465.866-22, nascida em 31/01/1980 – filha de Silvio Sebastião Luiz e Iraides Gonçalves da Cruz, residente e domiciliada na cidade de Patos de Minas-MG., na RUA B-2 n.º 75, Bairro Sebastião Amorim, CEP 38.705-306; únicos sócios componentes da sociedade empresarial limitada "RJ GESTÃO EM NEGÓCIOS LTDA", registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, sob o NIRE nº 312.07596668 em 30/06/2006, resolvem fazer alteração contratual mediante as seguintes cláusulas e condições:

PRIMEIRA – DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS DE CAPITAL:

O sócio **ADEMIR MARTINS DA ROCHA**, acima qualificado, transfere neste ato a totalidade de suas cotas para a sócia remanescente **ELICIMAR GONÇALVES LUIZ SILVA**, perfazendo um total de 9.000 (nove mil) cotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, pela qual da plena, geral e irrevogável quitação, sem mais a reclamar, da seguinte forma:

PARÁGRAFO ÚNICO: O quadro societário passa ser assim distribuído:

ELICIMAR GONÇALVES LUIZ SILVA	100%	10.000	10.000,00
TOTAL	100%	10.000	10.000,00

SEGUNDA – DA ADMINISTRAÇÃO:

Com a presente alteração a sociedade será administrada pela sócia remanescente **ELICIMAR GONÇALVES LUIZ SILVA**.

CONFERE COM A ORIGINAL

TERCEIRA – OUTRAS ALTERAÇÕES:

Decidem os sócios consolidar em um só documento o contrato Social vigente e a presente alteração, passando o mesmo vigorar de forma consolidada com a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

ELICIMAR GONÇALVES LUIZ SILVA, brasileira, casada sob o regime de comunhão universal de bens, empresária, portadora do RG. n.º MG-10.545.912PC/MG, inscrita no CPF. n.º 050.465.866-22, nascida em 31/01/1980 – filha de Sílvia Sebastião Luiz e Iraides Gonçalves da Cruz, residente e domiciliado na cidade de Patos de Minas-MG., na RUA B-2 n.º 75, Bairro Sebastião Amorim, CEP 38.705-306.

PRIMEIRA - DA DENOMINAÇÃO SOCIAL E SEDE: A sociedade continua girando sob a denominação social de "RJ GESTÃO EM NEGÓCIOS LTDA", com o nome de fantasia de **RJ GESTÃO EM NEGÓCIOS** e a sede continua sendo nesta cidade de Patos de Minas - MG, na Rua Tenente Bino, 22, sala 204, Centro, Cep: 38.700-108, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, sob o NIRE nº 312.07596668 em 30/06/2006 e inscrita no CNPJ sob o nº 08.111.069/0001- 02.

PARÁGRAFO ÚNICO - A sociedade não possui filial, podendo, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual a critério dos sócios.

SEGUNDA - DO OBJETO SOCIAL: O objeto social continua sendo o de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO LEVANTAMENTO E APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO FISCAL (VAF), APURAÇÃO E CONTROLE DAS RECEITAS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS, ATRAVÉS DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS.

TERCEIRA - DO INÍCIO DE ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO: O início das atividades da sociedade ocorreu em 01/07/2006 e o prazo de duração continua por tempo indeterminado.

QUARTA – DO CAPITAL SOCIAL E SUA DISTRIBUIÇÃO: O capital Social continua fixado na importância de R\$ - 10.000,00 (dez mil reais) dividido em 10.000 (dez mil) quotas de valor unitário de R\$ 1,00 (um real), já integralizadas pelos sócios em moeda corrente nacional:

QUOTA DE CAPITAL SOCIAL			
ELICIMAR GONÇALVES LUIZ SILVA	100%	10.000	10.000,00
TOTAL	100%	10.000	10.000,00

QUINTA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS: As quotas de capital são indivisíveis e poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros.

PARÁGRAFO 1º - Nos casos previstos nesta cláusula, o sócio cedente responde, solidariamente, com o cessionário, até dois anos depois de averbada a alteração, pelas obrigações contraídas perante a sociedade e terceiros, assumidas durante o período em que era sócio.

198
W
ismittir

PARÁGRAFO 3º - O(A) sócio(a), admitido na sociedade, não exime

PARÁGRAFO 4º - Aplica-se o disposto nesta cláusula e nos seus

SEXTA - DA RESPONSABILIDADE: A responsabilidade da sócia é restrita ao valor de

SÉTIMA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA SÓCIA: Os direitos e as obrigações da

PARÁGRAFO 1º - Os direitos e as obrigações da sócia perante a

OITAVA –DO FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO DA SÓCIA: Falecendo ou interditada

PARÁGRAFO 1º - Caso não haja interesse do(s) herdeiro(s) de

PARÁGRAFO 2º - Neste caso os prazos de apuração e

PARÁGRAFO 3º— Os herdeiros do cônjuge da sócia, ou o cônjuge

NONA – DOS IMPEDIMENTOS: A Administradora declara, sob as

ADMINISTRAÇÃO E PRÓ-LABORE: A administração da sociedade será

Handwritten signature and initials, possibly 'J. H. H.' or similar, written in dark ink.

A; a qual caberá o direito de
de caução, competindo-lhe 3

pág. 5/9

CONFERENCE

197
W

individualmente o uso da firma e a representação ativa e passiva, judicial ou extrajudicial da sociedade.

PARÁGRAFO 1º - É expressamente vedado o emprego da denominação social em operações que não se relacionem com os objetivos sociais, especialmente, as prestações de avais, endossos, fianças ou cauções de favor.

PARÁGRAFO 2º Havendo excesso de mandato por parte da sócia administradora, esta responde solidária e ilimitadamente pelo excesso de mandato e pelos atos praticados com violação das disposições do contrato social, de suas alterações, da lei e das normas internas da empresa.

PARÁGRAFO 3º - A título de remuneração a sócia administradora fará retiradas mensais a título de pró-labore, que será fixada de comum acordo entre os mesmos, respeitando os limites legais, que será levado a débito da conta "DESPESAS ADMINISTRATIVAS".

DÉCIMA PRIMEIRA- DO EXERCÍCIO SOCIAL: O exercício social da empresa encerra-se em 31 de Dezembro de cada ano, devendo nesta data ser levantados, o inventário, o demonstrativo econômico do período e o balanço patrimonial. Os resultados serão distribuídos ou suportados pela sócia, na proporção de suas quotas de capital ou terão o destino que melhor convier à sociedade.

DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGALIZAÇÃO E REGÊNCIA: A sociedade rege-se pela Lei 10.406/2002, e nas suas omissões pelas normas da sociedade simples e supletivamente pelas normas regimentais da Sociedade Anônima Lei 6.406/76.

DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS – As alterações de contrato, inclusive as respeitantes à dissolução da sociedade, serão tomadas mediante deliberações regidas pelas disposições do art. 1.076 da Lei 10.406 de 10/01/2.002 (Código Civil/2002), observando o quórum de deliberações previstas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A sócia que compõem a sociedade opta pela não constituição de Conselho Fiscal, art. 1.066 da Lei 10.406 de 10/01/2002 (Código Civil/2002)

DÉCIMA QUARTA - DO FORO: Para dirimir as questões de direito, resolver as omissões e as dúvidas deste instrumento e sanar as divergências sociais não resolvidas pelos meios descritos, fica eleito o foro da Comarca de Patos de Minas Estado de Minas Gerais, renunciando as partes a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

E por estarem assim justos e contratados mandam lavrar e reproduzir este instrumento, em uma via de igual teor e forma, seguira para o devidoregistro na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

Patos de Minas- MG, 01 de Maio de 2.020.


ADEMIR MARTINS DA ROCHA

ELICIMAR GONÇALVES LUIZ SILVA




Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7824138 em 05/05/2020 da Empresa RJ GESTAO EM NEGOCIOS LTDA - ME, Nire 31207596668 e protocolo 202423824 - 05/05/2020. Autenticação: 6DDF7DFE327937D2E3E9C8FD95DADE7AEC24FA8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/242.382-4 e o código de segurança pc8x Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/05/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


SECRETARIA-GERAL

pág. 6/9



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

198

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/242.382-4	MGN2030621808	04/05/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
033.804.866-98	ADEMIR MARTINS DA ROCHA
050.485.866-22	ELICIMAR GONCALVES LUIZ SILVA

CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO

Página 1 de 1

Handwritten signature and initials



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7824138 em 05/05/2020 da Empresa RJ GESTAO EM NEGOCIOS LTDA - ME, Nire 31207596668 e protocolo 202423824 - 05/05/2020. Autenticação: 6DDF7DFE327937D2E3E9C8FD95DADE7AEC24FA8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/242.382-4 e o código de segurança pc8x Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/05/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Handwritten signature and stamp of the Secretária-Geral

pág. 7/9



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

199
3

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa RJ GESTAO EM NEGOCIOS LTDA - ME, de NIRE 3120759666-8 e protocolado sob o número 20/242.382-4 em 05/05/2020, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 7824138, em 05/05/2020. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Carla Campos Carvalho.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/ImagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
050.465.866-22	ELICIMAR GONCALVES LUIZ SILVA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
050.465.866-22	ELICIMAR GONCALVES LUIZ SILVA
033.804.866-98	ADEMIR MARTINS DA ROCHA

Belo Horizonte, terça-feira, 05 de maio de 2020



Documento assinado eletronicamente por Carla Campos Carvalho, Servidor(a) Público(a), em 05/05/2020, às 17:13 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 20/242.382-4.

CONFERE COM A INTERNET

Página 1 de 1

Handwritten signatures and initials

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7824138 em 05/05/2020 da Empresa RJ GESTAO EM NEGOCIOS LTDA - ME, Nire 31207596668 e protocolo 202423824 - 05/05/2020. Autenticação: 8DDF7DFE327937D2E3E9C8FD95DADE7AEC24FA8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/242.382-4 e o código de segurança pc8x Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/05/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Handwritten signature and stamp of the Secretária-Geral

pág. 8/9



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

200
B

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM



Belo Horizonte, terça-feira, 05 de maio de 2020

Handwritten signature and initials.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7824138 em 05/05/2020 da Empresa RJ GESTAO EM NEGOCIOS LTDA - ME, Nire 31207596668 e protocolo 202423824 - 05/05/2020. Autenticação: 6DDF7DFE327937D2E3E9C8FD95DADE7AEC24FAB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/242.382-4 e o código de segurança pc8x. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/05/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Handwritten signature and stamp.



**JACQUELINE DE
PAULA BARBOSA**
SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA



**4º ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE JACQUELINE DE PAULA BARBOSA
SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**

CNPJ: 18.985.386/0001-01

OAB/MG N. 5.697

Pelo presente instrumento, JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, inscrita no CNPJ sob o n. 18.985.386/0001-01, conforme instrumento de constituição arquivado na OAB/MG sob o n. 5.697 em 22/08/2016, neste ato representada por sua titular JACQUELINE DE PAULA BARBOSA, brasileira, divorciada, data de nascimento 09/08/1977, advogada inscrita na OAB sob o n. 85.647, documento de identidade n. M-6.996.846 SSP/MG, CPF n. 997.432.566-87, residente e domiciliada na Rua Gama Neto, n. 571, Barreiro do Amaral, Município de Santa Luzia/MG, CEP: 33.015-620, resolve ALTERAR E CONSOLIDAR O INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE, mediante Cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

A titular da Sociedade de Advocacia resolve aumentar o capital social para R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), sendo dividido em 400.000 (quatrocentas mil) quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real), sendo integralizado totalmente em moeda corrente do país e assim distribuído exclusivamente pela sua titular.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA CONSOLIDAÇÃO

Fica alterado e consolidado o Instrumento de Constituição da Sociedade conforme abaixo:

1. Natureza, Denominação, Sede e Foro

A Sociedade Individual de Advocacia é uma sociedade de prestação de serviços de advocacia, nos termos dos artigos 15 a 17 da Lei nº 8.906/1994 e denominada como JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA e tem sede e foro em Belo Horizonte/MG, na Rua Fernandes Tourinho, nº 999, sala 202, Lourdes, CEP: 30.112-003.

2. Objeto

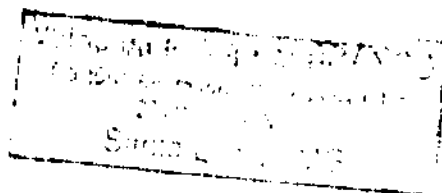
A Sociedade Individual de Advocacia tem como objeto a Prestação de Serviços Advocatícios em Direito Público, Tributário, Previdenciário, Eleitoral e demais área do direito.

3. Prazo de Duração

O prazo de duração da Sociedade Individual de Advocacia é indeterminado.

CONSTITUIÇÃO





Cartório de Registro de Imóveis - MG
Autentico este documento, composto por 1 folha (s), por mim
rubricada (s), numerada (s) e certificada (s), por ser reprodução fiel do
original que me foi apresentado, do que dou fé.
Santa Luzia, 28/08/2020

SELO DE CONSULTA: DTC32996
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 7028.6715.9806.1210

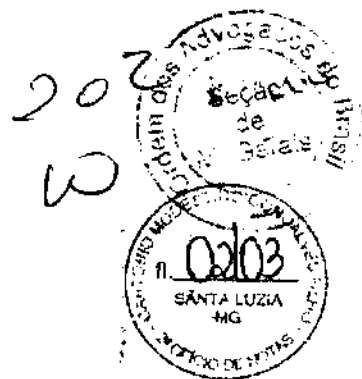
Quantidade de atos praticados: 1
Ato (s) praticado (s) por: Rafaela de Lima Vilarinho - Escrevente Auxiliar
Emp. R\$ 8,48 TFCJ R\$ 1,70 Valor Final R\$ 7,29 IBS R\$ 0,10
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tmg.jus.br>



Nº DA
ETIQUETA
AAQ607792



**JACQUELINE DE
PAULA BARBOSA**
**SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA**



4. Capital Social

O capital social, totalmente integralizado em moeda corrente, é no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), dividindo-se em 400.000 (quatrocentas mil) quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) assim distribuídas exclusivamente ao seu titular.

5. Responsabilidade

Além da Sociedade Individual de Advocacia, seu Titular responderá subsidiária e ilimitadamente pelos danos causados aos clientes, por ação, omissão ou dolo, no exercício da advocacia.

Parágrafo único – Aplica-se o artigo 1.023 do Código Civil na hipótese de dívidas não oriundas de danos causados aos clientes, por ação, omissão ou dolo, no exercício da advocacia.

6. Administração

6.1. A Sociedade Individual de Advocacia é administrada por seu Titular, que a representa ativa e passivamente, em juízo ou fora dele.

6.2. O Titular percebe retirada mensal a título de pró-labore, em decorrência do trabalho por ele prestado à Sociedade Individual de Advocacia, dentro dos limites previstos na legislação do Imposto de Renda.

7. Das Alterações

As deliberações sociais serão tomadas por seu Titular.

8. Levantamento de Balanços e Distribuição de Lucros

8.1. A Sociedade Individual de Advocacia apurará resultados mensalmente, em seguida distribuindo ao seu Titular, se houver. Quaisquer valores atribuídos ao Titular serão levados à conta de Lucros do exercício ou Lucros acumulados

8.2. Ocorrendo prejuízos, estes serão compensados com os resultados positivos futuros.

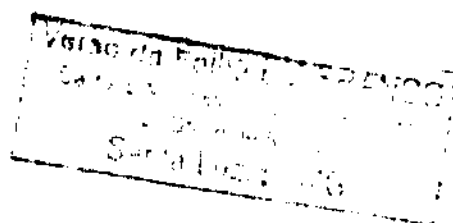
9. Falecimento

A Sociedade se dissolverá pelo falecimento de seu Titular.

10. Declaração

10.1 A Titular declara, sob as penas da lei, que não exerce cargo público, não está incurso em qualquer das situações prevista nos art. 27 a 30 e parágrafo único da Lei nº 8.906/1994, que define as incompatibilidades e impedimentos, nem em nenhum dos crimes previstos em lei, que os impeçam de exercer a função de advogado, estando ciente de que, no caso de falsidade da presente declaração, será nulo de pleno direito o presente ato, sem prejuízo das sanções penais a que estiverem sujeitos.





Centório Modestino Gonçalves Filho - MG

Autentico este documento, composto por 1 folha (a), por mim rubricada (a), numerada (a) e carimbada (a), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.
Santa Luzia, 28/08/2020

Assinatura

SELO DE CONSULTA: DTC32997
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 3640.1096.2260.7736



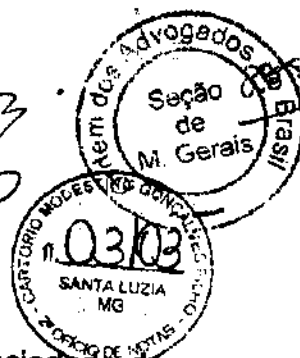
Quantidade de atos praticados: 1
Atos (a) praticados (a) por: Rafaela de Lima Vilarino - Escrevente Auxiliar
Empr. R\$ 6,48 TFJ R\$ 1,70 Valor Final R\$ 7,28 ISS R\$ 0,10
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tmg.jus.br>

Nº DA
ETIQUETA
AAD507733



**JACQUELINE DE
PAULA BARBOSA**
**SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA**

203



10.2 A Titular declara, sob pena da lei, que não integra outra sociedade de advogados, que lhe é vedado mais de uma sociedade unipessoal de advocacia, ou integrar, simultaneamente, uma sociedade de advogados e uma sociedade unipessoal de advocacia, com sede ou filial na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional.

Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte/MG para exercício e cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

Assim, assina o presente Instrumento, em quatro vias, perante duas testemunhas.

Belo Horizonte/MG, 01 de agosto de 2020.

Barbosa

Jacqueline de Paula Barbosa Sociedade Individual de Advocacia
Jacqueline de Paula Barbosa
OAB 16.935.886/0001-01

CONFERE COM ORIGINAL

Testemunha: 1

Armando Francisco
Nome: Armando Francisco
CPF: 292.021-000-11
Endereço: Rua Fernandes Tourinho 999.

Testemunha: 2

André Tiquinho
Nome: André Tiquinho
CPF: 189.096.096-32
Endereço: Rua Conselheiro Andrade Figueira, 81, comp 502
Gutierrez



O presente instrumento de Alteração Contratual, foi VERBADO, nesta data, as folhas _____ do Livro-próprio _____ da Registro da Sociedade de Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais, em _____

Secretário da Seção da Sociedade dos Advogados

Atual confere com o original.
CAB/MG em _____

Secretário da Seção da Sociedade dos Advogados

Cartório Modestino Gonçalves Filho - MG

Auxílio este documento, composto por 1 folha (s), por mim
númerada (s), numerada (s) e carimbada (s), por ser reprodução fiel do
original que me foi apresentado, do que dou fé.
Santa Luzia, 28/08/2020

SELO DE CONSULTA: DTC32908
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 7908.7605.1708.3718

Quantidade de atos praticados: 1
Ato (s) praticado (s) por: Rafaela de Lima Viterbo - Escrevente Auxiliar
EPI: R\$ 5,48 TPJ: R\$ 1,70 Valor Final: R\$ 7,25 ISS: R\$ 0,10
Consulte a validade deste selo no site: <https://selo.tmg.jus.br>

Nº DA
ETIQUETA
AAQ607764

CARTÓRIO MODESTINO GONÇALVES FILHO
TABELIONATO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS - SANTA LUZIA/MG
O presente documento, foi autenticado
nesta data, contendo duas (02) folhas.
Santa Luzia, 28/08/2020





**JACQUELINE DE
PAULA BARBOSA**
**SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA**

200
W

ANEXO IV
DECLARAÇÃO HABILITAÇÃO E INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021

A empresa Jacqueline de Paula Barbosa Sociedade Individual de Advocacia, inscrita no CNPJ nº 18.985.386/0001-01, com sede na Rua Fernandes Tourinho, 999, SL 202, Bairro Lourdes, na cidade de Belo Horizonte -MG, neste ato representado por Jacqueline de Paula Barbosa, no uso de suas atribuições legais, vem DECLARAR, para fins de participação no Pregão Presencial em pauta, sob as penas da Lei, que, INEXISTE QUALQUER FATO IMPEDITIVO para sua participação no Pregão Presencial acima citado, estando apta e HABILITADA a realizar contratação com o Poder Público de qualquer esfera e se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Belo Horizonte, 9 de agosto de 2021


Jacqueline de Paula Barbosa Sociedade Individual de Advocacia

18.985.386/0001-01

Jacqueline de Paula Barbosa

Representante Legal

M – 6.996.846

997.432.566-87



18.985.386/0001-01

Insc. Estadual ISENTO

JACQUELINE DE PAULA BARBOSA

SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

Rua Fernandes Tourinho, 999 - SL 202

B. Lourdes - CEP 30.112-003

BELO HORIZONTE - MG



**JACQUELINE DE
PAULA BARBOSA**
**SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA**

205
W

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME, EPP OU EQUIPARADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021

A licitante proponente Jacqueline de Paula Barbosa Sociedade Individual de Advocacia, portadora do CNPJ nº 18.985.386/0001-01, com sede e administração na Rua Fernandes Tourinho, 999, SL 202, Bairro Lourdes, município de Belo Horizonte/MG, neste ato representada pela sócia a Sra. Jacqueline de Paula Barbosa, brasileira, divorciada, advogada, portadora da Carteira de Identidade nº M-6.996.864, e do CPF nº 997.432.566-87, residente e domiciliada na Rua Gama Neto, 571, Bairro Kennedy, município de Santa Luzia/MG, DECLARA, sob as penas da Lei, que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do §4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei e que cumpre os requisitos legais para qualificação como:

() Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, definida no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

(X) Empresa ou Sociedade equiparada à ME ou EPP, tendo auferido, no ano calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006;

() Declaro que a empresa possui restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no artigo 81, da Lei Federal nº 8.666/93.

Belo Horizonte, 9 de agosto de 2021

18.985.386/0001-01
Insc. Estadual ISENTA
JACQUELINE DE PAULA BARBOSA
SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
Rua Fernandes Tourinho, 999 - SL 202
B. Lourdes - CEP 30.112-003
BELO HORIZONTE - MG


Jacqueline de Paula Barbosa Sociedade Individual de Advocacia

18.985.386/0001-01

Jacqueline de Paula Barbosa

Representante Legal

M - 6.996.846

997.432.566-87

Rua Fernandes Tourinho, 999 sl. 202 | Lourdes | Belo Horizonte | Cep 30.112-003
Minas Gerais | depaulasolucoes@gmail.com | (31) 2531-5831 | (31) 99901-4696

Data da consulta: 15/07/2021 11:48:17

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: 18.985.386/0001-01

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: Optante pelo Simples Nacional desde 01/01/2015

Situação no SIMEI: NÃO enquadrado no SIMEI

+ Mais informações

Períodos Anteriores

Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores: Não Existem

Enquadramentos no SIMEI em Períodos Anteriores: Não Existem

Eventos Futuros (Simples Nacional)

Não Existem

Eventos Futuros (SIMEI)

Não Existem

CONFERE COM A INTERNET

Voltar

Gerar PDF

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

207

W

Ministério da Fazenda
Receita Federal
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF

Numero
997.432.566-87

Nome
JAGUELINE DE PAULA BARBOSA

Nascimento
18/03/1977

CÓDIGO DE CONTROLE
C0BE.25C8.FB21.39B0



VALIDO ATÉ 31/12/2025

W

W

W

208
W

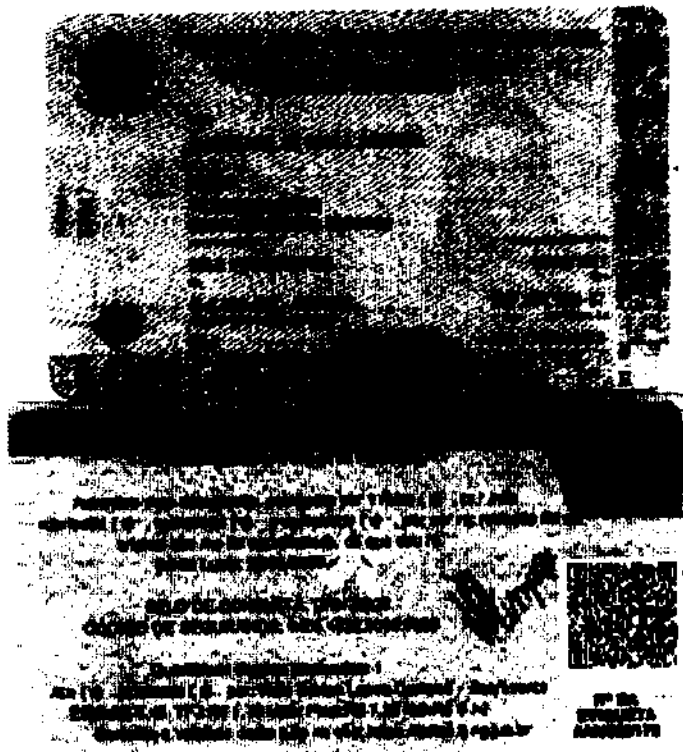


CARTÓRIO MODESTINO GONÇALVES
2º SERVIÇO NOTARIAL
SANTA LUZIA / MG
AUTENTICAÇÃO NO VERSO

11

W

Handwritten signature or mark at the bottom left corner.





209
JACQUELINE
DE PAULA
BARBOSA

SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, inscrita na OAB/MG 5.697 e no CNPJ sob o n. 18.985.386/0001-01, com sede na Rua Fernandes Tourinho, 999 – sala 202, Lourdes, Belo Horizonte/MG 30112-002, representada pela Dra. Jacqueline de Paula Barbosa, brasileira, advogada, inscrita na OAB/MG sob o n. 85.647, CPF 997.432.566-87, RGIM 6.996.846, SSP/MG, com endereço na sede a empresa.

OUTORGADO: RICARDO FRANCO GONTIJO, brasileiro, casado, empresário, CPF 392.021.006-91 e RGIM 2.067.115, com endereço Rua Conselheiro Andrade Figueira, n. 81 – apto. 502, Gutierrez, Belo Horizonte/MG – CEP.: 30441-153.

Através do presente Instrumento particular de mandato, a **OUTORGANTE** nomeia e constitui como seu procurador, o **OUTORGADO** e lhe confere amplos poderes, para o fim especial de representar o outorgante junto a qualquer Prefeitura Municipal, podendo participar de licitações em qualquer modalidade, estando autorizado a manifestar-se verbalmente, assinar atas, renunciar e interpor recursos, formular e assinar propostas, oferecer lances de preços, entregar e retirar documentos, assinar todas as declarações anexas ao Edital, especialmente, declaração de Pleno Atendimento aos requisitos do Edital e de Habilitação, bem como Declaração de Microempresa, assinar contratos e aditivos e praticar todos os demais atos pertinentes a qualquer certame em nome da outorgante e mais o que for lícito e necessário ao fiel e cabal cumprimento do presente mandato, pelo que darei por bom firme e valioso, podendo ainda subestabelecer no todo ou em parte os poderes que lhe foram conferidos. A presente procuração tem validade indeterminada.

Belo Horizonte, 07 de Abril de 2021.

Jacqueline de Paula Barbosa Sociedade Individual de Advocacia
Jacqueline de Paula Barbosa
Outorgante

CONFERE CO

Cartório Modestino Gonçalves Pinho - MG

Reconheço, por AUTENTICIDADE e (e) assinatura (e) de JACQUELINE
DE PAULA BARBOSA,
Santa Luzia, 08/04/2021

SELO DE CONSULTA: EFU36854
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 8803.8158.0019.3631

Quantidade de atos praticados: 1

Ato (e) praticado (e) por: Kelle Darian Lopes Campos - Escrevente

Emol: R\$ 5,82 TFC: R\$ 1,81 Valor Final: R\$ 7,74 ISS: R\$ 0,11

Consulta a validade deste selo no site: <http://selos.jmgojue.br>

Nº DA
ETIQUETA
AAW233562





230
20
Rua Tenente Bino, 22 Sala 204

Patos de Minas - Brasil

E-mail

ENVELOPE 01 – PROPOSTA DE PREÇO
PREGÃO Nº 01/2021 – ABERTURA DI
RJ GESTÃO ME NEGOCIOS LTDA
RUA TENENTE BINO, 22 SALA 204
PATOS DE MINAS-MG
CEP: 38.700-108
CNPJ: 08.111.069/0001-02
E-MAIL: rjgestao@hotmail.com
34 – 9.9114-2178



RJ GESTÃO EM NEGÓCIOS

Ronnie Lima

CEO - Diretor Executivo

www.rjgestao.com.br

(34) 99114-2178

rjgestao@hotmail.com

211
W

Patos de Minas, 04 de Agosto de 2021.

ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL ✓
PROCESSO LICITATORIO Nº 03/2021 ✓
PREGAO PRESENCIAL Nº 01/2021 ✓

A empresa RJ GESTÃO EM NEGÓCIOS LTDA, estabelecida a Rua Tenente Bino, 22, sala 204, centro, Patos de Minas-MG, CEP 38.700-108, inscrita no CNPJ Nº 08.111.069/0001-02, tel: 34.9.9114-2178, pela presente propõe-se a executar os serviços previsto no Termo de Referência – anexo I, conforme valores propostos abaixo:

DA REMUNERAÇÃO: A remuneração dos trabalhos se dará conforme detalhado nos lotes abaixo:

LOTE 1 : RECUPERAÇÃO DE VALORES REFERENTES AOS ULTIMOS 05 ANOS

<u>ATIVIDADE</u>	<u>VALORES A RECUPERAR DOS ULTIMOS 05 ANOS R\$</u>	<u>VALOR A SER RECEBIDO POR CADA R\$ 1,00 RECUPERADO</u>	<u>VALOR TOTAL</u>
1. Assessoria tributária com foco na gestão do ISSQN recolhido pelas instituições financeiras, cartórios, lotéricas, correspondentes bancários, grandes prestadores de serviço e segmentos sensíveis a sonegação fiscal, tais como academias, cinemas, construção civil, hotéis, instituições de ensino, pedágios e outros.	<u>R\$ 33.000.000,00</u> ✓	<u>R\$ 0,19</u> ✓	<u>R\$ 6.270.000,00</u> ✓
2. Cobrança administrativa da Dívida Ativa do município	<u>R\$ 44.900.000,00</u> ✓	<u>R\$ 0,19</u> ✓	<u>R\$ 8.531.000,00</u> ✓
3. Auditoria das empresas pagantes pelo simples nacional, relativo à parte do ISSQN, com utilização de software referente aos últimos 05 anos	<u>R\$ 8.026.310,05</u> ✓	<u>R\$ 0,19</u> ✓	<u>R\$ 1.524.998,90</u> ✓
4. Assessoria para recuperação dos tributos devidos pelas Operadoras de Telefonia Móvel relativo aos últimos 05 Anos, sobre o ISSQN, IPTU e Taxas de Fiscalização Ambiental e de Funcionamento	<u>R\$ 31.950.000,00</u> ✓	<u>R\$ 0,19</u> ✓	<u>R\$ 6.070.500,00</u> ✓
5. Assessoria para revisão da folha, compensação e restituição de valores pagos indevidamente à Receita Federal do Brasil, em relação às contribuições previdenciárias, incidentes sobre as verbas indenizatórias e RAT, incluindo a retificação das GFIP/SEFIP	<u>R\$ 75.600.000,00</u> ✓	<u>R\$ 0,19</u> ✓	<u>R\$ 14.364.000,00</u> ✓



RJ GESTÃO EM NEGÓCIOS

Ronnie Lima

CEO - Diretor Executivo

(34) 99114-2178

www.rjgestao.com.br

rjgestao@hotmail.com

212
12

6. Auditoria da CFEM – Contribuição Financeira sobre Exploração Mineral	<u>R\$ 17.800.000,00</u>	<u>R\$ 0,19</u>	<u>R\$ 3.382.000,00</u>
TOTAL GERAL	<u>R\$ 211.276.310,05</u>	<u>R\$ 0,19</u>	<u>R\$ 40.142.498,90</u>

LOTE 2: ASSESSORIA TRIBUTARIA MENSAL

Os honorários devidos a contratada serão fixados conforme abaixo, com valor fixo no contrato.

VALORES A SEREM PAGOS POR ATIVIDADE – POR MÊS –R\$

MUNICÍPIO COM POPULAÇÃO (HAB.)	Gestão do VAF	Gestão do ITR	Auditoria de planos de saúde	Auditoria de cartão de crédito e débito e operações de Leasing	Auditoria das empresas do Simples Nacional	Assessoria jurídica tributária	Auditoria ISSQN bancos	TOTAL
Até 5.000 hab	<u>4.624,00</u>	<u>2.296,00</u>	<u>983,00</u>	<u>1.402,00</u>	<u>983,00</u>	<u>2.053,00</u>	<u>546,00</u>	<u>12.887,00</u>
De 5.000 a 10.000	<u>6.553,00</u>	<u>2.535,00</u>	<u>1.384,00</u>	<u>1.681,00</u>	<u>1.139,00</u>	<u>2.468,00</u>	<u>1.016,00</u>	<u>16.776,00</u>
De 10.000 a 15.000	<u>8.222,00</u>	<u>2.875,00</u>	<u>1.551,00</u>	<u>1.996,00</u>	<u>2.048,00</u>	<u>2.726,00</u>	<u>1.212,00</u>	<u>20.630,00</u>
De 15.000 a 20.000	<u>10.043,00</u>	<u>3.164,00</u>	<u>1.786,00</u>	<u>3.115,00</u>	<u>2.307,00</u>	<u>3.006,00</u>	<u>1.519,00</u>	<u>24.940,00</u>
De 20.000 a 30.000	<u>11.031,00</u>	<u>3.501,00</u>	<u>1.975,00</u>	<u>3.427,00</u>	<u>2.590,00</u>	<u>3.412,00</u>	<u>2.028,00</u>	<u>27.964,00</u>
De 30.000 a 40.000	<u>12.497,00</u>	<u>3.908,00</u>	<u>2.203,00</u>	<u>4.185,00</u>	<u>2.831,00</u>	<u>4.434,00</u>	<u>2.504,00</u>	<u>32.562,00</u>
De 40.000 a 60.000	<u>13.391,00</u>	<u>4.277,00</u>	<u>2.386,00</u>	<u>5.345,00</u>	<u>3.114,00</u>	<u>4.018,00</u>	<u>3.498,00</u>	<u>36.029,00</u>
De 60.000 a 80.000	<u>14.802,00</u>	<u>4.802,00</u>	<u>2.632,00</u>	<u>6.069,00</u>	<u>3.694,00</u>	<u>5.002,00</u>	<u>4.520,00</u>	<u>41.521,00</u>
De 80.000 a 100.000	<u>16.060,00</u>	<u>5.499,00</u>	<u>2.930,00</u>	<u>7.531,00</u>	<u>5.285,00</u>	<u>6.443,00</u>	<u>5.022,00</u>	<u>48.770,00</u>
De 100.000 a 200.000	<u>17.711,00</u>	<u>5.995,00</u>	<u>2.506,00</u>	<u>9.562,00</u>	<u>7.027,00</u>	<u>8.139,00</u>	<u>6.529,00</u>	<u>57.469,00</u>
Acima de 200.000	<u>20.399,00</u>	<u>6.533,00</u>	<u>3.625,00</u>	<u>12.372,00</u>	<u>10.072,00</u>	<u>10.608,00</u>	<u>9.040,00</u>	<u>72.649,00</u>
TOTAL	<u>135.333,00</u>	<u>45.385,00</u>	<u>23.961,00</u>	<u>56.685,00</u>	<u>41.090,00</u>	<u>52.309,00</u>	<u>37.434,00</u>	<u>392.197,00</u>

Declara que, por ser de seu conhecimento, submete-se a todas as cláusulas e condições do Edital relativas à licitação supra, bem como, às disposições da Lei Federal nº 8.666/93, que integrarão o ajuste correspondente. Declaramos que no preço apresentado, estão compreendidas todas as despesas, que direta ou indiretamente, decorram da execução do objeto desta licitação, inclusive todos os tributos incidentes sobre a mesma.

Validade da proposta: será de 60 dias, contados da abertura das Propostas.

08.111.089/0001-02

[Assinatura]

Elicimar Gonçalves Luiz Silva
Elicimar Gonçalves Luiz Silva
Sócia Administrativa

RJ GESTÃO EM NEGÓCIOS LTDA
Rua Tenente Bino, 22 - Sala 204
Centro - Cep 38700-108
PATOS DE MINAS - MG

Rua Tenente Bino, 22 Sala 204 – Centro – Patos de Minas – MG CEP: 38.700-108 – CNPJ 08.111.069/0001-02



GRUPO FACTO

CONSULTORIA | TECNOLOGIA | ENGENHARIA

213
W

À ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – MG

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021

ABERTURA DIA 12/08/2021 ÀS 10:00hrs.

ENVELOPE 01 – PROPOSTA DE PREÇOS

LICITANTE: JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA –

CNPJ: 18.985.386/0001-01 - Rua Fernandes Tourinho, 999/ Lourdes, Belo Horizonte/MG
juridico@grupofacto.com.br, factosolucoesjuridicas@gmail.com – (31) 2531-5831

R. Fernandes Tourinho, 999 sl. 203
Bairro Lourdes | Belo Horizonte
Cep 30.112-003 | Minas Gerais
www.grupofacto.com.br
contato@grupofacto.com.br
Fones: (31) 2531-5831
(31) 99322-5808



**JACQUELINE DE
PAULA BARBOSA**
SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA

214
18.985.386/0001-01

Insc. Estadual ISENTA

JACQUELINE DE PAULA BARBOSA
SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

Rua Fernandes Tourinho, 999 - SL 202

B. Lourdes - CEP 30.112-003

BELO HORIZONTE - MG

**ANEXO II
PROPOSTA COMERCIAL**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021**

A empresa Jacqueline de Paula Barbosa Sociedade Individual de Advocacia, inscrita no CNPJ nº 18.985.386/0001-01, com sede na Rua Fernandes Tourinho, 999, SL 202, Bairro Lourdes, na cidade de Belo Horizonte -MG, tel. (31)2531-5831, pela presente propõe-se a executar os serviços previstos no Termo de Referência – anexo I, conforme valores propostos abaixo;

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para realização de serviços técnicos especializados com o objetivo de diagnosticar e recuperar créditos identificados.

DA REMUNERAÇÃO

A remuneração dos trabalhos apresentados se dará conforme detalhado nos lotes abaixo:

LOTE 1: RECUPERAÇÃO DE VALORES REFERENTES AOS ÚLTIMOS 05 ANOS

ATIVIDADE	Valores a recuperar dos últimos 05 anos em R\$	Valor a ser recebido por cada R\$ 1,00 recuperado	Valor Total
1. Assessoria tributária com foco na gestão do ISSQN recolhido pelas instituições financeiras, cartórios, lotéricas, correspondentes bancários, grandes prestadores de serviço e segmentos sensíveis a sonegação fiscal, tais como academias, cinemas, construção civil, hotéis, instituições de ensino, pedágio e outros.	33.000.000,00	R\$0,18	R\$5.940.000,00
2. Cobrança administrativa da Dívida Ativa do Município.	44.900.000,00	R\$0,18	R\$8.082.000,00

18.985.386/0001-01

Insc. Estadual ISENTA

JACQUELINE DE PAULA BARBOSA

SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

Rua Fernandes Tourinho, 999 - SL 202

B. Lourdes - CEP 30.112-003

BELO HORIZONTE - MG

JACQUELINE DE
PAULA BARBOSASOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA

215

3. Auditorias das empresas optantes pelo simples nacional, relativo à parte do ISSQN, com utilização de software referente aos últimos 05 anos.	8.026.310,05	R\$0,18	R\$1.444.735,81
4. Assessoria para recuperação dos tributos devidos pelas Operadoras de Telefonia Móvel relativo aos últimos 05 anos, sobre o ISSQN, IPTU e Taxas de Fiscalização Ambiental e de Funcionamento.	31.950.000,00	R\$0,18	R\$5.751.000,00
5. Assessoria para revisão da folha, compensação e restituição de valores pagos indevidamente à Receita Federal do Brasil, em relação às contribuições previdenciárias, incidentes sobre as verbas indenizatórias e RAT, incluindo a retificação das GEFIP/SEFIP.	75.600.000,00	R\$0,18	R\$13.608.000,00
6. Auditoria da CFEM – Contribuição Financeira sobre Exploração Mineral.	17.800.000,00	R\$0,18	R\$3.204.000,00
TOTAL GERAL	211.276.310,05		R\$38.029.735,81

Valor Total: R\$38.029.735,81 (trinta e oito milhões, vinte e nove mil, setecentos e trinta e cinco reais e oitenta e um centavos)

LOTE 2: ASSESSORIA TRIBUTÁRIA MENSAL

Os honorários devidos à contratada serão fixados conforme abaixo, com valor fixo no contrato:

VALORES A SEREM PAGOS POR ATIVIDADE – POR MÊS (em R\$)

MUNICÍPIO COM POPULAÇÃO (HAB.)	Gestão do VAF	Gestão do ITR	Auditoria de planos de saúde	Auditoria de cartão de crédito e débito e operações de Leasing	Auditoria das empresas do Simples Nacional	Assessoria jurídica tributária	Auditoria ISSQN bancos	TOTAL
Até 5.000 hab	4.718,75	2.343,75	1.003,75	1.431,25	1.003,75	2.095,00	557,50 por agencia	13.153,75
De 5.000 a 10.000	6.678,75	2.587,50	1.412,50	1.716,25	1.162,50	2.518,75	1037,50 por agencia	17.113,75

18.985.386/0001-01
 Insc. Estadual ISENTA
 JACQUELINE DE PAULA BARBOSA
 SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
 Rua Fernandes Tourinho, 999 - SL 202
 B. Lourdes - CEP 30.112-003
 BELO HORIZONTE - MG



**JACQUELINE DE
 PAULA BARBOSA**
**SOCIEDADE INDIVIDUAL
 DE ADVOCACIA**

216
 W

De 10.000 à 15.000	8.390,50	2.934,50	1.583,00	2.037,50	2.090,00	2.782,50	1.237,50 por agencia	21.055,50
De 15.000 a 20.000	10.248,00	3.228,75	1.822,50	3.178,75	2.355,00	3.067,50	1.550,00 por agencia	24.450,50
De 20.000 a 30.000	11.256,75	3.572,63	2.015,75	3.497,63	2.643,50	3.486,25	2070,00 por agencia	28.542,50
De 30.000 a 40.000	12.752,43	3.988,14	2.248,08	4.271,15	2.889,10	4.525,13	2.556,25 por agencia	33.050,27
De 40.000 a 60.000	13.664,59	4.364,45	2.435,39	5.455,00	3.178,01	4.100,64	3.570,00 por agencia	36.768,07
De 60.000 a 80.000	15.104,14	4.900,90	2.686,17	6.193,00	3.770,11	5.104,58	4.612,50 por agencia	42.371,39
De 80.000 a 100.000	16.387,05	5.611,24	2.990,29	7.685,15	5.393,16	6.574,70	5.125,00 por agencia	49.766,58
De 100.000 a 200.000	17.072,75	5.117,44	3.270,19	8.757,44	6.170,42	8.305,37	6.662,50 por agencia	55.356,10
Acima de 200.000	19.816,28	5.667,18	3.699,70	11.624,67	9.278,34	10.824,71	9.225,00 por agencia	70.135,89
TOTAL	136.089,99	44.316,48	25.167,32	55.847,79	39.933,89	53.385,13	0,00	354.740,60

Valor Total: R\$354.740,60 (trezentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e quarenta reais e sessenta centavos)

A adjudicação será pelo menor preço, por lote, devendo as propostas serem realinhadas após os lances.

Declara que, por ser de seu conhecimento, submete-se a todas as cláusulas e condições do Edital relativas à licitação supra, bem como, às disposições da Lei Federal nº 8.666/93, que integrarão o ajuste correspondente. Declaramos que no preço apresentado, estão compreendidas todas as

Rua Fernandes Tourinho, 999 sl. 202 | Lourdes | Belo Horizonte | Cep 30.112-003
 Minas Gerais | depaulasolucoes@gmail.com | (31) 2531-5831 | (31) 99901-4696




**JACQUELINE DE
PAULA BARBOSA**
**SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA**

219
W

despesas, que direta ou indiretamente, decorram da execução do objeto desta licitação, inclusive todos os tributos incidentes sobre a mesma;

Validade da proposta: será de 60 (sessenta) dias, contados da abertura das Propostas.

Belo Horizonte, 9 de agosto de 2021


Jacqueline de Paula Barbosa Sociedade Individual de Advocacia
18.985.386/0001-01
Jacqueline de Paula Barbosa
Representante Legal
M – 6.996.846
997.432.566-87

18.985.386/0001-01
Insc. Estadual ISENTA
JACQUELINE DE PAULA BARBOSA
SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
Rua Fernandes Tourinho, 999 - SL 202
B. Lourdes - CEP 30.112-003

5213

À ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO - MG

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021

ABERTURA DIA 12/08/2021 ÀS 10:00hrs.

ENEVLOPE 02 - HABILITAÇÃO

LICITANTE: JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA -
CNPJ: 18.985.386/0001-01 - Rua Fernandes Tourinho, 999, Lourdes, Belo Horizonte/MG
juridico@grupofacto.com.br, factosolucoesjuridicas@gmail.com - (31) 2531-5831





**JACQUELINE DE
PAULA BARBOSA**
SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA

219
W

HABILITAÇÃO JURÍDICA

8
3



**JACQUELINE DE
PAULA BARBOSA**

**SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA**



**4º ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE JACQUELINE DE PAULA BARBOSA
SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**

CNPJ: 18.985.386/0001-01

OAB/MG N. 5.697



Pelo presente instrumento, JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, inscrita no CNPJ sob o n. 18.985.386/0001-01, conforme instrumento de constituição arquivado na OAB/MG sob o n. 5.697 em 22/08/2016, neste ato representada por sua titular JACQUELINE DE PAULA BARBOSA, brasileira, divorciada, data de nascimento 09/08/1977, advogada inscrita na OAB sob o n. 85.647, documento de identidade n. M-6.996.846 SSP/MG, CPF n. 997.432.566-87, residente e domiciliada na Rua Gama Neto, n. 571, Barreiro do Amaral, Município de Santa Luzia/MG, CEP: 33.015-620, resolve ALTERAR E CONSOLIDAR O INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE, mediante Cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

A titular da Sociedade de Advocacia resolve aumentar o capital social para R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), sendo dividido em 400.000 (quatrocentas mil) quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real), sendo integralizado totalmente em moeda corrente do país e assim distribuído exclusivamente pela sua titular.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA CONSOLIDAÇÃO

Fica alterado e consolidado o Instrumento de Constituição da Sociedade conforme abaixo:

1. Natureza, Denominação, Sede e Foro

A Sociedade Individual de Advocacia é uma sociedade de prestação de serviços de advocacia, nos termos dos artigos 15 a 17 da Lei nº 8.906/1994 e denominada como JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA e tem sede e foro em Belo Horizonte/MG, na Rua Fernandes Tourinho, nº 999, sala 202, Lourdes, CEP: 30.112-003.

2. Objeto

A Sociedade Individual de Advocacia tem como objeto a Prestação de Serviços Advocatícios em Direito Público, Tributário, Previdenciário, Eleitoral e demais área do direito.

3. Prazo de Duração

O prazo de duração da Sociedade Individual de Advocacia é indeterminado.

CONFERE COM O ORIGINAL

3

Cartório de Registro Civil - Santa Luzia

Cartório de Registro Civil - Santa Luzia

Autentico este documento, composto por 1 folha (1), por mim rubricada (1), numerada (1) e carimbada (1), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.
Santa Luzia, 25/11/2020

Assinatura

SELO DE CONSULTA DYE0670
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 9741 3179 2346 3410



Quantidade de atos praticados: 1
Atos (1) praticado (1) por: Rafael de Lima Vilarino - Escrevente Auxiliar
Emol R\$ 6,50 TFC R\$ 7,26 Valor Final R\$ 13,76
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tmg.us.br>

Nº DA
ETIQUETA
AAW231093



**JACQUELINE DE
PAULA BARBOSA**
**SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA**

222
W



4. Capital Social

O capital social, totalmente integralizado em moeda corrente, é no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), dividindo-se em 400.000 (quatrocentas mil) quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) assim distribuídas exclusivamente ao seu titular.

5. Responsabilidade

Além da Sociedade Individual de Advocacia, seu Titular responderá subsidiária e ilimitadamente pelos danos causados aos clientes, por ação, omissão ou dolo, no exercício da advocacia.

Parágrafo único – Aplica-se o artigo 1.023 do Código Civil na hipótese de dívidas não oriundas de danos causados aos clientes, por ação, omissão ou dolo, no exercício da advocacia.

6. Administração

6.1. A Sociedade Individual de Advocacia é administrada por seu Titular, que a representa ativa e passivamente, em juízo ou fora dele.

6.2. O Titular percebe retribuição mensal a título de pró-labore, em decorrência do trabalho por ele prestado à Sociedade Individual de Advocacia, dentro dos limites previstos na legislação do Imposto de Renda.

7. Das Alterações

As deliberações sociais serão tomadas por seu Titular.

8. Levantamento de Balanços e Distribuição de Lucros

8.1. A Sociedade Individual de Advocacia apurará resultados mensalmente, em seguida distribuindo ao seu Titular, se houver. Quaisquer valores atribuídos ao Titular serão levados à conta de Lucros do exercício ou Lucros acumulados.

8.2. Ocorrendo prejuízos, estes serão compensados com os resultados positivos futuros.

9. Falecimento

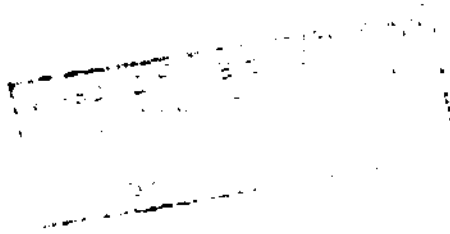
A Sociedade se dissolverá pelo falecimento de seu Titular.

10. Declaração

10.1 A Titular declara, sob as penas da lei, que não exerce cargo público, não está incurso em qualquer das situações prevista nos art. 27 a 30 e parágrafo único da Lei nº 8.906/1994, que define as incompatibilidades e impedimentos, nem em nenhum dos crimes previstos em lei, que os impeçam de exercer a função de advogado, estando ciente de que, no caso de falsidade da presente declaração, será nulo de pleno direito o presente ato, sem prejuízo das sanções penais a que estiverem sujeitos.

CONFERE COM O ORIGINAL

S



S

Cartório Modestino Gonçalves Filho - MG

Autêntico este documento, composto por 1 folha (s), por mim rubricado (s), numerado (s) e carimbado (s), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.
Santa Luzia, 25/11/2020

Cartório



SELO DE CONSULTA: DYE0589
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 0598.6340.3724.9519



Quantidade de atos praticados: 1
Ato (s) praticado (s): por: Rafaela de Lima Vianho - Escrevente Auxiliar
Emol: R\$ 5,40 TPJ: R\$ 1,70 Valor Final: R\$ 7,20 (95: R\$ 0,10
Consulte a validade desse selo no site: <https://selos.ung.jus.br>

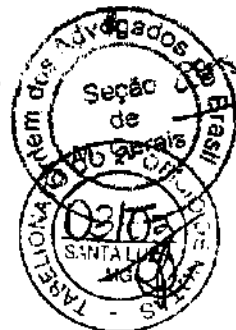
Nº DA
ETIQUETA
AAW251882

S



**JACQUELINE DE
PAULA BARBOSA**
**SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA**

223
w



10.2 A Titular declara, sob pena da lei, que não integra outra sociedade de advogados, que lhe é vedado mais de uma sociedade unipessoal de advocacia, ou integrar, simultaneamente, uma sociedade de advogados e uma sociedade unipessoal de advocacia, com sede ou filial na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional.


Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte/MG para exercício e cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

Assim, assina o presente Instrumento, em quatro vias, perante duas testemunhas.


Belo Horizonte/MG, 01 de agosto de 2020.


Jacqueline de Paula Barbosa, Sociedade Individual de Advocacia
CNPJ nº 18.027.555/0001-01

Testemunha: 1


Nome: FERNANDO FRANCISCO
CPF: 292.021-06-11
Endereço: RUA PERNANDES TOURINHO 999.

Testemunha: 2


Nome: Anderson Tourinho
CPF: 129.096.096-32
Endereço: Rua Comendador Andrade Figueira, 81, comp. 502
Guterres

CONFIRME COM O CONTRATO

O presente instrumento de Autenticação
Consistiu em VERBAL DO, neste
data, do fôlego, em Livro nº 01
de Registro da Sociedade
de Santa Luzia, do Brasil, Seção
de Santa Luzia, em _____

Secretaria da Seção de Registro de Advogados

Atual conforme com o original.
CAD/MG em _____

Cartório de Registro de Santa Luzia, MG



Cartório Modestino Gonçalves Filho - MG

Autentico este documento, composto por 1 folha (s), por mim
rubricada (s), numerada (s) e carimbada (s), por ser reprodução fiel do
original que me foi apresentado, do que dou fé.
Santa Luzia, 25/11/2020

SELO DE CONSULTA: DYE80658
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 1646 5469 1299 2328

Quantidade de atos praticados: 1
Ato (s) praticado (s) por Rafael de Lima Vilarino - Escrevente Auxiliar
Emp. R\$ 0,46 TFCJ.R\$ 1,70 Valor Final R\$ 7,28 IBS R\$ 0,10
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tmg.us.br>



8º DA
ETIQUETA
AAW231091

~~Cartório Modestino Gonçalves Filho~~
TABELONATO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS - SANTA LUZIA/MG
O presente documento, foi autenticado
neste data, contendo 03/11/2020 folhas
Santa Luzia, 25/11/2020





**JACQUELINE DE
PAULA BARBOSA**
SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA

224
W

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

W

W

225
3

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 18.985.386/0001-01 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 01/10/2013
NOME EMPRESARIAL JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 69.11-7-01 - Serviços advocatícios			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não Informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 2324 - Sociedade Unipessoal de Advocacia			
LOGRADOURO R FERNANDES TOURINHO		NÚMERO 999	COMPLEMENTO SALA 202
CEP 30.112-003	BAIRRO/DISTRITO LOURDES	MUNICÍPIO BELO HORIZONTE	UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTEL_CONSULTORIACONTABIL@YAHOO.COM.BR		TELEFONE (31) 9901-4696/ (31) 3573-1389	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 01/10/2013	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 15/07/2021 às 11:52:38 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO



Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria da Receita Municipal


228
W

CONFIRMAÇÃO DE AUTENTICIDADE**CERTIDÃO DE QUITACAO PLENA PESSOA JURIDICA****REGISTROS DE ACESSO**Código de Controle: **ABKLEKKOL**Certidão nº **15.863.194** Exercício: **2021**Emissão em: **04/08/2021**Requerimento em: **13:14:21**Validade: **03/09/2021**Nome: **JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**CNPJ: **18.985.386.0001.01**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar débitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Dívida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se regular com a Fazenda Pública Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Preços inscritos ou não em dívida ativa.

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

CONFIRMAÇÃO DE AUTENTICIDADE

		
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS		
CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS Negativa		CERTIDÃO EMITIDA EM: 15/06/2021
		CERTIDÃO VÁLIDA ATÉ: 13/09/2021
NOME: JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA		
CNPJ/CPF: 18.985.386/0001-01		
LOGRADOURO: RUA FERNANDES TOURINHO		NÚMERO: 999
COMPLEMENTO: SL 02,	BAIRRO: LOURDES	CEP: 30112003
DISTRITO/POVOADO:	MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE	UF: MG
<p>Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:</p> <p>1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;</p> <p>2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.</p> <p>Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.</p>		
IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO
A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na Internet: http://www.fazenda.mg.gov.br => Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.		
CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2021000471845913		

CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

228
P

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
CNPJ: 18.985.386/0001-01

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:23:09 do dia 11/05/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 07/11/2021.

Código de controle da certidão: **B76E.1749.74A0.4752**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

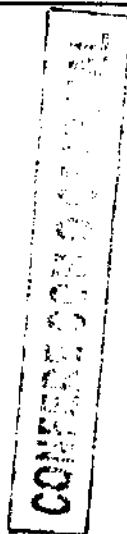
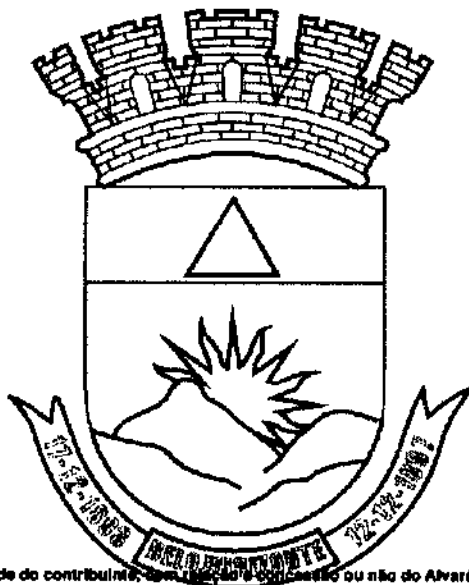


[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

INSCRIÇÃO MUNICIPAL 1.029.437/001-0		CNPJ / CPF 18.985.386/0001-01		DATA DE INÍCIO 15/05/2017		DATA EMISSÃO 04/08/2021	
NOME OU RAZÃO SOCIAL JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA							
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME FANTASIA)							
NATUREZA JURÍDICA SOCIEDADE UNIPESSOAL DE ADVOGADOS							
ÁREA UTILIZADA 30		REGIONAL CENTRO-SUL		PORTE DA EMPRESA DEMAIS			
LOGRADOURO RUA FERNANDES TOURINHO				NÚMERO 999		COMPLEMENTO SALA 202	
BAIRRO / DISTRITO LOURDES		CEP 30112-003		MUNICÍPIO BELO HORIZONTE			UF MG
CPF DO RESPONSÁVEL 997.432.566-87		NOME DO RESPONSÁVEL JACQUELINE DE PAULA BARBOSA					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA CNAE - CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS PRINCIPAL 691170100 SERVICOS ADVOCATICIOS							

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA CNAE - CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

Este documento não implica no reconhecimento da regularidade do contribuinte, nem no reconhecimento ou não do Alvará de Localização e Funcionamento.

Não faz prova de regularidade fiscal, que por sua vez deve ser feita mediante exibição de Certidão Negativa de Débitos - CND.

Este documento somente fará prova de inscrição no Cadastro Municipal de Contribuintes de Tributos Mobiliários-CMC, quando acompanhado do respectivo

Ato Constitutivo ou de Alteração registrado no órgão competente no caso de Pessoas Jurídicas e, no caso de Pessoas Físicas com apresentação de identidade,

CPF ou Carteira de Órgão de Classe.

- Ocorrendo encerramento de atividade, mudança de endereço ou qualquer outra alteração de dados constantes do Cadastro Mobiliário de Contribuintes, deverá o contribuinte promover a competente baixa ou atualização no prazo máximo de 30 (trinta) dias após ocorrido o fato, conforme Decreto Municipal 17.175/2019, sob pena de ser autuado, conforme prevê a letra B do inciso I, art. 7º da Lei 7.378/97;

- Os procedimentos para efetuar a baixa ou atualização dos dados cadastrais, será através da Redesim, e as informações estão disponíveis através do site www.redesim.gov.br.

- As informações sobre serviços, procedimentos, emissão da FIC - Ficha de Inscrição Cadastral e emissão de formulários do Cadastro Mobiliário de Contribuintes, estão disponíveis através do site <https://prefeitura.pbh.gov.br/servicos>.

230
3

Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF****Inscrição:** 18.985.386/0001-01**Razão Social:** JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOC INDIVIDUAL ADVOCACIA**Endereço:** R FERNANDES TOURINHO 999 SALA 202 / LOURDES / BELO HORIZONTE /
MG / 30112-003

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 20/04/2021 a 17/08/2021**Certificação Número:** 2021042002194476383304

Informação obtida em 05/05/2021 13:02:49

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

COMPROVANTE DE REGULARIDADE

Handwritten signature and initials.

Handwritten mark resembling a stylized '3' or '5'.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

231
W

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (MATRIZ E FILIAIS)

CNEJ: 18.985.386/0001-01

Certidão nº: 16041750/2021

Expedição: 19/05/2021, às 11:03:30

Validade: 14/11/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 18.985.386/0001-01, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

CONFIRMAÇÃO INTERNET

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



**JACQUELINE DE
PAULA BARBOSA**
SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA

232
w

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO- FINANCEIRA

232
w

P

1



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

BELO HORIZONTE

233

CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

P

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
CNPJ: 18.985.386/0001-01

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;
- b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;
- c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;
- d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;
- e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 15 de Julho de 2021 às 11:55

RECEBUE

BELO HORIZONTE, 15 de Julho de 2021 às 11:55

Código de Autenticação: 2107-1511-5542-0229-6872

Para validar esta certidão, acesse o site do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folha(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.



CARTÓRIO MODESTINO GONÇALVES
2º SERVIÇO NOTARIAL
SANTA LUZIA / MG
AUTENTICAÇÃO NO VERBO

234
Pág.: 0001
TABELionato do 2º Ofício de Notas
SANTA LUZIA
MG

TERMO DE ABERTURA

Contém esta encadernação de formulário contínuo, 0043 páginas numeradas seguidamente pelo processo eletrônico de dados totalmente escrituradas, de 0001 a 0043 dividido em 1 volume(s) com a seguinte divisão: 1 com 43 páginas numeradas de 1 a 43; e que servirá de Livro Diário de número 006 na forma do parágrafo 1º (primeiro), artigo 8º (sexto) e artigo 7º (sétimo) do Decreto Lei número 64.567/69, onde estão registradas todas as operações realizadas pela empresa abaixo qualificada.

Empresa: JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
Endereço: Rua FERNANDES TOURINHO, 999 SALA 202
Bairro: LOURDES, CEP: 30112003
Cidade: Belo Horizonte - MG
CNPJ: 16.985.386/0001-01
Inscr. Estadual: ISENTA
Órgão de Inscrição: OAB/MG, em 22 de agosto de 2016
Nº da Inscrição: 5697

Belo Horizonte, 01 de janeiro de 2020

JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
JACQUELINE DE PAULA BARBOSA
SOCIA/TITULAR/ADMINISTRADORA
CI MG6996848 - SSP - CPF: 987.432.568-67

ELSON SOUSA MORAIS
Contador
CRC MG 094704/O-0
CPF: 089.272.476-55
R.S. MG 14077482 - SSP - CPF: 089.272.476-55
CONTADOR - CRC: 094704/O-0 : MG
Rua Juscelino Romualdo de Moraes, 66 A Centro, Rio Manso MG

CONFERE COM ORIGINAL



Cartório Modestino Gonçalves Filho - MG
Autenticado este documento, composto por 1 folha (s), por mim
rubricada (s), numerada (s) e assinada (s), por ser reprodução fiel do
original que me foi apresentado, do que dou fé.
Santa Luzia, 09/04/2021
SELO DE CONSULTA: EPL135707
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 2108136551844175
Quantidade de atos praticados: 1
Ao (s) protocolado (s) por Rafael de Lima Vainiro - Escrevente Auxiliar
Em 09/04/2021 às 11:55:11 pelo Tabelião Modestino Gonçalves Filho
Cadastrado a validade deste selo no site: https://www.oabmg.org.br

Certifico que registrei nesta Seccional o livro-diário nº 06 (seis) da sociedade unipessoal "Jacqueline de Paula Barbosa Sociedade Individual de Advocacia", sob o nº 11.286 (onze mil duzentos e oitenta e seis), datado de 2020. Rodrigo Cecílio Moreira, agente administrativo da CSA/OAB/MG.

Belo Horizonte, 17 de março de 2021





05/02/2021
06:49:19

DIÁRIO DO MÊS DE JANEIRO À DEZEMBRO DE 2020
JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
Rua FERNANDES TOURINHO, 999 SALA 202 - LOURDES, Belo Horizonte MG - CEP: 30140-003

DIA	LANÇAMENTO	CONTA DEBITADA	CONTA CREDITADA	VALOR	LANÇAMENTO	HISTÓRICO
01/01/2020	00000087	00082	00047	22.241,02		Valor provisionado do Simples Nacional no mês
01/01/2020	00000014	00160	00159	22.237,99		Valor transferido do Lucro apurado no exercício de 2019 para a conta de lucros a distribuir
01/01/2020	00000015	00159	00254	69.719,97		Valor provisionado da distribuição de lucros no exercício de 2020 à Jacqueline de Paula Barbosa
02/01/2020	00000054	00244	00119	4.605,81		Pagamento de Retirada de Prô. Labores de Empresária Individual Jacqueline de Paula Barbosa Ref. ao Mês 12/2019
02/01/2020	00000056	00053	00118	919,16		Valor do pagamento de salário do mês 12/2019
02/01/2020	00000056	00253	00119	123,06		Valor debitado em conta para o pagamento do FGTS de 12/2019
02/01/2020	00000085	00089	00185	22.962,00		Valor transferido para conta de empréstimo junto ao banco do Brasil no passivo circulante para provisionamento no exercício
03/01/2020	00000044	00250	00119	5.000,00		Valor debitado em conta para o pagamento da NF 1/Ricard Franco Gontijo Enak
03/01/2020	00000057	00250	00118	2.246,82		Valor debitado em conta para o pagamento ao Vinicius Braga
03/01/2020	00000058	00174	00119	1.365,57		Valor debitado para pagamento do aluguel da sala de sede da empresa
03/01/2020	00000058	00174	00119	1.053,72		Valor debitado para pagamento do condomínio da sala localizada da sede da empresa
03/01/2020	00000049	00119	00277	3.700,89		Valor recebido da Prefeitura de Três Marias
03/01/2020	00000060	00118	00119	3.700,89		Valor para suprimento de caixa
05/01/2020	00000080	00281	00119	97,00		Valor debitado referente a despesa com alimentação
07/01/2020	00000061	00119	00271	5.980,00		Valor recebido da Prefeitura de Belo Vale
08/01/2020	00000001	00283	00090	1.961,57		Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 1/Prefeitura de Guarani
08/01/2020	00000002	00283	00090	1.305,78		Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 2/Prefeitura de Guarani
08/01/2020	00000003	00278	00090	17.929,97		Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 3/Pref. de Mirabel
08/01/2020	00000105	00250	00118	9.500,00		Valor debitado em conta para o pagamento da prestação de serviço
08/01/2020	00000004	00271	00090	9.960,00		Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 4/Pref. de Belo Vale
08/01/2020	00000005	00277	00090	1.601,85		Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 5/Pref. de Três Marias
09/01/2020	00000106	00119	00132	5.985,84		Valor resgatado da conta de aplicação financeira no mês
14/01/2020	00000053		00119	1.335,00		Valor debitado em conta para o pagamento a Michele Teixeira Gontijo
14/01/2020	00000053		00258	165,00		Valor do INSS retido sobre a prestação de serviço de Michele Teixeira Gontijo
14/01/2020	00000053	00250		1.500,00		Valor debitado em conta para o pagamento Michele Teixeira Gontijo
14/01/2020	00000052	00250	00119	3.000,00		Valor debitado em conta para o pagamento a Ilhara Priscila
14/01/2020	00000053	00177	00119	122,22		Valor debitado em conta para o pagamento da conta de telefone
15/01/2020	00000064	00281	00119	95,52		Valor debitado referente a despesa com alimentação
15/01/2020	00000101	00119	00287	148.160,21		Valor recebido da Prefeitura de Jacutinga
16/01/2020	00000006	00284	00090	2.460,00		Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 5/Bras 84 Publicidade e Propaganda Ltda
16/01/2020				700,00		Valor debitado em conta para o pagamento da NF 1/Facio Engenharia e Projetos Ltda
16/01/2020	00000045	00250	00119	63.782,35		Valor debitado em conta para o pagamento da NF 2/Ricard Franco Gontijo Enak
16/01/2020	00000046	00250	00119	407,16		Valor debitado em conta para o pagamento da NF 14/JAS Consulting Assessoria e Consultoria Ltda
17/01/2020	00000065	00119	00250	9.599,51		Valor recebido da Prefeitura de Alvaranga
17/01/2020	00000066	00250	00119	180,00		Valor debitado em conta para o pagamento ao Vinicius
17/01/2020	00000066	00258	00118	465,00		Valor debitado em conta para o pagamento a Contel Consultoria Contábil e Empresarial Ita
17/01/2020	00000070	00176	00119	119,23		Valor debitado em conta para o pagamento da conta de energia elétrica
17/01/2020	00000071	00258	00119	722,17		Valor debitado em conta para o pagamento do INSS de 12/2019
17/01/2020	00000072	00250	00119	561,88		Valor debitado em conta para o pagamento do IRRF sobre o pro labore do mês 12/2019
17/01/2020	00000102	00250	00119	27.000,00		Valor debitado em conta para o pagamento da prestação de serviço
17/01/2020	00000069	00047	00119	22.241,02		Valor provisionado do Simples Nacional no mês 12/2019
20/01/2020	00000079	00119	00284	2.650,00		Valor recebido da Bras 84 Publicidade e Propaganda Ltda
20/01/2020	00000080	00119	00252	9.563,89		Valor recebido da Prefeitura de Porto Real
20/01/2020	00000081	00180	00119	254,08		Valor debitado em conta para o pagamento a Fort Papelena
20/01/2020	00000082	00227	00119	411,00		Valor debitado referente a despesa com combustível
20/01/2020	00000083	00231	00119	17,00		Valor debitado referente a despesa com alimentação
20/01/2020	00000084	00250	00118	711,00		Valor debitado em conta para o pagamento ao Kleber Gonçalves
20/01/2020	00000086		00118	2.748,40		Valor debitado para pagamento do empréstimo junto ao Banco do Brasil para 4/36
20/01/2020	00000086	00165		1.916,00		Valor debitado para pagamento do empréstimo junto ao Banco do Brasil para 4/36
20/01/2020	00000086	00192		820,40		Valor do pagamento de juros sobre o pro labore do mês 12/2019
20/01/2020	00000087	00220	00119	84,00		Valor debitado referente a despesas bancárias no mês
20/01/2020	00000088	00220	00119	10,46		Valor debitado referente a despesas bancárias no mês
20/01/2020	00000107	00119	00132	2.746,40		Valor resgatado da conta de aplicação financeira no mês
20/01/2020	00000109	00119	00132	13.930,01		Valor resgatado da conta de aplicação financeira no mês
20/01/2020	00000111	00250	00119	3.000,00		Valor debitado em conta para o pagamento ao Ricard Franco Gontijo
20/01/2020	00000952	00250	00118	4.000,00		Valor pago da prestação de serviço de terceiros
21/01/2020	00000089	00250	00119	958,35		Valor debitado em conta para o pagamento ao Vinicius Braga
21/01/2020	00000090	00250	00119	368,00		Valor debitado em conta para o pagamento ao Rafael Henrique M Aquino
21/01/2020	00000104	00119	00119	1.500,00		Valor para suprimento de caixa
21/01/2020	00000098	00119	00119	2.450,00		Valor debitado em conta para o pagamento da NF 2/Facio Engenharia e Projetos Ltda
22/01/2020	00000048	00250	00119	295,59		Valor debitado referente a despesa com combustível
23/01/2020	00000092	00281	00119	78,14		Valor debitado referente a despesa com alimentação
23/01/2020	00000093	00220	00119	3,00		Valor debitado referente a despesas bancárias no mês
23/01/2020	00000103	00184	00119	2.000,00		Valor debitado referente a despesa com viagem
27/01/2020	00000094	00180	00119	55,00		Valor debitado em conta para o pagamento a Telefonar BH
27/01/2020	00000095	00282	00119	39,45		Valor debitado em conta para o pagamento ao Cartório 2 Ofício
27/01/2020	00000110	00250	00119	2.450,00		Valor debitado em conta para o pagamento a Facio Engenharia e Projetos
27/01/2020	00000116	00227	00119	501,52		Valor debitado referente a despesa com combustível
28/01/2020	00000097	00290	00090	0.911,58		Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 7/Pref. de Alvaranga
28/01/2020	00000098	00292	00090	7.492,03		Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 8/Pref. de Porto Real
28/01/2020	00000099	00291	00090	18.022,49		Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 9/Pref. de Jacutinga
28/01/2020	00000112	00250	00119	4.064,11		Valor debitado em conta para o pagamento serviço de terceiros
28/01/2020	00000113	00281	00119	50,00		Valor debitado referente a despesa com alimentação
28/01/2020	00000110	00287	00090	79.351,30		Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 10/Pref. Jacutinga
28/01/2020	00000096	00250	00119	1.245,87		Valor debitado em conta para o pagamento a Sandra Regina
28/01/2020	00000097	00281	00119	250,00		Valor debitado referente a despesa com alimentação
28/01/2020	00000098	00250	00119	48,33		Valor debitado em conta para o pagamento a CGMP Centro de Gestão de Meios de Pagamento
28/01/2020				10,45		Valor debitado referente a despesas bancárias no mês
28/01/2020	00000099	00220	00119	1.580,00		Valor debitado em conta para o pagamento da prestação de serviço
28/01/2020	00000114	00250		83,12		Valor descontado da INSS referente o salário no mês
31/01/2020	00000050		00093	958,00		Valor Líquido de Salário no mês

SERVIÇO NOTARIAL
SANTA LUZIA / MG
AUTENTICAÇÃO NO VED



236

Pág. 6005

08/02/2021
08.49

DIÁRIO DO MÊS DE JANEIRO À DEZEMBRO DE 2020
JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
Rua FERNANDES TOURINHO, 999 SALA 202 - LOURDES. Belo Horizonte MG - CEP: 31120034MG

DATA	LANÇAMENTO	CONTA DEBITADA	CONTA CREDITADA	VALOR LANÇAMENTO	HISTÓRICO
31/01/2020	00000060	00185		1.039,00	Valor Provisionado de Seguro no mês
31/01/2020	00000050	00185		0,12	Valor provisionado do amadonadamento no mês
31/01/2020	00000052		00258	660,00	Valor descontado de INSS referente o pro labore no mês
31/01/2020	00000052		00260	547,00	Valor descontado do IRRF sobre o pro labore no mês
31/01/2020	00000052		00244	4.793,00	Valor Liquidado de Pro - Labore no mês
31/01/2020	00000052			6.000,00	Valor Provisionado de Pro - Labore no mês
31/01/2020	00000052	00173		497,90	Valor debitado em conta para o pagamento ao Andre Teixeira
31/01/2020	00000100	00260	00119	269,06	Valor creditado em conta referente a rendimento de aplicação financeira no mês
31/01/2020	00000108		00096	287,88	Valor creditado em conta referente a rendimento de aplicação financeira no mês
31/01/2020	00000108	00132		0,82	Valor debito para o pagamento do IOF sobre aplicação financeira
31/01/2020	00000108	00266		0,26	Valor debitado do IR sobre aplicação financeira
31/01/2020	00000108	00263		88,40	Valor Provisionado do FGTS no mês
31/01/2020	00000305	00230	00265	16.848,62	Valor provisionado do Simples Nacional no mês
31/01/2020	00000660	00062	00047		
SUBTOTAL LANÇAMENTOS DO MÊS :			81	SUBTOTAL DO MÊS :	815.681,17

CONTROLE CONTÁBIL E EMPRESARIAL

Handwritten signature/initials

Handwritten signature

Cartório Modestino Gonçalves Filho - MG



Autentico este documento, composto por 1 folha (1), por mim rubricado (1), rubricado (1) e carimbado (1), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.
Santa Luzia, 08/04/2021

Selo de Consulta: EFU38700
Código de Segurança: 6448.0489.9346.0214

Quantidade de atos praticados: 1
Atos (1) praticados (1) por Rafaela de Lima Vilela - Escrevente Auxiliar
Emol: R\$ 2,32 TRF: R\$ 1,81 Valor R\$ 4,13 R\$ 7,74 R\$ 88 R\$ 0,11
Consulte o valor deste selo no site: <https://selos.unjmg.br>

CARTÓRIO MODESTINO GONÇALVES
2º SERVIÇO NOTARIAL
SANTA LUZIA - MG



239
Pag 0004

06/03/2021
09:49:19

DIÁRIO DO MÊS DE JANEIRO A 06/03/2021
JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE LICENCIAMENTO
Rua FERNANDES TOLENTINO, 886 SALA 202 - LOURDES, São Horizonte MG - CEP 30110003

DATA	LANÇAMENTO	CONTA DEBITADA	CONTA CREDITADA	VALOR DO LANÇAMENTO	DESCRIÇÃO
06/01/2021	00000180	00244	00119	4.700,00	Pagamento de Retenções de Pró-Liberto da Empresa Individual Jacqueline de Paula Barbosa Ref. em 10/01
06/02/2021	00000181	00244	00119	4.700,00	Pagamento de Retenções de Pró-Liberto da Empresa Individual Jacqueline de Paula Barbosa Ref. em 10/01
06/02/2021	00000239	00053	00119	100,00	Valor pago de salário de 01/2021
06/02/2021	00000122	00227	00119	250,15	Valor debitado referente a despesa com combustível
06/02/2021	00000123	00280	00119	5.000,00	Valor debitado em conta para o pagamento do serviço de terceiros
06/02/2021	00000124	00250	00119	1.988,34	Valor debitado em conta para o pagamento do serviço de terceiros
06/02/2021	00000125	00180	00119	340,00	Valor debitado em conta para o pagamento do material de escritório
06/02/2021	00000126	00286	00119	709,82	Valor debitado em conta para o pagamento do serviço de terceiros
06/02/2021	00000211	00271	00080	2.950,00	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 13/PreL de São Paulo
06/02/2021	00000127	00119	00132	1.000,00	Resgate de aplicação financeira
06/02/2021	00000128	00271	00119	38,71	Valor debitado referente a despesa com alimentação
06/02/2021	00000129	00277	00119	179,27	Valor debitado referente a despesa com combustível
06/02/2021	00000130	00211	00119	458,27	Valor debitado para o pagamento do Tribunal de Justiça do Estado
06/02/2021	00000131	00220	00119	3,00	Valor debitado referente a despesas bancárias no mês
06/02/2021	00000132	00261	00119	200,00	Valor debitado referente a despesa com alimentação
06/02/2021	00000133	00119	00271	5.850,00	Valor recebido da Prefeitura de São Paulo
06/02/2021	00000134	00119	00271	88,49	Valor debitado em conta para o pagamento de FGTS de 01/2020
06/02/2021	00000135	00253	00119	18.022,48	Valor recebido da Prefeitura de Jaramá
07/02/2021	00000136	00119	00291	78.301,30	Valor recebido da Prefeitura de Jaramá
07/02/2021	00000138	00119	00267	3.187,36	Valor recebido da Prefeitura de Jaramá
07/02/2021	00000137	00119	00268	5.000,00	Valor recebido da Prefeitura de São Paulo
07/02/2021	00000138	00119	00271	0.007,86	Valor debitado em conta para o pagamento da prestação de serviço
07/02/2021	00000139	00250	00119	1.328,08	Valor debitado em conta para o pagamento da prestação de serviço
07/02/2021	00000140	00250	00119	68,00	Valor debitado referente a despesas com alimentação
07/02/2021	00000141	00281	00119	7.000,00	Valor recebido para aplicação financeira
07/02/2021	00000143	00132	00119	6.911,88	Valor recebido da Prefeitura de Jaramá
07/02/2021	00000144	00119	00290	34.590,00	Valor debitado em conta para o pagamento da prestação de serviço
07/02/2021	00000145	00250	00119	118,28	Valor debitado em conta para o pagamento a Prefeitura de São Horizonte
07/02/2021	00000146	00213	00119	10,45	Valor debitado referente a despesas bancárias no mês
07/02/2021	00000147	00220	00119	16.448,82	Valor debitado em conta para o pagamento do Simples Nacional de 01/2020
07/02/2021	00000147	00247	00119	647,00	Valor debitado em conta para o pagamento do INSS sobre o pró-labore de 01/2020
07/02/2021	00000148	00260	00119	12.128,48	Valor recebido da Prefeitura de Jaramá
07/02/2021	00000148	00119	00279	104,00	Valor debitado em conta para o pagamento a OAB MG
07/02/2021	00000149	00248	00119	45.000,00	Valor pago a título de distribuição ref. a lucro líquido de 2019 a 100% Jacqueline de Paula Barbosa
07/02/2021	00000151	00254	00119	2.000,00	Valor debitado em conta para o pagamento da prestação de serviço
07/02/2021	00000152	00250	00119	112,22	Valor debitado em conta para o pagamento da conta de telefone
07/02/2021	00000153	00177	00119	114,00	Valor debitado em conta para o pagamento a Prefeitura de São Horizonte
07/02/2021	00000154	00213	00119	128,58	Valor debitado em conta para o pagamento da conta de energia elétrica
07/02/2021	00000155	00176	00119	1.700,00	Valor debitado em conta para o pagamento a Prefeitura de São Horizonte
07/02/2021	00000156	00284	00119	100,00	Valor debitado em conta para o pagamento a Camil Consultoria Contábil e Empresarial LTDA
07/02/2021	00000157	00286	00119	975,48	Valor debitado em conta para o pagamento do INSS sobre o pró-labore de 01/2020
07/02/2021	00000158	00288	00119	1.350,00	Valor debitado em conta para o pagamento a Michele Tadeira Gontijo - prestação de serviço de assessoria administrativa
07/02/2021	00000159	00289	00286	180,00	Valor do INSS sobre a prestação de serviço de assessoria administrativa
07/02/2021	00000160	00289	00286	1.500,00	Valor debitado em conta para o pagamento a Michele Tadeira Gontijo prestação de serviço de assessoria administrativa
07/02/2021	00000161	00119	00119	3.000,00	Valor para suprimento de Café
07/02/2021	00000162	00250	00119	2.750,00	Valor debitado em conta para o pagamento da prestação de serviço
07/02/2021	00000163	00220	00119	8,55	Valor debitado referente a despesas bancárias no mês
07/02/2021	00000164	00119	00132	2.550,00	Valor do resgate de aplicação financeira
07/02/2021	00000165	00250	00119	7.700,00	Valor debitado em conta para o pagamento da prestação de serviço
07/02/2021	00000166	00220	00119	19,48	Valor debitado referente a despesas bancárias no mês
07/02/2021	00000167	00119	00286	2.322,67	Valor recebido da Prefeitura de São Domingos do Prata
07/02/2021	00000168	00119	00286	7.328,48	Valor recebido da Prefeitura de Porto Real
07/02/2021	00000169	00119	00286	9.376,00	Valor recebido da Prefeitura de Porto Real
07/02/2021	00000170	00261	00119	60,00	Valor debitado referente a despesas com alimentação
07/02/2021	00000171	00261	00119	289,86	Valor debitado referente a despesas com combustível
07/02/2021	00000172	00227	00119	289,79	Valor debitado em conta para o pagamento da prestação de serviço
07/02/2021	00000173	00260	00119	128,70	Valor debitado em conta para o pagamento da conta de energia elétrica
07/02/2021	00000174	00178	00119	2.791,69	Valor debitado para pagamento do empréstimo junto ao Banco do Brasil para 5/36
07/02/2021	00000175	00178	00119	1.878,09	Valor debitado para pagamento do empréstimo junto ao Banco do Brasil para 5/36
07/02/2021	00000176	00166	00119	788,63	Valor pago de juros e 1/3 parcela do empréstimo junto ao Banco do Brasil
07/02/2021	00000177	00182	00119	97,00	Valor debitado referente a despesas bancárias no mês
07/02/2021	00000178	00220	00119	61,00	Valor debitado em conta para o pagamento a Sam Peres Pedagog
07/02/2021	00000179	00220	00132	2.714,00	Valor recebido em conta de aplicação financeira no mês
07/02/2021	00000180	00119	00132	51,88	Valor debitado referente a despesas com alimentação
07/02/2021	00000181	00281	00119	914,30	Valor do pagamento de NF 2025/ST Aguard ME - uniformes
07/02/2021	00000182	00119	00119	676,72	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 12/PreL de São Paulo
07/02/2021	00000183	00288	00080	4.223,38	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 13/PreL de São Paulo
07/02/2021	00000184	00288	00080	2.018,40	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 13/PreL de São Paulo
07/02/2021	00000185	00297	00080	28,38	Valor recebido em conta referente a rendimento de aplicação financeira no mês
07/02/2021	00000186	00132	00080	38,05	Valor recebido em conta referente a rendimento de aplicação financeira no mês
07/02/2021	00000187	00243	00080	7,34	Valor recebido de IR sobre aplicação financeira
07/02/2021	00000188	00080	00080	64,85	Valor descontado de IR sobre aplicação financeira
07/02/2021	00000189	00080	00080	170,00	Valor descontado de IR sobre aplicação financeira no mês
07/02/2021	00000190	00080	00080	1.800,00	Valor Liquidado de Salário no mês
07/02/2021	00000191	00080	00080	9,12	Valor descontado de previdência no mês anterior
07/02/2021	00000192	00080	00080	64,80	Valor descontado de IR sobre aplicação financeira no mês
07/02/2021	00000193	00080	00080	2.100,00	Valor Provisório de Salário no mês
07/02/2021	00000194	00080	00080	6,72	Valor Provisório de adiantamento no mês
07/02/2021	00000195	00080	00080	880,00	Valor descontado de INSS referente a pró-labore no mês
07/02/2021	00000196	00080	00080	867,00	Valor descontado de INSS sobre o pró-labore no mês
07/02/2021	00000197	00080	00080	4.700,00	Valor Liquidado de Pró-Labore no mês

ANTONIO MODESTINO GONÇALVES
2º SERVIÇO NOTARIAL
SANTA LUZIA / MG
AUTENTICAÇÃO NO VERSO



238

08/02/2021
09.49.19

DIÁRIO DO MÊS DE JANEIRO À DEZEMBRO DE 2020
JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
Rua FERNANDES TOURINHO, 999 SALA 202 - LOURDES, Belo Horizonte MG - CEP. 30131-003 MG

Pág. 0005

DIA	LANÇAMENTO	CONTA DEBITADA	CONTA CREDITADA	VALOR LANÇAMENTO	HISTÓRICO
29/02/2020	00000179	00173	00307	6.000,00	Valor Provisionado de Pre - Labore no mês
29/02/2020	00000185	00281		190,20	Valor transferido para a conta de alimentação referente ao saldo do desconto da conta de vale refeição
29/02/2020	00000304	00230	00283	170,00	Valor Provisionado do FGTS no mês
29/02/2020	00000693	00119	00065	9,00	Valor creditado em conta referente o rendimento da aplicação financeira no mês
SUBTOTAL LANÇAMENTOS DO MÊS :			75	SUBTOTAL DO MÊS : 336.394,41	

CONFERE COM O ORIGINAL



Antonio Modestino Gonçalves Filho - MG

Autentico este documento, composto por 1 folha (e), por mim rubricada (e), numerada (e) e autimada (e), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.
Santa Luzia, 08/04/2021

SELO DE CONSULTA: EPU35711
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 6060.0211.0149.8294

Quantidade de atos praticados: 1
Atos praticados (e) por Rafaela de Lima Vianini - Escrevente Auxiliar
Emol: R\$ 0,00. Total: R\$ 0,00. Valor PPL: R\$ 7,74. Valor RS: R\$ 0,11
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.jmg.jus.br>



239

08/02/2021

DIÁRIO DO MÊS DE JANEIRO À DEZEMBRO DE 2020

JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

Rua FERNANDES TOURINHO, 988 SALA 202 - LOURDES, Belo Horizonte MG - CEP: 30140-000

Pág. 0006

DATA	LANÇAMENTO	CONTA DEBITADA	CONTA CREDITADA	VALOR LANÇAMENTO	HISTÓRICO
01/03/2020	00000300	00307	00118	72,00	Valor do pagamento do vale refeição
02/03/2020	00000015	00271	00080	6.650,00	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFS 16/Pref de Belo Vale
02/03/2020	00000182	00281	00119	32,00	Valor debitado referente a despesa com alimentação
02/03/2020	00000183	00187	00119	189,40	Valor pago de vale transporte a Nathanne Y A M
02/03/2020	00000184	00307	00118	255,00	Valor debitado para o pagamento do vale refeição a Funcionaria Nathanne Y A M
02/03/2020	00000185	00174	00119	1.538,24	Valor debitado para pagamento do aluguel de sala da sede da empresa
02/03/2020	00000235		00118	1.224,22	Valor pago das Férias Regulamentares no mês
02/03/2020	00000235		00258	105,46	Valor descontado do INSS férias regulamentares no mês
02/03/2020	00000235	00185		1.330,67	Valor pago das Férias Regulamentares no mês
02/03/2020	00000338	00053	00119	652,00	Valor pago do salário de 02/2020
03/03/2020	00000018	00287	00080	43.295,42	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFS 17/Pref Jacutinga
03/03/2020	00000187		00119	97,13	Valor debitado em conta para o pagamento do INSS 13/2019
03/03/2020	00000187		00258	79,64	Valor debitado em conta para o pagamento do INSS do 13/2019
03/03/2020	00000187	00234		17,29	Valor pago de multa do INSS 13/2019
03/03/2020	00000188	00211	00119	12,82	Valor debitado em conta para o pagamento à Secretaria de Fazenda MG
03/03/2020	00000189	00250	00119	179,27	Valor debitado em conta para o pagamento ao Consórcio Nac Lot HQZ Itde
04/03/2020	00000177	00277	00080	1.805,00	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFS 18/Pref de Três Marias
04/03/2020	00000018	00277	00080	1.243,29	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFS 19/Pref de Três Marias
04/03/2020	00000190	00174	00119	1.053,72	Valor debitado para pagamento do condomínio de sala locada da sede da empresa
04/03/2020	00000191	00227	00118	80,00	Valor debitado referente a despesa com combustível
05/03/2020	00000192	00119	00271	5.650,00	Valor recebido da Prefeitura de Belo Vale
05/03/2020	00000951	00250	00118	8.000,00	Valor debitado em conta para o pagamento da prestação de serviço de terceiro
06/03/2020	00000193	00053	00119	864,00	Valor debitado em conta para o pagamento do salário de Nathanne Y A M de 02/2020
06/03/2020	00000194	00253	00119	170,00	Valor debitado em conta para o pagamento do FGTS de 02/2020
09/03/2020	00000195	00227	00119	170,38	Valor debitado referente a despesa com combustível
09/03/2020	00000196	00281	00119	132,60	Valor debitado referente a despesa com alimentação
09/03/2020	00000197	00227	00119	99,00	Valor debitado referente a despesa com combustível
09/03/2020	00000198	00250	00119	2.000,00	Valor debitado em conta para o pagamento da prestação de serviço
12/03/2020	00000199	00281	00119	37,50	Valor debitado referente a despesa com alimentação
12/03/2020	00000200	00227	00119	236,48	Valor debitado referente a despesa com combustível
12/03/2020	00000201	00281	00119	45,95	Valor debitado referente a despesa com alimentação
13/03/2020	00000202	00119	00287	43.295,42	Valor recebido da Prefeitura de Jacutinga
13/03/2020	00000203	00281	00119	87,84	Valor debitado referente a despesa com alimentação
13/03/2020	00000204	00281	00119	87,84	Valor debitado referente a despesa com alimentação
16/03/2020	00000205	00250	00119	14.000,00	Valor debitado em conta para o pagamento da prestação de serviço
16/03/2020	00000206		00119	1.335,00	Valor debitado em conta para o pagamento à Michela Teixeira Gontijo - assessora administrativa
16/03/2020	00000206		00258	165,00	Valor do INSS retido sobre a prestação de serviço de Michela Teixeira Gontijo
16/03/2020	00000206	00250		1.500,00	Valor debitado em conta para o pagamento à Michela Teixeira Gontijo - assessora administrativa
16/03/2020	00000207	00250	00119	19.300,00	Valor debitado em conta para o pagamento da prestação de serviço
16/03/2020	00000208	00177	00119	112,22	Valor debitado em conta para o pagamento da conta de telefone
16/03/2020	00000209	00250	00119	96,27	Valor debitado em conta para o pagamento à Loggi Tecnológica Ltda
16/03/2020	00000210	00213	00119	231,31	Valor debitado em conta para o pagamento à Prefeitura de Belo Horizonte
16/03/2020	00000211	00250	00119	1.500,00	Valor debitado em conta para o pagamento à Fato Engenharia e Projetos Ltda
16/03/2020	00000212	00220	00119	10,45	Valor debitado referente a despesas bancárias no mês
16/03/2020	00000213	00291	00080	33.526,76	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFS 21/Pref de Juazeiro
16/03/2020	00000213	00281	00119	258,91	Valor debitado referente a despesa com alimentação
16/03/2020	00000214	00220	00119	2,56	Valor debitado referente a despesas bancárias no mês
20/03/2020	00000075	00047	00119	1.560,36	Valor debitado em conta para o pagamento do Simples Nacional de 02/2020
20/03/2020	00000076	00280	00118	647,00	Valor debitado em conta para pagamento do IRRF sobre o pro labore do mês 02/2020
20/03/2020	00000215	00250	00119	4.000,00	Valor debitado em conta para o pagamento da prestação de serviço
20/03/2020	00000216	00258	00119	995,00	Valor debitado em conta para o pagamento do INSS de 02/2020
20/03/2020	00000217	00255	00110	380,00	Valor debitado em conta para o pagamento à Contel Consultoria Contábil e Empresarial Ltda
20/03/2020	00000218	00178	00119	220,30	Valor debitado em conta para o pagamento da conta de energia elétrica
20/03/2020	00000219		00119	2.636,07	Valor debitado para pagamento do empréstimo junto ao Banco do Brasil para 6/36
20/03/2020	00000219	00165		1.816,00	Valor debitado para pagamento do empréstimo junto ao Banco do Brasil para 6/36
20/03/2020	00000219	00192		719,07	Valor pago de juros e / e parcela do empréstimo junto ao Banco 7/36
20/03/2020	00000220	00220	00119	84,00	Valor debitado referente a despesas bancárias no mês
20/03/2020	00000221	00184	00119	61,00	Valor debitado referente a despesa com viagem
23/03/2020	00000222	00119	00286	678,72	Valor recebido da Prefeitura de Mar de Espanha
24/03/2020	00000223	00119	00280	4.223,38	Valor recebido da Prefeitura de Mar de Espanha
24/03/2020	00000224	00250	00119	2.600,00	Valor debitado em conta para o pagamento da prestação de serviço
24/03/2020	00000225	00220	00119	10,45	Valor debitado referente a despesas bancárias no mês
25/03/2020	00000226	00119	00291	33.526,76	Valor recebido da Prefeitura de Juazeiro
25/03/2020	00000226	00254	00119	8.350,00	Valor pago a título de distribuição ref o lucro apurado de 2019 a sócia Jacqueline de Paula Barbosa
25/03/2020	00000228	00250	00119	8.000,00	Valor debitado em conta para o pagamento da prestação de serviço
25/03/2020	00000230	00179	00119	914,30	Valor debitado em conta para o pagamento à Magno Fomento Mercantil Ltda
25/03/2020	00000231	00220	00119	32,35	Valor debitado referente a despesas bancárias no mês
30/03/2020	00000232	00250	00080	900,00	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFS 22/Associação Rios Proteção Veicular
30/03/2020	00000232	00132	00085	35,67	Valor creditado em conta referente o rendimento de aplicação financeira no mês
30/03/2020	00000233	00227	00119	159,95	Valor debitado referente a despesa com combustível
30/03/2020	00000234	00250	00119	6.188,00	Valor debitado em conta para o pagamento da prestação de serviço
30/03/2020	00000235		00307	72,00	Valor do desconto de vale refeição no mês
30/03/2020	00000236		00258	214,00	Valor descontado de INSS referente o salário no mês
30/03/2020	00000236		00053	983,80	Valor Líquido de Salário no mês
30/03/2020	00000236		00185	0,72	Valor descontado do arredondamento no mês anterior
30/03/2020	00000236		00187	72,00	Valor do desconto de vale transporte no mês
30/03/2020	00000236	00185		1.243,76	Valor Líquido de Salário no mês
30/03/2020	00000236	00185		0,94	Valor provisionado do arredondamento no mês
30/03/2020	00000236	00188		97,50	Valor da diferença de férias no mês
30/03/2020	00000236		00258	860,00	Valor descontado de INSS referente o pro labore no mês
30/03/2020	00000241		00280	547,00	Valor descontado do IRRF sobre o pro labore no mês
30/03/2020	00000241		00244	4.793,00	Valor Líquido de Pro - Labore no mês

CONTROLE CONTÁBIL



240
P

06/02/2021

09:49

DIÁRIO DO MÊS DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020
JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
Rua FERNANDES TOURINHO 999 SALA 202 - LOURDES, Belo Horizonte MG - CEP: 30112-006

Pag. 0007

DATA	LANÇAMENTO	CONTA DEBITADA	CONTA CREDITADA	VALOR LANÇAMENTO	HISTÓRICO
30/03/2020	00000241	00173		6.000,00	Valor Provisionado de Pro - Labore no mês
30/03/2020	00000254	00118	00119	3.831,00	Valor para suprimento de caixa
30/03/2020	00000303	00230	00253	210,25	Valor Provisionado do FGTS no mês
30/03/2020	00000551	00092	00047	1.880,38	Valor provisionado do Simples Nacional no mês
30/03/2020	00000552	00092	00047	9.788,67	Valor provisionado do Simples Nacional no mês
SUBTOTAL LANÇAMENTOS DO MÊS :		69	SUBTOTAL DO MÊS :		288.096,81

CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO



Cartório Modestino Gonçalves Pêgo - MG

Autentico este documento, composto por 1 folha (e), por meio de rubricada (e), autenticada (e) e carimbada (e), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.
Santa Luzia, 06/04/2021

SELO DE CONSULTA: EPU36712

CÓDIGO DE SEGURANÇA: 9992.0582.8901.7224

Quantidade de atos protocolados: 1

Ato (e) protocolado (e) - por Rubricada de Lima Vieira - Escrevente Autêntica
Emissão: 06/04/2021 Valor Mensal: R\$ 7.748,99 R\$ 0,00
Consulte a validade deste ato no site: <https://selos.ung.ue.br>





245

06/02/2020

09/09/20

DIÁRIO DO MÊS DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020
JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
Rua FERNANDES TOURINHO 999 SALA 202 - LOURDES, Belo Horizonte MG - CEP 30112-000

Pag 0008

DATA	LANÇAMENTO	CONTA DEBITADA	CONTA CREDITADA	VALOR	LANÇAMENTO	HISTÓRICO
01/01/2020	00000348	00174	00119	1.538,24		Valor debitado para pagamento de aluguel da sede da empresa
01/01/2020	00000348	00007	00119	188,09		Valor pago da vta. Retação à Nathanae
01/01/2020	00000348	00187	00119	141,40		Valor pago da vta. transporte à Nathanae
02/01/2020	00000348	00250	00119	2.008,00		Valor debitado em conta para o pagamento à Sandra Mara
03/01/2020	00000348	00250	00119	1.130,00		Valor debitado em conta para o pagamento do Evandro Alexandre
03/01/2020	00000348	00271	00080	5.088,88		Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 23/Prei de Belo Vale
03/01/2020	00000348	00271	00119	1.538,36		Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 24/Prei de Três Marias
03/01/2020	00000348	00271	00080	348,80		Valor debitado para pagamento de condômino em esta tomada de sede da empresa
04/01/2020	00000348	00271	00080	588,12		Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 25/Prei de Juiz de Fora
04/01/2020	00000348	00271	00080	688,12		Valor recebido da Prefeitura de Juiz de Fora
04/01/2020	00000348	00271	00080	3.798,23		Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 26/Prei de Jacuiz de Minas
04/01/2020	00000348	00271	00080	10.388,26		Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 27/Prei de Rio Novo
04/01/2020	00000348	00271	00080	2.016,40		Valor recebido da Prefeitura de São Francisco de Paula
04/01/2020	00000348	00271	00119	885,18		Valor debitado em conta para o pagamento do serviço de mercadorias
04/01/2020	00000348	00271	00119	884,08		Valor debitado em conta para o pagamento do salário de Nathanae Y.A.M de 03/2020
04/01/2020	00000348	00271	00119	18,98		Valor pago de salário no mês
04/01/2020	00000348	00271	00119	4.788,08		Pagamento de Retenção do Pró-Libere da Empresa Individual Jacqueline de Paula Barbosa Ref. no mês 03/2020
04/01/2020	00000348	00271	00119	291,64		Valor debitado em conta para o pagamento de Vassula Braga
04/01/2020	00000348	00271	00119	210,25		Valor debitado em conta para o pagamento de POTS 03/2020
04/01/2020	00000348	00271	00080	14.625,80		Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 28/Concedido de São João da Boa Vista de Centro Sul CBRU
04/01/2020	00000348	00271	00119	173,84		Valor debitado em conta para o pagamento de QRRE multa rescisão da Nathanae Yachia Almeida Moreira
04/01/2020	00000348	00271	00119	88,46		Valor debitado em conta para o pagamento à Logg Tecnologia Ltda
04/01/2020	00000348	00271	00119	2.332,00		Valor depositado na conta corrente
04/01/2020	00000348	00271	00119	1.801,88		Valor recebido da Prefeitura de Três Marias
04/01/2020	00000348	00271	00119	1.801,88		Valor para pagamento do caixa
04/01/2020	00000348	00271	00119	1.188,48		Valor pago da liquidação do TRCT de Nathanae Yachia Almeida Moreira
04/01/2020	00000348	00271	00080	188,00		Valor depositado de vta. transporte
04/01/2020	00000348	00271	00080	67,80		Valor do INSS descontado do TRCT de Nathanae Yachia Almeida Moreira
04/01/2020	00000348	00271	00188	0,92		Valor descontado do arrendamento do mês anterior conforme TRCT de Nathanae Yachia Almeida Moreira
04/01/2020	00000348	00271	00187	141,88		Valor descontado de vta. transporte
04/01/2020	00000348	00271	00188	940,00		Valor pago de saldo de sistema conforme TRCT de Nathanae Yachia Almeida Moreira
04/01/2020	00000348	00271	00188	288,88		Valor pago de férias proporcionais conforme TRCT Nathanae Yachia Almeida Moreira
04/01/2020	00000348	00271	00188	88,67		Valor pago de 1/3 de férias proporcionais conforme TRCT de Nathanae Yachia Almeida Moreira
04/01/2020	00000348	00271	00188	380,00		Valor pago de 1/3 Proporcional conforme TRCT de Nathanae Yachia Almeida Moreira
04/01/2020	00000348	00271	00119	1.288,00		Valor debitado em conta para o pagamento à Michele Teixeira - advogada administrativa
04/01/2020	00000348	00271	00080	188,00		Valor descontado do INSS referente a prestação de serviço de Michele Teixeira
04/01/2020	00000348	00271	00119	1.608,08		Valor debitado em conta para o pagamento à Michele Teixeira - advogada administrativa
04/01/2020	00000348	00271	00119	112,22		Valor debitado em conta para o pagamento da conta de telefone
04/01/2020	00000348	00271	00119	128,88		Valor debitado em conta para o pagamento da conta de energia elétrica
04/01/2020	00000348	00271	00119	201,31		Valor debitado em conta para o pagamento à Prefeitura de Belo Horizonte
04/01/2020	00000348	00271	00119	888,20		Valor debitado em conta para o pagamento à Prefeitura de Belo Horizonte
04/01/2020	00000348	00271	00080	3.798,23		Valor recebido da Prefeitura de Jacuiz de Minas
04/01/2020	00000348	00271	00119	547,88		Valor debitado em conta para pagamento de IRPF sobre o pro labore do mês 03/2020
04/01/2020	00000348	00271	00119	424,88		Valor debitado - referente a despesas com combustível
04/01/2020	00000348	00271	00119	548,47		Valor debitado em conta para o pagamento de J.A.S Consult
04/01/2020	00000348	00271	00119	388,00		Valor debitado em conta para o pagamento de serviços de terceiros
04/01/2020	00000348	00271	00119	388,00		Valor depositado em conta para o pagamento à Contabilidade Contábil e Escritura
04/01/2020	00000348	00271	00119	1.148,17		Valor debitado em conta para o pagamento do INSS de 03/2020
04/01/2020	00000348	00271	00119	18,88		Valor debitado referente a despesas bancárias no mês
04/01/2020	00000348	00271	00119	84,88		Valor debitado referente a despesas bancárias no mês
04/01/2020	00000348	00271	00119	816,32		Valor debitado em conta para o pagamento do serviço de mercadorias
04/01/2020	00000348	00271	00119	18,88		Valor debitado referente a despesas com viagem
04/01/2020	00000348	00271	00080	4.887,27		Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 29/Prei de São Francisco de Paula
04/01/2020	00000348	00271	00080	18.882,04		Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 30/Prei de Juiz de Fora
04/01/2020	00000348	00271	00080	880,88		Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 31/Associação Rio Preto de São João
04/01/2020	00000348	00271	00080	10.878,80		Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 32/Concedido de São João da Boa Vista de Centro Sul CBRU
04/01/2020	00000348	00271	00131	880,00		Valor pago em conta de aplicação financeira no mês
04/01/2020	00000348	00271	00119	401,97		Valor debitado em conta para o pagamento do serviço de mercadorias
04/01/2020	00000348	00271	00119	188,38		Valor debitado referente a despesas com combustível
04/01/2020	00000348	00271	00080	14.888,84		Valor recebido da Prefeitura de Juiz de Fora
04/01/2020	00000348	00271	00119	8.187,88		Valor debitado em conta para o pagamento do serviço de terceiros
04/01/2020	00000348	00271	00080	8.888,47		Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 33/Prei de Santa Rita de Ipanema
04/01/2020	00000348	00271	00119	5.170,00		Valor debitado em conta para o pagamento do serviço de terceiros
04/01/2020	00000348	00271	00080	78,37		Valor descontado do INSS referente a prestação de serviço de terceiros
04/01/2020	00000348	00271	00080	88,00		Valor líquido de Salário no mês
04/01/2020	00000348	00271	00188	0,92		Valor descontado do arrendamento do mês anterior
04/01/2020	00000348	00271	00188	1.048,00		Valor Provisório de Salário no mês
04/01/2020	00000348	00271	00188	0,92		Valor do arrendamento do mês
04/01/2020	00000348	00271	00258	880,00		Valor descontado do INSS referente a prestação de serviço de terceiros
04/01/2020	00000348	00271	00258	547,88		Valor descontado do IRPF sobre o pro labore no mês
04/01/2020	00000348	00271	00244	4.798,08		Valor líquido do Pró - Libere no mês
04/01/2020	00000348	00271	00173	6.028,08		Valor Provisório do Pró - Libere no mês
04/01/2020	00000348	00271	00080	28,88		Valor debitado em conta referente a condômino da aplicação financeira no mês
04/01/2020	00000348	00271	00131	38,88		Valor debitado em conta referente a condômino da aplicação financeira no mês
04/01/2020	00000348	00271	00263	0,78		Valor debitado do IR sobre aplicação financeira
04/01/2020	00000348	00271	00263	83,88		Valor Provisório do POTS no mês
04/01/2020	00000348	00271	00125	1.788,08		Valor líquido do mês de serviço líquido depositado em aplicação financeira no mês

MOESTINO GONÇALVES
2º SERVIÇO NOTARIAL
SANTA LUZIA / MG
AUTENTICAÇÃO NO VERSO



242
W

06/03/2021

09:48:18

DIÁRIO DO MÊS DE JANEIRO À DEZEMBRO DE 2020
JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
Rua FERNANDES TOURINHO 889 SALA 202 - LOURDES, Belo Horizonte MG - CEP: 30130-000

Pág. 0009

DIA	LANÇAMENTO	CONTA DÉBITADA	CONTA CREDITADA	VALOR LANÇAMENTO	HISTÓRICO
30/04/2021	00000510		00258	280,00	Valor desconto de IRRS referente do serviço técnico especializado em auditoria, assessoria contábil e financeira
30/04/2021	00000310	00250		2.000,00	Valor provisionado no mês do serviço técnico especializado em auditoria, assessoria contábil e financeira
30/04/2021	00000563	00082	00047	8.651,36	Valor provisionado do Simples Nacional no mês
30/04/2021	00000651	00118	00298	900,00	Valor recebido da Associação Riba Proteção Veicular
SUBTOTAL LANÇAMENTOS DO MÊS :		60			
			SUBTOTAL DO MÊS :	162.627,56	

CONFERE COM ORIGINAL

Certório: Modestino Gonçalves Filho - MG

Autentico este documento, composto por 1 folha (e), por meio de rubricado (e), numerado (e) e carimbado (e), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.
Santa Luzia, 08/04/2021

SELO DE CONSULTA: BPU36714
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 9076.9677.9412.2124

Quantidade de atos praticados: 1
Ato (e) praticado (e) por: Raissa de Lima Vianna - Escrivente Auxiliar
Emolpo R\$ 6,82 TPJ/R\$ 1,21 Valor Post.R\$ 7,74385 R\$ 0,11
Consulte a validade deste selo no site: <http://selos.ump.us.br>



243
Pag 0010

06/02/2020

DIÁRIO DO MÊS DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

Rua FERNANDES TOIRINACI 936 SALA 202 - LOURDES, Belo Horizonte MG - CEP 30112-000

08 48 300

DATA	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO
03/05/2020	00000637	00244	00119	4 763,00	Pagamento de Renda de Pró-Labore da Empresária Individual Jacqueline de Paula Barbosa	
04/05/2020	000006301	00053	00119	887,00	Valor pagamento do salário de abril/2020	
04/05/2020	000006308	00119	00286	683,92	Valor recebido da Prefeitura de São Domingos do Prata	
04/05/2020	000006309	00119	00132	3 000,00	Valor resgatado da conta de aplicação financeira no mês	
04/05/2020	000006312	30 25	00119	1 780,00	Valor debitado em conta para o pagamento a Sandra Maria de Souza	
04/05/2020	000006313	00174	00119	1 535,25	Valor debitado para pagamento do aluguel da sala de sede de empresa	
04/05/2020	000006314	000119	00119	1 083,72	Valor debitado para pagamento do consórcio de bens locada da sede da empresa	
04/05/2020	000006350	00250	00311	1 386,00	Valor proveniente do serviço de assessoria tributária prestado pela Michere T. L. L.	
04/05/2020	000006353	30263	00132	1,84	Valor debitado de IR sobre aplicação financeira	
04/05/2020	000006354	00263	00132	3,22	Valor debitado de IR sobre aplicação financeira	
04/05/2020	000006352	00277	00080	5 850,00	Valor da Receita da Prestação do Serviço conforme NF SE 35/Prat de Belo Vale	
04/05/2020	000006315	00119	00271	5 850,00	Valor recebido da Prefeitura de Belo Vale	
04/05/2020	000006316	00260	00119	714,80	Valor debitado em conta para o pagamento ao Kleber Gonçalves	
04/05/2020	000006317	00119	00297	4 092,27	Valor recebido da Prefeitura de São Francisco de Paula	
04/05/2020	000006318	00119	00301	6 808,47	Valor recebido da Prefeitura de Santa Rita de Itapococa	
04/05/2020	000006319	00253	00119	63,00	Valor debitado em conta para o pagamento do FGTS de 04/2020	
04/05/2020	000006320	00119	00271	5 900,00	Valor recebido da Prefeitura de Belo Vale	
04/05/2020	000006321	00250	00119	3 238,34	Valor debitado em conta para o pagamento ao Vinícius Fraga	
04/05/2020	000006323	00250	00119	714,00	Valor debitado em conta para o pagamento Kleber Gonçalves	
04/05/2020	000006324	30230	00119	30,80	Valor debitado referente a despesas bancárias no mês	
04/05/2020	000006325	30230	00119	1 717,46	Valor debitado em conta para o pagamento da NF Balmirco Ferreira da Silva - contabilidade em gestão empresarial	
04/05/2020	000006326	00189	00119	48,00	Valor debitado em conta para o pagamento a OAB MG	
04/05/2020	000006327	00219	00119	120,73	Valor debitado em conta para o pagamento a Prefeitura de Belo Horizonte	
04/05/2020	000006346	00260	00119	5 306,24	Valor debitado em conta para o pagamento da NF 20M Consultoria e Auditoria Contábil e Tributária Rda	
04/05/2020	000006328	00119	00000	21 800,00	Valor recebido da Consórcio Intermunicipal de Saúde da rede de Urgência do Centro Sul	
04/05/2020	000006329	00311	00119	1 354,80	Valor debitado em conta para o pagamento a Michere T. L. L.	
04/05/2020	000006331	00227	00119	120,73	Valor debitado referente a despesas com consórcio	
04/05/2020	000006333	00213	00119	231,21	Valor debitado em conta para o pagamento a Prefeitura de Belo Horizonte	
04/05/2020	000006333	00081	00119	139,80	Valor debitado referente a despesas com alimentação	
04/05/2020	000006334	00250	00119	22,80	Valor debitado em conta para o pagamento a Logo Tecnologia Rda	
04/05/2020	000006335	00250	00119	4 888,88	Valor debitado em conta para o pagamento do serviço de limpezas	
04/05/2020	000006336	00220	00119	10,48	Valor debitado referente a despesas bancárias no mês	
04/05/2020	000006337	00132	00119	5 000,00	Valor debitado em conta para o pagamento de aplicação financeira no mês	
04/05/2020	000006337	00250	00119	630,22	Valor debitado em conta para o pagamento ao Gabriel Henrique	
04/05/2020	000006338	00220	00119	10,48	Valor debitado referente a despesas bancárias no mês	
04/05/2020	000006339	00254	00119	5 000,00	Valor pago a título de distribuição nel o lucro apurado de 2019 a sócia Jacqueline Barbosa	
04/05/2020	000006340	00250	00119	2 197,87	Valor debitado em conta para o pagamento do serviço de limpeza	
04/05/2020	000006342	00119	00277	1 536,84	Valor recebido da Prefeitura de Três Marias	
04/05/2020	000006343	00119	00119	1 536,36	Valor para suprimento de água	
04/05/2020	000006344	00281	00119	51,80	Valor debitado referente a despesas com alimentação	
04/05/2020	000006345	00250	00119	389,07	Valor debitado em conta para o pagamento do serviço de limpeza	
04/05/2020	000006346	00281	00080	2 762,16	Valor da Receita da Prestação do Serviço conforme NFSE 37/Prat de Porto Real	
04/05/2020	000006347	00282	00080	4 296,25	Valor da Receita da Prestação do Serviço conforme NFSE 38/Prat de Porto Real	
04/05/2020	000006348	00302	00080	18 387,30	Valor da Receita da Prestação do Serviço conforme NFSE 38/Prat de Porto Real	
04/05/2020	000006349	00250	00119	2 700,00	Valor debitado em conta para o pagamento ao Edmundo Cesar	
04/05/2020	000006350	00250	00119	10,48	Valor debitado referente a despesas bancárias no mês	
04/05/2020	000006351	00250	00080	18 387,17	Valor da Receita da Prestação do Serviço conforme NFSE 40/Prat de São João del-Rei	
04/05/2020	000006352	00301	00080	8 466,00	Valor da Receita da Prestação do Serviço conforme NFSE 41/Prat de Santa Rita de Itapococa	
04/05/2020	000006353	00267	00080	2 947,30	Valor da Receita da Prestação do Serviço conforme NFSE 42/Prat de São Francisco de Paula	
04/05/2020	000006354	00308	00080	31 878,00	Valor da Receita da Prestação do Serviço conforme NFSE 44/Prat de Araputanga	
04/05/2020	000006355	00277	00080	1 844,54	Valor da Receita da Prestação do Serviço conforme NFSE 45/Prat de Três Marias	
04/05/2020	000006356	00280	00119	547,00	Valor debitado em conta para o pagamento do IRPF sobre o pro-labore do mês 04/2020	
04/05/2020	000006357	00119	00132	2 400,00	Valor resgatado da conta de aplicação financeira no mês	
04/05/2020	000006358	00250	00119	235,00	Valor debitado em conta para o pagamento a Prodimage - renovação de certificado digital E-CNPJ	
04/05/2020	000006359	00263	00119	380,00	Valor debitado em conta para o pagamento a Cortel Consultoria Contábil e Empresarial	
04/05/2020	000006360	00258	00119	1 180,87	Valor debitado em conta para o pagamento do IRPF de 04/2020	
04/05/2020	000006361	00260	00119	390,00	Valor debitado em conta para o pagamento do serviço de limpezas	
04/05/2020	000006362	00230	00119	64,00	Valor debitado referente a despesas bancárias no mês	
04/05/2020	000006363	00289	00132	4,19	Valor debitado de IR sobre aplicação financeira	
04/05/2020	000006364	00300	00080	10 495,00	Valor da Receita da Prestação do Serviço conforme NFSE 46/Consórcio Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência do Centro Sul CMRUV	
04/05/2020	000006365	00291	00080	18 781,18	Valor da Receita da Prestação do Serviço conforme NFSE 47/Prat de Juiz de Fora	
04/05/2020	000006366	00298	00080	800,00	Valor recebido da Associação Para Proteção Veicular	
04/05/2020	000006367	00250	00119	11 836,33	Valor debitado em conta para o pagamento da NF 48/Prat de Belo Horizonte	
04/05/2020	000006368	00250	00080	900,00	Valor da Receita da Prestação do Serviço conforme NFSE 48/Associação Rda Tríplice Veicular e Bombeiros	
04/05/2020	000006369	00119	00132	1 800,00	Valor resgatado da conta de aplicação financeira no mês	
04/05/2020	000006370	00119	00119	112,22	Valor debitado em conta para o pagamento da conta de telefone	
04/05/2020	000006371	00263	00132	1,77	Valor debitado de IR sobre aplicação financeira	
04/05/2020	000006372	00119	00291	18 781,18	Valor recebido da Prefeitura de Juiz de Fora	
04/05/2020	000006373	00119	00297	2 847,00	Valor recebido da Prefeitura de São Francisco de Paula	
04/05/2020	000006374	00119	00297	94,88	Valor debitado em conta para o pagamento da conta de energia elétrica	
04/05/2020	000006375	00132	00119	283,41	Valor debitado em conta para o pagamento do serviço de limpezas	
04/05/2020	000006376	00250	00119	2 400,00	Valor transferido para conta de aplicação financeira no mês	
04/05/2020	000006377	00250	00119	2 272,86	Valor debitado em conta para o pagamento do serviço de limpezas	
04/05/2020	000006378	00277	00080	7 261,81	Valor da Receita da Prestação do Serviço conforme NFSE 49/Prat de Três Marias	
04/05/2020	000006379	00263	00132	23,67	Valor debitado de IR sobre aplicação financeira	
04/05/2020	000006380	00288	00080	76,57	Valor debitado de IR sobre aplicação financeira	
04/05/2020	000006381	00263	00080	885,00	Valor recebido da Prefeitura de Belo Horizonte	
04/05/2020	000006382	00132	00080	0,00	Valor debitado de aplicação financeira no mês anterior	

CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO

243

ANTONIO ROBERTO GONCALVES
2º SERVIÇO NOTARIAL
SANTA LUZIA (MG)
AUTENTICAÇÃO NO VERSO



244

Pág. 0011

06.03.2021

09.48.20

DIÁRIO DO MÊS DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020
JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
Rua FERNANDES TOURINHO 999 SALA 202 - LOURDES, São Horizonte MG - CEP 30119-000

DATA	LANÇAMENTO	CONTA DEBITADA	CONTA CREDITADA	VALOR LANÇAMENTO	DESCRIÇÃO
31/03/2020	00000008	00186		1.845,00	Valor Provisório de Salário no mês
31/03/2020	00000008	00185		0,38	Valor Provisório de Descontos no mês
31/03/2020	00000007		00288	080,00	Valor Descontado de INSS referente a pro labore no mês
31/03/2020	00000007		00280	547,00	Valor Descontado de INSS sobre o pro labore no mês
31/03/2020	00000007		00344	4.783,00	Valor Líquido de Pro - Labore no mês
31/03/2020	00000007	00173		6.000,00	Valor Provisório de Pro - Labore no mês
31/03/2020	00000007	00192		19,87	Valor creditado em conta referente a rendimento da aplicação financeira no mês
31/03/2020	00000448		00128	1.788,00	Valor provisionado de serviço técnico especializado em auditoria, assessoria contábil e financeira prestado pela Contábil Mapa de São Paulo no mês
31/03/2020	00000448		00211	1.385,00	Valor provisionado de serviço de assessoria administrativa prestado pela Micheli Teixeira Garçon no mês
31/03/2020	00000448		00258	385,00	Valor do frete recebido sobre a prestação de serviço dos autônomos
31/03/2020	00000448	00250		3.520,00	Valor provisionado de serviços de terceiros no mês
31/03/2020	00000448	00060		30.184,22	Valor provisionado de Impostos Federais no mês
SUBTOTAL LANÇAMENTOS DO MÊS :				68	SUBTOTAL DO MÊS : 458.901,34

CONFERE COM ORIGINAL



Autenticado este documento, composto por 1 (uma) cópia, por mim
nortado () , Autenticado () e cancelado () , por ser
original que me foi apresentado, de data 06/03/2021
Santa Luzia, 06/03/2021

DELE DE CONSULTA: 07/03/21
CÓDIGO DE REGISTRAÇÃO: 0021124/0001-000

Exemplar de este protocolo:
1 (um) para o () , por Protocolo de Uma Vez - Escritório Público
Exemplar de este protocolo:
1 (um) para o () , por Protocolo de Uma Vez - Escritório Público
Cópia para o () , por Protocolo de Uma Vez - Escritório Público

CARTÓRIO MODESTINO GONCALVES
2º SERVIÇO NOTARIAL
SANTA LUZIA / MG
AUTENTICAÇÃO NO VERSO



245

08/02/2021

DIÁRIO DO MÊS DE JANEIRO À DEZEMBRO DE 2020

JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

Rua FERNANDES TOURINHO, 938 SALA 202 - LOURDES, Belo Horizonte MG - CEP: 30112-085

Pág.: 0012

DIA	LANÇAMENTO	CONTA DEBITADA	CONTA CREDITADA	VALOR LANÇAMENTO	HISTÓRICO
01/01/2020	00000558	00126	00118	1.780,00	Valor debitado em conta para o pagamento à Sandra Mara de Sousa
01/01/2020	00000560	00174	00119	1.384,57	Valor debitado para pagamento do aluguel da sala de sede da empresa
01/01/2020	00000561	00174	00119	643,72	Valor debitado para pagamento do condomínio da sala localizada na sede da empresa
02/01/2020	00000538	00244	00119	4.793,00	Pagamento de Retenções de Pró-Labore da Empresária Individual Jacqueline de Paula Barbosa Ref. ao Mês 05/2020
02/01/2020	00000538	00053	00118	966,00	Valor pagamento do salário de 05/2020
02/01/2020	00000562	00174	00119	1.053,72	Valor debitado para pagamento do condomínio da sala localizada na sede da empresa
02/01/2020	00000563	00253	00119	53,60	Valor debitado em conta para o pagamento de FGTS 05/2020
02/01/2020	00000603	00184	00119	614,00	Valor debitado referente a despesa com viagem
03/01/2020	00000664	00119	00301	9.465,00	Valor recebido da Prefeitura de Santa Rita do Ibitipoca
04/01/2020	00000121	00280	00119	1.845,67	Valor debitado em conta para o pagamento da NF 7/Marcelo Ferreira da Silva - consultoria em gestão empresarial
04/01/2020	00000565	00118	00300	10.425,00	Valor recebido do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência do Centro Sul
04/01/2020	00000684	00184	00119	948,50	Valor debitado referente a despesa com viagem
04/01/2020	00000604	00280	00119	12.500,00	Valor debitado em conta para o pagamento do serviço prestado
08/01/2020	00000119	00271	00090	6.950,00	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 50/Pref de Belo Vale
08/01/2020	00000567	00311	00119	1.335,00	Valor debitado em conta para o pagamento à Michele Teixeira Gonijo
08/01/2020	00000599	00132	00119	1.000,00	Valor transferido para conta de aplicação financeira no mês
15/01/2020	00000598	00119	00302	155.287,32	Valor recebido da Prefeitura de Ibitipoca
15/01/2020	00000569	00220	00118	8,90	Valor debitado referente a despesas bancárias no mês
15/01/2020	00000570	00250	00119	22,80	Valor debitado em conta para o pagamento à Loggi Tecnologia Ltda
15/01/2020	00000571	00227	00119	350,00	Valor debitado referente a despesa com combustível
15/01/2020	00000572	00177	00119	112,22	Valor debitado em conta para o pagamento de conta de telefone
15/01/2020	00000573	00113	00110	231,91	Valor debitado em conta para o pagamento à Prefeitura de Belo Horizonte
15/01/2020	00000574	00178	00119	94,74	Valor debitado em conta para o pagamento à Prefeitura de Belo Horizonte
15/01/2020	00000600	00119	00332	650,00	Valor debitado em conta para o pagamento da conta de energia elétrica
15/01/2020	00000243	00119	00380	34.411,13	Valor recebido em conta para o pagamento da NF 3/Santon Imobiliária Ltda
16/01/2020	00000243	00184	00119	524,02	Valor do IRRF s/NF 3/Santon Imobiliária Ltda
16/01/2020	00000244	00250	00119	34.935,15	Valor debitado em conta para o pagamento da NF 3/Santon Imobiliária Ltda
16/01/2020	00000244	00250	00119	10.082,37	Valor debitado em conta para o pagamento da NF 4/Marcelo Ferreira da Silva - consultoria em Gestão Empresarial
16/01/2020	00000248	00301	00090	3.027,31	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 51/Pref de Santa Rita do Ibitipoca
16/01/2020	00000247	00304	00080	5.200,84	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 52/Pref de Pedras de Gramma
16/01/2020	00000245	00303	00080	22.177,00	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 53/Pref de São José da Varginha
16/01/2020	00000250	00306	00090	27.676,27	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 54/Pref de Angelândia
16/01/2020	00000417	00250	00119	547,90	Valor debitado em conta para pagamento do IRRF sobre o pró-labore do mês de 05/2020
16/01/2020	00000575	00320	00119	41.280,03	Valor pago referente ao adiantamento de lucros à sócia Jacqueline de Paula Barbosa
16/01/2020	00000576	00282	00119	712,00	Valor debitado em conta para o pagamento ao Cartório
16/01/2020	00000577	00250	00119	916,32	Valor debitado em conta para o pagamento à Bentley Internacional do Brasil Seguros
16/01/2020	00000578	00258	00118	1.123,37	Valor debitado em conta para o pagamento do INSS de 06/2020
16/01/2020	00000579	00265	00119	380,00	Valor debitado em conta para o pagamento à Consultoria Contábil e Empresarial Ltda
16/01/2020	00000680	00220	00119	10,46	Valor debitado referente a despesas bancárias no mês
16/01/2020	00000687	00184	00119	750,03	Valor debitado referente a despesa com viagem
16/01/2020	00000602	00132	00119	1.000,00	Valor transferido para conta de aplicação financeira no mês
16/01/2020	00000616	00264	00119	26.719,97	Valor pago à título de distribuição ref o lucro apurado de 2019 a sócia Jacqueline de Paula Barbosa
17/01/2020	00000418	00280	00119	624,02	Valor debitado em conta para o pagamento do IRRF s/NF 3/Santon Imobiliária Ltda
17/01/2020	00000661	00119	00271	6.950,00	Valor recebido da Prefeitura de Belo Vale
17/01/2020	00000682	00220	00119	10,46	Valor debitado referente a despesas bancárias no mês
17/01/2020	00000688	00184	00119	402,00	Valor debitado referente a despesa com viagem
18/01/2020	00000419	00047	00119	2.766,57	Valor debitado em conta para o pagamento do Simples Nacional de 03/2020
18/01/2020	00000683	00119	00303	19.383,17	Valor recebido da Prefeitura de São José da Varginha
18/01/2020	00000685	00220	00119	13,45	Valor debitado referente a despesas bancárias no mês
18/01/2020	00000686	00250	00119	20.000,00	Valor debitado em conta para o pagamento do serviço prestado
18/01/2020	00000686	00119	00300	31.978,69	Valor recebido da Prefeitura de Angelândia
18/01/2020	00000245	00250	00119	1.035,24	Valor debitado em conta para o pagamento da NF 10/Marcelo Ferreira da Silva - Consultoria em Gestão Empresarial
22/01/2020	00000587	00227	00119	61,65	Valor debitado referente a despesa com combustível
22/01/2020	00000588	00281	00119	110,30	Valor debitado referente a despesa com alimentação
22/01/2020	00000589	00184	00119	120,00	Valor debitado referente a despesa com viagem
22/01/2020	00000590	00220	00119	84,00	Valor debitado referente a despesas bancárias no mês
22/01/2020	00000630	00119	00277	1.246,29	Valor recebido da Prefeitura de Três Marias
22/01/2020	00000644	00118	00119	1.245,20	Valor para suprimento de caixa
23/01/2020	00000591	00227	00119	106,81	Valor debitado referente a despesa com combustível
23/01/2020	00000592	00281	00119	41,00	Valor debitado referente a despesa com alimentação
23/01/2020	00000593	00220	00119	10,46	Valor debitado referente a despesas bancárias no mês
23/01/2020	00000606	00260	00119	38.818,40	Valor debitado em conta para o pagamento do serviço prestado
24/01/2020	00000281	00291	00000	19.373,13	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 56/Pref de Januária
24/01/2020	00000257	00302	00090	165.024,79	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 57/Pref de Ibitipoca
24/01/2020	00000594	00220	00119	10,46	Valor debitado referente a despesas bancárias no mês
26/01/2020	00000653	00118	00280	900,00	Valor recebido da Associação Rios Proteção Veicular
26/01/2020	00000656	00298	00080	900,00	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 58/Associação Rios Proteção Veicular
29/01/2020	00000257	00306	00090	11.094,10	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 59/Pref de Ibitipoca
29/01/2020	00000258	00310	00090	4.481,72	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 60/Pref de Naque
29/01/2020	00000595	00227	00119	142,05	Valor debitado referente a despesa com combustível
30/01/2020	00000255	00184	00119	140,00	Valor debitado referente a despesa com viagem conforme NF 1211/Qualitaxi Rest e Hotel Ltda
30/01/2020	00000447	00004	00125	1.780,00	Valor provisionado do serviço técnico especializado em auditoria, assessoria contábil e financeira prestado pela Sandra Mara de Sousa no mês
30/01/2020	00000447	00311	00311	1.395,00	Valor provisionado do serviço de assessoria administrativa prestado pela Michele Teixeira Gonijo no mês
30/01/2020	00000447	00250	00258	385,00	Valor descontado de INSS referente o serviço de terceiros da Sandra e da Michele
30/01/2020	00000449	00268	00268	3.600,00	Valor provisionado de Serviços de Terceiros no mês
30/01/2020	00000449	00268	00268	78,37	Valor descontado de INSS no mês
30/01/2020	00000449	00185	00185	967,00	Valor Líquido de Salário no mês
30/01/2020	00000449	00185	00185	0,36	Valor descontado do amadorentamento no mês anterior
30/01/2020	00000449	00185	00185	1.045,00	Valor Provisionado de Salário no mês

CONFERIR

6/1/20

CARLOS MODESTINO GONÇALVES
 2º SERVIÇO NOTARIAL
 SANTA LUZIA / MG
 AUTENTICAÇÃO NO VERSO



246

08/04/2021

09/04/2021

DIÁRIO DO MÊS DE JANEIRO À DEZEMBRO DE 2020
 JACQUELINE DE PAULA BANBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
 Rua FERNANDES TOURINHO, 889 SALA 202 - LOURDES, Belo Horizonte MG - CEP: 30142-003

DIA	LANÇAMENTO	CONTA DEBITADA	CONTA CREDITADA	VALOR LANÇAMENTO	HISTÓRICO
30/06/2020	00000448	00185		0,73	Valor provisionado do arredondamento no mês
30/06/2020	00000450		00268	880,00	Valor descontado de INSS referente o pro labore no mês
30/06/2020	00000460		00260	547,00	Valor do IRRF sobre o pro labore no mês
30/06/2020	00000450		00244	4.793,00	Valor Líquido de Pro - Labore no mês
30/06/2020	00000450	00173		5.000,00	Valor Provisionado de Pro - Labore no mês
30/06/2020	00000451	00230	00263	83,60	Valor Provisionado do FGTS no mês
30/06/2020	00000550	00092	00047	28.950,58	Valor provisionado do Simples Nacional no mês
30/06/2020	00000558	00281	00119	134,00	Valor debitado referente a despesa com alimentação
30/06/2020	00000601		00085	18,65	Valor creditado em conta referente o rendimento de aplicação financeira no mês
30/06/2020	00000601	00132		18,62	Valor creditado em conta referente o rendimento de aplicação financeira no mês
30/06/2020	00000601	00263		0,04	Valor debitado do IR sobre aplicação financeira
30/06/2020	00000832	00260	00119	9.502,87	Valor debitado em conta para o pagamento da prestação de serviço
SUBTOTAL LANÇAMENTOS DO MÊS :		77	SUBTOTAL DO MÊS :		786.218,30

CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO



Carlotto Modestino Gonçalves Filho - MG

Autenticado este documento, composto por 1 folha (e), por mim
 rubricada (e) e numerada (e) e carimbada (e), por ser reprodução fiel do
 original que me foi apresentado, do que dou fé.
 Santa Luzia, 08/04/2021

SELO DE CONSULTA: EFU36719
 CÓDIGO DE SEGURANÇA: 8834.5235.4863.2071

Quantidade de atos praticados: 1
 Ato (e) praticado (e) por: Rafaela de Lima Vilarino - ESCRIVÃO AUXILIAR
 Em 08/04/2021, às 14h15min, Valor R\$ 7.774,00 (R\$ 7.774,00)
 Consulte a Validade deste selo no site: https://www.tribunaonline.com.br

ANTONIO ROBERTO BONFALDES
2º SERVIÇO NOTARIAL
SANTA LUZIA - MG
AUTENTICAÇÃO NO UFG



247

06/02/2021
09/10/20

DIÁRIO DO MÊS DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020
JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
RUA FERNANDES TOURINHO 191 SALA 202 - LOURDES, Belo Horizonte MG - CEP 30130-000

DATA	LANÇAMENTO	CONTA DEBITADA	CONTA CREDITADA	VALOR	LANÇAMENTO	DESCRIÇÃO
01/01/2020	00000480	00027	00116	140,00		Valor debitado referente a despesa com combustíveis
01/01/2020	00000481	00174	00119	1.388,87		Valor debitado para pagamento do aluguel da sala da sede da empresa
01/01/2020	00000482	00126	00119	1.780,00		Valor debitado em conta para o pagamento a Sandra Mara de Sousa
01/01/2020	00000483	00118	00119	230,00		Valor para suplemento de casa
01/01/2020	00000484	00281	00119	78,10		Valor debitado referente a despesa com alimentação
01/01/2020	00000485	00227	00119	102,48		Valor debitado referente a despesa com combustíveis
01/01/2020	00000486	00283	00119	957,00		Valor Provisoriado de Salário no mês 09/2020
01/01/2020	00000487	00287	00080	1.240,39		Valor da Recorta da Prestação de Serviço conforme NFSe 62/Prat de Belo Horizonte
01/01/2020	00000488	00217	00119	2.632,00		Valor da NF 8173897/Telefonos Brasil SA 1 Motorola XT2041 Smartphone 1 Motorola XT2018 Smartphone total mais 2 cartões simcard
01/01/2020	00000489	00217	00119	2.632,00		Valor da NF 8173897/Telefonos Brasil SA/2 Smartphone e 2 chips
01/01/2020	00000490	00176	00119	32,00		Valor da NF 8173897/Telefonos Brasil SA - chip para os smartphones
01/01/2020	00000491	00280	00119	609,00		Valor debitado em conta para o pagamento do serviço de terceiros
01/01/2020	00000492	00118	00119	10.000,00		Valor para pagamento de casa
01/01/2020	00000493	00244	00119	4.793,90		Pagamento da Prestação de Serviço conforme NFSe 62/Prat de Belo Horizonte
01/01/2020	00000494	00271	00080	5.980,80		Valor da Recorta da Prestação de Serviço conforme NFSe 62/Prat de Belo Horizonte
01/01/2020	00000495	00174	00119	648,12		Valor debitado para pagamento do encerramento da sala social da sede da empresa
01/01/2020	00000496	00283	00119	83,80		Valor debitado em conta para o pagamento do IPTU 09/2020
01/01/2020	00000497	00174	00119	1.053,72		Valor debitado para pagamento do encerramento da sala social da sede da empresa
01/01/2020	00000498	00118	00301	8.027,31		Valor recebido da Prefeitura de Santa Rita de Jacuipera
01/01/2020	00000499	00199	00119	46,80		Valor debitado em conta para o pagamento a OAB MG
01/01/2020	00000500	00311	00119	1.335,00		Valor debitado em conta para o pagamento a Michele Teixeira Contos
01/01/2020	00000501	00250	00119	1.350,00		Valor debitado em conta para o pagamento do serviço de terceiros
01/01/2020	00000502	00316	00119	104,12		Valor debitado em conta para o pagamento a Lohany Ren Carrazz na multa do veículo
01/01/2020	00000503	00181	00119	120,34		Valor debitado em conta para o pagamento aos Correios
01/01/2020	00000504	00280	00119	1.780,33		Valor debitado em conta para o pagamento da NF 134/Araceli Ferreira de Silva
01/01/2020	00000505	00280	00119	808,88		Valor debitado em conta para o pagamento do serviço de terceiros
01/01/2020	00000506	00119	00086	108.200,00		Valor da prestação de programa PROSAMPE - incentivo do Governo Federal para as ME e EPP
01/01/2020	00000507	00119	00281	18.973,18		Valor recebido da Prefeitura de Jacuipera
01/01/2020	00000508	00177	00119	114,88		Valor debitado em conta para o pagamento de conta de telefone
01/01/2020	00000509	00229	00119	189,84		Valor debitado em conta para o pagamento a GFG Comercio Digital S/A
01/01/2020	00000510	00277	00119	1.461,81		Valor recebido da Prefeitura de Três Marias
01/01/2020	00000511	00118	00119	2.801,81		Valor para suplemento de casa
01/01/2020	00000512	00280	00119	188,74		Valor debitado em conta para o pagamento da NF 844/AS Consultoria Assessoria e Contabilidade Ltda
01/01/2020	00000513	00256	00119	1.712,63		Valor debitado em conta para o pagamento da NF 844/AS Consultoria Assessoria e Contabilidade Ltda
01/01/2020	00000514	00284	00119	180,00		Valor debitado em conta para o pagamento a Cristiane Lima
01/01/2020	00000515	00229	00119	132,38		Valor debitado em conta para o pagamento a Enxarcia Group S/A S/A
01/01/2020	00000516	00280	00308	27.675,27		Valor recebido da Prefeitura de Angicos
01/01/2020	00000517	00280	00119	259,90		Valor debitado em conta para o pagamento a Ismael Seguros
01/01/2020	00000518	00220	00119	20,80		Valor debitado referente a despesas bancarias no mês
01/01/2020	00000519	00280	00300	22.177,00		Valor recebido da Prefeitura de São José de Yaguajay
01/01/2020	00000520	00280	00302	106.024,78		Valor recebido da Prefeitura de Itumbiara
01/01/2020	00000521	00273	00119	177,00		Valor debitado em conta para o pagamento da assinatura de internet
01/01/2020	00000522	00213	00119	115,38		Valor debitado em conta para o pagamento a Prefeitura de Belo Horizonte
01/01/2020	00000523	00250	00119	2.760,00		Valor debitado em conta para o pagamento da NF 10/Araceli Ferreira de Silva
01/01/2020	00000524	00280	00119	10.076,01		Valor debitado em conta para o pagamento da NF 14/Araceli Ferreira de Silva
01/01/2020	00000525	00250	00119	3.080,00		Valor para suplemento de casa
01/01/2020	00000526	00250	00119	16.780,00		Valor debitado em conta para o pagamento do serviço prestado
01/01/2020	00000527	00247	00119	119,80		Valor debitado em conta para o pagamento da NF 80280/Lorey Martin Cas Bradeiras de Encolagem
01/01/2020	00000528	00330	00119	4.580,01		Valor da NF 18645/Luanna Neves para Escritorio Enal - ref. assessoria de 1 mes para 1 mes
01/01/2020	00000529	00179	00119	118,80		Valor da NF 80280/Lorey Martin Cas Bradeiras de Encolagem
01/01/2020	00000530	00336	00119	66.200,00		Valor pago referente ao encerramento da obra no mês a sócia Jacqueline de Paula Barbosa
01/01/2020	00000531	00350	00119	12.611,43		Valor debitado em conta para o pagamento do serviço de terceiros
01/01/2020	00000532	00220	00119	10,46		Valor debitado referente a despesas bancarias no mês
01/01/2020	00000533	00165	00119	26.264,26		Valor da prestação de serviço para o Banco do Brasil
01/01/2020	00000534	00286	00168	40.280,00		Valor recebido no saldo do empréstimo junto ao Banco do Brasil para a compra do passivo circulante para pagamento no futuro
01/01/2020	00000535	00280	00119	27.000,00		Valor pago referente a adiantamento de lucros e sócia Jacqueline de Paula Barbosa
01/01/2020	00000536	00168	00119	21.248,71		Valor pago da empréstimo para o Banco do Brasil
01/01/2020	00000537	00308	00080	20.681,75		Valor da Recorta da Prestação de Serviço conforme NFSe 62/Prat de Belo Horizonte
01/01/2020	00000538	00330	00080	5.290,00		Valor da Recorta da Prestação de Serviço conforme NFSe 62/Prat de Belo Horizonte
01/01/2020	00000539	00250	00119	701,30		Valor debitado em conta para o pagamento da NF 134/Araceli Ferreira de Silva
01/01/2020	00000540	00280	00119	13.000,87		Valor debitado em conta para o pagamento da NF 28/Araceli Ferreira de Silva
01/01/2020	00000541	00178	00119	343,41		Valor debitado em conta para o pagamento da NF 28/Araceli Ferreira de Silva
01/01/2020	00000542	00267	00119	34.960,88		Valor debitado em conta para o pagamento do Simples Nacional de 09/2020
01/01/2020	00000543	00280	00119	547,00		Valor debitado em conta para pagamento do IRPJ sobre o lucro de 09/2020
01/01/2020	00000544	00217	00315	2.896,47		Valor provisoriado da NF 28/Araceli Ferreira de Silva
01/01/2020	00000545	00119	00084	5.300,84		Valor recebido da Prefeitura de Jacuipera
01/01/2020	00000546	00119	00313	4.481,72		Valor recebido da Prefeitura de Jacuipera
01/01/2020	00000547	00286	00119	360,00		Valor debitado em conta para o pagamento a Contal Consultoria Contabil e Empresarial Ltda
01/01/2020	00000548	00286	00119	1.123,37		Valor debitado em conta para o pagamento do IRPJ
01/01/2020	00000549	00220	00119	87,00		Valor debitado referente a despesas bancarias no mês
01/01/2020	00000550	00250	00119	816,32		Valor debitado em conta para o pagamento a Denay Internacional do Brasil S/A
01/01/2020	00000551	00280	00119	23,10		Valor debitado em conta para o pagamento a Sam Peter Pedagogo

CONTABILIDADE

247

MODÉSTINO GONÇALVES
2º SERVIÇO NOTARIAL
SANTA LUZIA / MG
AUTENTICAÇÃO NO VERSO



248
Pag. 0015

08/02/2021
09/04/2020

DIÁRIO DO MÊS DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020
JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
Rua FERNANDES TOURINHO, 596 SALA 202 - LOURDES, Belo Horizonte MG - CEP: 30142-003 -

DATA	LANÇAMENTO	CONTA DEBITADA	CONTA CREDITADA	VALOR	LANÇAMENTO HISTÓRICO
21/07/2020	00000384	00027	00119	2.919,41	Valor da NF 100238/Leroy Merlin Cia Brasileira de Ercologiaem - aquisição de material para reforma da sala, PTA Pivotaria Lateral Suaviz. Acril. Concentrado Magenta. Concentrado Prator, Concentrado Marton
11/07/2020	00000441	00027	00118	2.919,41	Valor da NF 100238/Leroy Merlin Cia Brasileira de Ercologiaem - materiais para reforma da sala
21/07/2020	00000516	00220	00119	10,46	Valor debitado referente a despesas bancárias no mês
22/07/2020	00000516	00180	00119	428,40	Valor debitado em conta para o pagamento à Papelaria Drumond
23/07/2020	00000517	00119	00308	20.655,76	Valor recebido da Prefeitura de Francisco Dumont
23/07/2020	00000518	00282	00119	800,40	Valor debitado em conta para o pagamento do Cantão
23/07/2020	00000519	00176	00119	121,44	Valor debitado em conta para o pagamento da conta de energia elétrica
24/07/2020	00000520	00180	00119	74,00	Valor debitado em conta para o pagamento à Papelaria Drumond
25/07/2020	00000572	00302	00060	121.676,66	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 66/Pref. de Ipecu
26/07/2020	00000573	00309	00060	10.182,05	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 66/Pref. de Ipecu
26/07/2020	00000574	00310	00060	12.933,80	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 67/Pref. de Nique
26/07/2020	00000575	00305	00060	30.080,58	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 68/Pref. de Angelândia
26/07/2020	00000576	00312	00060	32.808,12	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 70/Pref. de Bocaina
26/07/2020	00000599	00250	00119	5.421,00	Valor debitado em conta para o pagamento da NF 15/Ricard Franco Gontijo Eireli
27/07/2020	00000400	00260	00119	20.000,00	Valor debitado em conta para o pagamento da NF 3/Facio Engenharia e Projetos Ltda
27/07/2020	00000521	00220	00119	20,90	Valor debitado referente a despesas bancárias no mês
28/07/2020	00000522	00119	00278	8.990,61	Valor recebido da Prefeitura de Santana dos Montes
28/07/2020	00000523	00260	00119	660,00	Valor debitado em conta para o pagamento do serviço de terceiros
29/07/2020	00000479	00247	00119	400,00	Valor debitado em conta para o pagamento ao Rodrigo Rei a pintura na sala da empresa
29/07/2020	00000524	00119	00271	5.950,00	Valor recebido da Prefeitura de São Vito
29/07/2020	00000528	00132	00119	16.700,00	Valor transferido para conta de aplicação financeira no mês
29/07/2020	00000564	00118	00298	900,00	Valor recebido da Associação Rios Proteção Vascular
30/07/2020	00000377	00304	00060	4.880,00	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 72/Pref. de Piedade dos Gerais
30/07/2020	00000378	00308	00060	23.241,00	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 73/Pref. Francisco Dumont
30/07/2020	00000379	00301	00060	7.623,87	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 74/Pref. de Santa Rita de Ibitipoca
30/07/2020	00000525	00220	00119	10,45	Valor debitado referente a despesas bancárias no mês
31/07/2020	00000380	00303	00060	21.544,43	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 75/Pref. de São José de Varzea
31/07/2020	00000457		00258	78,37	Valor descontado da INSS referente a salaria no mês
31/07/2020	00000457		00063	665,00	Valor Líquido de Salário no mês
31/07/2020	00000457		00185	0,73	Valor descontado do arredondamento no mês anterior
31/07/2020	00000467	00185		1.045,00	Valor Provisão de Salário no mês
31/07/2020	00000457	00185		0,10	Valor Provisão de Salário no mês
31/07/2020	00000468		00128	1.780,00	Valor líquido do serviço técnico especializado em auditoria, assessoria contábil e financeira prestado pela Sandra Maria de Sousa no mês
31/07/2020	00000458		00311	1.338,00	Valor líquido do serviço de assessoria administrativa prestado pela Michele Teixeira Gontijo no mês
31/07/2020	00000458		00258	385,00	Valor líquido do INSS sobre a prestação de serviço da Michele e da Sandra
31/07/2020	00000458	00250		3.500,00	Valor provisionado dos serviços de assessoria em auditoria, assessoria contábil, financeira e administrativa de Sandra e da Michele no mês
31/07/2020	00000459		00258	680,00	Valor descontado de INSS referente do pro labore no mês
31/07/2020	00000459		00260	547,00	Valor descontado do IRRF sobre o pro labore no mês
31/07/2020	00000459		00244	4.793,00	Valor Líquido de Pro - Labore no mês
31/07/2020	00000459	00173		8.000,00	Valor Provisão de Pro - Labore no mês
31/07/2020	00000468	00230	00263	63,60	Valor Provisão de FGTS no mês
31/07/2020	00000526	00220	00119	10,45	Valor debitado referente a despesas bancárias no mês
31/07/2020	00000627	00750	00119	250,00	Valor debitado em conta para o pagamento do serviço de terceiros
31/07/2020	00000530	00132	00066	12,60	Valor creditado em conta referente a rendimento de aplicação financeira no mês
31/07/2020	00000536	00082	00047	33.900,71	Valor provisionado do Simples Nacional no mês
31/07/2020	00000631	00260	00119	25.340,06	Valor debitado em conta para o pagamento da NF 78/M Consultoria e Auditoria Contábil e Tributária Ltda
31/07/2020	00000633	00250	00119	34.820,89	Valor debitado em conta para o pagamento da prestação de serviço
SUBTOTAL LANÇAMENTOS DO MÊS :				108	
SUBTOTAL DO MÊS :					1.177.647,03

COPIA
CONFIRMADA
EM
15/04/2021
Pelo
Notário



Modestino Gonçalves Filho - MG
Autenticado este documento, composto por 1 folha (1), por mim, rubricado (1), numerado (1) e carimbado (1), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.
Santa Luzia, 08/04/2021
BELO DE CONSULTA: EFU35721
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 6921.9720.6595.8016
Quantidade de atos praticados: 1
Ato (1) praticado (1) por Rafaela de Lima Viana - Escrevente Auxiliar
Emolpado: 17,48 R\$ Valor: 1,21 Valor: 7,74 R\$ R\$ 0,11
Consulta e validade deste ato no site: tabelas.jus.br

RUE FERNANDES TOURNAI, 202 - LA CLAYE SOUS BOIS, 77100. Bata Houtonne MG - CEP 77100

CONFIDENTIAL

MODERSTINO GONÇALVES
2º SERVIÇO NOTARIAL
SANTA LUZIA / MG
AUTENTICAÇÃO NO VERSO

250
17/43
SANTA LUZIA
MG
Pag 0017

06/02/2021

09/02/20

DIÁRIO DO MÊS DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020
JACQUELINE DE PAULA BARROSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
RUA FERNANDES FOUQUINHO 334 - SALA 202 - LOUREDES Belo Horizonte MG - CEP. 30112-007

DIA	LANÇAMENTO	CONTA DEBITADA	CONTA CREDITADA	VALOR LANÇAMENTO	HISTÓRICO
31/08/2020	00000460		00256	385,00	Valor do IRRF retido sobre a prestação de serviço de Sandra e da Michale
31/08/2020	00000460	00256		3.500,00	Valor provisionado dos serviços tec esp em auditoria, assessoria contábil, financeira e administrativa da Sandra e da Michale no mês
31/08/2020	00000461		00258	78,37	Valor descontado de INSS referente a salário no mês
31/08/2020	00000461		00053	967,00	Valor Líquido de Salário no mês
31/08/2020	00000461		00185	0,10	Valor descontado de Salário no mês
31/08/2020	00000461	00186		1.045,00	Valor descontado do arredondamento no mês anterior
31/08/2020	00000461	00185		0,47	Valor Provisionado de Salário no mês
31/08/2020	00000462		00258	680,00	Valor provisionado do arredondamento no mês
31/08/2020	00000462		00200	547,00	Valor descontado de INSS referente a pro labore no mês
31/08/2020	00000462		00244	4.793,00	Valor descontado do IRRF sobre o pro labore no mês
31/08/2020	00000462	00173		5.000,00	Valor Líquido de Pro - Labore no mês
31/08/2020	00000467	00230		53,60	Valor Provisionado da Pro - Labore no mês
31/08/2020	00000557	00082		24.853,15	Valor Provisionado do FGTS no mês
31/08/2020	00000560	00116		4.971,98	Valor provisionado do Simples Nacional no mês
31/08/2020	00000562	00281		61,62	Valor recebido da Prefeitura de Planalto dos Geraes
31/08/2020	00000563	00220		10,46	Valor debitado referente a despesas com alimentação
31/08/2020	00000566		00118	8,62	Valor debitado referente a despesas bancárias no mês
31/08/2020	00000566	00132		8,26	Valor creditado em conta referente o rendimento de aplicação financeira no mês
31/08/2020	00000566	00296		1,48	Valor creditado em conta referente o rendimento de aplicação financeira no mês
31/08/2020	00000568	00263		0,08	Valor debito para o pagamento do IOF sobre aplicação financeira
31/08/2020	00000567	00227	00119	265,59	Valor debito do IR sobre aplicação financeira
SUBTOTAL LANÇAMENTOS DO MÊS :				84	
SUBTOTAL DO MÊS :					526.741,43

CONFIRMAÇÃO DO PAGAMENTO

UNIONATO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
SANTA LUZIA

Cartório Moderstino Gonçalves Filho - MG

Autentico este documento, composto por 1 folha (1), por mim rubricada (1), numerada (1) e carimbada (1), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.
Santa Luzia, 08/04/2021

SELO DE CONSULTA: EFU35723
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 6063.1590.0945.4492

Quantidade de atos praticados: 1
Ato (1) praticado (1) por: Rafaela de Lima Viana - Escrevente Auxiliar
Em R\$ 5,00 - Tabela 1,91 Valor Final R\$ 7,74 (R\$ 5,00 x 1,548)
Consulte a validade deste selo no site: <http://selos.cartorios.org.br>

SEMPRE VALIAIS
O SERVIÇO NOTARIAL
SANTA LUZIA / MG
AUTENTICAÇÃO DE VALORES



251

06/03/2021

DIÁRIO DO MÊS DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

JACQUELINE DE PAIVA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
RUA FERNANDES TOURNIER, 402 - SALA 402 - LOURDES, Belo Horizonte MG - CEP 31270-000

Pág. 33/32

DATA	LANÇAMENTO	CÓDIGO	CÓDIGO	VALOR	DESCRIÇÃO
01/01/2020	00000000	0000	0000	8.425,00	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 97/Prf de Santa Rita de 2019/20
01/01/2020	00000000	0011	0011	21.655,12	Valor recebido da Prefeitura de Bocupira
01/01/2020	00000000	0012	0012	1.780,00	Valor devido em conta para o pagamento à Santa e Maria de Sousa
01/01/2020	00000000	0013	0013	267,00	Valor Proveniente do Salário no mês 08/2020
01/01/2020	00000000	0014	0014	3.284,70	Valor devido em conta para o pagamento à BM Consultoria e Auditoria Contábil
01/01/2020	00000000	0015	0015	21.648,45	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 92/Prf de Francisco Damasceno
01/01/2020	00000000	0016	0016	4.780,00	Pagamento na Retenção do Pro Labore de Emergentes Individual Jacqueline de Paiva Barbosa Ref. ao mês 08/2020
01/01/2020	00000000	0017	0017	1.335,00	Valor devido em conta para o pagamento à Michele Tavares Contop
01/01/2020	00000000	0018	0018	150,00	Valor devido referente a despesas com alimentação
01/01/2020	00000000	0019	0019	87,80	Valor devido em conta para o pagamento de FGTS de 08/2020
01/01/2020	00000000	0020	0020	1.700,44	Valor devido para pagamento do encerramento da sociedade da sede da empresa
01/01/2020	00000000	0021	0021	215,13	Valor devido em conta para o pagamento ao Conselho Nacional de Lotação
01/01/2020	00000000	0022	0022	79,45	Valor devido referente a despesas bancárias no mês
01/01/2020	00000000	0023	0023	12.403,08	Valor devido em conta para o pagamento de prestação de serviço
01/01/2020	00000000	0024	0024	2.764,88	Valor recebido da Prefeitura de São Francisco de Paula
01/01/2020	00000000	0025	0025	207,47	Valor devido para pagamento do ICMS diferencial de alíquota
01/01/2020	00000000	0026	0026	278,58	Valor devido em conta para o pagamento à BM Consultoria e Auditoria Contábil
01/01/2020	00000000	0027	0027	24.135,33	Valor recebido da Prefeitura de Baturama
01/01/2020	00000000	0028	0028	8.425,00	Valor recebido da Prefeitura de Santa Rita de Itapococa
01/01/2020	00000000	0029	0029	15.000,00	Valor transferido para conta de aplicação financeira no mês
01/01/2020	00000000	0030	0030	3.288,07	Valor devido em conta para o pagamento à BM Consultoria e Auditoria Contábil
01/01/2020	00000000	0031	0031	8.880,00	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 84/Prf de São João
01/01/2020	00000000	0032	0032	67.888,73	Valor recebido da Prefeitura de Santa Rita
01/01/2020	00000000	0033	0033	4.141,46	Valor devido em conta para o pagamento de NF 19/ Ricard Franco Corvo EIRELI
01/01/2020	00000000	0034	0034	17.888,88	Valor devido em conta para o pagamento de NF 4/Alfonso Costa Lemos Sociedade Individual de Advogados
01/01/2020	00000000	0035	0035	113,22	Valor devido em conta para o pagamento de conta de telefone
01/01/2020	00000000	0036	0036	17.888,88	Valor devido em conta para o pagamento de prestação de serviço
01/01/2020	00000000	0037	0037	6.314,47	Valor devido em conta para o pagamento à BM Consultoria e Auditoria Contábil
01/01/2020	00000000	0038	0038	10,45	Valor devido referente a despesas bancárias no mês
01/01/2020	00000000	0039	0039	5.241,88	Valor devido em conta para o pagamento de NF 10/Marcos Ferreira de Silva
01/01/2020	00000000	0040	0040	5.880,00	Valor recebido da Prefeitura de Santa Rita
01/01/2020	00000000	0041	0041	4.582,08	Valor recebido da Prefeitura de Nogueira
01/01/2020	00000000	0042	0042	115,38	Valor devido em conta para o pagamento à Prefeitura de Belo Horizonte
01/01/2020	00000000	0043	0043	23,74	Valor devido referente a despesas com viagem
01/01/2020	00000000	0044	0044	147,33	Valor devido em conta para o pagamento de conta de energia elétrica
01/01/2020	00000000	0045	0045	380,00	Valor devido em conta para o pagamento à Contel Consultoria Contábil e Empresarial
01/01/2020	00000000	0046	0046	1.123,37	Valor devido em conta para o pagamento de INSS de 08/2020
01/01/2020	00000000	0047	0047	114,95	Valor devido em conta para o pagamento à Prefeitura de Belo Horizonte
01/01/2020	00000000	0048	0048	10,45	Valor devido referente a despesas bancárias no mês
01/01/2020	00000000	0049	0049	6.341,88	Valor devido em conta para o pagamento ao Mercado Fomento
01/01/2020	00000000	0050	0050	8.880,00	Valor devido em conta para o pagamento de NF 20/Ricard Franco Corvo EIRELI
01/01/2020	00000000	0051	0051	3.048,88	Valor devido em conta para o pagamento de NF 6/ Factor Engenharia e Projetos
01/01/2020	00000000	0052	0052	10,45	Valor devido referente a despesas bancárias no mês
01/01/2020	00000000	0053	0053	2.048,88	Valor devido em conta para o pagamento de prestação de serviço
01/01/2020	00000000	0054	0054	688,20	Valor devido em conta para o pagamento à BM Consultoria e Auditoria Contábil
01/01/2020	00000000	0055	0055	13.500,00	Valor recebido da conta de aplicação financeira no mês
01/01/2020	00000000	0056	0056	24.658,16	Valor devido em conta para o pagamento do Simples Nacional de 08/2020
01/01/2020	00000000	0057	0057	12.877,88	Valor devido em conta para o pagamento do Simples Nacional de 08/2020
01/01/2020	00000000	0058	0058	647,00	Valor devido em conta para pagamento do INSS sobre o pro labore do mês 08/2020
01/01/2020	00000000	0059	0059	84,20	Valor devido referente a despesas bancárias no mês
01/01/2020	00000000	0060	0060	30,48	Valor devido em conta para o pagamento de aluguel
01/01/2020	00000000	0061	0061	2.820,20	Valor recebido em conta de aplicação financeira no mês
01/01/2020	00000000	0062	0062	235,36	Valor devido em conta para o pagamento ao Cartão
01/01/2020	00000000	0063	0063	4.087,88	Valor devido em conta para o pagamento pessoal à Graciela Penabaz
01/01/2020	00000000	0064	0064	71,25	Valor devido referente a despesas bancárias no mês
01/01/2020	00000000	0065	0065	88,88	Valor da NF 6/15/Alfonso Corvo Sociedade Individual de Advogados
01/01/2020	00000000	0066	0066	8.877,88	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 95/Prf de Santa Rita
01/01/2020	00000000	0067	0067	16.104,08	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 96/Prf de Nogueira
01/01/2020	00000000	0068	0068	8.785,88	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 97/Prf de Itapococa
01/01/2020	00000000	0069	0069	24.584,79	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 98/Prf de Bocupira
01/01/2020	00000000	0070	0070	11.220,61	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 99/Prf de Angaturama
01/01/2020	00000000	0071	0071	127.332,25	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 100/Prf de Santa Rita
01/01/2020	00000000	0072	0072	13.879,03	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 101/Prf de Santa Rita de Itapococa
01/01/2020	00000000	0073	0073	18.747,13	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 102/Prf de São João na Vargem
01/01/2020	00000000	0074	0074	390,00	Valor recebido da conta de aplicação financeira no mês
01/01/2020	00000000	0075	0075	683,00	Valor devido em conta para o pagamento de prestação de serviço
01/01/2020	00000000	0076	0076	680,00	Valor descontado de INSS referente ao pro labore no mês
01/01/2020	00000000	0077	0077	547,00	Valor descontado de INSS sobre o pro labore no mês
01/01/2020	00000000	0078	0078	4.154,00	Valor devido de Pro - Labore no mês
01/01/2020	00000000	0079	0079	4.100,00	Valor Proveniente de Pro - Labore no mês
01/01/2020	00000000	0080	0080	1.780,00	Valor devido de serviço técnico especializado em auditoria, assessoria contábil e financeira prestado pela Barbra Maria de Sousa no mês
01/01/2020	00000000	0081	0081	1.698,00	Valor devido de serviço de assessoria administrativa e prestação de serviços técnicos no mês
01/01/2020	00000000	0082	0082	451,60	Valor descontado de INSS referente sobre a prestação de serviço de Michele e da Mariana
01/01/2020	00000000	0083	0083	1.100,00	Valor proveniente dos serviços técnicos em auditoria, assessoria contábil, financeira e administrativa da Santa e da Mariana no mês
01/01/2020	00000000	0084	0084	78,17	Valor descontado de INSS referente a salário no mês
01/01/2020	00000000	0085	0085	857,08	Valor devido de Salário no mês
01/01/2020	00000000	0086	0086	5,47	Valor descontado de previdenciamento no mês anterior
01/01/2020	00000000	0087	0087	1.046,20	Valor Proveniente do Salário no mês
01/01/2020	00000000	0088	0088	5,44	Valor proveniente do previdenciamento no mês
01/01/2020	00000000	0089	0089	82,80	Valor Proveniente de FGTS no mês

CONFIRMAÇÃO

27

CARTÓRIO MODESTINO GONÇALVES
2º SERVIÇO NOTARIAL
SANTA LUZIA / MG
AUTENTICAÇÃO NO VÉBULO



252

06/02/2021
09:47:20

DIÁRIO DO MÊS DE JANEIRO À DEZEMBRO DE 2020
JACQUELINE DE PAULA BARGOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
Rua FERNANDES TOURINHO 990 SALA 202 - LOURDES, Belo Horizonte MG - CEP. 30112-063

Pág. 0019

DATA	LANÇAMENTO	CONTA DEBITADA	CONTA CREDITADA	VALOR	LANÇAMENTO	HISTÓRICO	
30/06/2020	00000698	00002	00047	31.842,02		Valor provisionado do Simples Nacional no mês	
30/06/2020	00000715	00263	00182	3,34		Valor debitado do IR sobre aplicação financeira	
30/06/2020	00000716	00318	00132	18,06		Valor de taxa do rendimento negativo de aplicação financeira no mês	
SUBTOTAL LANÇAMENTOS DO MÊS :			73	SUBTOTAL DO MÊS :			911.000,72

CONTABILIDADE



Cartório Modestino Gonçalves Fls. - MG

Autentico este documento, composto por 1 folha (s), por mim rubricada (s), numerada (s) e certificada (s), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.
Santa Luzia, 06/04/2021

SELO DE CONSULTA: EFUS6726

CÓDIGO DE SEGURANÇA: 1440.0554.8421.5836



Quantidade de atos praticados: 1

Ato (s) praticado (s): por Refeição de Lima Viterbo - Escrivão Audia

Emol: R\$ 8,82 (R\$ 1,91 Valor FBR) R\$ 7,74 (R\$ 0,91)

Consulte e valide este selo no site: <https://selos.mg.gov.br>

RECEBUELA
04/03/2021

MAURICIO GONCALVES
2º SERVIÇO NOTARIAL
SANTA LUZIA / MG
ATTENT: 01133 ANO 0000000



253
Pag. 0020

DIÁRIO DO MÊS DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020
JACQUELINE DA SILVA DE MENDONÇA, PESSOA FÍSICA INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
RUA FERNANDES TOLENTINO, 302 - LOURDES, BRAS. MONTES, BRAS. MONTES, MG - CEP. 30110-000

DATA	LANÇAMENTO	CONTA DEBITADA	CONTA CREDITADA	VALOR LANÇAMENTO	DESCRIÇÃO
01/01/2020	00000734	00118	00137	4.000,00	Valor resgatado da conta de aplicação financeira no mês
01/01/2020	00000735	00125	00118	1.780,00	Valor debitado em conta para o pagamento a Sandoz Lara de Sousa
01/01/2020	00000737	00174	00118	1.384,97	Valor debitado para pagamento do aluguel da sala de sede da empresa
01/01/2020	00000738	00009	00118	897,00	Valor Proventuário do Salário no mês 08/2020
01/01/2020	00000739	00011	30903	40.908,86	Valor recebido da Prefeitura de São José de Vergilino
01/01/2020	00000740	00011	00118	1.594,00	Valor debitado em conta para o pagamento a Michele Tavares Cortez
01/01/2020	00000741	00174	00118	4.000,00	Valor resgatado para conta de aplicação financeira no mês
01/01/2020	00000742	00050	00118	1.702,44	Valor debitado para pagamento do condomínio da sala localizada da sede da empresa
01/01/2020	00000743	00050	00118	4.362,09	Valor debitado em conta para o pagamento a BM Consultoria e Auditoria Contábil
01/01/2020	00000744	00118	00118	20.000,00	Valor debitado em conta para o pagamento da prestação do serviço
01/01/2020	00000745	00009	00118	2.524,82	Valor depositado na conta bancária
01/01/2020	00000746	00009	00009	22.173,82	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NF SE 103/Pref de Francisco Dumont
01/01/2020	00000747	00044	00118	4.783,00	Pagamento da Prefeitura de Pro-Labore da Empresa Individual Jacqueline de Paula Barbosa Ref. de mês 08/2020
01/01/2020	00000748	00050	00118	9.938,00	Valor debitado em conta para o pagamento da prestação de serviços
01/01/2020	00000749	00050	00118	83,80	Valor debitado em conta para o pagamento de FGTS de 08/2020
01/01/2020	00000750	00071	00009	9.938,00	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NF SE 104/Pref de Belo Vale
01/01/2020	00000751	00118	00009	30.584,48	Valor recebido da Prefeitura de Francisco Dumont
01/01/2020	00000752	00118	00012	24.504,79	Valor recebido da Prefeitura de Bocanov
01/01/2020	00000753	00132	00118	18.000,00	Valor mantido para conta de aplicação financeira no mês
01/01/2020	00000754	00050	00118	4.820,33	Valor debitado em conta para o pagamento a BM Consultoria e Auditoria Contábil
01/01/2020	00000755	00050	00118	20.000,00	Valor debitado em conta para o pagamento da prestação do serviço
01/01/2020	00000756	00118	00009	13.823,03	Valor recebido da Prefeitura de Santa Rita de Itaboca
01/01/2020	00000757	00050	00118	1.011,58	Valor debitado em conta para o pagamento a BM Consultoria e Auditoria Contábil
01/01/2020	00000758	00077	00118	180,00	Valor debitado referente a despesas com combustível
01/01/2020	00000759	00118	00077	5.250,00	Valor recebido da Prefeitura de Belo Vale
01/01/2020	00000760	00124	00118	582,48	Valor debitado referente a despesas com viagem
01/01/2020	00000761	00050	00118	4.724,00	Valor debitado em conta para o pagamento da NF 21/Rua de Francisco Dumont
01/01/2020	00000762	00118	00009	12.304,25	Valor recebido da Prefeitura de Santa Rita
01/01/2020	00000763	00118	00010	10.104,06	Valor recebido da Prefeitura de Nogueira
01/01/2020	00000764	00184	00118	80,83	Valor debitado referente a despesas com viagem
01/01/2020	00000765	00178	00118	162,09	Valor debitado em conta para o pagamento da conta de energia elétrica
01/01/2020	00000766	00077	00118	112,00	Valor debitado em conta para o pagamento ao Núcleo Inf Coord Pareto BR
01/01/2020	00000767	00050	00118	30.000,00	Valor pago referente ao adiantamento de lucros a Sorel Jacqueline de Paula Barbosa
01/01/2020	00000768	00077	00118	714,00	Valor debitado referente a despesas com combustível
01/01/2020	00000769	00050	00118	24.088,96	Valor debitado em conta para o pagamento da NF 20/Rua de Francisco Dumont Sociedade Individual de Advocacia
01/01/2020	00000770	00050	00118	10.531,14	Valor debitado em conta para o pagamento da NF 20/Marcos Ferraz de Silva
01/01/2020	00000771	00171	00118	114,75	Valor debitado em conta para o pagamento da conta de telefone
01/01/2020	00000772	00077	00118	231,31	Valor debitado em conta para o pagamento a Prefeitura de Belo Horizonte
01/01/2020	00000773	00184	00118	11.833,11	Valor debitado em conta para o pagamento a BM Consultoria e Auditoria Contábil
01/01/2020	00000774	00077	00009	611,40	Valor debitado referente a despesas com viagens
01/01/2020	00000775	00077	00118	897,83	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NF SE 105/Pref de Maras
01/01/2020	00000776	00077	00118	39,80	Valor debitado referente a despesas bancárias no mês
01/01/2020	00000777	00077	00118	4.087,00	Valor debitado em conta para o pagamento referente a Gráfica Pampulha
01/01/2020	00000778	00077	00118	1,50	Valor debitado referente a despesas bancárias no mês
01/01/2020	00000779	00077	00118	5.000,00	Valor debitado em conta para o pagamento da prestação de serviço
01/01/2020	00000780	00077	00118	27.834,84	Valor debitado em conta para o pagamento
01/01/2020	00000781	00077	00118	31.422,03	Valor debitado em conta para o pagamento do Serviço Nacional de 08/2020
01/01/2020	00000782	00077	00118	547,50	Valor debitado em conta para pagamento do INSS sobre o pro labore do mês 06/2020
01/01/2020	00000783	00118	00132	10.204,00	Valor resgatado da conta de aplicação financeira no mês
01/01/2020	00000784	00077	00118	140,32	Valor debitado em conta para o pagamento ao Cartório
01/01/2020	00000785	00077	00118	1.498,37	Valor debitado em conta para o pagamento da NF SE de 06/2020
01/01/2020	00000786	00077	00118	980,00	Valor debitado em conta para o pagamento a BM Consultoria Contábil e Fiscal
01/01/2020	00000787	00184	00118	45,00	Valor debitado referente a despesas bancárias no mês
01/01/2020	00000788	00184	00118	30,46	Valor debitado em conta para o pagamento a Saneamento Básico
01/01/2020	00000789	00077	00118	2,95	Valor debitado referente a despesas bancárias no mês
01/01/2020	00000790	00077	00118	5.000,00	Valor debitado em conta para o pagamento da prestação do serviço
01/01/2020	00000791	00077	00118	1.588,06	Valor debitado em conta para o pagamento da NF 3 /Pasta Engenharia e Projetos - TOA
01/01/2020	00000792	00184	00118	600,00	Valor debitado referente a despesas com viagens
01/01/2020	00000793	00118	00132	1.888,25	Valor resgatado da conta de aplicação financeira no mês
01/01/2020	00000794	00077	00118	44,00	Valor debitado referente a despesas com alimentação
01/01/2020	00000795	00077	00009	57.679,38	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NF SE 106/Pref de Santa Rita
01/01/2020	00000796	00118	00009	13.291,74	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NF SE 106/Pref de Couto de Magalhães
01/01/2020	00000797	00009	00009	10.234,78	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NF SE 106/Pref de Itapaci
01/01/2020	00000798	00118	00009	25.414,88	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NF SE 106/Pref de Bocanov
01/01/2020	00000799	00009	00009	3.260,60	Valor recebido do Conselho Municipal de Saúde da Rede de Urgência do Centro Sul
01/01/2020	00000800	00009	00009	4.808,12	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NF SE 111/Pref de Patrocinio das Gênes
01/01/2020	00000801	00009	00132	16.130,50	Valor debitado em conta para o pagamento da NF 04/Ofício Engenharia e Projetos - TOA
01/01/2020	00000802	00009	00118	4.080,00	Valor resgatado da conta de aplicação financeira no mês
01/01/2020	00000803	00009	00118	250,00	Valor debitado referente a despesas com combustível
01/01/2020	00000804	00009	00118	165,00	Valor debitado em conta para o pagamento a BM Consultoria e Auditoria Contábil
01/01/2020	00000805	00009	00118	357,00	Valor debitado referente a despesas com viagens
01/01/2020	00000806	00009	00118	10,45	Valor debitado referente a despesas bancárias no mês
01/01/2020	00000807	00009	00009	11.230,62	Valor recebido da Prefeitura de Angélica
01/01/2020	00000808	00009	00050	83,50	Valor Proventuário do FGTS no mês
01/01/2020	00000809	00009	00050	497,00	Valor depositado da INSS referente a pro labore no mês
01/01/2020	00000810	00009	00050	347,25	Valor depositado do INSS sobre o pro labore no mês
01/01/2020	00000811	00009	00050	4.783,00	Valor depositado do Pro-Labore no mês
01/01/2020	00000812	00009	00124	5.070,00	Valor Proventuário do Pro-Labore no mês
01/01/2020	00000813	00009	00124	1.780,00	Valor depositado do serviço técnico depositado em auditoria, essencial contábil e financeira prestado pela Sandoz Lara de Sousa no mês
01/01/2020	00000814	00009	00124	1.054,00	Valor depositado do serviço técnico depositado em auditoria prestado pela Michele Tavares Cortez no mês
01/01/2020	00000815	00009	00124	401,00	Valor depositado da INSS referente a prestação de serviço da Sandoz Lara de Sousa no mês

CONTABILIZADO

M. J.

2º SERVIÇO NOTARIAL
SANTA LUZIA / MG
AUTENTICAÇÃO NO VERSO



284

06/02/2021

29 AB 28

DE 01 DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020
JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
Rua FERNANDES TOURINHO 955 SA A 202 - LOURDES, Belo Horizonte MG - CEP. 30139-004

Pág. 0021

DIA	LANÇAMENTO	CONTA DEBITADA	CONTA CREDITADA	VALOR LANÇAMENTO	HISTÓRICO
31/10/2020	00000471	00350		4.100,00	Valor provisionado dos serviços loc. esp. em auditoria, assessoria contábil, financeira e administrativa de Sandra e de Michale no mês
31/10/2020	00000472		00264	74,37	Valor descontado de INSS referente salário no mês
31/10/2020	00000472		00060	906,00	Valor líquido de Salário no mês
31/10/2020	00000472		00186	0,84	Valor descontado do amadonamento no mês anseuar
31/10/2020	00000472	00185		1.045,00	Valor Provisionado de Salário no mês
31/10/2020	00000721	00092	00047	0,21	Valor provisionado do amadonamento no mês
31/10/2020	00000780	00263	00132	18.310,08	Valor provisionado do Simples Nacional no mês
31/10/2020	00000781	00318	00132	1,93	Valor debitado do IR sobre aplicação financeira
31/10/2020	00000782		00096	0,41	Valor debitado referente o rendimento negativo a aplicação financeira
31/10/2020	00000782	00132		56,17	Valor creditado em conta referente o rendimento de aplicação financeira no mês
31/10/2020	00000782	00263		52,64	Valor creditado em conta referente o rendimento de aplicação financeira no mês
31/10/2020	00000782			3,33	Valor debitado do IR sobre aplicação financeira
SUBTOTAL LANÇAMENTOS DO MÊS :		81	SUBTOTAL DO MÊS :		743.485,10

CONTABILIZADO

178

Q

Centurio, Modestino Gonçalves Filho - MG

Autentico este documento, composto por 1 folha (s), por mim rubricada (s), numerada (s) e assinada (s), por ser reprodução (s) original que me foi apresentado, do que dou fé.
Santa Luzia, 08/04/2021

Selo de Consulta: EFUS6727
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 4663.7066.4383.4651

Quantidade de atos praticados: 1
Ato (s) praticado (s): Conf. Rafaela de Lima Vianna - Escrevente Auxiliar
Emissão: 08/04/2021 - Valor: R\$ 27,90 (Vinte e Sete reais e 90 centavos)
Consulte a validade deste ato no site: <https://reabcoimptm.com.br>





255

05/01/2020

DIÁRIO DO MES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

JACQUELINE DE PAULA BARROSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

Rua FERNANDES DE OLIVEIRA 252 - LOURDES, Belo Horizonte MG - CEP: 30112-003

Pag 0020

DIA	LANÇAMENTO	CONTA CREDITADA	CONTA CREDITADA	VALOR LANÇAMENTO	DESCRIÇÃO
05/01/2020	00000043	000043	00119	885.00	Valor Provisório de Salário no mês 10/2020
05/01/2020	00000045	000045	00119	4.793.00	Pagamento da Retenção de PIS Laboral da Empresa e do aut. Jacqueline de Paula Barroso Ref. ao mês 10/2020
05/01/2020	00000010	00126	00116	1.780.00	Valor debitado em conta para o pagamento a Sandra Mara de Sousa
05/01/2020	00000011	00132	00119	2.245.00	Valor transferido para conta de aplicação financeira no mês
05/01/2020	00000012	00174	00119	1.388.97	Valor debitado para pagamento do aluguel da sede da empresa
05/01/2020	00000013	00180	00116	1.400.00	Valor debitado em conta para o pagamento ao Oitavon De Carvalho
05/01/2020	00000014	00230	00119	4.130.12	Valor debitado em conta para o pagamento a BSI Consultoria Contábil
05/01/2020	00000015	00212	00116	12.02	Valor debitado em conta para o pagamento a Secretária de Fazenda de MG
05/01/2020	00000016	00119	00304	13.745.72	Valor recebido da Prefeitura de Pimenta do Indaiá
05/01/2020	00000017	00281	00119	88.38	Valor debitado referente a despesas com alimentação
05/01/2020	00000018	00184	00119	21.41	Valor debitado em conta para o pagamento de imposto
05/01/2020	00000019	00311	00119	1.858.00	Valor debitado em conta para o pagamento a Michele Tereza Cortijo
05/01/2020	00000020	00330	00119	2.400.00	Valor debitado em conta para o pagamento ao Ricardo Franco
05/01/2020	00000021	00174	00119	1.883.61	Valor debitado para pagamento do rendimento da sede da empresa
05/01/2020	00000022	00260	00119	1.074.57	Valor debitado em conta para o pagamento a BSI Consultoria e Auditoria
05/01/2020	00000023	00253	00119	83.80	Valor debitado em conta para o pagamento da FGTS de 10/2020
05/01/2020	00000024	00271	00080	3.880.00	Valor da Receita da Prestação de Serviço conforme NF 02 112/Prefeitura de Belo Vale
05/01/2020	00000025	00119	00312	25.414.98	Valor recebido da Prefeitura de Bocacema
05/01/2020	00000026	00280	00119	300.00	Valor debitado em conta para o pagamento a Cássia Lima
05/01/2020	00000027	00280	00119	14.000.00	Valor debitado em conta para o pagamento da prestação de serviço
05/01/2020	00000028	00182	00119	4.000.00	Valor transferido para conta de aplicação financeira no mês
05/01/2020	00000029	00177	00119	110.39	Valor debitado em conta para o pagamento da conta de luz
05/01/2020	00000030	00177	00119	74.48	Valor debitado em conta para o pagamento da prestação de serviço
05/01/2020	00000031	00280	00119	463.07	Valor debitado em conta para o pagamento a BSI Consultoria e Auditoria
05/01/2020	00000032	00250	00119	1.881.87	Valor debitado em conta para o pagamento da NF 117/Prefeitura de Pimenta do Indaiá
05/01/2020	00000033	00119	00302	61.679.88	Valor recebido da Prefeitura de Itanópolis
05/01/2020	00000034	00281	00119	16.38	Valor debitado em conta para o pagamento ao Cartório 2 Ofícios
05/01/2020	00000035	00184	00119	720.00	Valor debitado referente a despesas com viagem
05/01/2020	00000036	00280	00119	11.246.50	Valor debitado em conta para o pagamento da prestação de serviço
05/01/2020	00000037	00280	00119	4.988.78	Valor debitado em conta para o pagamento ao Renato Costa
05/01/2020	00000038	00227	00119	141.48	Valor debitado referente a despesas com combustível
05/01/2020	00000039	00280	00119	9.384.14	Valor debitado em conta para o pagamento a BSI Consultoria e Auditoria
05/01/2020	00000040	00212	00119	232.76	Valor debitado em conta para o pagamento a Prefeitura de Belo Horizonte
05/01/2020	00000041	00280	00119	3.748.59	Valor debitado em conta para o pagamento ao NF 22/Marcos Ferraz da Silva
05/01/2020	00000042	00230	00119	10.46	Valor debitado referente a despesas bancárias no mês
05/01/2020	00000043	00280	00119	380.00	Valor debitado em conta para o pagamento a Cartão Consultoria Contábil e
05/01/2020	00000044	00280	00119	1.186.27	Valor debitado em conta para o pagamento do INSS de 10/2020
05/01/2020	00000045	00280	00119	303.91	Valor debitado em conta para o pagamento da conta de energia elétrica
05/01/2020	00000046	00280	00119	880.00	Valor debitado em conta para o pagamento a Promax Graf e Editoria
05/01/2020	00000047	00280	00119	9.780.00	Valor debitado em conta para o pagamento da prestação de serviço
05/01/2020	00000048	00280	00119	847.00	Valor debitado em conta para pagamento do INSS sobre o pro labore do mês
05/01/2020	00000049	00280	00119	18.210.00	Valor debitado em conta para o pagamento do Simples Nacional de 10/2020
05/01/2020	00000050	00280	00119	4.800.00	Valor recebido da conta de aplicação financeira no mês
05/01/2020	00000051	00280	00119	63.00	Valor debitado referente a despesas bancárias no mês
05/01/2020	00000052	00280	00119	300.00	Valor debitado referente a despesas com combustível
05/01/2020	00000053	00280	00119	80.00	Valor debitado referente a despesas com viagem com NF 086/7 Eica Alves
05/01/2020	00000054	00280	00119	5.480.00	Valor recebido da Prefeitura de Belo Vale
05/01/2020	00000055	00119	00271	280.00	Valor debitado em conta para o pagamento a Prefeitura de Pimenta do Indaiá
05/01/2020	00000056	00180	00119	715.00	Valor debitado em conta para o pagamento ao Kleber Gonçalves
05/01/2020	00000057	00280	00119	70.46	Valor debitado referente a despesas bancárias no mês
05/01/2020	00000058	00280	00119	288.00	Valor debitado referente a despesas com alimentação
05/01/2020	00000059	00280	00119	21.84	Valor debitado referente a despesas com alimentação
05/01/2020	00000060	00280	00119	78.37	Valor debitado em conta para o pagamento do INSS referente o salário no mês
05/01/2020	00000061	00280	00119	987.80	Valor Liquidado de Salário no mês
05/01/2020	00000062	00280	00119	0.71	Valor debitado do arredondamento no mês anterior
05/01/2020	00000063	00180	00119	1.848.00	Valor Provisório de Salário no mês
05/01/2020	00000064	00180	00119	0.88	Valor Provisório de arredondamento no mês
05/01/2020	00000065	00280	00119	880.00	Valor debitado do INSS referente o pro labore
05/01/2020	00000066	00280	00119	417.00	Valor debitado do INSS sobre o pro labore no mês
05/01/2020	00000067	00280	00119	4.780.00	Valor Liquidado de Pro - Labore no mês
05/01/2020	00000068	00119	00119	5.880.00	Valor Provisório de Pro - Labore no mês
05/01/2020	00000069	00119	00119	1.780.00	Valor Liquidado de serviço técnico especializado em auditoria, assessoria contábil e financeira prestado pela Sandra Mara de Sousa no mês
05/01/2020	00000070	00119	00119	1.395.00	Valor Liquidado do serviço de assessoria administrativa prestado pela Michele Tereza Cortijo no mês
05/01/2020	00000071	00280	00119	385.00	Valor debitado do INSS referente a prestação de serviço da Sandra e da Michele
05/01/2020	00000072	00280	00119	3.820.00	Valor provisório das despesas com ope em auditoria, assessoria contábil, financeira e administrativas da Sandra e da Michele no mês
05/01/2020	00000073	00119	00119	16.51	Valor creditado em conta referente a rendimento da aplicação financeira no mês
05/01/2020	00000074	00119	00119	7.88	Valor creditado em conta referente a rendimento da aplicação financeira no mês
05/01/2020	00000075	00119	00119	11.83	Valor debitado de PIS sobre aplicação financeira
05/01/2020	00000076	00119	00119	13.557.26	Valor Provisório do Simples Nacional no mês
05/01/2020	00000077	00119	00119	128.00	Valor Provisório da FGTS no mês
05/01/2020	00000078	00119	00276	5.000.00	Valor recebido da Prefeitura de Itanópolis
05/01/2020	00000079	00302	00280	73.888.88	Valor da Receita da Prestação de Serviço conforme NF 02 112/Prefeitura de Itanópolis
05/01/2020	00000080	00312	00280	21.627.88	Valor da Receita da Prestação de Serviço conforme NF 02 112/Prefeitura de Bocacema
05/01/2020	00000081	00119	00119	322.80	Valor pago do pagamento de 11º salário

SUBTOTAL LANÇAMENTOS DO MÊS

62

SUBTOTAL DO MÊS

384.876.78



08/02/2021

DIÁRIO DE 01º DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

Rua FERNANDES TOLEDO, 288 - S.A. 202 - LOURDES, Belo Horizonte MG - CEP. 30140-000

DATA	LANÇAMENTO CONTABILITARIO	CONTA CONTABILITARIA	VALOR	LANÇAMENTO DESCRICAO
01/01/2020	00000000	00100	000,00	Valor transferido para conta de aplicação financeira no mês
01/01/2020	00000000	00100	1.780,00	Valor recebido em conta para o pagamento à Saneira Maria de Sousa no mês 11/2020
01/01/2020	00000000	00100	1.388,97	Valor recebido para pagamento do aluguel da sala de sede da empresa
01/01/2020	00000000	00100	4.793,00	Pagamento do Rótulo de Prô Labor de Empresa Individual Jacqueline de Paula Barbosa Ref. do mês 11/2020
01/01/2020	00000000	00100	4.400,00	Valor transferido para conta de aplicação financeira no mês
01/01/2020	00000000	00100	1.410,77	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 115/Prefeitura de Angaturama
01/01/2020	00000000	00100	1.400,00	Valor recebido em conta para o pagamento ao Citegion de Carvalho
01/01/2020	00000000	00100	126,40	Valor recebido em conta para o pagamento ao FDTs de 11/2020
01/01/2020	00000000	00100	182,00	Valor recebido referente a despesas com viagem
01/01/2020	00000000	00100	15.328,14	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 114/Pref. de Couto Magalhães - RJ
01/01/2020	00000000	00100	987,00	Valor pago do alôno de 11/2020
01/01/2020	00000000	00100	3.908,00	Valor recebido da conta de aplicação financeira no mês
01/01/2020	00000000	00100	21,44	Valor recebido em conta para o pagamento a ECT Deger DR 12 SPN
01/01/2020	00000000	00100	2.103,43	Valor recebido para pagamento do condomínio de sala social da sede da empresa
01/01/2020	00000000	00100	21.827,98	Valor recebido da Prefeitura de Itacaramirim
01/01/2020	00000000	00100	880,00	Valor recebido em conta para o pagamento da prestação de serviço
01/01/2020	00000000	00100	38,00	Valor recebido referente a despesas com alimentação
01/01/2020	00000000	00100	1.389,82	Valor recebido em conta para o pagamento de NF 144/Facta Engenharia e Projetos
01/01/2020	00000000	00100	1.328,00	Valor recebido em conta para o pagamento à Mariana Tereza Gomes
01/01/2020	00000000	00100	2.800,00	Valor recebido em conta para o pagamento ao Ricardo Franco Gomes
01/01/2020	00000000	00100	4.800,00	Valor recebido em conta para o pagamento de aplicação financeira no mês
01/01/2020	00000000	00100	154,88	Valor recebido em conta para o pagamento da assinatura de internet - Net Serviços
01/01/2020	00000000	00100	88,83	Valor recebido em conta para o pagamento de Loggi Tecnologia Ltda
01/01/2020	00000000	00100	288,91	Valor recebido em conta para o pagamento de conta de energia elétrica
01/01/2020	00000000	00100	3.508,00	Valor recebido da conta de aplicação financeira no mês
01/01/2020	00000000	00100	1.780,00	Valor recebido em conta para o pagamento da prestação de serviço
01/01/2020	00000000	00100	48,00	Valor recebido em conta para o pagamento a OAB/MS
01/01/2020	00000000	00100	22.173,82	Valor recebido da Prefeitura de Francisco Dumont
01/01/2020	00000000	00100	336,48	Valor recebido referente a despesas com viagem
01/01/2020	00000000	00100	231,34	Valor recebido em conta para o pagamento à Prefeitura de Belo Horizonte
01/01/2020	00000000	00100	4.880,00	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 117/Pref. de Belo Horizonte
01/01/2020	00000000	00100	6.000,00	Valor pago ref. a prestação de serviço de locação
01/01/2020	00000000	00100	6.640,00	Valor recebido da Prefeitura de Belo Horizonte
01/01/2020	00000000	00100	48,00	Valor recebido referente a despesas com alimentação
01/01/2020	00000000	00100	242,87	Valor recebido referente a despesas com alimentação
01/01/2020	00000000	00100	63,80	Valor recebido referente a despesas com alimentação
01/01/2020	00000000	00100	11.082,88	Valor recebido em conta para o pagamento de NF 11084 Consultoria e Auditoria - Triluz Ltda
01/01/2020	00000000	00100	718,00	Valor recebido em conta para o pagamento ao Rômulo Gonçalves
01/01/2020	00000000	00100	3.280,00	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NFSE 118/Pref. de Belo Horizonte
01/01/2020	00000000	00100	4.880,00	Valor recebido em conta para o pagamento da prestação de serviço
01/01/2020	00000000	00100	444,00	Valor pago do aluguel do 2º andar do 13º andar em 2020
01/01/2020	00000000	00100	102,80	Valor descontado de adiantamento de 13º andar
01/01/2020	00000000	00100	78,57	Valor descontado de INSS referente a 13º andar em 2020
01/01/2020	00000000	00100	3,90	Valor descontado de previdência no mês anterior
01/01/2020	00000000	00100	1.045,00	Valor pago do 13º andar em 2020
01/01/2020	00000000	00100	3,57	Valor provisionado de previdência no mês
01/01/2020	00000000	00100	74,37	Valor recebido em conta para o pagamento de INSS 13º andar
01/01/2020	00000000	00100	393,80	Valor recebido referente a despesas com alimentação
01/01/2020	00000000	00100	818,36	Valor recebido em conta para o pagamento ao Centro 2 Odeus
01/01/2020	00000000	00100	13.367,38	Valor recebido em conta para o pagamento de Empresa Nacional de 11/2020
01/01/2020	00000000	00100	6.000,00	Valor recebido da conta de aplicação financeira no mês
01/01/2020	00000000	00100	1.123,27	Valor recebido em conta para o pagamento do INSS 12/2020
01/01/2020	00000000	00100	180,00	Valor recebido em conta para o pagamento à Correi Consultoria Contábil e Empresarial
01/01/2020	00000000	00100	60,00	Valor recebido referente a despesas com alimentação
01/01/2020	00000000	00100	550,81	Valor recebido em conta para o pagamento do BRRF ao Prô Labor de 11/2020
01/01/2020	00000000	00100	547,00	Valor recebido em conta para o pagamento do BRRF ao Prô Labor de 11/2020
01/01/2020	00000000	00100	3,91	Valor recebido em conta para o pagamento do BRRF ao Prô Labor de 11/2020
01/01/2020	00000000	00100	73.888,58	Valor recebido da Prefeitura de Itapira
01/01/2020	00000000	00100	6.300,00	Valor recebido da conta de aplicação financeira no mês
01/01/2020	00000000	00100	4.800,00	Valor recebido em conta para o pagamento de Empresa Nacional de 11/2020
01/01/2020	00000000	00100	30.000,00	Valor recebido em conta para o pagamento da prestação de serviço
01/01/2020	00000000	00100	4.000,00	Valor pago a título de pagamento de lucros à Jacqueline de Paula Barbosa
01/01/2020	00000000	00100	12.219,88	Valor recebido em conta para o pagamento de NF 150/Facta Engenharia e Projetos Ltda
01/01/2020	00000000	00100	370,00	Valor recebido referente a despesas com alimentação
01/01/2020	00000000	00100	5.888,00	Valor recebido da Prefeitura de Belo Horizonte
01/01/2020	00000000	00100	27.875,27	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NF 50/Prefeitura de Angaturama
01/01/2020	00000000	00100	13.640,78	Valor da Receita de Prestação de Serviço conforme NF 50/Prefeitura de Angaturama
01/01/2020	00000000	00100	10.242,83	Valor recebido em conta para o pagamento de NF 12084 Consultoria e Auditoria - Triluz Ltda
01/01/2020	00000000	00100	718,00	Valor recebido em conta para o pagamento ao Rômulo Gonçalves
01/01/2020	00000000	00100	64,98	Valor recebido em conta para o pagamento a ECT Deger
01/01/2020	00000000	00100	1.780,00	Valor recebido do serviço técnico especializado em auditoria, emissão de certidão e emissão de certidão de registro em nome da Saneira Maria de Sousa no mês
01/01/2020	00000000	00100	1.288,80	Valor recebido de serviço de assistência administrativa prestado pela Michele Tereza de Sousa no mês
01/01/2020	00000000	00100	388,00	Valor descontado de INSS referente a prestação de serviço de Sandra e da Michele Tereza de Sousa no mês
01/01/2020	00000000	00100	2.500,00	Valor recebido dos serviços de assessoria jurídica, emissão de certidão financeira e contábil de Sandra e da Michele Tereza de Sousa no mês
01/01/2020	00000000	00100	880,00	Valor descontado de INSS referente a prestação de serviço no mês
01/01/2020	00000000	00100	847,00	Valor descontado de INSS referente a prestação de serviço no mês
01/01/2020	00000000	00100	4.763,80	Valor recebido de Prô - Labor no mês
01/01/2020	00000000	00100	4.000,00	Valor recebido de Prô - Labor no mês
01/01/2020	00000000	00100	78,27	Valor recebido de INSS referente a alôno 13 e do
01/01/2020	00000000	00100	37,00	Valor recebido de Salário no mês

CONTABILITARIO

286

SERVIÇO NOTARIAL
SANTA LUZIA / MG
AUTENTICAÇÃO NO VERSO



257

06/12/2021

DIÁRIO DO MÊS DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

Rua FERNANDES TOLENTINO, 100 - JARDIM SANTA LUZIA 262 - LOURDES, Belo Horizonte MG - CEP: 30132-000

DATA	LANÇAMENTO	CONTA DEBITADA	CONTA CREDITADA	VALOR LANÇAMENTO	HISTÓRICO
31/12/2020	00000808		00185	0,58	Valor descontado do arrendamento no mês anterior
31/12/2020	00000808	00186		1.045,00	Valor Provisoriado de Salário no mês
31/12/2020	00000808	00187		0,98	Valor Provisoriado do arrendamento no mês
31/12/2020	00000857	00188	00047	4.752,55	Valor proveito lido do Simples Nacional no mês
31/12/2020	00000864	00250	00110	4.803,00	Valor debitado em conta para o pagamento da NF 24/Mercado Ferreira da Silva
31/12/2020	00000867	00250	00253	125,40	Valor Provisoriado do FGTS no mês
31/12/2020	00000810	00220	00119	10,46	Valor debitado referente a despesas bancárias no mês
31/12/2020	00000812	00132	00095	25,30	Valor creditado em conta referente o rendimento de aplicação financeira no mês
31/12/2020	00000812	00083		21,20	Valor creditado em conta referente o rendimento de aplicação financeira no mês
31/12/2020	00000830	00230	00283	4,10	Valor debitado do IR sobre aplicação financeira
31/12/2020	00000845	00198	00035	83,80	Valor Provisoriado do FGTS no mês
31/12/2020	00000847	00198	00215	548,62	Valor da Depreciação acumulada no ano
31/12/2020	00000842	00198	00214	835,74	Valor da Depreciação acumulada no ano
31/12/2020	00000864	00160	00320	10.186,62	Valor da Depreciação acumulada no ano
31/12/2020	00000865	00160	00320	210.480,03	Valor pago a título de adiantamento de Lucro no exercício de 2020 transferido para a conta de lucro apurado
31/12/2020	00000865	00158		10.000,00	Valor provisionado para a reserva de lucros
31/12/2020	00000868		00082	244.758,66	Encerramento exercício 2020
31/12/2020	00000868		00184	34.955,16	Encerramento exercício 2019
31/12/2020	00000868		00173	72.000,00	Encerramento exercício 2018
31/12/2020	00000868		00174	28.027,37	Encerramento exercício 2017
31/12/2020	00000868		00176	1.837,62	Encerramento exercício 2016
31/12/2020	00000868		00177	1.728,82	Encerramento exercício 2015
31/12/2020	00000868		00179	1.488,21	Encerramento exercício 2014
31/12/2020	00000868		00180	1.581,27	Encerramento exercício 2013
31/12/2020	00000868		00181	120,34	Encerramento exercício 2012
31/12/2020	00000868		00185	11.078,88	Encerramento exercício 2011
31/12/2020	00000868		00227	7.348,67	Encerramento exercício 2010
31/12/2020	00000868		00247	518,60	Encerramento exercício 2009
31/12/2020	00000868		00250	132.218,85	Encerramento exercício 2008
31/12/2020	00000868		00265	4.390,00	Encerramento exercício 2007
31/12/2020	00000868		00261	3.708,44	Encerramento exercício 2006
31/12/2020	00000868		00282	3.421,45	Encerramento exercício 2005
31/12/2020	00000868		00169	746,00	Encerramento exercício 2004
31/12/2020	00000868		00254	10.574,00	Encerramento exercício 2003
31/12/2020	00000868		00319	38.086,02	Encerramento exercício 2002
31/12/2020	00000868		00184	1.433,06	Encerramento exercício 2001
31/12/2020	00000868		00320	441,38	Encerramento exercício 2000
31/12/2020	00000868		00316	104,12	Encerramento exercício 1999
31/12/2020	00000868		00165	14.753,73	Encerramento exercício 1998
31/12/2020	00000868		00166	1.694,84	Encerramento exercício 1997
31/12/2020	00000868		00167	82,60	Encerramento exercício 1996
31/12/2020	00000868		00169	914,30	Encerramento exercício 1995
31/12/2020	00000868		00230	1.478,49	Encerramento exercício 1994
31/12/2020	00000868		00313	1.344,87	Encerramento exercício 1993
31/12/2020	00000868		00162	2.336,69	Encerramento exercício 1992
31/12/2020	00000868		00220	1.526,14	Encerramento exercício 1991
31/12/2020	00000868		00285	2,40	Encerramento exercício 1990
31/12/2020	00000868		00283	67,80	Encerramento exercício 1989
31/12/2020	00000868		00318	18,49	Encerramento exercício 1988
31/12/2020	00000868		00211	848,66	Encerramento exercício 1987
31/12/2020	00000868		00213	2.878,47	Encerramento exercício 1986
31/12/2020	00000868		00234	20,90	Encerramento exercício 1985
31/12/2020	00000868	00164		1.940.408,27	Encerramento exercício 1984
31/12/2020	00000867		00160	1.875.948,07	Encerramento exercício 1983
31/12/2020	00000867	00080		1.875.316,77	Encerramento exercício 1982
31/12/2020	00000867	00085		671,50	Encerramento exercício 1981

SUBTOTAL LANÇAMENTOS DO MÊS : 7% SUBTOTAL DO MÊS : 4.141.823,23
TOTAL LANÇAMENTOS : 824 TOTAL : 18.784.015,75

JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

JACQUELINE DE PAULA BARBOSA
SOCIETÁRIA/ADMINISTRADORA

CI MG699544 - SSP - CPF 987.432.686-87

ELSON SOUSA MORAIS

RG: MG 14077462 - SSP - CPF: 089.272.476-65

CONTADOR - CRC: 0847040-0 / MG

Rua Juscelino Romualdo de Moraes, 68 A Centro - Rio Manso MG

Elson Sousa Moraes
Contador
CRC MG 0847040-0
CPF: 089.272.476-65

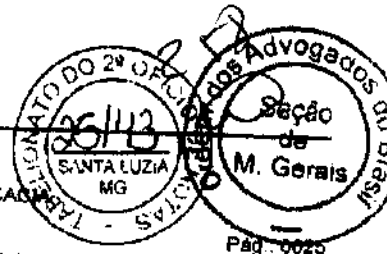


06/02/2021

09:48:44

BALANÇO PATRIMONIAL ANALÍTICO EM 31/12/2020
JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
 CNPJ: 18.985.286/0001-01

ARRESTINO GONCALVES
 2º SERVIÇO NOTARIAL
 SANTA LUZIA / MG
 11/12/2020 NO VBSO



Pag.: 0025

ATIVO**ATIVO CIRCULANTE**

198.402,21 D

Caixa e Equivalentes de Caixa

40.081,97 D

Caixa

Caixa

9.582,55 D

Bancos Conta Movimento

Banco do Brasil

5.642,94 D

Aplicações Financeiras

Banco do Brasil

24.636,08 D

Contas a Receber

168.340,24 D

Clientes

CASFS Centro de Análises Sociais Financeiras e de Serviços

3.500,00 D

Prefeitura Municipal de Mirabela

17.494,72 D

Prefeitura de Três Marias

4.178,49 D

Prefeitura Municipal de Juatuba

8.400,00 D

Prefeitura Municipal de Jacutinga

1.240,39 D

Prefeitura Municipal de Porto Real

15.467,44 D

Prefeitura Municipal de Rio Novo

10.369,26 D

Prefeitura Municipal de Angelândia

11.410,77 D

Prefeitura Municipal de Ipaçu

45.775,34 D

Prefeitura Municipal de Couto de Magalhães de Minas

40.483,83 D

ATIVO NÃO CIRCULANTE

164.412,41 D

Imobilizado

164.412,41 D

Bens Tangíveis

Benfeitorias em Imóveis de Terceiros

156.768,82 D

Móveis e Utensílios

12.325,57 D

Equipamentos de Informática e Eletrônicos

10.276,47 D

(-) Depreciação/Amortização Acumulada

(-) Amortização em Imóveis de Terceiros

12.263,62 C

(-) Deprec. Móveis e Utensílios

1.641,87 C

(-) Deprec. Equipamentos de Informática

1.062,80 C

TOTAL DO ATIVO

362.814,62 D

259

Ordem dos Advogados do Brasil

Seção de M. Gerais

Exp. 0029

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui dadas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas.
A sociedade não possui Auditoria Independente.

JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE
ADVOCACIA

JACQUELINE DE PAULA BARBOSA
SOCIA/TITULAR/ADMINISTRADORA
CJ MG6996846 - SSP - CPF: 027.432.586-67

MG8996846 - SSP - CPF: 897.432.586-87
Elson Sousa Morais
 Contador
 CRC MG-084704/O-0
 CPF: 089.272.476-55
 CONTADOR - CRC: 084704/O-0 / MG

Rua Juscelino Romulo de Moraes, 66 A Centro, Rio Branco MG

Cartorio Modestino Gonçalves Filho - MG

Autentico este documento, composto por 1 folha (s), por m/m, rubricada (s), numerada (s) e carimbada (s), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.

Santa Luzia, 09/04/2021

SELO DE CONSULTA: EPU35732
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 9748.7881.5500.5091

Quantidade de atos praticados: 1

Ato (n) praticado (n) por: Rafael de Lima Vianna - Escrevente Auxiliar
EmotR\$ 5,02 TF (00-000) Valor FaturR\$ 7,74 IR\$ R\$ 0,11
Consulte o Validez deste ato na site: <https://sebraemg.ma.br>

Nº DA
ETIQUETA
AAW202010

06/02/2021

BALANÇO PATRIMONIAL ANALITICO EM 31/12/2020
JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
CNPJ 18.732.036/0001-01

09.48.45

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores

33.549,85 C

3.115,00 C

Fornecedores

Sandra Mara de Sousa

1.780,00 C

Michele Teixeira Gontijo

1.335,00 C

Obrigações Tributárias

24.549,45 C

Impostos a Recolher

Simplex Nacional A Recolher

22.879,08 C

INSS a recolher

1.123,37 C

IRRF

547,00 C

Obrigações Trabalhistas e Sociais

5.885,40 C

Folha de Pagamento

Salários a Pagar

967,00 C

Pró-Labore a Pagar

4.793,00 C

FGTS a Recolher

125,40 C

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

106.200,00 C

Financiamentos/Empréstimos

106.200,00 C

Financiamento/Empréstimo Bancário

Empréstimos Banco Brasil

106.200,00 C

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

223.064,77 C

Capital Social

200.000,00 C

Capital Social Subscrito

Capital Social Subscrito Jacqueline de Paula
Barbosa

200.000,00 C

Reservas

10.000,00 C

Reservas de Lucros

Lucros a Distribuir

10.000,00 C

Lucro/Prejuízos Acumulados

13.064,77 C

Lucros Acumulados

Lucro Aperado

13.064,77 C

TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

362.814,82 C

Sub as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas.
A sociedade não possui Auditoria Independente

06/02/2021

BALANÇO PATRIMONIAL ANALÍTICO EM 31/12/2020
JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
CNPJ: 16.965.068/0001-01

06:45

Pág. 0028

JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2020

JACQUELINE DE PAULA BARBOSA
SOCIÁ/TITULAR/ADMINISTRADORA
CJ MG6998845-999 CPF: 997.432.586-87

Elson Sousa Morais
Contador
CRC MG 094704/O-0
CPF: 089.272.476-55

ELSON SOUSA MORAIS
CPF: 089.272.476-55

CONTADOR - CRC: 094704/O-0 / MG

Rua Juscelino Romualdo de Morais, 66 A Centro Rio Menas MG

CC

Cartório Modestino Gonçalves Filho - MG

Autenticado este documento, composto por 1 folha (s), por mim rubricada (s), numerada (s) e carimbada (s), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.
Santa Luzia, 06/04/2021

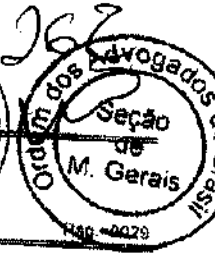
SELO DE CONSULTA: EFUS6733
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 8137.1335.0813.9180



Quantidade de atos praticados: 1
Ato (s) praticado (s) por Rafaela de Lima Vianho - Escrevente Auxiliar
Emol: R\$ 5,82 TR: R\$ 1,41 Valor Total: R\$ 7,23 IRTS 0,11
Consulte a validade deste ato no site: <http://repositorio.jus.br>

Nº DA ETIQUETA 646339418

RODESTINO GONÇALVES
2º SERVIÇO NOTARIAL
SANTA LUZIA / MG
AUTENTICAÇÃO NO VERSO



09/02/2021

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2020
JACQUELINE DE PAIVA E FILHA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
CNPJ: 18.965.386/0001-01

Receita de Serviços	
Prestação de Serviços	1.873.376,77
Deduções da Receita	1.873.376,77
DAS Simples Nacional	(244.768,85)
Receitas Financeiras	(244.768,85)
Rendimento Aplicações Financeiras	571,30
Custos de Serviços Prestados	571,30
Serviços Prestados	(34.935,15)
Despesas Administrativas	(34.935,15)
Pró-labore	(1.321.181,64)
Aluguel de imóveis	(72.000,00)
Energia Elétrica	(29.027,37)
Telefone e Internet	(1.837,62)
Material de Consumo	(1.728,92)
Material de Escritório	(1.488,21)
Correios	(1.531,27)
Depreciação e Amortização	(120,34)
Combustíveis e Lubrificantes	(11.679,98)
Manutenção e Reparação	(7.346,57)
Serviços de Terceiros	(519,50)
Honorários Contábeis	(1.132.218,85)
Alimentação	(4.350,00)
Despesa com Cartório	(3.705,44)
OAB/MG (Ordem dos Advogados do Brasil)	(3.421,45)
Serviços Gráficos	(246,00)
Perdas no Recebimento de Créditos	(10.874,00)
Despesas com a Prestação de Serviço	(39.086,02)
Despesas de Viagens	(11.978,56)
Propaganda e Publicidade	(11.433,05)
Locação de Veículo	(441,38)
Despesas com Pessoal	(104,12)
Salários	(20.238,83)
Férias	(14.753,73)
Vale Transporte	(1.694,84)
Uniformes	(52,60)
FGTS	(914,30)
13º Salário	(1.478,49)
Despesas Financeiras	(1.344,87)
Juros Passivos	(3.951,32)
Despesas bancárias	(2.338,69)
IOF sobre Aplicação Financeira	(1.526,14)
IR sobre Aplicação Financeira	(2,40)
Perdas em Aplicações Financeiras	(67,60)
Despesas Tributárias	(16,49)
Impostos e Taxas Estaduais	(3.349,03)
Impostos e Taxas Municipais	(648,66)
Multas de Mora	(2.679,47)
	(20,90)

Cartório Rodestino Gonçalves - 7150 - MG

Autenticado este documento, composto por 1 folha (e), por mim rubricado (e), remanescente (e), e certificado (e), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do qual dou fé.

SANTA LUZIA, 06/04/2021

SELO DE CONSULTA: 8FUS5736

CÓDIGO DE SEGURANÇA: 8146.2062.8366.7985

Quantidade de atos praticados: 1

Atos (e): 01 (e) - por Rubrica de uma Viagem - Escriturante Autêntica

ENCARGOS: 01 (e) - por Rubrica de uma Viagem - 7150 - MG

Cartório Rodestino Gonçalves - 7150 - MG

Nº DA ETIQUETA: 8AN231921

05/02/2021

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2020
JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

CNPJ 18.536.388/0001-01

18.04.57

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Pág. 0030

233.544,80

Sou as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas.
A sociedade não possui Auditoria Independente.

[Assinatura]

JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE
ADVOCACIA

JACQUELINE DE PAULA BARBOSA
SOCIA/TITULAR/ADMINISTRADORA
C1 MG8998846 - SSP - CPF 997.432.568-87

[Assinatura]
Eelson Sousa Morais
Contador
CRC MG 0847040-0
CPF 089.272.476-55

EELSON SOUSA MORAIS
RG. MG 14077982 - SSP - CPF: 089.272.476-55
CONTADOR - CRC 0847040-0 / MG
Rua Juscelino Humbaldo de Morais, 56 A Centro, Rio Manso MG



Cartório Modestino Gonçalves Filho - MG

Autentico este documento, composto por 1 folha (e), por mim
rubricada (e), numerada (e) e carimbada (e), por ser reprodução fiel do
original que me foi apresentado, do que dou fé.
Santa Luzia, 06/04/2021

SELO DE CONSULTA: EFU35738
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 4284.8921.9396.1282



Quantidade de atos praticados: 1
Atos (e) praticado (e) por Rafaela de Lima Vilarino - Escrivente Auxiliar
EmpobR\$ 5,99 TEJUR\$ 1,41 Valor FinalR\$ 7,7499R\$ 9,11
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.imp.jus.br>

Nº DA
STIPULATA
AW382822



06/02/2021

Demonstração Fluxo de Caixa Método Direto
JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
CNPJ 18.985.388/0001-01

Pág.: 0031

	2017	2018	2019	2020
1 - Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais				
(+) Recebimento de Clientes	407.546,18	408.585,47	1.323.113,77	2.314.946,38
(-) Pagamento de Fornecedores	(319.098,90)	(359.716,31)	(1.129.014,75)	(2.007.866,24)
(-) Pagamento de Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Pagamento de Empregados	(7.908,28)	(9.638,84)	(10.082,80)	(12.416,66)
(-) Pagamento de Pro Labore	(7.908,28)	(7.626,41)	(23.881,53)	(57.528,81)
(-) Pagamento de Impostos	(23.418,15)	(18.924,75)	(117.712,82)	(242.098,06)
(+) Rendimento de Aplicação Financeira	524,86	0,00	384,32	571,30
(-) Pagamento de Juros	(8,24)	(1.190,19)	(2.023,60)	(2.359,59)
(-) Despesas Bancário, IR e IOF	(990,48)	(2.047,24)	(3.810,23)	(1.596,14)
Caixa Líquido Resultante das Atividades Operacionais	48.738,70	11.439,73	36.972,36	(8.349,82)
2 - Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento				
Caixa Líquido Resultante das Atividades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00
3 - Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento				
Caixa Líquido Resultante das Atividades de Financiamento	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa (1+2+3)	48.738,70	11.439,73	36.972,36	(8.349,82)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	0,00	0,00	11.439,43	48.411,79
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	48.738,70	11.439,73	48.411,79	40.061,97

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2020

JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

JACQUELINE DE PAULA BARBOSA
SOCIETITULAR/ADMINISTRADORA
OJ MG0990846 - SSP - CPF 987.432.588-87

ELSON SOUSA MORAIS

RG MG 14077822 - SSP - CPF 089.272.476-55
CONTADOR - CRC 094704/O-0 / MG

Elson Sousa Morais
Contador
CRC MG 094704/O-0
CPF 089.272.476-55



Cartório Modestino Gonçalves Fina - MG

Autentico este documento, composto por 1 folha (1), por mim rubricada (1), numerada (1) e carimbada (1), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.
Santa Luzia, 08/04/2021

SELO DE CONSULTA: BFU35737
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 8309.6265.4006.2029

Quantidade de atos praticados: 1
Ato (1) praticado (1) por Rafaela de Lima Vilarino - Escrevente Auxiliar
Emolpo \$ 6,62 TFCJ 001.01 Valor Praticado \$ 7.744,88 (R\$ 9,11)
Consulte e valide este selo no site: <https://selos.tmg.jus.br>

CONTEL CONSULTORIA CONTABIL E EMPRESARIAL LTDA ME / Mastermaq Softwares.



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Dezembro/2020
JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

CNPJ 18.985.386/0001-01

10.02.21

Pág. 0032

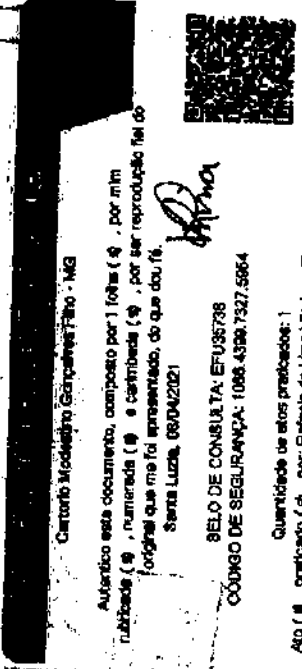
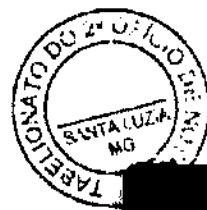
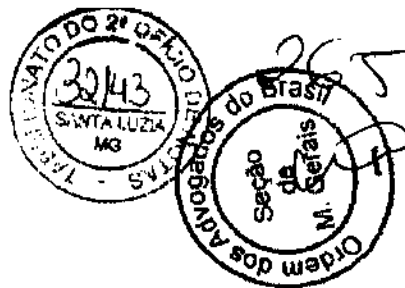
HISTÓRICO	Capital Social Integralizado	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido dos Sócios da Controladora	Participação das Não Controladoras no Pat. Líq. das Controladoras	Patrimônio Líquido Consolidado	Demonstração do Resultado Abrangente Total da Companhia
Saldos Iniciais	200.000,00			0,00					
Transações de Capital com os Sócios									
Lucro Líquido do Período				13.064,77					
Outros Resultados Abrangentes									
Resultado Abrangente Total									
Constituição de Reservas			10.000,00						
Saldos Finais	200.000,00		10.000,00	13.064,77					
Result. Abrangente das Não Controladoras									
Result. Abrangente dos Sócios da Controladora									

Belo Horizonte 31 de dezembro de 2020

Jacqueline de Paula Barbosa
JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
JACQUELINE DE PAULA BARBOSA
SOCIA/TITULAR/ADMINISTRADORA
 C1 MG6896546 - SSP - CPF: 987.432.585-87

Elson Sousa Morais
Elson Sousa Morais
Contador
CRC MG 0947040-0
CPF-089.272.476-55
 REG-MG/14077462 - SSP - CPF: 089.272.476-55
CONTADOR - CRC. 094704/0-0 / MG

ARTORIO MODESTINO GONÇALVES
 1º SERVIÇO NOTARIAL
 SANTA LUZIA / MG
 AUTENTICAÇÃO NO VERSO



Autentico este documento, composto por 1 (uma) folha (s), por min
 rubrica (s), numerada (s) e carimbada (s), por ser reprodução fiel do
 original que me foi apresentado, do que dou fé.
 Santa Luzia, 02/04/2021

BELO DE CONSULTA: EFUS5738
 CÓDIGO DE SEGURANÇA: 1086.4326.7327.5864

Quantidade de atos praticados: 1
 Atos (s) praticado (s) por: Rafaela de Lima Vianna - Escrevente Autêntica
 Emotus: 6.52.76.34.31 Valor Fim: R\$ 7,24 \$595.011
 Consulte o validade desta assinatura no site: https://sais.mg.gov.br

06/02/2021

10:03:12

Indicadores Econômicos e Financeiros em 31/12/2020

JACQUELINE DE PAIVA PEREIRA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

CNPJ 18.886.386/0001-01

MODERSTINO GONÇALVES
2º SERVIÇO NOTARIAL
SANTA LUZIA / MG
AUTENTICADO NO VERO



Pag: 0033

Liquidez Corrente

Ativo Circ.

R\$ 198.402,21

Passivo Circ.

R\$ 33.549,85

= 5,91

A empresa possui R\$ 5,91 de ativo circulante para cada R\$ 1,00 de dívida a curto prazo.

Liquidez Seca

Ativo Circulante (-) Estoque

R\$ 198.402,21

Passivo Circulante

R\$ 33.549,85

= 5,91

A empresa possui R\$ 5,91 de ativo circulante para cada R\$ 1,00 de dívida a curto prazo sem comprometer o estoque.

Liquidez Imediata

Disponibilidade

R\$ 198.402,21

Passivo Circulante

R\$ 33.549,85

= 5,91

A empresa possui R\$ 5,91 de disponibilidades para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo.

Liquidez GeralAtivo Circ. (+) Realiz.
L/Prazo

R\$ 362.814,62

Passivo Circulante (+)

R\$ 139.749,85

= 2,60

A empresa possui R\$ 2,60 de ativo circulante e ativo realizável a longo prazo para cada R\$ 1,00 de dívida.

Cartório Modestino Gonçalves Filho - MG

Autentico este documento, composto por 1 folha (e), por mim
rubricada (e), numerada (e) e carimbada (e), por ser reprodução fiel do
original que me foi apresentado, do que dou fé.
Santa Luzia, 09/04/2021

SELO DE CONSULTA: EFL36739
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 0661-3751-2737-6364

Quantidade de atos praticados: 1

Ata (e) praticado (e) por Rafaela de Lima Vianna - Escrevente-Auxiliar

Emprego (s): TRF 3, 81 Valor Faturado R\$ 7.448,85 R\$ 0,11

Consulte o histórico desta ata no site: <https://eodp.org.br>

CONTEL CONSULTORIA CONTÁBIL E EMPRESARIAL LTDA ME - INSC. ESTAD. 06.908.000-00



CONTEL CONSULTORIA CONTÁBIL E EMPRESARIAL LTDA ME

12

02/02/2021

Indicadores Econômico-Financeiros em 31/12/2020

JACQUELINE DE FARIAS LINS E ASSOCIADOS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

CNPJ 18.986.388/0001-01

10.03.14

Pag. 0034

Solvência Geral

Ativo

Passivo Circulante (+)

Passivo Não Circ.

R\$ 362.814,62

R\$ 139.749,85

= 2,60

A empresa dispõe de R\$ 2,60 de ativo total para cada R\$ 1,00 de dívida

Participação do Capital Próprio

Patrimônio Líquido

Ativo

R\$ 223.064,77

R\$ 362.814,62 x 100 = 61,48%

O capital próprio representa 61,48% do investimento total.

Participação do Capital de Terceiros

Passivo Circulante (+)

Passivo Não Circ.

Patrimônio Líquido

R\$ 139.749,85

R\$ 223.064,77 x 100 = 62,65%

Capital de terceiros representa 62,65% do patrimônio líquido.

Garantia do Capital Próprio ao Capital de Terceiros

Patrimônio Líquido

Passivo Circulante (+)

Passivo Não Circ.

R\$ 223.064,77

R\$ 139.749,85 x 100 = 159,62%

Garantia do Capital Próprio ao Capital de Terceiros representa 159,62% do ativo total

VANTONIO MODESTINO GONCALVES FARIAS - MG

Autenticado este documento, composto por 1 folha (e), por meio de rubrica (e) numerada (e) e carimbada (e), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.
Santa Luzia, 02/04/2021

SELO DE CONSULTA: EPU36740

CÓDIGO DE SEGURANÇA: 9936.7146.1232.2667

Quantidade de atos praticados: 1

Ato (e) praticado (e) por: Rafaela de Lima Vilarinho - Escrevente Autêntica

Em: 02/04/2021 às 14:01 Valor: R\$ 7,74 (R\$ 0,11)

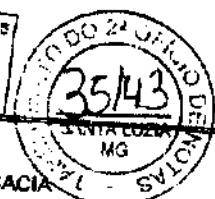
Link para consulta: <https://www.jusbrasil.com.br/autenticacao>

Nº DA ETIQUETA
JAN191824

CONTEL CONSULTORIA CONTÁBIL E EMPRESARIAL



CARTÓRIO MODESTINO GONÇALVES
2º SERVIÇO NOTARIAL
SANTA LUZIA / MG
AUTENTICAÇÃO NO VERSO



08/02/2021

10:03:14

Indicadores Econômico-Financeiros em 31/12/2020

JACQUELINE DE PAIVA OLIVEIRA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

CNPJ 18.308.386/0001-01

Pag: 0035

Composição de Endividamento Curto Prazo

Passivo Circulante

Passivo Circulante (+)

Passivo Não Circ.

$$\frac{R\$ 33.549,85}{R\$ 139.749,85} \times 100 = 24,01\%$$

As obrigações a curto prazo representam 24,01% das obrigações totais.

Composição de Endividamento Longo Prazo

Passivo Não Circulante

Passivo Circulante (+)

Passivo Não Circ.

$$\frac{R\$ 106.200,00}{R\$ 139.749,85} \times 100 = 75,99\%$$

As obrigações a longo prazo representam 75,99% das obrigações totais.

Grau de Endividamento Geral

Passivo Circulante (+)

Passivo Não Circ.

Ativo

$$\frac{R\$ 139.749,85}{R\$ 362.814,62} \times 100 = 38,52\%$$

Capital de terceiros representa 38,52% do capital próprio.

Imobilização do Investimento Total

Ativo Não Circulante (-)

Realizável Longo Prazo

Ativo

$$\frac{R\$ 0,00}{R\$ 362.814,62} \times 100 = 0,00\%$$

A imobilização representa 0,00% do capital em giro.

Cartório Modestino Gonçalves Filho - MG

Autentico este documento, composto por 1 folha (1), por meio rubricada (1), numerada (1) e assinada (1), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.

Santa Luzia, 08/04/2021

BELO DE CONSULTA: EFU35741
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 0778.9252.4818.9229

Quantidade de atos praticados: 1

Ato (1) praticado (1) por: Rafaela de Lima Viegas - Escrevente Auxiliar

Emolpo R\$ 8,00 TR (R\$ 1,01 Valor Fixado R\$ 7,24) (R\$ 0,75)

Consulte a validade deste ato no site: <https://repositorio.jus.br>

CONTEL CONSULTORIA CONTÁBIL E EMPRESARIAL LTDA ME / Masterman Software.



ANTONIO MODESTINO GONCALVES
2º SERVIÇO NOTARIAL
SANTA LUZIA / MG
AUTENTICAÇÃO NO VERSO



06/02/2021

Indicadores Econômico-Financeiros em 31/12/2020

JACQUELINE DE PAULA FERREIRA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

CNPJ 18.985.388/0001-01

Pág.: 0036

Imobilização do Patrimônio Líquido

Ativo Não Circulante (-)
Realizável Longo Prazo

Patrimônio Líquido

$$\frac{R\$ 0,00}{R\$ 223.064,77} \times 100 = 0,00\%$$

A imobilização representa 0,00% do capital próprio.

Rentabilidade do Investimento Total

Resultado Antes das Provisões

Ativo

$$\frac{R\$ 233.544,80}{R\$ 362.814,62} \times 100 = 64,37\%$$

O resultado do exercício antes do imposto de renda é de 64,37% sobre o capital em giro.

Rentabilidade do Capital Próprio

Resultado Antes das Provisões

Patrimônio Líquido

$$\frac{R\$ 233.544,80}{R\$ 223.064,77} \times 100 = 104,70\%$$

O resultado do exercício antes do imposto de renda é de 104,70% sobre o capital próprio.

Capital Próprio S/Passivo Total

Patrimônio Líquido

Passivo

$$\frac{R\$ 223.064,77}{R\$ 362.814,62} \times 100 = 61,48\%$$

O capital próprio representa 61,48% do passivo total.

Centurio Modestino Gonçalves Filho - MG

Autentico este documento, composto por 1 folha (1), por mim rubricada (1), numerada (1) e carimbada (1), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.
Santa Luzia, 06/04/2021

SELO DE CONSULTA: EPU36742

CODIGO DE SEGURANCA: 3762.6294.1337.1866

Quantidade de atos praticados: 1

Ato (1) praticado (1) por Rafaela de Lima Vianna - Escrevente Auxiliar
Data: 06/02/2021 Valor: R\$ 7,74 + R\$ 0,11
Assinatura e validade digital: <https://www.legisbr.com.br>



CONTEL CONSULTORIA CONTABIL E EMPRESARIAL LTDA ME / Masterinay Softwares.

CONFIRMADO



ATTO MODESTINO GONÇALVES
2º SERVIÇO NOTARIAL
SANTA LUZIA / MG
AUTENTICAÇÃO NO VERSO



270

06/02/2021

Indicadores Econômicos e Financeiros em 31/12/2020

JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

10/03/14

14.PJ 18.985.388/0001-01

Pág.: 0037

Capital de Giro Próprio

(+) Ativo Circulante	R\$ 198.402,21	
(+) Realizável L/Prazo	R\$ 164.412,41	R\$ 362.814,62
(-) Passivo Circulante		
(-) Passivo Não Circulante	R\$ 33.549,85	
(=) Capital de Giro Próprio	R\$ 106.200,00	R\$ 139.749,85
		<u>R\$ 223.064,77</u>

A empresa possui R\$ 223.064,77 de capital de giro próprio.

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2020

JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

JACQUELINE DE PAULA BARBOSA
SOCIA/TITULARIA/ADMINISTRADORA

CI-MG6928846 - SSP - CPF 987.432.866-87

ELSON SOUSA MORAIS

RG-MG 14077482 - SSP - CPF 089.272.476-55

CONTADOR - CRC 094704/O-0 / MG

Elson Sousa Morais
Contador
CRC MG 094704/O-0
CPF 089.272.476-55



Cartório Modestino Gonçalves Filho - MG

Autentico este documento, composto por 1 folha (s), por mim rubricada (s), numerada (s), e carimbada (s), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.
Santa Luzia, 08/04/2021

SELO DE CONSULTA: BFU36743
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 5242.2001.8364.3699



Quantidade de atos praticados: 1
Ato (s) praticado (s) por: Rafaela de Lima Vianno - Escrevente Auxiliar
Em: R\$ 6,00 - TFCR: 10 - Valor Final: R\$ 7,74 (58,18%)
Consulta a validade deste selo no site: <https://selos.dmg.jus.br>

IN DA
ETIQUETA
AAW222828

Nota Explicativa

1 – Contexto Operacional

A Pessoa Jurídica Jacqueline de Paula Barbosa Sociedade Individual de Advocacia é uma sociedade de Prestação de Serviço Advocatícios em Direito Público, Tributário, Previdenciário, Eleitoral e demais áreas do Direito, nos termos dos Artigos 15 a 17 da Lei 8.906/1994, que iniciou suas atividades em 01/10/2013, conforme registro na Ordem dos Advogados do Brasil OAB nº 5697, com sede à Rua Fernandes Tourinho, nº 999, sala 202, Lourdes, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.112-003.

2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira, em especial com a ITG 1.000 CFC e com o CPC para Pequenas e Médias Empresas.

- 1.1 Balanço Patrimonial;
- 1.2 DRE (Demonstração do Resultado do Exercício)
- 1.3 DFC Método Direto (Demonstração do Fluxo de Caixa);
- 1.4 DMPL (Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido);

3- Principais Práticas Contábeis

- 3.1) Movimentação financeira e/ou Aplicações Financeiras: Estão registrados nas contas de caixa e conta bancária todas as despesas fixas e variáveis, bem como na conta aplicação foi registrado todo custo de aplicação, acrescidos dos rendimentos proporcionais até a data do balanço;
- 3.2) Direitos e obrigações: Estão demonstrados pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de competência;
- 3.3) O Ativo Imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear.

CONFIDENTIAL

CARTÓRIO MODESTINO GONÇALVES
2º SERVIÇO NOTARIAL
SANTA LUZIA / MG
AUTENTICAÇÃO NO VERSO



No exercício de 2020 foi transferido o saldo na conta de Instalações para a conta de benfeitoria em imóveis de terceiros no valor de R\$ 69.000,00 (sessenta e nove mil reais). Também no exercício foi contabilizado o valor de R\$ 87.768,82 (oitenta e sete mil, setecentos e sessenta e oito reais e oitenta e dois centavos) referente à benfeitorias realizadas na sede da empresa.

No exercício de 2020 foi adquirido móveis e utensílios para à sede da empresa no valor de R\$ 6.510,01 (seis mil, quinhentos e dez reais e um centavos).

No exercício de 2020 foi adquirido equipamentos de informática e eletrônicos para à empresa no valor de R\$ 8.467,47 (oito mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e quarenta e sete centavos).

O valor do Ativo Imobilizado é de R\$ 164.412,41 (cento e sessenta e quatro mil, quatrocentos e doze reais e quarenta e um centavos) e o valor da depreciação/amortização no período foi de R\$ 14.958,45 (quatorze mil, novecentos e cinquenta e oito reais e quarenta e cinco centavos)

3.4) Ajuste de avaliação patrimonial: A empresa nunca efetuou ajuste de avaliação patrimonial.

3.5) Investimentos em empresas coligadas e controladas: A empresa não participa do capital social de outras sociedades.

3.6) Impostos Federais, Estaduais e Municipais: A empresa é optante pelo regime tributário do Simples Nacional e contabiliza os encargos tributários pelo regime de competência.

4) Empréstimos e Financiamentos

A empresa adquiriu um empréstimo junto ao Banco do Brasil a título de capital de giro disponibilizado pelo Governo Federal, o PRONAMP, em função à Pandemia do Covid-19, no valor de R\$ 106.200,00 (cento e seis mil e duzentos reais).

CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO

21/8



Cartório Modestino Gonçalves Filho - MG

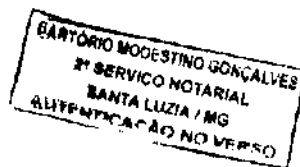
Autentico este documento, composto por 1 folha (1), por meio rubricada (1), numerada (1) e carimbada (1), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.
Santa Luzia, 09/04/2021

SELO DE CONSULTA: EPU35746
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 1906.0484.3085.4315

Quantidade de atos praticados: 1
Atos (1) praticados (1) por: Rafaela de Lima Vilarinho - Escrevente Auxiliar
Emol: R\$ 5,62 TPJUR: R\$ 1,81 Valor Final: R\$ 7,4388: R\$ 0,11
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.ung.us.br>



STIQUETA
AAW22201



213
40
W

5) Responsabilidade e Contingências

Não há passivo contingente registrado contabilmente, tendo em vista que a administradora da empresa, escudados em opinião de seus consultores e advogados, não apontam contingências de quaisquer natureza.

6) Capital Social

O valor do capital social da empresa é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), dividido em 200.000 (duzentos mil) quotas de R\$ 1,00 (um real), totalmente integralizado.

7) Lucro Líquido

A empresa apurou um lucro no exercício no valor de R\$ 233.544,80 (duzentos e trinta e três mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos).

A empresa fez a distribuição dos lucros acumulados em exercícios anteriores no exercício de 2020, no valor de R\$ 86.719,97 (oitenta e sete mil, setecentos e dezenove reais e noventa e sete centavos).

A empresa também optou por fazer um adiantamento de lucros à titular/sócia durante o exercício de 2020, no valor de R\$ 210.480,03 (duzentos e dez mil, quatrocentos e oito centavos).

O lucro líquido apurado no exercício foi no valor de 23.064,77 (vinte e três mil, sessenta e quatro reais e setenta e sete centavos). Tal apuração se deu após a dedução do valor de R\$ 210.480,03 (duzentos e dez mil, quatrocentos e oitenta reais e três centavos) de adiantamento de lucros no exercício, sobre o valor de 233.544,80 (duzentos e trinta e três reais, quinhentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos) do lucro apurado no exercício.

7) Indicadores Econômicos Financeiros

Os indicadores econômicos financeiros demonstram a real situação da empresa, eles estão demonstrados na seguinte forma:

- Índices de Liquidez: demonstram a capacidade da empresa de cumprir com suas obrigações no vencimento do prazo;

CONFIRMADO

M

A

W



294
CARTÓRIO MODESTINO GONÇALVES FILHO
SERVIÇO NOTARIAL
SANTA LUZIA / MG

- Solvência Geral: Demonstra a situação de descontinuidade empresarial, tal índice mede a liquidez total da empresa, por meio da comparação da capacidade de cobertura das exigibilidades totais, utilizando-se dos ativos totais;
- Índices de Endividamento: Demonstram que a empresa possui o nível de capital de terceiros utilizados, sob o ponto de vista dos fornecedores, o interesse volta-se para o curto prazo ou para a capacidade de pagamento das compras realizadas;
- Índices de Estrutura de Capital: Demonstram que a empresa possui capacidade de transformar suas receitas em giro de caixa e cumprir com suas obrigações; e
- Índices de Rentabilidade: Demonstram se que empresa de fato está possuindo uma lucratividade relevante para se manter no mercado e satisfazer os interesses societários.

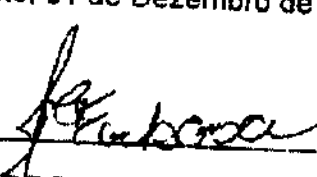
7- Propriedade para Investimento

A empresa não adquiriu nenhuma propriedade para investimento no exercício.

8 - Eventos Subsequentes

A administradora declara a inexistência de fatos ocorridos subsequente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Associação ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros

Belo Horizonte, 31 de Dezembro de 2020.


JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
ADMINISTRADORA/TITULAR
JACQUELINE DE PAULA BARBOSA
C.I. MG6996846 - SSP/MG CPF: 997.432.566-87



Cartório Modestino Gonçalves Filho - MG

Autentico este documento, composto por 1 folha (e), por mim rubricada (e), numerada (e), e cartada (e), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.
Santa Luzia, 08/04/2021

SELO DE CONSULTA: EFU36747
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 8156.2360.0396.8824

Quantidade de atos praticados: 1
Atos (e) praticados (e) por Rafaela de Lima Vianna - Escrevente Auxiliar
Emol: R\$ 0,82 - TR: R\$ 1,00 - Valor Total: R\$ 7,74 - R\$ 9,12
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.ung3a.br>

Nº DA ETIQUETA
AAW23833



42

295
W

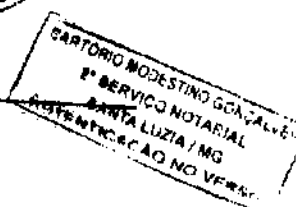
Elson Sousa Morais
Contador
CRC MG 094704/0-0
CPF: 089.272.476-55

ELSON SOUSA MORAIS

CONTADOR CRC 094704/MG

RG: 14077462 CPF: 089.272.476-55

Rua Juscelino Romualdo de Morais, nº 66 – Bairro Centro. Rio Manso/MG.



Cartório Modestino Gonçalves Filho - MG

Autentico este documento, composto por 1 folha (s), por mim
rubricada (s), numerada (s) e carimbada (s), por ser reprodução fiel do
original que me foi apresentado, do que dou fé.
Santa Luzia, 08/04/2021

SELO DE CONSULTA: EFU36748
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 6186.1070.6216.4706



Quantidade de atos praticados: 1
Ato (s) praticado (s) por: Rafaela de Lima Viarino - Escrevente Auxiliar
Emol: R\$ 5,62 TFCJ: R\$ 1,81 Valor Final: R\$ 7,43 IRE: R\$ 0,11
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos4/mg.us.br>

Nº DA
CONSULTA
AAW222644



W

W

[Signature]



276
Pág. 0043

TERMO DE ENCERRAMENTO

Contém esta encadernação de formulário contínuo, 0043 páginas numeradas seguidamente pelo processo eletrônico de dados totalmente escrituradas, de 0001 a 0043 dividido em 1 volume(s) com a seguinte divisão: 1 com 43 páginas numeradas de 1 a 43; e que serviu de Livro Diário de número 006 na forma do parágrafo 2º (segundo), artigo 6º (sexto) e artigo 7º (sétimo) do Decreto Lei número 64.567/69, onde estão registradas todas as operações realizadas pela empresa abaixo qualificada.

Empresa: JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
Endereço: Rua FERNANDES TOURINHO, 999 SALA 202
Bairro: LOURDES
Cidade: Belo Horizonte - MG
CNPJ: 18.985.386/0001-01
Inscr. Estadual: ISENTA
Orgão de Inscrição: OAB/MG, em 22 de agosto de 2016
Nº da Inscrição: 5697
CEP: 30112003

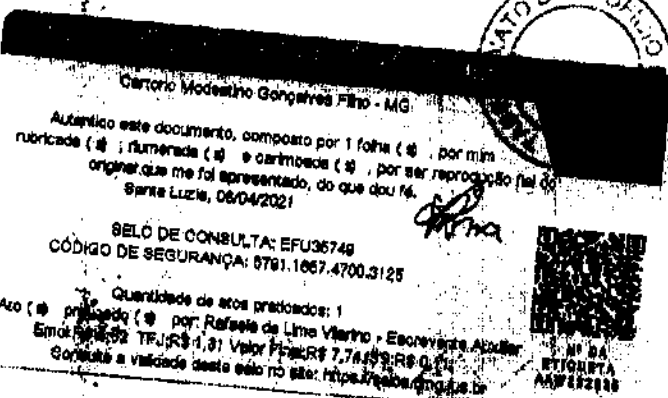
Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2020

JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

JACQUELINE DE PAULA BARBOSA
SOCIETÁRIA/ADMINISTRADORA
C1 MG6956846 - SSP - CPF 997.432.566-87

Elson Sousa Morais
Contador
CRC MG 094704/O-0
CPF 089.272.476-55

ELSON SOUSA MORAIS
RG: MG 14077482 - SSP - CPF: 089.272.476-55
CONTADOR - CRC 094704/O-0 / MG
Rua Juscelino Romualdo de Morais, 86 A Centro, Rio Manso MG



SANTA LUZIA - TABELIONATO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS - SANTA LUZIA - MG
O presente documento, foi autenticado nesta data, contendo 43 (Quarenta e três) folhas
Santa Luzia, 08 12 2020



06/08/2021

Indicadores Econômicos Financeiros em 31/12/2020

JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

09:49:08

CNPJ 18.985.386/0001-01

Pág.: 0001

Liquidez Corrente

Ativo Circ.	R\$ 198.402,21	= 5,91
Passivo Circ.	R\$ 33.549,85	

A empresa possui R\$ 5,91 de ativo circulante para cada R\$ 1,00 de dívida a curto prazo.

Liquidez Geral

Ativo Circ. (+) Realiz. L/Prazo	R\$ 362.814,62	= 2,60
Passivo Circulante (+) Passivo Não Circ.	R\$ 139.749,85	

A empresa possui R\$ 2,60 de ativo circulante e ativo realizável a longo prazo para cada R\$ 1,00 de dívida.

Endividamento Geral

Passivo Circulante (+) Passivo Não Circ.	R\$ 139.749,85	= 0,38
Ativo	R\$ 362.814,62	

O endividamento da empresa representa R\$ 0,38 do total do seu Ativo.

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2020

JACQUELINE DE PAULA
BARBOSA SOCIEDADE
INDIVIDUAL:18985386000101

Assinado de forma digital por JACQUELINE DE PAULA BARBOSA
SOCIEDADE INDIVIDUAL:18985386000101
DN: c=BR, st=MG, o=BELO HORIZONTE, ou=CP-Barbosa,
ou=18985386000101, ou=AC PROENGE RFB, ou=RSB=CNPJ, as
qu=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, cn=JACQUELINE
DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL:18985386000101
Dados: 2021.08.06 09:59:36 -0100

JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE
ADVOCACIA

JACQUELINE DE PAULA BARBOSA
SOCIA/TITULAR/ADMINISTRADORA

CI: MG6996846 - SSP CPF: 997.432.566-87

ELSON SOUSA
MORAIS:08927247655

Assinado de forma digital por ELSON SOUSA
MORAIS:08927247655
DN: cn=ELSON SOUSA, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil,
ou=18985386000101, ou=AC PROENGE RFB, ou=RSB=CNPJ, as
qu=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, cn=ELSON SOUSA
MORAIS:08927247655
Dados: 2021.08.06 09:59:11 -0100

ELSON SOUSA MORAIS

RG: MG 14077462 - SSP - CPF: 089.272.476-55

CONTADOR - CRC: 094704/O-0 / MG
Rua Juscelino Romualdo de Moraes, 66 A Centro, Rio Manso MG

CONTEL CONSULTORIA CONTABIL E EMPRESARIAL LTDA ME / Mastermaq Softwares.

18.985.386/0001-01
Insc. Estadual ISENTA
JACQUELINE DE PAULA BARBOSA
SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
Rua Fernandes Tourinho, 999 - SL 202
B. Lourdes - CEP 30.112-003
BELO HORIZONTE - MG

298
W

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : ELSON SOUSA MORAIS
REGISTRO..... : MG-094704/O-0
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : 089.272.476-55

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCMG contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: BELO HORIZONTE, 23/06/2021 as 10:44:34.

Válido até: 21/09/2021.

Código de Controle: 771966.

A aceitação desta Certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade no endereço eletrônico www.CRCMG.org.br



18.985.386/0001-01
Insc. Estadual ISENTA
JACQUELINE DE PAULA BARBOSA
SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ASSOCIAÇÃO
R. FERNANDES DE ALMEIDA, 2
B. Lourdes - CEP: 31.160-000
BELO HORIZONTE, MG

W



**JACQUELINE DE
PAULA BARBOSA**
SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA

299
W

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

W
W



Prefeitura Municipal de Jacutinga

ESTADO DE MINAS GERAIS

Estância Hidromineral - Capital Nacional das Malhas

CNPJ nº 17.914.128/0001-63

ADM. 2021/2024



=== ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA ===

Atestamos, por solicitação da empresa e para todos os fins legais, nos termos da Lei n. 8.666/93, que o escritório de advocacia **JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, inscrita no CNPJ 18.985.386/0001-01, sociedade registrada na OAB/MG sob o n. 5.697, com sede na R. Fernandes Tourinho, 999/202, Lourdes, Belo Horizonte/MG, representada pela Dra. Jacqueline de Paula Barbosa, advogada inscrita na OAB/MG sob o n. 85.647, está prestando serviços de Assessoria Tributária, com ênfase para o incremento de receitas, a compensação e/ou restituição de valores em favor do Município, apurando eventual sonegação por Instituições Financeiras, Cartórios, Bancos, Lotéricas e contribuintes em geral, como consequência, vem realizando a recuperação de créditos tributários devidos ao Município. Atestamos ainda, que foi realizado pela contratada, tendo como responsáveis técnicos a advogada Jacqueline de Paula Barbosa e o contador Vinicius Braga Mota CRC sob o n. 119364/O-2, a recuperação administrativa de créditos tributários pagos indevidamente à Receita Federal do Brasil decorrentes da alíquota GILRAT e verbas indenizatórias, no valor total de R\$ 5.406.956,95 (Cinco milhões, quatrocentos e seis mil, novecentos e cinquenta e seis reais e noventa e cinco centavos), para tanto, a contratada realizou os servidos de adequação da alíquota RAT e Verbas indenizatórias; o levantamento das operações, rotinas e controles que envolvem as contribuições previdenciárias ao INSS; a Análise das declarações ao Fisco, verificação de sua conformidade, assessoramento, preparação e execução dos processos necessários à recuperação dos créditos apurados, inclusive retificações das GFIP/SEFIP, dentre outros procedimentos.

A contratação decorre da Ata de Registro de Preços 001/2019 de 19/02/2019 e do Contrato n. 22/2020 e os serviços foram executados até a presente data, de forma satisfatória, nada constando que a desabone.

Por ser verdade, firmo o presente.

Jacutinga, 23 de Dezembro de 2020.

Reginaldo Camilo
Secretário Municipal de Fazenda

Cartório Modestino Gonçalves Filho - MG

Autenticado este documento, composto por 1 folha (1) , por mim rubricado (1) , numerado (1) e carimbado (1) , por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.
Santa Luzia, 28/04/2021

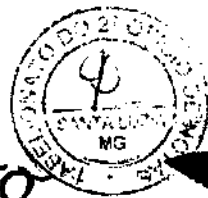
SELO DE CONSULTA: ENF02542
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 8327.8056.7309.4127

Quantidade de atos praticados: 1
Ato (1) praticado (1) por: Rafaela de Lima Vianna - Escrevente Auxiliar
Emolp: R\$ 6,82 TFC: R\$ 11,81 Valor Final: R\$ 77,63 R\$ 0,11
Consulte a validade deste selo no site: <https://se-06.tre.jus.br>

Nº DA
ETIQUETA
AAW234882

CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO

Secretaria Fazenda e Planejamento



281
PREFEITURA DE
JANUÁRIA
O futuro é agora.

CARTÃO DE NOTIFICAÇÃO
2 - SERVIÇO TÉCNICO
DATA: 30/12/2020

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, por solicitação da empresa e para todos os fins legais, nos termos da Lei n. 8.666/93, que o escritório de advocacia **JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SÓCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, inscrita no CNPJ 18.985.386/0001-01, sociedade registrada na OAB/MG sob o n. 5.697, com sede na R. Fernandes Tourinho, 999/202, Lourdes, Belo Horizonte/MG, representada pela Dra. Jacqueline de Paula Barbosa, advogada inscrita na OAB/MG sob o n. 85.647, está prestando serviços de Assessoria Tributária com ênfase para o incremento de receitas, compensação e restituição de valores em favor do Município, apurando eventual sonegação por Instituições Financeiras, Cartórios, Bancos, Lotéricas, Operadoras de Serviços de Telefonia em relação ao IPTU, ISSQN, taxa de localização e funcionamento, taxa de fiscalização ambiental, especialmente, a TFL das Estações Rádio Base e a TFL de PCH (Pequenas Centrais Hidrelétricas); serviços de assessoria trabalhista para verificação da folha de pagamento do Município, visando a recuperação de créditos previdenciários, trabalhistas e PASEP, visando retirar da folha os pagamentos eventualmente indevidos. Atestamos ainda, que foi realizado pela contratada, a recuperação administrativa de créditos previdenciários junto à Receita Federal do Brasil decorrentes da alíquota GILRAT e verbas indenizatórias, no valor total de R\$ 808.439,96 (Oitocentos e oito mil, quatrocentos e trinta e nove reais e noventa e seis centavos), para tanto a contratada realizou os serviços de adequação da alíquota do RAT e FAP, apuração das verbas indenizatórias pagas indevidamente, análise das declarações prestadas ao fisco nos últimos 5 anos, atualização dos créditos passíveis de compensação, assessoramento direto na execução dos processos para recuperação dos créditos, retificação das GFIP/SEFIP dos últimos 5 anos, via utilização de sistema de gestão próprio para essa finalidade. A contratação decorre do Contrato n.º 167/2019 – Processo n.º 129/2019 e tem como advogada responsável técnica, Jacqueline de Paula Barbosa OAB/MG 85.647 e como Contador responsável técnico Vinicius Braga Mota CRCMG 119364/O-2, os serviços realizados até a presente data, foram executados de forma satisfatória, nada constando que a desabone.

Por ser verdade, firmo o presente.
Januária/MG, 30 de Dezembro de 2020.

12 Of. Ana Paula

Nilson Antônio da Costa

Secretário Municipal de Fazenda e Planejamento

Decreto de Nomeação 4257 de 21/03/2019

Município de Januária

1º OFÍCIO DE NOTAS
MONTES CLAROS - MG
Documento eletrônico

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE MONTES CLAROS

Reconheço, por autenticidade, a(s) assinatura(s) de **NILSON ANTONIO DA COSTA** em testemunho da verdade.

Montes Claros/MG, 13/01/2021,

SELO CONSULTA: EGN18280

CÓDIGO DE SEGURANÇA: 785219819808822

Quantidade de atos praticados: 1

Ato(s) praticado(s) por: **Ana Paula Barbosa de Brito Rodrigues** - Escrevente

Montes Claros, 13/01/2021 - TFC: R\$ 1,91 - Valor Final: R\$ 7,90 - ISS: R\$ 0,27

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.us.br>

Nº DA
ETIQUETA
AAW518721



Cartório Modestino Gonçalves Filho - MG

Autentico este documento, composto por 1 folha (s), por mim rubricada (s), numerada (s) e carimbada (s), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.
Bressa Lapa, 21/01/2021

SELO DE CONSULTA: DYE86688

CÓDIGO DE SEGURANÇA: 7316.0599.8620.1337

Quantidade de atos praticados: 1

Ato (s), praticado (s) por: **Rafaela de Lima Viarino** - Escrevente Auxiliar

Emol: R\$ 5,92 - TFC: R\$ 1,91 - Valor Final: R\$ 7,74 - ISS: R\$ 0,11

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.us.br>

Nº DA
ETIQUETA
AAW226782





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA
18.239.590-0001/75
Praça Padre Julio Maria, Nº 40, Centro, 37170-000 - Boa Esperança - MG
Telefone (35)38510320



como todos os demais segmentos sensíveis a sonegação fiscal e grandes contribuintes do ISSQN com utilização de software específico.

Recuperação da CFEM – Contribuição Financeira Sobre a Exploração Mineral e Royalties.

Recuperação dos tributos municipais devidos pelas operadoras de telefonia móvel relativo aos valores dos últimos 05 anos, sendo eles imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN, IPTU – Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana e Taxas de Fiscalização Ambiental e de Funcionamento.

Recuperação de verbas pagas indevidamente à Receita Federal, nos últimos 05 anos, incluindo o RAT e as verbas indenizatórias, com retificação das GEIP, com utilização de software específico de apuração do RAT e verbas indenizatórias.

Todos os serviços estão sendo executados, satisfatoriamente, pela empresa e seus colaboradores, qualificando-a plenamente para o desempenho das atividades pertinentes às relacionadas neste atestado, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Por ser verdade, firmo o presente.

Boa Esperança, 17 de novembro de 2020.

Hideraldo Henrique Silva
Prefeito Municipal

Cartório do 2º Ofício de Notas
Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de
(DWU91580) HIDERALDO HENRIQUE SILVA
em testemunho da verdade.
Boa Esperança/MG, 19/11/2020 14:13:30 27024

SELO DE CONSULTA: DWU91580
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 4870.7263.7450.3616
Quantidade de atos praticados: 01
Ato(s) praticado(s) por:
REGIANE FERREIRA DOS SANTOS SOUSA - ESCRIVENTE
Emissão: R\$5,49 Tfu: R\$1,70 Total: R\$7,19 IS: R\$0,26
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.timo.luz.br>



Nº DA
ETIQUETA
RAT982008

SERVIÇO NOTARIAL DO 2º OFÍCIO
Rua Governador Valadares, 372 - Centro
CEP: 37170-000 - Boa Esperança - MG
Tabela da Pia de Melo Viela - TABELIA
Damaris de Melo Lima
Débora de Melo Costa
Shirley Tereza Silva
Michele de Paula Moreira Nascimento
Francine de Melo Guimarães Ferreira
SUBSTITUTAS
Regiane Ferreira dos Santos
ESCRIVENTE



Cartório Modestino Gonçalves Filho, MG
Autentico este documento, composto por 1 folha (s), por mim
rubricada (s), numerada (s) e certificada (s), por ser reprodução fiel do
original que me foi apresentado, do qual dou fé.
Santa Luzia, 24/11/2020

SELO DE CONSULTA: DYE80316
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 1574.1196.3227.2845

Quantidade de atos praticados: 1
Ato(s) praticado(s) por: Regiane Ferreira dos Santos - ESCRIVENTE
Emissão: R\$5,49 Tfu: R\$1,70 Total: R\$7,19 IS: R\$0,26
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.timo.luz.br>



Nº DA
ETIQUETA
RAT982008

CARTÓRIO MODESTINO GONÇALVES FILHO
TABELIÁRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS - SANTA LUZIA, MG
O presente documento, foi autenticado
nesta data, contendo 02 folhas
Santa Luzia, 24/11/2020





PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS MARIAS

PRAÇA CASTELO BRANCO, 03 - CENTRO- TEL: (38)3754-5252 - FAX: (38)3754-5151
CEP:38205-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O MUNICÍPIO DE TRÊS MARIAS, inscrito no CNPJ sob o nº. 17.695.008/0001-12, representado pelo Prefeito Municipal, Adair Divino da Silva, brasileiro, viúvo, portador da Carteira de Identidade nº. M- 3.809.529 SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº. 465.738.366-34, residente e domiciliado em Três Marias/ MG, atesta, por solicitação da empresa e para todos os fins legais, nos termos da Lei nº. 8.666/93 e do Contrato nº. 066/2017 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS, que o escritório de advocacia JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, inscrita no CNPJ sob o nº. 18.985.386/0001-01, sociedade registrada na OAB/MG sob o nº. 5.697, com sede na R. Fernandes Tourinho, 999/202, Lourdes, Belo Horizonte/MG, tendo como responsável técnica a Dra. Jacqueline de Paula Barbosa, advogada inscrita na OAB/MG sob o nº. 85.647, está prestando serviços de Assessoria Tributária com ênfase para o incremento de receitas próprias e restituição de valores em favor do Município, decorrente do ISSQN e Taxas Municipais, apurando eventual sonegação por Instituições Financeiras, Cartórios, Bancos, Lotéricas, Operadoras de Serviços de Telefonia e Grandes contribuintes, conforme consta no Termo de Referência do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 101/2017 - PROCESSO Nº. 137/2017, compreendendo ainda:

- ✓ Assessoria para capacitação e fiscalização tributária, a fim de promover a identificação, cobrança e recuperação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, dos serviços realizados/ tomados pelos bancos, instituições financeiras, cartórios e grandes prestadores de serviços com a utilização de software;
- ✓ Assessoria na identificação, cobrança e recuperação de ISSQN dos últimos 05 (cinco) anos, decorrente da prestação de serviços no território do Município, de instituições financeiras, compreendendo a elaboração e o acompanhamento de todos os procedimentos administrativos fiscais necessários até a constituição do crédito tributário, ou seja, o levantamento fiscal, a identificação de ISSQN não recolhido ao Município e/ou recolhido a menor; assessoria nos procedimentos do Processo Tributário Administrativo – PTA, otimização da execução judicial dos créditos;
- ✓ Assessoramento no que se refere à qualificação dos agentes municipais envolvidos com a fiscalização tributária e o aperfeiçoamento de técnicas e metodologias voltadas para as atividades de fiscalização do ISSQN;
- ✓ Coleta e análise da legislação tributária vigente do Município nos últimos 05 (cinco) anos para construção dos parâmetros tributários e digitação em banco de dados especialmente desenvolvidos para essa tarefa;
- ✓ Preparação e desenvolvimento de intimação/ notificação dos estabelecimentos clandestinos e outros para apresentação de documentos e posterior processamento das informações;
- ✓ Relatório contendo todas as informações relativas ao ISSQN sonegado, devidamente atualizadas e corrigidas;
- ✓ Assessoria direta no planejamento de mecanismos de acompanhamento e auditoria mensal nos processos fiscais sob sua responsabilidade objetivando o integral recolhimento



Cartório Modestino Gonçalves Filho - MG

Autentico este documento, composto por 1 folha (1), por mim rubricado (1), numerado (1) e carimbado (1), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.
Santa Luzia, 29/04/2021

Rafaela

SELO DE CONSULTA: ENF02630

CÓDIGO DE SEGURANÇA: 2563.8337.4904.5652



Quantidade de atos praticados: 1
Ato (1) praticado (1) por: Rafaela de Lima Vianna - Escrevente Auxiliar
Emp. R\$ 6,82 T.F.J. R\$ 1,81 Valor Final R\$ 7,74 I.S.S. R\$ 0,11
Consumo e validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

Nº DA
ETIQUETA
AAW134187



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS MARIAS
PRAÇA CASTELO BRANCO, 03 - CENTRO- TEL: (38) 3754-5252 - FAX: (38) 3754-5151
CEP: 39205-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS



dos impostos e contribuições devido aos cofres municipais, efetuando sua respectiva cobrança;

✓ Assessoria e consultoria na elaboração de Processos Administrativos Fiscais de empresas identificadas e que não efetuaram recolhimento ao Município e/ou recolhidos a menor no período não prescrito;

✓ Assessoria e consultoria na elaboração do Auto de Infração e a intimação para o pagamento;

✓ Assessoria na entrega de relatório comprovando a constituição dos créditos tributários;

✓ Preparação e assessoramento nos julgamentos de primeiro e segundo grau das defesas administrativas protocolizadas contra autuações fiscais realizadas em desfavor dos sonegadores de ISSQN;

✓ Assessoria na emissão das certidões de dívida ativa;

✓ Assessoria na análise legal das impugnações;

✓ Assessoria na análise material das impugnações remanescentes;

✓ Assessoria no preparo dos pareceres técnicos;

✓ Assessoria na análise dos recursos voluntários;

✓ Assessoria na inscrição em dívida ativa;

✓ Assessoria no encerramento dos processos administrativos;

✓ Entrega de relatório comprovando a finalização do Projeto;

✓ Consultoria na cobrança dos créditos tributários decorrentes de autuações fiscais de ISSQN.

Atestamos ainda, que foi recuperado administrativamente, até a presente data, o total de R\$ 602.593,16 (Seiscentos e dois mil, quinhentos e noventa e três reais e dezesseis centavos) e que os serviços realizados até o momento, foram executados de forma satisfatória.

Por ser verdade, firmo o presente.

Prefeitura Municipal de Três Marias, 25 de Março de 2021.



Adair Divino da Silva
PREFEITO MUNICIPAL

1º OFÍCIO DE NOTAS - TRÊS MARIAS
Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de
ADAIR DIVINO DA SILVA
em testemunho de verdade.
Três Marias, 07/04/2021 13:47:08 22692

PROTOCOLO DE CONSULTA: BHP03220
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 2090.93 442.75
Quantidade de atos praticados: 01

Ata(s) praticado(s) por:
Tamara Leite da Sousa - Escrivão(a) Público(a)
End: R55, 82 TP: 451, 91 Total: R\$ 2.000,00
Consulta e validade deste ato no site: <http://www.trasmarias.mg.br>



1º OFÍCIO DE NOTAS
SANTA LUZIA
MG

S

Cartório Modestino Gonçalves Filho - MG

Autentico este documento, composto por 1 folha (s), por mim
rubricado (s), numerado (s) e carimbado (s), por ser reprodução fiel do
original que me foi apresentado, do que dou fé.
Santa Luzia, 28/04/2021

SELO DE CONSULTA: ENF02636
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 4760.1100.7461.0960

Quantidade de atos praticados: 1
Atos (s) praticado (s) por Rafaela de Lima Vianna - Escrevente Auxiliar
Emol R\$ 6,62 TPJ-R\$ 1,91 Valor Final R\$ 7,74 ISS-R\$ 0,11
Consulte a validade deste selo no site: <http://selos.tjmg.jus.br>



Nº DA
ETIQUETA
AAW234888



CARTÓRIO MODESTINO GONÇALVES FILHO
TABELIONATO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS - SANTA LUZIA / MG
O presente documento, foi autenticado
nesta data, contendo 1 folhas
Santa Luzia, 28/04/2021





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CARMO DA CACHOEIRA

Rua Dr. Velga Lima, 582 - Telefax: (035)3225-1211

37225-000 - Carmo da Cachoeira - Minas Gerais

CNPJ: 18.240.135.0001-90

286
W

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para fins de comprovação em processos licitatórios, nos termos da Lei n. 8.666/93, que a empresa JACQUELINE DE BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, inscrita no CNPJ 18.985.386/0001-01, com sede na Rua Fernandes Tourinho, 999, Sala 202/203, Bairro Lourdes, Belo Horizonte/MG, foi contratada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA CACHOEIRA/MG, nos termos do Contrato Administrativo Nº 054/2017 e está realizando Serviços Jurídicos especializados na área de Direito Financeiro, Público e Tributário, para Recuperação de Valores Previdenciários do RAT, a Recuperação de ISSQN, Cartórios, Instituições Financeiras, Cartórios e Grandes Prestadores de Serviços, Recuperação de ICMS calculado sobre a Taxa de uso do Sistema de transmissão de energia elétrica (TUSD) e a Taxa de uso dos sistemas elétricos de Distribuição (TUSD). Em relação à recuperação da alíquota RAT, o valor total compensado/recuperado junto à Receita Federal do Brasil, é de R\$ 841.583,47 (Oitocentos e quarenta e um mil quinhentos e oitenta e três reais e quarenta e sete centavos), atendendo plenamente e satisfatoriamente os compromissos assumidos.

Para ser verdade, firmo o presente.

Carmo da Cachoeira, 14 de Dezembro de 2017.

Godofredo Jose Caldeira Reis
Prefeito Municipal

COMPANHIA DE SERVIÇOS

CARTÓRIO

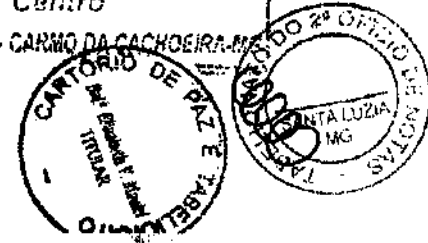
GODOFREDO JOSE CALDEIRA REIS
PREFEITO MUNICIPAL

W
M
C

SERVIÇO REGISTRAL E NOTARIAL DE CARÁTER PRIVADO
CNPJ: 20.394.698/0001-84
Reconheço a(s) firma(s) por semelhança:
Godofredo Jose Caldeira Reis
..... Dou fé.
Carmo da Cachoeira, 14 de 12 de 2017
em testemunho, da verdade.
O OFICIAL: [Assinatura]

20.394.698/0001-84
CARMO DA CACHOEIRA
CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
Rua Pres Antônio Carlos, 376
Centro
CEP: 37225-000 - CARMO DA CACHOEIRA-MG

Receitas 15.424
Emol: R\$ 1,90
Tx. Fisc. Jud.: R\$ 1,49
Total: R\$ 3,39



Verso da Folha EM BRANCO
Cartório Modestino Gonçalves Pinho
20.04.2020 de folhas
Santa Luzia - MG

Cartório Modestino Gonçalves Pinho - MG

Autentico este documento, composto por 1 folha (1), por mim
rubricada (1), numerada (1) e carimbada (1) por ser reprodução fiel do
original que me foi apresentado, do dia 13/02/2020.

SELO DE CONSULTA: DKY10337

CÓDIGO DE SEGURANÇA: 9100.6183.6048.4169

Quantidade de atos praticados: 1
Ato (1) praticado (1) por Mônica Tóffari G R Machado Wameck -
Tá. 318 Substituta
Emolp \$ 6,48 TPJR \$ 1,70 Valor Final R\$ 8,18

Nº DA
ETIQUETA
AAG825149



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESTADO DE MINAS GERAIS



CATEGORIA
CONTADOR

Nº DO REGISTRO
MG-1193640-2

NOME
VIRGÍLIO BRAGA MOTA

FILIAÇÃO
SEBASTIÃO JOSÉ DA MOTA

LILAS MARIA BRAGA MOTA

Virgílio Braga Mota

ASSINATURA DO PROFISSIONAL



287
w



CARTÓRIO MODESTINO GONÇALVES FILHO

TABELIONATO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS

Prça Senador Modestino Gonçalves, 22 A - Centro - Santa Luzia - MG - Fone: (31) 3641-5007

AUTENTICAÇÃO: Conferida e achada conforme o original
que foi exibido.

AT: Total: R\$ 5,00 Recomp: R\$ 0,30 TFJ: R\$ 1,65 Total: R\$ 6,95

Do G-1a. Em testemunho da verdade. Cod. 1301-1 (1)

Santa Luzia - MG 10/07/2019

adriano
Mônica Tófani G R Machado Werneck - Tabel. Substituta

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

W

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

NASCIMENTO	NACIONALIDADE	NATURALIDADE
20/09/1988	BRASILEIRA	PAÍSES DE ORIGEM: BRG
DIPLOMAÇÃO	CPF	RG
11/03/2011	000.170.875-90	BRG-11.571.237.587-90

TÍTULO
ACADEMIA DE CIÊNCIAS COMPARADAS

TÍTULO EXPEDIDO (OU DECL. DE PROVISIONADO)
FIRMAÇÃO VENTUREMAN DO LOCALIDADE

Esta carteira tem fé pública como documento de identidade, nos termos do art. 18 do Decreto-Lei nº 9.295/46, a/c art. 1º da Lei nº 8.206/75.



DATA DE EXPEDIÇÃO
12/11/2018

Ass. Maria Clara Soares
PRESIDENTE DO CRC



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



208

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : VINICIUS BRAGA MOTA
REGISTRO..... : MG-119364/O-2
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : 081.159.876-46

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCMG contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: BELO HORIZONTE, 09/08/2021 as 18:14:18.

Válido até: 07/11/2021.

Código de Controle: 553287.

A aceitação desta Certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade no endereço eletrônico www.CRCMG.org.br





**JACQUELINE
DE PAULA
BARBOSA**
SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 34/2018

CONTRATANTE: JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, pessoa jurídica inscrita na OAB/MG sob o n. 5.697 e no CNPJ sob o n. 18.985.386/000101, com sede na Rua Fernandes Tourinho, 999 – sala 202, Lourdes, Belo Horizonte/MG – CEP.: 30112-003, representada por Jacqueline de Paula Barbosa, brasileira, divorciada, advogada inscrita na OAB/MG 85.647, com endereço comercial na sede da empresa e,

CONTRATADO: VINICIUS BRAGA MOTA, brasileiro, casado, contador inscrita no CRC/MG nº 119364/0-2, CPF: 081.159.876 - 46 e RG MG13571257, residente à Rua Nogueira de Paiva, nº 120, Apto 704, Bairro João Pinheiro, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.530-440

As partes acima qualificadas, resolvem de comum acordo firmar o presente contrato de Prestação de Serviços, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto deste **CONTRATO** é a prestação de serviço de auditoria e assessoria contábil e financeira, em geral pelo **CONTRATADO** à **CONTRATANTE** e/ou seus clientes, incluindo, não exclusivamente, os serviços abaixo:

1. Recuperação de Créditos Previdenciários junto à Receita Federal do Brasil, especialmente, GILRAT e verbas indenizatórias, realizando ainda o levantamento e a identificação de valores a ser compensados junto a Receita Federal, a retificação das GFIP/SEFIP, elaboração de PERD/COMP e o acompanhamento do processo de auditoria e homologação junto a Receita Federal, referente aos clientes da **CONTRATANTE**.
2. Assessoria no levantamento de créditos tributários decorrentes do descumprimento de obrigações principais e acessórias inerentes aos tributos municipais (receitas próprias);
3. Levantamento dos créditos devidos pelas empresas nos segmentos apontados como potenciais fontes de receitas;
4. Assessoria para a constituição do crédito tributário decorrentes de autuações fiscais de tributos, cobrança, negociações amigáveis, apoio na elaboração de recursos administrativos e execuções fiscais;
5. Análises e proposituras de ações de recuperação e incremento da receita tributária municipal;
6. Assessoria no preparo dos pareceres técnicos;
7. Assessoria na inscrição em dívida ativa e na emissão das certidões de dívida ativa sem vícios formais ou procedimentais;

Rua Fernandes Tourinho, 999 - Sl. 202 | Lourdes | Belo Horizonte | Cep 30.112-003 | Minas Gerais
depaulasolucoes@gmail.com | 31. 2531-5831 | 31. 99901.4696

Verso da Folha EM BRANCO
Cartório Modestino Gonçalves Filho
2º Ofício de Notas
Santa Luzia - MG

CARTÓRIO MODESTINO GONÇALVES FILHO
TABELIONATO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS

Cartório Modestino Gonçalves Filho - Santa Luzia - MG - Fone: (31) 3041-6911

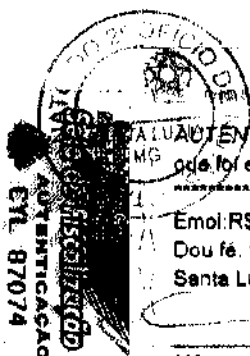
1. VALUAÇÃO. Conferida e achada conforme o original
que foi exibido

Emol: R\$ 5,00 Recomp: R\$ 0,30 TFJ: R\$ 1,65 Total: R\$ 6,95

Dou fé. Em testemunho da verdade. Cod. 1301-1 (1)

Santa Luzia-MG 10/07/2019

Mônica Tófoli G.R. Machado Werneck - Tabeliã Substituta





**JACQUELINE
DE PAULA
BARBOSA**
SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA



290
2

8. Auditoria Financeira empresarial e pública (incluindo autarquias e Institutos de Previdência);
9. Análise da conciliação bancária e movimentação financeira da empresa;
10. Análise dos livros fiscais e contábeis;
11. Identificação dos fatos contábeis passíveis de reclassificação contábil;
12. Apontamento de irregularidades na apuração de tributos;
13. Apontamento de indícios de irregularidades nos lançamentos da conta de estoques com a revisão do método de apuração do CMV – Custo de Mercadorias Vendidas;
14. Apontamento de melhores práticas para o planejamento tributário e financeiro;
15. Outros serviços contábeis acordados entre as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES

Além das demais cláusulas e condições ora ajustadas, as partes obrigam-se, em especial a:

I- Constitui obrigações da CONTRATADA

- a. Sempre observar a Lei aplicável a cada caso, bem como as normas contábeis vigentes;
- b. Ter disponibilidade para realização de reuniões e visitas técnicas aos clientes da CONTRATANTE, conforme demanda a ser previamente agendada com a CONTRATADA.
- c. Apresentar relatórios assinados, de cada procedimento realizado para a CONTRATANTE e/ou junto aos clientes da CONTRATANTE, bem como apresentar outros relatórios solicitados pela CONTRATANTE desde relacionados com o objeto deste contrato;
- d. Zelar pela qualidade, sigilo, segurança, atualidade, legalidade e eficiência dos serviços prestados e das informações obtidas em decorrência deste contrato;
- e. Comunicar à CONTRATADA qualquer situação que possa causar atrasos ou impedimentos na execução dos serviços contratados.
- f. Solicitar à CONTRATANTE os documentos e informações necessárias à realização dos serviços contratados.
- g. Realizar o trabalho de acordo com a sua formação técnica, com autonomia e responsabilidade, nos termos deste contrato;
- h. Prestar, prontamente, esclarecimentos e apresentar soluções de sua especialidade quanto a problemas relacionados com o objeto deste contrato;
- i. Responder pelos danos causados a terceiros e à CONTRATANTE, desde que decorrentes de falhas na prestação dos serviços relacionado com o objeto deste contrato;
- j. Arcar com a tributação incidente sobre a presente prestação de serviço.

verso da folha em branco
Cartão Modestino Gonçalves Filho
Santa Luzia - MG

CARTÓRIO MODESTINO GONÇALVES FILHO
TABELIONATO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
Rua Santa Luzia Modestino Gonçalves, 22 A - Centro - Santa Luzia - MG - Fone: (31) 3541-5507

ATENTICAÇÃO Condição e achada conforme o original
que foi exibido

Emol: R\$ 5,00 Recomp: R\$ 0,30 T.F.J. R\$ 1,65 Total: R\$ 6,95
Dout. Em Testemunho de Verdade Cod. 1301-1 (1)
Santa Luzia-MG 10/07/2019

Alfabeto

Mônica Tóffani G R Machado Verneck - Juiz Substituto

SECRETARIA DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ATENTICAÇÃO
CYL 87075



**JACQUELINE
DE PAULA
BARBOSA**
SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA



II- Constitui obrigações da CONTRATANTE:

- Proporcionar, as facilidades necessárias para que a contratada possa cumprir as condições estabelecidas neste contrato;
- Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas entre as partes, em cada caso será emitido termo aditivo a esse contrato.
- Comunicar a CONTRATADA, qualquer irregularidade ou atraso nos serviços prestados;
- Agendar com antecedência as viagens e arcar com as despesas de viagem da CONTRATADA, decorrentes deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – HONORÁRIOS

3.1. A CONTRATADA receberá pelos serviços prestados descritos neste contrato os honorários de 10% sobre os valores faturados pela CONTRATANTE em cada cliente que o CONTRATADO atuar, observado o seguinte:

- Nos contratos de êxito, os valores a ser recuperados/compensados poderão sofrer alteração, nesse caso deverá prevalecer, para fins de cálculo dos honorários do CONTRATADO, os valores efetivamente recuperados e faturados pela CONTRATANTE e não o valor total do contrato.
- Para fins de cálculo dos honorários, será deduzido dos valores previstos no item "a" os impostos incidentes sobre a nota fiscal.
- O pagamento dos honorários ao CONTRATADO, estão vinculados, ao recebimento pela CONTRATANTE do pagamento junto ao cliente que o serviço foi prestado.
- O pagamento será em até 3 (três) dias úteis após o recebimento, mediante emissão de nota fiscal pelo CONTRATADO.

3.2. Cada PARTE suportará suas despesas necessárias para o cumprimento de todas as suas obrigações, à exceção das despesas de viagem que correrão à conta da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO

4.1. O presente instrumento poderá ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer momento, com notificação prévia de 60 dias à outra parte.

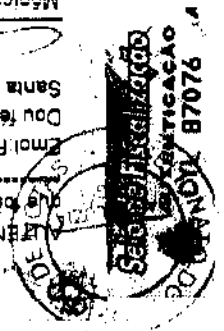
4.2. A notificação não isenta as partes do cumprimento das obrigações recíprocas assumidas, considerando-se rescindido apenas após a entrega os serviços contratados e após efetivados os pagamentos respectivos.

4.3. Fica estipulada entre as partes que, a infringência das normas previstas neste instrumento é causa de rescisão contratual, sem prejuízo do ressarcimento de danos pela parte infratora.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO

5.1. A vigência deste contrato é indeterminada.

CARTORIO MODESTINO GONÇALVES FILHO
 TABELIONATO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
 Rua ... nº ... - Centro - Santa Luzia - MG - Fone: (31) 3611-5007
 ATENÇÃO: Conferir e achada conforme o original
 que foi exibido.
 Emol: R\$ 5,00 Recomp: R\$ 0,30 T.F.J.R: 1,65 Total: R\$ 6,95
 Dou te. Em testemunho da verdade Co. 1.1301-1 (1)
 Santa Luzia-MG 10/07/2018
 Mônica Tótemi G.R. Machado Werneck - Tabela Substitu



Versão Final em Branco
 Cartório Modestino Gonçalves Filho
 2º Ofício de Notas
 Santa Luzia - MG



**JACQUELINE
DE PAULA
BARBOSA**
SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA



292
W

CLÁUSULA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo, mediante reunião das partes para tal finalidade, devendo ser elaborado termo aditivo a este contrato e assinado pelas partes contratantes.

CLÁUSULA SÉTIMA – CONFIDENCIALIDADE

7.1. A CONTRATADA se compromete a guardar sigilo absoluto sobre qualquer informação obtida em decorrência deste contrato, seja de natureza técnica, comercial ou qualquer outra que possa prejudicar a normal execução das soluções e projetos, salvo determinação judicial de divulgação.

7.2. Para fins do presente Contrato, a expressão "Informação" significa toda e qualquer informação transmitida, fornecida ou comunicada verbalmente ou por escrito, da CONTRATANTE ou de seus clientes à CONTRATADA e compreende também:

- I - qualquer Informação Técnica ou operacional que tenha sido colocada à disposição da CONTRATADA em decorrência dos serviços prestados à CONTRATANTE;
- II- quaisquer dos termos, condições ou outros fatos com relação à prestação de serviços;
- III- todas as anotações, análises, estudos, pareceres, relatórios, projetos de lei, normas e outros documentos, elaborados pela CONTRATANTE ou pelas Partes em conjunto, que contenham, reflitam, ou seja, baseados em quaisquer informações decorrentes deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. As Partes declaram serem capazes para a celebração do presente instrumento, reconhecendo ainda, que participaram conjunta e ativamente de sua negociação e redação, agindo de boa-fé, e na plena expressão e livre exercício de suas vontades.

8.2. As Partes não poderão ceder ou transferir, total ou parcialmente, qualquer das suas obrigações, direitos ou prerrogativas a terceiros ou sucessores legais, sem o prévio e expresso consentimento, por escrito, da outra Parte, que deverá ser formalizado mediante termo aditivo.

8.3. O presente CONTRATO não constitui qualquer tipo de vínculo societário ou empregatício entre as Partes, sendo certo que suas obrigações e direitos limitam-se ao objeto do presente CONTRATO. Cada uma das partes responderá pela gerência, direção e controle de seus empregados, sócios e prepostos, envolvidos na prestação dos serviços, e estes não serão considerados como empregados da outra parte.

8.4. A eventual aceitação, por uma das partes, da inexecução de quaisquer cláusulas ou condições deste contrato, a qualquer tempo, deverá ser interpretada como mera liberalidade, não implicando, portanto, em novação ou renúncia do direito de exigir o cumprimento das disposições aqui contidas ou do direito de pleitear, futuramente, a execução total de cada uma das obrigações.

CARTÓRIO MODESTINO GONÇALVES FILHO
 TABELIONATO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
 Praça Conselheiro Lavíngio Gonçalves, 22 A - Jd. Santa Luzia - MG - Fone: (31) 341-5007

ATENTICAÇÃO. Conteúdo e achado conforme o original que foi exibido.

Emol: R\$ 5,00 Recomp: R\$ 0,30 T.F.J. R\$ 1,65 Total: R\$ 6,95
 Dou fe. Em testemunho da verdade. Cod 1301-1 (1)
 Santa Luzia-MG 10/07/2019

Médica Tófoli G R Machado Werneck - Fone: 31 341-5007

11077
 ATENTICAÇÃO

Verso da Folha em Branco
 Cartório Modestino Gonçalves Filho
 2º Ofício de Notas
 Santa Luzia - MG



**JACQUELINE
DE PAULA
BARBOSA**
SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA



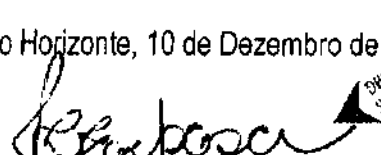
293
W

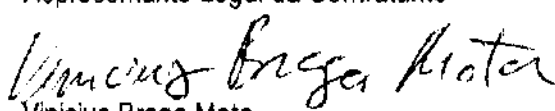
8.5. A nulidade ou invalidade de qualquer das disposições do presente CONTRATO, inclusive em razão de decisões do Poder Público após a assinatura do presente instrumento, não implicará na nulidade ou invalidade das demais. Sempre que possível, as disposições consideradas nulas ou inválidas deverão ser reescritas, de modo a refletir a intenção inicial das Partes em conformidade com a legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do CONTRATO, as partes elegem o foro da comarca de Belo Horizonte - MG, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser. Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Belo Horizonte, 10 de Dezembro de 2018


Jacqueline de Paula Barbosa Sociedade Individual de Advocacia - ME
Jacqueline de Paula Barbosa
Representante Legal da Contratante


Vinicius Braga Mota
Contratado

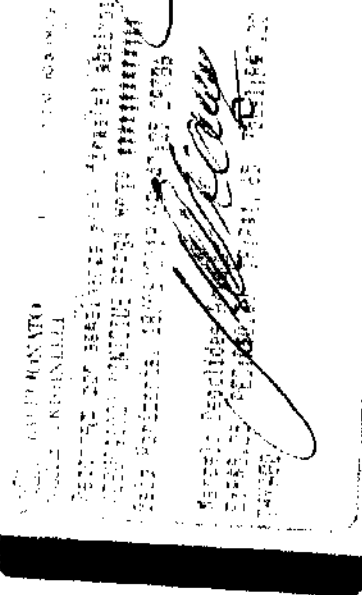
Testemunhas:

1. _____

Nome: _____ RG: _____

2. _____

Nome: _____ RG: _____



Mônica Tofani G R Machado Wernick - Tabella Substituia

Santa Luzia-MG 10/07/2019

Dou fe. Em testemunho de verdade Cod. 1301-1 (1)

Emol: R\$ 5,00 Recomp: R\$ 0,30 T.F.J. R\$ 1,65 Total: R\$ 6,95

que foi exibido

AUTENTICAÇÃO. Confira e achade conforme o original

Cartório Modestino Gonçalves Filho
TABELIONATO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
Bairro: Modestino Gonçalves, 22-A - Centro - Santa Luzia - MG - Fone: (31) 3641-0007

Cartório Modestino Gonçalves Filho

Autenticação
CTU 87078

Cartório Modestino Gonçalves Filho
TABELIONATO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS - SANTA LUZIA/MG
O presente documento foi autenticado
nesta data, contendo 5 (cinco)



Selo de Autenticação
RECONHECIMENTO DE FIRMA
CTU 56848



Mônica Tofani G R Machado Wernick - Tabella Substituia

Santa Luzia-MG 25/06/2019 11:30

Dou fe. Em testemunho de verdade Cod. 1501-6 (1)

Emol: R\$ 5,00 Recomp: R\$ 0,30 T.F.J. R\$ 1,65 Total: R\$ 6,95

Reconheço por SEMELHANÇA e firma de JACQUELINE DE

PAULA BARBOSA

Cartório Modestino Gonçalves Filho
TABELIONATO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
Bairro: Modestino Gonçalves, 22-A - Centro - Santa Luzia - MG - Fone: (31) 3641-0007

CERTIDÃO

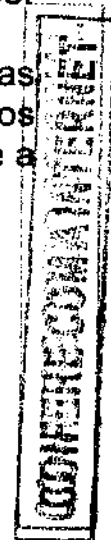
29 4
w

O Diretor Secretário Geral da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Minas Gerais, **CERTIFICA** que a Dra. **JACQUELINE DE PAULA BARBOSA** encontra-se regularmente inscrita nesta Seccional com inscrição definitiva, sob o nº 85.647, desde 10/10/2001. **CERTIFICA** que esteve inscrita como estagiária sob o nº 85.647, no período de 30/05/2000 a 10/10/2001, quando sua inscrição foi cancelada por substituição em definitiva.

CERTIFICA que a referida advogada encontra-se em pleno gozo de suas prerrogativas profissionais, inclusive com livre acesso aos prédios dos Fóruns e Tribunais. Não foi punida disciplinarmente nesta Seccional até a presente data.

Esta certidão foi expedida exclusivamente para fins de comprovação.

Adriano Cardoso da Silva
Diretor Secretário Geral da OAB/MG



Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.oabmg.org.br/verificacertidao>

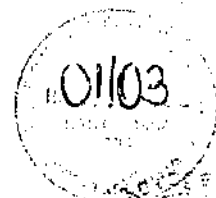
Emitida às 10:56:55 do dia 11/08/2021

Válida até: 10/09/2021

Código de controle da certidão: 809139220



**JACQUELINE DE
PAULA BARBOSA**
**SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA**



**4º ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE JACQUELINE DE PAULA BARBOSA
SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**

CNPJ: 18.985.386/0001-01

OAB/MG N. 5.697

295
W

Pelo presente instrumento, JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, inscrita no CNPJ sob o n. 18.985.386/0001-01, conforme instrumento de constituição arquivado na OAB/MG sob o n. 5.697 em 22/08/2016, neste ato representada por sua titular JACQUELINE DE PAULA BARBOSA, brasileira, divorciada, data de nascimento 09/08/1977, advogada inscrita na OAB sob o n. 85.647, documento de identidade n. M-6.996.846 SSP/MG, CPF n. 997.432.566-87, residente e domiciliada na Rua Gama Neto, n. 571, Barreiro do Amaral, Município de Santa Luzia/MG, CEP: 33.015-620, resolve ALTERAR E CONSOLIDAR O INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE, mediante Cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

A titular da Sociedade de Advocacia resolve aumentar o capital social para R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), sendo dividido em 400.000 (quatrocentas mil) quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real), sendo integralizado totalmente em moeda corrente do país e assim distribuído exclusivamente pela sua titular.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA CONSOLIDAÇÃO

Fica alterado e consolidado o Instrumento de Constituição da Sociedade conforme abaixo:

1. Natureza, Denominação, Sede e Foro

A Sociedade Individual de Advocacia é uma sociedade de prestação de serviços de advocacia, nos termos dos artigos 15 a 17 da Lei nº 8.906/1994 e denominada como JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA e tem sede e foro em Belo Horizonte/MG, na Rua Fernandes Tourinho, nº 999, sala 202, Lourdes, CEP: 30.112-003.

2. Objeto

A Sociedade Individual de Advocacia tem como objeto a Prestação de Serviços Advocatícios em Direito Público, Tributário, Previdenciário, Eleitoral e demais área do direito.

3. Prazo de Duração

O prazo de duração da Sociedade Individual de Advocacia é indeterminado.

CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE

Handwritten signatures and initials.



2

Cartório Modestino Gonçalves Filho - MG

Autentico este documento, composto por 1 folha (s), por mim rubricada (s) e numerada (s) e garantida (s), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.
Santa Luzia, 28/08/2020

Rafaela

SELO DE CONSULTA DTC33515
CÓDIGO DE SEGURANÇA 1123 6760 7251 3325

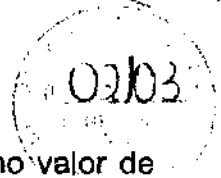


Quantidade de atos praticados: 1
Ato (s) praticado (s) por Rafaela da Lima Vianna - Escrivente Auxiliar
Em: R\$ 2,48 TFC: R\$ 1,70 Vc pr Final: R\$ 7,25 (ES: R\$ 0,10)
Consulte a validade deste selo no site: <https://seos.tjmg.jus.br>

1123 6760 7251 3325



**JACQUELINE DE
PAULA BARBOSA**
**SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA**



4. Capital Social

O capital social, totalmente integralizado em moeda corrente, é no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), dividindo-se em 400.000 (quatrocentas mil) quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) assim distribuídas exclusivamente ao seu titular.

5. Responsabilidade

Além da Sociedade Individual de Advocacia, seu Titular responderá subsidiária e ilimitadamente pelos danos causados aos clientes, por ação, omissão ou dolo, no exercício da advocacia.

Parágrafo único – Aplica-se o artigo 1.023 do Código Civil na hipótese de dívidas não oriundas de danos causados aos clientes, por ação, omissão ou dolo, no exercício da advocacia.

6. Administração

6.1. A Sociedade Individual de Advocacia é administrada por seu Titular, que a representa ativa e passivamente, em juízo ou fora dele.

6.2. O Titular percebe retirada mensal a título de pró-labore, em decorrência do trabalho por ele prestado à Sociedade Individual de Advocacia, dentro dos limites previstos na legislação do Imposto de Renda.

7. Das Alterações

As deliberações sociais serão tomadas por seu Titular.

8. Levantamento de Balanços e Distribuição de Lucros

8.1. A Sociedade Individual de Advocacia apurará resultados mensalmente, em seguida distribuindo ao seu Titular, se houver. Quaisquer valores atribuídos ao Titular serão levados à conta de Lucros do exercício ou Lucros acumulados

8.2. Ocorrendo prejuízos, estes serão compensados com os resultados positivos futuros.

9. Falecimento

A Sociedade se dissolverá pelo falecimento de seu Titular.

10. Declaração

10.1 A Titular declara, sob as penas da lei, que não exerce cargo público, não está incurso em qualquer das situações prevista nos art. 27 a 30 e parágrafo único da Lei nº 8.906/1994, que define as incompatibilidades e impedimentos, nem em nenhum dos crimes previstos em lei, que os impeçam de exercer a função de advogado, estando ciente de que, no caso de falsidade da presente declaração, será nulo de pleno direito o presente ato, sem prejuízo das sanções penais a que estiverem sujeitos.

CONFIRMAÇÃO

[Handwritten signature]

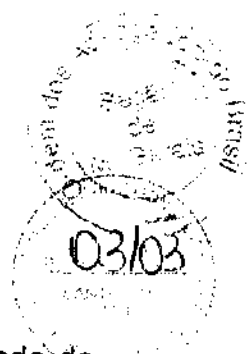
[Handwritten signature]







**JACQUELINE DE
PAULA BARBOSA**
**SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA**



10.2 A Titular declara, sob pena da lei, que não integra outra sociedade de advogados, que lhe é vedado mais de uma sociedade unipessoal de advocacia, ou integrar, simultaneamente, uma sociedade de advogados e uma sociedade unipessoal de advocacia, com sede ou filial na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional.


at
w

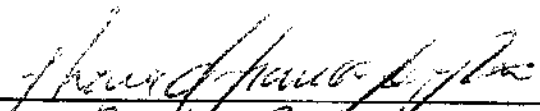
Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte/MG para exercício e cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

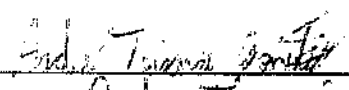
Assim, assina o presente Instrumento, em quatro vias, perante duas testemunhas.

Belo Horizonte/MG, 01 de agosto de 2020.

CONTRATO 003/00000000

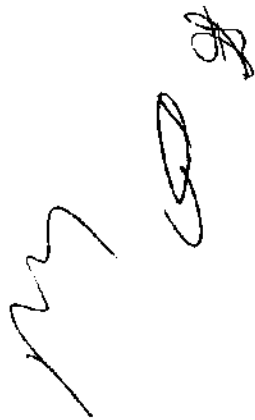

Jacqueline de Paula Barbosa Sociedade Individual de Advocacia
Jacqueline de Paula Barbosa
CNPJ: 18.985.386/0001-01

Testemunha: 1 
Nome: Nicholas Pinheiro Branco
CPF: 292.821.006-91
Endereço: Rua Fernandes Tourinho, 999

Testemunha: 2 
Nome: André Tourinho
CPF: 129.074.035-22
Endereço: Rua Carlos Magalhães, 100









o presente instrumento de Alteração
Contrato nº 001/2020, neste
cartório, em 28/08/2020, no
cartório do Juízo de São
Luzia, Estado de Goiás, Capão
da Boa Vista, Goiás.

Secretaria de Estado de Defesa do Advogado

o presente instrumento de Alteração do Contrato nº 001/2020,
qual contém, com o original.

Capão da Boa Vista, em 28/08/2020.

Secretaria de Estado de Defesa do Advogado

Cartório Modestino Gonçalves Filho - MG

Autentico este documento, composto por 1 folha (s), por mim
rubricado (s), numerada (s) e carimbada (s), por ser reprodução fiel do
original que me foi apresentado, do que dou fé.
Santa Luzia, 28/08/2020

SELO DE CONSULTA: DTG33017
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 5248.3602.6690.0113

Quantidade de atos praticados: 1
Ato (s) praticado (s) por Rafaela de Lima Vianna - Escrevente Auxiliar
Emol: R\$ 5,48 TFC: R\$ 1,70 Valor Final R\$ 7,28 ISS R\$ 0,10
Consulte a validade deste selo no site: <https://seleto.org.br>



Conferido este documento, composto por 1 folha (s),
rubricado (s) e carimbado (s), em Santa Luzia/MG,
em 28/08/2020, por mim, autenticado
neste data, rubricado (s) e carimbado (s).
Santa Luzia, 28/08/2020





CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MG

Nº 2806120/2021

Emissão: 18/05/2021

Validade: 31/03/2022

Chave: 9Wby2

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CERTIFICAMOS que o(a) profissional encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo.
CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o(a) interessado(a) não se encontra em débito com o CREA-MG.

Interessado(a)

Profissional: ANDRE TEIXEIRA GONTIJO

Registro: 1418809850

CPF: 129.075.096-32

Endereço: RUA CONSELHEIRO ANDRADE FIGUEIRA, 81, APT. 502, GUTIERREZ, BELO HORIZONTE, MG, 30441153

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)

Data de registro: 30/05/2019

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL

Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUÇÃO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA.

Data de Formação: 16/02/2019

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(s) autor(s) à respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2021 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: FACTO ENGENHARIA E PROJETOS LTDA

Registro: 65483

CNPJ: 34.612.442/0001-00

Data Início: 02/10/2019

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO





CARTÓRIO NOTARIAL
2º SERVIÇO NOTARIAL
SANTA LUZIA / MG
AUTENTICAÇÃO NO VERSO

**JACQUELINE
DE PAULA
BARBOSA**
SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

299

CONTRATANTE: JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, pessoa jurídica inscrita na OAB/MG sob o n. 5.697 e no CNPJ sob o n. 18.985.386/0001-01, com sede na Rua Fernandes Tourinho, 999 – sala 202, Lourdes, Belo Horizonte/MG – CEP.: 30112-003, representada por Jacqueline de Paula Barbosa, advogada inscrita na OAB/MG 85.647, com endereço comercial na sede da empresa e,

CONTRATADO: ANDRÉ TEIXEIRA GONTIJO, brasileiro, solteiro, Engenheiro Civil inscrito no Crea-MG nº 243.122/D, CPF 129.075.096-32, residente na rua Conselheiro Andrade Figueira, 81, Gutierrez, Belo Horizonte/MG. As partes acima qualificadas, resolvem de comum acordo firmar o presente contrato de Prestação de Serviços, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto deste **CONTRATO** é a prestação de serviço de consultoria para elaboração de levantamento dos custos relativos a fiscalização de estações rádio base localizadas nos municípios clientes da CONTRATANTE e para realização de serviços de engenharia em geral.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

Além das demais cláusulas e condições ora ajustadas, as partes obrigam-se, em especial a:

I - Constitui obrigações da CONTRATADA:

- Disponibilizar profissional habilitado (engenheiro com registro profissional no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - Crea) que possua conhecimentos técnicos específicos para conduzir os projetos junto aos entes públicos e privados, conforme demanda apresentada pela CONTRATANTE, sempre observado as normas de engenharia vigentes;
- Ter disponibilidade para realização de reuniões e visitas técnicas aos clientes da CONTRATANTE, conforme demanda a ser previamente agendada com a CONTRATADA.
- Apresentar relatórios assinados, de cada compensação/restituição ou de qualquer outro procedimento eventualmente realizado junto aos clientes da CONTRATANTE, bem como apresentar outros relatórios solicitados pela CONTRATANTE desde relacionados com o objeto deste contrato;
- Zelar pela qualidade, sigilo, segurança, atualidade, legalidade e eficiência dos serviços prestados;

Verso da Folha EM BRANCO
Cartorio Modestino Gonçalves Filho
2. Ofício de Notas
Santa Luzia - MG

Cartorio Modestino Gonçalves Filho - MG

Autentico este documento, composto por 1 folha (1), por min
rubricada (1), numerada (1) e assinada (1), por ser reprodução fiel do
original que me foi apresentado, do que dou fé
Santa Luzia, 10/08/2020

SELO DE CONSULTA DNN41197
CÓDIGO DE SEGURANÇA 8048 4886 9083 1127

Assinatura



Quantidade de atos processados: 1
Ata (1) protocolada (1) pelo Tabelião de Santa Luzia - Escrevendo Público
Emenda 6,45 TR 000 170 Valor Process 9,32 R\$ R\$ 8,10
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.dn.gov.br>

SELO
ETIQUETA
AUTENTICAÇÃO



CARTÓRIO NOTARIAL
2º SERVIÇO NOTARIAL
SANTA LUZIA / MG
AUTENTICAÇÃO NO VERSO



**JACQUELINE
DE PAULA
BARBOSA**
SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA

300

- e. Comunicar à CONTRATADA qualquer situação que possa causar atrasos ou impedimentos na execução dos serviços contratados.
- f. Solicitar à CONTRATANTE por e-mail documentos e informações necessárias à realização dos serviços contratados.
- g. Realizar o trabalho de acordo com a sua formação técnica, com autonomia e responsabilidade, nos termos deste contrato;
- h. Prestar, prontamente, esclarecimentos e apresentar soluções de sua especialidade quanto a problemas relacionados com o objeto deste contrato;
- i. Arcar com a tributação incidente sobre a presente prestação de serviço

II- Constitui obrigações da CONTRATANTE:

- a. Proporcionar, no que lhe couber, as facilidades necessárias para que a contratada possa cumprir as condições estabelecidas neste contrato;
- b. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste contrato.
- c. Comunicar a CONTRATADA, qualquer irregularidade nos serviços prestados;
- d. Agendar com antecedência as viagens e arcar com as despesas de viagem do (s) representante(s) da CONTRATADA, decorrentes deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS HONORÁRIOS

3.1. A CONTRATADA receberá pelos serviços prestados descritos neste contrato os honorários conforme abaixo:

- a) Contratos com valor até R\$ 50.000,00 a CONTRATADA fará jus ao percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato formalizado pela CONTRATANTE, depois de deduzidos os impostos incidentes.
- b) Contratos com valor superior a R\$ 50.000,00 a CONTRATADA fará jus ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato formalizado pela CONTRATANTE, depois de deduzidos os impostos incidentes.

3.2. Por se tratarem de contratos de êxito, os valores a ser recuperados/compensados poderão sofrer alteração, nesse caso deverá prevalecer, para fins de cálculo dos honorários do CONTRATADO, os valores efetivamente recuperados e faturados pela CONTRATANTE e não o valor do contrato.

Verso da Folha EM BRANCO
Cartorio Modestino Gonçalves Filho
2º Ofício de Notas
Santa Luzia - MG

Cartorio Modestino Gonçalves Filho - MG

Autentico este documento, composto por 1 folha (a), por mim rubricada (a), numerada (a) e carimbada (a), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.
Santa Luzia, 10/08/2020

SELO DE CONSULTA: DNN41198
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 8845.6225.6661.0850



Quantidade de atos praticados: 1
Ato (a) praticado (a) por: Rafaela de Lima Vianna - Escrevente Auxiliar
Emo/R\$ 5,48 TPJ/R\$ 7,70 Valor Final/R\$ 7,23 ISJ/R\$ 0,10
Consulte a validade deste selo no site: <http://selos.tmg.us.br>

Nº DA
ETIQUETA:
AAM981834



CARTÓRIO NOTARIAL
2º SERVIÇO NOTARIAL
SANTA LUZIA / MG
AUTENTICAÇÃO NO VERSO

**JACQUELINE
DE PAULA
BARBOSA**
SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA



30/1
W

3.3. A(s) quantia(s) supra referida(s) será(ão) paga(s), desde que a CONTRATADA tenha recebido do Cliente. O pagamento será em até 3 (três) dias úteis após o recebimento, mediante emissão de nota fiscal pela CONTRATADA.

3.4. Cada PARTE suportará suas despesas necessárias para o cumprimento de todas as suas obrigações, à exceção das despesas de viagem que correrão à conta da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO

4.1. O presente instrumento poderá ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer momento, com notificação prévia de 60 dias à outra parte.

4.2. A notificação não isenta as partes do cumprimento das obrigações recíprocas assumidas, considerando-se rescindido apenas após a entrega dos serviços contratados e após efetivados os pagamentos respectivos.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO

5.1. A vigência deste contrato é indeterminada.

CLÁUSULA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo, mediante reunião das partes para tal finalidade, devendo ser elaborado termo aditivo a este contrato e assinado pelas partes contratantes.

CLÁUSULA SÉTIMA – CONFIDENCIALIDADE

7.1. A CONTRATADA se compromete a guardar sigilo absoluto sobre qualquer informação obtida em decorrência deste contrato, seja de natureza técnica, comercial ou qualquer outra que possa prejudicar a normal execução das soluções e projetos, salvo determinação judicial de divulgação.

7.2. Para fins do presente Contrato, a expressão "informação" significa toda e qualquer informação transmitida, fornecida ou comunicada verbalmente ou por escrito, da CONTRATANTE ou de seus clientes à CONTRATADA e compreende também:



Verso da Folha EM BRANCO
Cartório Modestino Gonçalves Filho
2º Ofício de Notas
Santa Luzia - MG

Cartório Modestino Gonçalves Filho - MG

Autentico este documento, composto por 1 folha (s), por mim rubricada (s), numerada (s) e carimbada (s), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado; do que dou fé
Santa Luzia, 10/08/2020

SELO DE CONSULTA: DNN41199
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 7168.4428.1851.9339



Quantidade de atos praticados: 1
Ato (s) praticado (s) por Rafaela de Lima Viarino - Escrevente Autôgrafa
Emot: R\$ 5,48 TFJUR: R\$ 1,70 Valor Final: R\$ 7,28 ISS: R\$ 0,10
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.ung.us.br>

Nº DA
ETIQUETA
AAMPS1626



CARTÓRIO MODESTINO GONÇALVES
2º SERVIÇO NOTARIAL
SANTA LUZIA / MG
AUTENTICAÇÃO NO VERSO

**JACQUELINE
DE PAULA
BARBOSA**
SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA



302
W

I - qualquer Informação Técnica ou operacional que tenha sido colocada à disposição da CONTRATADA em decorrência dos serviços prestados à CONTRATANTE;

II - quaisquer dos termos, condições ou outros fatos com relação à prestação de serviços;

III - todas as anotações, análises, estudos, pareceres, relatórios, projetos de lei, normas e outros documentos, elaborados pela CONTRATANTE ou pelas Partes em conjunto, que contenham, reflitam, ou seja, baseados em quaisquer informações decorrentes deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. As Partes declaram serem capazes para a celebração do presente Instrumento, reconhecendo ainda, que participaram conjunta e ativamente de sua negociação e redação, agindo de boa-fé, e na plena expressão e livre exercício de suas vontades.

8.2. As Partes não poderão ceder ou transferir, total ou parcialmente, qualquer das suas obrigações, direitos ou prerrogativas a terceiros ou sucessores legais, sem o prévio e expresso consentimento, por escrito, da outra Parte, que deverá ser formalizado mediante termo aditivo.

8.3. O presente CONTRATO não constitui qualquer tipo de vínculo societário ou empregatício entre as Partes, sendo certo que suas obrigações e direitos limitam-se ao objeto do presente CONTRATO. Cada uma das partes responderá pela gerência, direção e controle de seus empregados, sócios e prepostos, envolvidos na prestação dos serviços, e estes não serão considerados como empregados da outra parte.

8.4. A eventual aceitação, por uma das partes, da inexecução de quaisquer cláusulas ou condições deste contrato, a qualquer tempo, deverá ser interpretada como mera liberalidade, não implicando, portanto, em novação ou renúncia do direito de exigir o cumprimento das disposições aqui contidas ou do direito de pleitear, futuramente, a execução total de cada uma das obrigações.

8.5. A nulidade ou invalidade de qualquer das disposições do presente CONTRATO, inclusive em razão de decisões do Poder Público após a assinatura do presente Instrumento, não implicará na nulidade ou invalidade das demais. Sempre que possível, as disposições consideradas nulas ou inválidas deverão ser reescritas, de modo a refletir a intenção inicial das Partes em conformidade com a legislação aplicável.

8.6. A CONTRATADA fica impedida de formalizar contratos de natureza similar àquele formalizado pela CONTRATANTE com o cliente atendido pela CONTRATADA, pelo prazo de 2 anos a partir da rescisão do contrato do cliente com a CONTRATANTE.

CONFERE COM O ORIGINAL



Verso da Folha EM BRANCO
Cartório Modestino Gonçalves Filho
2º Ofício de Notas
Santa Luzia - MG

Cartório Modestino Gonçalves Filho - MG

Autenticar este documento, composto por 1 folha (a), por mim
rubricada (a), numerada (a) e cartada (a), por ser reprodução fiel do
original que me foi apresentado, do que dou fé.
Santa Luzia, 10/06/2020

SELO DE CONSULTA: DNN41200
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 6246 7487 0099 1184



Quantidade de atos praticados: 1
Ato (a) praticado (a) por: Rafaela de Lima Vilarino - Escrevente Auxiliar
Emol: R\$ 6,48, TFA: R\$ 7,70 Valor Final: R\$ 14,18
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

Nº DA
ETIQUETA
AAM831028



**JACQUELINE
DE PAULA
BARBOSA**
SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA



CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do CONTRATO, as partes elegem o foro da comarca de Belo Horizonte - MG, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser. Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Belo Horizonte, 14 de janeiro de 2020.


Jacqueline de Paula Barbosa Sociedade Individual de Advocacia – ME

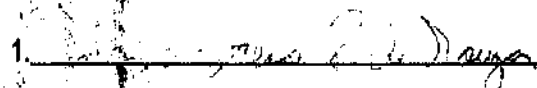
Jacqueline de Paula Barbosa

Representante Legal da Contratante



André Teixeira Gontijo

Engenheiro Civil

Testemunhas:

1. 

Nome: Paulo Roberto de Souza RG: MG-15.250.441

2. 

Nome: Maria da Glória RG: MG-15.1523

Verso da Folha EM BRANCO
Cartorio Modestino Gonçalves Filho
2º Ofício de Notas
Santa Luzia - MG

Cartorio Modestino Gonçalves Filho - MG

Autentico este documento, composto por 1 folha (a), por mim rubricada (a), numerada (a) e carimbada (a), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.
Santa Luzia, 10/06/2020.

SELO DE CONSULTA: DNN41201
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 8211.1774.9708.6201

Quantidade de atos praticados: 1
Ato (a) praticado (a) por: Rafaela de Lima Vilarinho - Escrevente Auxiliar
Emol: R\$ 5,48. TFC: R\$ 1,70. Valor Final: R\$ 7,23 (sete reais e 23 centavos).
Consulte a validade deste selo no site: <http://selos.tmg.jus.br>



Nº DA
ETIQUETA
AAME31027



Cartorio Modestino Gonçalves
TABELIONATO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS - SANTA LUZIA/MG
O presente documento, foi autenticado
nesta data, contendo 05 (cinco) folhas.
Santa Luzia, 10 / 06 / 2020



CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
 Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MG

Nº 2806125/2021

Emissão: 18/05/2021

Validade: 31/03/2022

Chave: 4w9Yz

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CERTIFICAMOS que o(a) profissional encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo.
 CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o(a) interessado(a) não se encontra em débito com o CREA-MG.

Interessado(a)

Profissional: VINÍCIUS ARAUJO VIANA DA COSTA

Registro: 1414132905

CPF: 102.261.166-62

Endereço: RUA NASCIMENTO GURGEL, 15, APTO 102, GUTIERREZ, BELO HORIZONTE, MG, 30441170

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)

Data de registro: 02/03/2015

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO AMBIENTAL

Atribuição: RESOLUCAO 447 DE 22.09.2000, DO CONFEA. // ARTIGO 4 DA RESOLUCAO 359 DE 31.07.91, DO CONFEA

Data de Formação: 01/03/2015

POS - GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Atribuição: RESOLUCAO 447 DE 22.09.2000, DO CONFEA. // ARTIGO 4 DA RESOLUCAO 359 DE 31.07.91, DO CONFEA

Data de Formação: 17/12/2016

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.

CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2021 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: PAVELAR CONSULTORIA E SERVICOS EIRELI

Registro: 53709

CNPJ: 24.121.244/0001-22

Data Início: 02/10/2020

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO

Empresa: FACTO ENGENHARIA E PROJETOS LTDA

Registro: 65483

CNPJ: 34.612.442/0001-00

Data Início: 02/10/2019

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO





CARTÓRIO MUESTRARIO SURVIVENTE
2º SERVIÇO NOTARIAL
SANTA LUZIA / MG
AUTENTICAÇÃO NO VERSO

**JACQUELINE
DE PAULA
BARBOSA**
SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA



305
B

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATANTE: JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, pessoa jurídica inscrita na OAB/MG sob o n. 5.697 e no CNPJ sob o n. 18.985.386/0001-01, com sede na Rua Fernandes Tourinho, 999 – sala 202, Lourdes, Belo Horizonte/MG – CEP.: 30112-003, representada por Jacqueline de Paula Barbosa, advogada inscrita na OAB/MG 85.647, com endereço comercial na sede da empresa e,

CONTRATADO: VINÍCIUS ARAÚJO VIANA DA COSTA, brasileiro, solteiro, Engenheiro Ambiental e Engenheiro de Segurança do Trabalho inscrito no Crea-MG nº 189.882/D, CPF 102.261.166-62, residente na rua Nascimento Gurgel, 15, Gutierrez, Belo Horizonte/MG.

As partes acima qualificadas, resolvem de comum acordo firmar o presente contrato de Prestação de Serviços, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto deste CONTRATO é a prestação de serviço de consultoria para elaboração de levantamento dos custos relativos a fiscalização de estações rádio base localizadas nos municípios clientes da CONTRATANTE e para realização de serviços de engenharia em geral.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

Além das demais cláusulas e condições ora ajustadas, as partes obrigam-se, em especial a:

Constitui obrigações da CONTRATADA:

- Disponibilizar profissional habilitado (engenheiro com registro profissional no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - Crea) que possua conhecimentos técnicos específicos para conduzir os projetos junto aos entes públicos e privados, conforme demanda apresentada pela CONTRATANTE, sempre observado as normas de engenharia vigentes;
- Ter disponibilidade para realização de reuniões e visitas técnicas aos clientes da CONTRATANTE, conforme demanda a ser previamente agendada com a CONTRATADA.
- Apresentar relatórios assinados, de cada compensação/restituição ou de qualquer outro procedimento eventualmente realizado junto aos clientes da CONTRATANTE, bem como apresentar outros relatórios solicitados pela CONTRATANTE desde relacionados com o objeto deste contrato;

Verso da Folha EM BRANCO
Cartão Modestino Gonçalves Faria
2º Ofício de Notas
Santa Luzia - MG

Cartão Modestino Gonçalves Faria - MG

Assinatura este documento, composto por 1 folha (1) , por meio
rúbrica (1) , numerada (1) e carimbada (1) , por ser reprodução fiel do
original que se lhe apresenta, do qual dou fé.
Santa Luzia, 10/08/2024

OFÍCIO DE CONSULTA: 01441182
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 4008.1479.4026.3037

Quantidade de atos praticados: 1

Ato (1) praticado (1) por: Rômulo de Lima Vitorino - Escrevente Auxiliar
Emissão: 8,44. TP: 328 1,70 Valor Final: R\$ 3,98 85995 8,10
Consulte a validade deste ato no site: <http://www.treg.mg.br>



1º DA
STICMEYA
AAM861800



CARTÓRIO MÚLTIPLO
2º SERVIÇO NOTARIAL
SANTA LUZIA / MG
AUTENTICAÇÃO NO VERSO



**JACQUELINE
DE PAULA
BARBOSA**
SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA

306
W

- d. Zelar pela qualidade, sigilo, segurança, atualidade, legalidade e eficiência dos serviços prestados;
- e. Comunicar à CONTRATADA qualquer situação que possa causar atrasos ou impedimentos na execução dos serviços contratados.
- f. Solicitar à CONTRATANTE por e-mail documentos e informações necessárias à realização dos serviços contratados.
- g. Realizar o trabalho de acordo com a sua formação técnica, com autonomia e responsabilidade, nos termos deste contrato;
- h. Prestar, prontamente, esclarecimentos e apresentar soluções de sua especialidade quanto a problemas relacionados com o objeto deste contrato;
- i. Arcar com a tributação incidente sobre a presente prestação de serviço

II- Constitui obrigações da CONTRATANTE:

- a. Proporcionar, no que lhe couber, as facilidades necessárias para que a contratada possa cumprir as condições estabelecidas neste contrato;
- b. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste contrato.
- c. Comunicar a CONTRATADA, qualquer irregularidade nos serviços prestados;
- d. Agendar com antecedência as viagens e arcar com as despesas de viagem do (s) representante(s) da CONTRATADA, decorrentes deste contrato.

CONTRATO

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS HONORÁRIOS

- 3.1. A CONTRATADA receberá pelos serviços prestados descritos neste contrato os honorários conforme abaixo:
- a) Contratos com valor até R\$ 50.000,00 a CONTRATADA fará jus ao percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato formalizado pela CONTRATANTE, depois de deduzidos os impostos incidentes.
 - b) Contratos com valor superior a R\$ 50.000,00 a CONTRATADA fará jus ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato formalizado pela CONTRATANTE, depois de deduzidos os impostos incidentes.
- 3.2. Por se tratarem de contratos de êxito, os valores a ser recuperados/compensados poderão sofrer alteração, nesse caso deverá prevalecer, para fins de cálculo dos honorários do CONTRATADO, os valores efetivamente recuperados e faturados pela CONTRATANTE e não o valor do contrato.

Nº DA
ETIQUETA
AAM651609



CARTÓRIO MUNDICÍVIL
2º SERVIÇO NOTARIAL
SANTA LUZIA / MG
AUTENTICAÇÃO NO VERSO

**JACQUELINE
DE PAULA
BARBOSA**
SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA



30f
w

3.3. A(s) quantia(s) supra referida(s) será(ão) paga(s), desde que a CONTRATADA tenha recebido do Cliente. O pagamento será em até 3 (três) dias úteis após o recebimento, mediante emissão de nota fiscal pela CONTRATADA.

3.4. Cada PARTE suportará suas despesas necessárias para o cumprimento de todas as suas obrigações, à exceção das despesas de viagem que correrão à conta da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO

4.1. O presente instrumento poderá ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer momento, com notificação prévia de 60 dias à outra parte.

4.2. A notificação não isenta as partes do cumprimento das obrigações recíprocas assumidas, considerando-se rescindido apenas após a entrega dos serviços contratados e após efetivados os pagamentos respectivos.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO

5.1. A vigência deste contrato é indeterminada.

CLÁUSULA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo, mediante reunião das partes para tal finalidade, devendo ser elaborado termo aditivo a este contrato e assinado pelas partes contratantes.

CLÁUSULA SÉTIMA – CONFIDENCIALIDADE

7.1. A CONTRATADA se compromete a guardar sigilo absoluto sobre qualquer informação obtida em decorrência deste contrato, seja de natureza técnica, comercial ou qualquer outra que possa prejudicar a normal execução das soluções e projetos, salvo determinação judicial de divulgação.

7.2. Para fins do presente Contrato, a expressão "informação" significa toda e qualquer informação transmitida, fornecida ou comunicada verbalmente ou por escrito, da CONTRATANTE ou de seus clientes à CONTRATADA e compreende também:



Verso da Folha EM BRANCO
Cartório Modestino Gonçalves Filho
2º Ofício de Notas
Santa Luzia - MG

Cartório Modestino Gonçalves Filho - MG

Autentico este documento, composto por 1 folha (a) por mim
rubricada (a) e carimbada (a), por ser reprodução fiel do
original que me foi apresentado, do que dou fé.
Santa Luzia, 10/06/2020

SELO DE CONSULTA: DNN41164

CÓDIGO DE SEGURANÇA: 0654.7032.9187.6070

Quantidade de atos praticados: 1

Ato (a) praticado (a) por: Rafaela de Lima Vilarino - Escrevente Auxiliar
Empol R\$ 5,46 TFut R\$ 1,70 Valor Final R\$ 7,29 ISCR R\$ 0,10

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tmg.us.br/>



Nº DA
ETIQUETA
AAM031610



CARTÓRIO MODESTINO GUY
2º SERVIÇO NOTARIAL
SANTA LUZIA / MG
AUTENTICAÇÃO NO VERSO

**JACQUELINE
DE PAULA
BARBOSA**
SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA



308
W

I - Qualquer Informação Técnica ou operacional que tenha sido colocada à disposição da CONTRATADA em decorrência dos serviços prestados à CONTRATANTE;

II- quaisquer dos termos, condições ou outros fatos com relação à prestação de serviços;

III- todas as anotações, análises, estudos, pareceres, relatórios, projetos de lei, normas e outros documentos, elaborados pela CONTRATANTE ou pelas Partes em conjunto, que contenham, reflitam, ou seja, baseados em quaisquer informações decorrentes deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. As Partes declaram serem capazes para a celebração do presente instrumento, reconhecendo ainda, que participaram conjunta e ativamente de sua negociação e redação, agindo de boa-fé, e na plena expressão e livre exercício de suas vontades.

8.2. As Partes não poderão ceder ou transferir, total ou parcialmente, qualquer das suas obrigações, direitos ou prerrogativas a terceiros ou sucessores legais, sem o prévio e expresso consentimento, por escrito, da outra Parte, que deverá ser formalizado mediante termo aditivo.

8.3. O presente CONTRATO não constitui qualquer tipo de vínculo societário ou empregatício entre as Partes, sendo certo que suas obrigações e direitos limitam-se ao objeto do presente CONTRATO. Cada uma das partes responderá pela gerência, direção e controle de seus empregados, sócios e prepostos, envolvidos na prestação dos serviços, e estes não serão considerados como empregados da outra parte.

8.4. A eventual aceitação, por uma das partes, da inexecução de quaisquer cláusulas ou condições deste contrato, a qualquer tempo, deverá ser interpretada como mera liberalidade, não implicando, portanto, em novação ou renúncia do direito de exigir o cumprimento das disposições aqui contidas ou do direito de pleitear, futuramente, a execução total de cada uma das obrigações.

8.5. A nulidade ou invalidade de qualquer das disposições do presente CONTRATO, inclusive em razão de decisões do Poder Público após a assinatura do presente instrumento, não implicará na nulidade ou invalidade das demais. Sempre que possível, as disposições consideradas nulas ou inválidas deverão ser reescritas, de modo a refletir a intenção inicial das Partes em conformidade com a legislação aplicável.

8.6. A CONTRATADA fica impedida de formalizar contratos de natureza similar àquele formalizado pela CONTRATANTE com o cliente atendido pela CONTRATADA, pelo prazo de 2 anos a partir da rescisão do contrato do cliente com a CONTRATANTE.

CONTRATO DE PRESTACAO DE SERVICOS



Verso da Folha EM BRANCO
Cartório Modestino Gonçalves Filho
2º Ofício de Notas
Santa Luzia - MG

Cartório Modestino Gonçalves Filho - MG

Autentico este documento, composto por 1 folha (a) e por min
rubricada (a), numerada (a) e carimbada (a), por ser reprodução fiel do
original que me foi apresentado, do que dou fé.
Santa Luzia: 10/08/2020

SELO DE CONSULTA: DNN41185
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 8194.4732.0676.2847



Quantidade de atos praticados: 1
Ato (a) praticado (a) por: Rafaela de Lima Vilarino - Escrevente Auxiliar
Emol: R\$ 8,46 TPJ: R\$ 1,70 Valor Final: R\$ 7,23 159: R\$ 0,10
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.us.br>

Nº DA
ETIQUETA
AAM651211



GARTÓRIO MODESTINO GONÇALVES
2º SERVIÇO NOTARIAL
SANTA LUZIA / MG
ALIMENTAÇÃO MOVERBO



**JACQUELINE
DE PAULA
BARBOSA**
SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA

309
W

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do CONTRATO, as partes elegem o foro da comarca de Belo Horizonte - MG, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser. Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Belo Horizonte, 14 de janeiro de 2020.

Jacqueline de Paula Barbosa Sociedade Individual de Advocacia – ME

Jacqueline de Paula Barbosa

Representante Legal da Contratante


Vinícius Araújo Viana da Costa

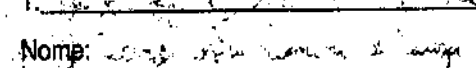
Engenheiro Ambiental

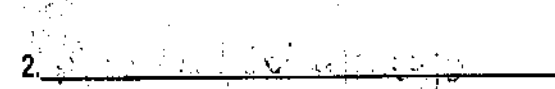
Engenheiro de Segurança do Trabalho

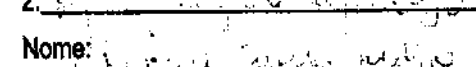
CONTINUAÇÃO

Testemunhas:

1. 

Nome:  RG: 14.315.250441

2. 

Nome:  RG: 14.315.250441

Verso da Folha EM BRANCO
Cartório Modestino Gonçalves Filho
2º Ofício de Notas
Santa Luzia - MG

Cartório Modestino Gonçalves Filho - MG

Autentico este documento, composto por 1 folha (4) , por mim
rubricada (4) , numerada (4) e carimbada (4) , por ser reprodução fiel do
original que me foi apresentado, do que dou fé.
Santa Luzia, 10/06/2020

SELO DE CONSULTA: DNN41186
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 1130.5384.9506.9572

Quantidade de selos praticados: 1

Ato (4) praticado (4) por: Rafaela de Lima Vilelino - Escrevente Auxiliar
Emol: R\$ 0,48 TPJ: R\$ 1,70 Valor Final: R\$ 7,28 (53) R\$ 0,10
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.jmg.us.br>

Nº DA
ETIQUETA
AAM631812

CARTÓRIO MINHESTRINO GONÇALVES FILHO
TABELIONATO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS - SANTA LUZIA, MG
O presente documento, foi autenticado
nesta data, contendo 06 (seis) folhas.
Santa Luzia, 10 / 06 / 20





CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MG

Nº 2835217/2021
Emissão: 04/08/2021
Validade: 31/03/2022
Chave: 75133

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CERTIFICAMOS que o(a) profissional encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo.
CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o(a) interessado(a) não se encontra em débito com o CREA-MG.

Interessado(a)

Profissional: RODRIGO GRECO PALMINI DE SOUZA

Registro: 1418662330

CPF: 102.012.246-31

Endereço: RUA ALMIRANTE TAMANDARÉ, 765, APTO 201, GUTIERREZ, BELO HORIZONTE, MG, 30441088

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)

Data de registro: 25/06/2019

Título(s)

GRADUAÇÃO

GEOGRAFO

Atribuição: ARTIGO 3 DA LEI 6664 DE 26.06.79.

Data de Formação: 20/12/2018

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2021 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: FACTO ENGENHARIA E PROJETOS LTDA

Registro: 65483

CNPJ: 34.612.442/0001-00

Data Início: 02/10/2019

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO





**JACQUELINE
DE PAULA
BARBOSA**

**SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA**



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATANTE: JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.985.386/0001-01, com sede na Rua Fernandes Tourinho, n. 999, sala 202, Lourdes, Belo Horizonte, Cep: 30112-003, representada por Jacqueline de Paula Barbosa, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/MG 85.647 e CPF sob o nº 997.432.566-87, portador da Carteira de Identidade n. M-6.996.846, com endereço comercial na sede da empresa.

CONTRATADO: RODRIGO GRECO PALMINI DE SOUZA, brasileiro, solteiro, geógrafo inscrito no CREA/MG sob o número 141866233, portador do CPF 102.012.246-31, com endereço na Rua Almirante Tamandaré, nº 765, AP 201, Bairro Gutierrez, Belo Horizonte/MG.

As partes acima qualificadas, resolvem de comum acordo firmar o presente contrato de Prestação de Serviços, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto deste CONTRATO é a prestação de serviço de Geógrafo pelo CONTRATADO à CONTRATANTE e/ou seus clientes, realizando levantamentos, emissão de laudos técnicos e vistorias in loco das instalações de ERB'S - Estações Rádio Base, sempre que solicitado.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES

Além das demais cláusulas e condições ora ajustadas, as partes obrigam-se, em especial a:

Constitui obrigações da CONTRATADA:

- Ter disponibilidade para realização de reuniões e visitas técnicas aos clientes da CONTRATANTE, conforme demanda a ser previamente agendada com a CONTRATADA.
- Apresentar relatórios assinados, de cada procedimento realizado para a CONTRATANTE e/ou junto aos clientes da CONTRATANTE, bem como apresentar outros relatórios solicitados pela CONTRATANTE desde relacionados com o objeto deste contrato;
- Zelar pela qualidade, sigilo, segurança, atualidade, legalidade e eficiência dos serviços prestados e das informações obtidas em decorrência deste contrato;
- Comunicar à CONTRATADA qualquer situação que possa causar atrasos ou impedimentos na execução dos serviços contratados.

TABELIONATO 69 NOTAS



**JACQUELINE
DE PAULA
BARBOSA**

**SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA**

312
W

- e. Solicitar à CONTRATANTE os documentos e informações necessárias à realização dos serviços contratados.
- g. Realizar o trabalho de acordo com a sua formação técnica, com autonomia e responsabilidade, nos termos deste contrato;
- h. Prestar, prontamente, esclarecimentos e apresentar soluções de sua especialidade quanto a problemas relacionados com o objeto deste contrato;
- i. Responder, pelos danos causados a terceiros e à CONTRATANTE, desde que decorrentes de falhas na prestação dos serviços relacionado com o objeto deste contrato;
- j. Arcar com a tributação incidente sobre a presente prestação de serviço

II- Constitui obrigações da CONTRATANTE:

- a. Proporcionar, as facilidades necessárias para que a contratada possa cumprir as condições estabelecidas neste contrato;
- b. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas entre as partes, em cada caso será emitido termo aditivo a esse contrato.
- c. Comunicar a CONTRATADA, qualquer irregularidade ou atraso nos serviços prestados;
- d. Agendar com antecedência as viagens e arcar com as despesas de viagem da CONTRATADA, decorrentes deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - HONORÁRIOS

- 3.1. A CONTRATADA receberá pelos serviços prestados descritos neste contrato os honorários de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) e hora trabalhada.
- 3.2. O pagamento será em até 3 (três) dias úteis após o recebimento pelo Contratante, mediante emissão de nota fiscal pelo CONTRATADO.
- 3.3. Cada PARTE suportará suas despesas necessárias para o cumprimento de todas as suas obrigações, à exceção das despesas de viagem que correrão à conta da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA - DA RESCISÃO

- 4.1. O presente instrumento poderá ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer momento, com notificação prévia de 60 dias à outra parte.
- 4.2. A notificação não isenta as partes do cumprimento das obrigações recíprocas assumidas, considerando-se rescindido apenas após a entrega dos serviços contratados e após efetivados os pagamentos respectivos.
- 4.3. Não estipulada entre as partes que a inexecução das normas previstas neste instrumento é causa de rescisão contratual, sem prejuízo do ressarcimento de danos pela parte infratora.



**JACQUELINE
DE PAULA
BARBOSA**
SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA



333
313
w

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

5.1. A vigência deste contrato é indeterminada.

CLÁUSULA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo, mediante reunião das partes para tal finalidade, devendo ser elaborado termo aditivo a este contrato e assinado pelas partes contratantes.

CLÁUSULA SÉTIMA - CONFIDENCIALIDADE

7.1. A CONTRATADA se compromete a guardar sigilo absoluto sobre qualquer informação obtida em decorrência deste contrato, seja de natureza técnica, comercial ou qualquer outra que possa prejudicar a normal execução das soluções e projetos, salvo determinação judicial de divulgação.

7.2. Para fins do presente Contrato, a expressão "informação" significa toda e qualquer informação transmitida, fornecida ou comunicada verbalmente ou por escrito, da CONTRATANTE ou de seus clientes à CONTRATADA e compreende também:

I - qualquer informação Técnica ou operacional que tenha sido colocada à disposição da CONTRATADA em decorrência dos serviços prestados à CONTRATANTE;

II - quaisquer dados técnicos, comerciais ou outros relativos à prestação de serviços;

III - todos os projetos, análises, estudos, pareceres, relatórios, projetos de lei, normas e outros documentos, elaborados pela CONTRATANTE ou pelas Partes em conjunto, que contenham, reflitam, ou seja, baseados em quaisquer informações decorrentes deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. As Partes declaram serem capazes para a celebração do presente instrumento, reconhecendo ainda, que participaram conjunta e ativamente de sua negociação e redação, agindo de boa-fé, e na plena expressão e livre exercício de suas vontades.

8.2. As Partes não poderão ceder ou transferir, total ou parcialmente, qualquer das suas obrigações, direitos ou prerrogativas a terceiros ou sucessores legais, sem o prévio e expresso consentimento, por escrito, da outra Parte, que deverá ser formalizado mediante termo aditivo.

8.3. O presente CONTRATO não constitui qualquer tipo de vínculo societário ou empregatício entre as Partes, sendo certo que suas obrigações e direitos limitam-se ao objeto do presente CONTRATO. Cada uma das partes responderá pela gerência, direção e controle de seus empregados, sócios e prepostos, envolvidos na prestação dos serviços, e estes não serão considerados como empregados da outra parte.



**JACQUELINE
DE PAULA
BARBOSA**

**SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA**



8.4. A eventual aceitação, por uma das partes, da inexecução de quaisquer cláusulas ou condições deste contrato, a qualquer tempo, deverá ser interpretada como mera liberalidade, não implicando, portanto, em novação ou renúncia do direito de exigir o cumprimento das disposições aqui contidas ou do direito de pleitear, futuramente, a execução total de cada uma das obrigações.

8.5. A nulidade ou invalidade de qualquer das disposições do presente CONTRATO, inclusive em razão de decisões do Poder Público após a assinatura do presente instrumento, não implicará na nulidade ou invalidade das demais. Sempre que possível, as disposições consideradas nulas ou inválidas deverão ser reestabelecidas, de modo a refletir a intenção inicial das Partes em conformidade com a legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do CONTRATO, as partes elegem o foro da comarca de Belo Horizonte - MG, renunciando a qualquer outro por onde privilegiado que possa ser.

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Belo Horizonte, 05 de Dezembro de 2020.


Jacqueline de Paula Barbosa Sociedade Individual de Advocacia

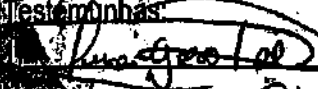
Jacqueline de Paula Barbosa

Representante Legal do Contratante


Rodrigo Greco Palmira de Souza

Contratado

Testemunhas


1. Maria Teresa Palmira de Souza RG: 400.400.400 - 95


2. Maria Teresa Palmira de Souza RG: 697708

CONTEÚDO DO CONTRATO



6º Tabelionato de Notas de Belo Horizonte - MG

Reconheço, por autenticidade a(s) assinatura(s) de RODRIGO
GRECO PALMINI DE SOUZA
Belo Horizonte, 16/06/2021

SELO DE CONSULTA: EQ02198
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 1881.2129.3621.4456

Quantidade de atos praticados: 1
Assinado(s) por: Wanderley Antônio Xavier - Escrevente
Autorizado

ISSQ: R\$ 0,27 Emol: R\$ 5,49 TFP: R\$ 1,81 Valor Final: R\$ 7,90
Consulta e validade deste selo no site: <https://selos.jmg.jus.br>



Nº DA
STAMPETA
AB2033866



6º Tabelionato de Notas de Belo Horizonte - MG

Reconheço, por autenticidade a(s) assinatura(s) de JACQUELINE DE
PAULA BARBOSA
Belo Horizonte, 16/06/2021

SELO DE CONSULTA: EQ02201
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 1909.0784.8628.8338

Quantidade de atos praticados: 1
Assinado(s) por: Wanderley Antônio Xavier - Escrevente
Autorizado

ISSQ: R\$ 0,27 Emol: R\$ 5,49 TFP: R\$ 1,81 Valor Final: R\$ 7,90
Consulta e validade deste selo no site: <https://selos.jmg.jus.br>



Nº DA
STAMPETA
AB2033866



**JACQUELINE DE
PAULA BARBOSA**
SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA

315
w

DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS



**JACQUELINE DE
PAULA BARBOSA**
**SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA**

31/8
W

ANEXO IV
DECLARAÇÃO HABILITAÇÃO E INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021

A empresa Jacqueline de Paula Barbosa Sociedade Individual de Advocacia, inscrita no CNPJ nº 18.985.386/0001-01, com sede na Rua Fernandes Tourinho, 999, SL 202, Bairro Lourdes, na cidade de Belo Horizonte -MG, neste ato representado por Jacqueline de Paula Barbosa, no uso de suas atribuições legais, vem DECLARAR, para fins de participação no Pregão Presencial em pauta, sob as penas da Lei, que, INEXISTE QUALQUER FATO IMPEDITIVO para sua participação no Pregão Presencial acima citado, estando apta e HABILITADA a realizar contratação com o Poder Público de qualquer esfera e se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Belo Horizonte, 9 de agosto de 2021


Jacqueline de Paula Barbosa Sociedade Individual de Advocacia

18.985.386/0001-01

Jacqueline de Paula Barbosa

Representante Legal

M – 6.996.846

997.432.566-87

18.985.386/0001-01

Insc. Estadual ISENTA

JACQUELINE DE PAULA BARBOSA

SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

Rua Fernandes Tourinho, 999 - SL 202

B. Lourdes - CEP 30.112-003

BELO HORIZONTE - MG



**JACQUELINE DE
PAULA BARBOSA**
**SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA**

317
W

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME, EPP OU EQUIPARADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021

A licitante proponente Jacqueline de Paula Barbosa Sociedade Individual de Advocacia, portadora do CNPJ nº 18.985.386/0001-01, com sede e administração na Rua Fernandes Tourinho, 999, SL 202, Bairro Lourdes, município de Belo Horizonte/MG, neste ato representada pela sócia a Sra. Jacqueline de Paula Barbosa, brasileira, divorciada, advogada, portadora da Carteira de Identidade nº M-6.996.864, e do CPF nº 997.432.566-87, residente e domiciliada na Rua Gama Neto, 571, Bairro Kennedy, município de Santa Luzia/MG, DECLARA, sob as penas da Lei, que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do §4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei e que cumpre os requisitos legais para qualificação como:

() Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, definida no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

(X) Empresa ou Sociedade equiparada à ME ou EPP, tendo auferido, no ano calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006;

() Declaro que a empresa possui restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, para regularização, estando ciente que, do contrário, decalra o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no artigo 81, da Lei Federal nº 8.666/93.

Belo Horizonte, 9 de agosto de 2021

18.985.386/0001-01
Insc. Estadual ISENTA
JACQUELINE DE PAULA BARBOSA
SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
Rua Fernandes Tourinho, 999 - SL 202
B. Lourdes - CEP 30.112-003
BELO HORIZONTE - MG

Jacqueline de Paula Barbosa Sociedade Individual de Advocacia

18.985.386/0001-01

Jacqueline de Paula Barbosa

Representante Legal

M - 6.996.846

997.432.566-87

Rua Fernandes Tourinho, 999 sl. 202 | Lourdes | Belo Horizonte | Cep 30.112-003
Minas Gerais | depaulasolucoes@gmail.com | (31) 2531-5831 | (31) 99901-4696

Data da consulta: 15/07/2021 11:48:17

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: 18.985.386/0001-01

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: Optante pelo Simples Nacional desde 01/01/2015

Situação no SIMEI: NÃO enquadrado no SIMEI

+ Mais informações

Períodos Anteriores

Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores: Não Existem

Enquadramentos no SIMEI em Períodos Anteriores: Não Existem

Eventos Futuros (Simples Nacional)

Não Existem

Eventos Futuros (SIMEI)

Não Existem

[Voltar](#)

[Gerar PDF](#)





**JACQUELINE DE
PAULA BARBOSA**
**SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA**

319
W

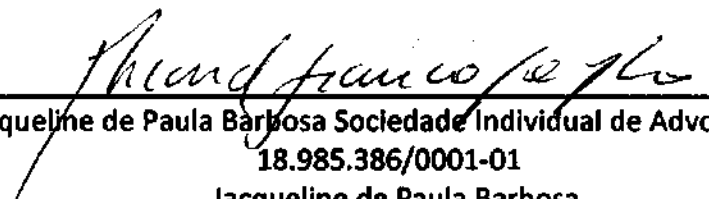
ANEXO V
DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ART. 27, V. DA LEI Nº 8.666/93
(NÃO EMPREGA MENOR)



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021

A empresa Jacqueline de Paula Barbosa Sociedade Individual de Advocacia, inscrita no CNPJ nº 18.985.386/0001-01, por intermédio de sua representante legal a Sra. Jacqueline de Paula Barbosa, portadora da Carteira de Identidade nº M-6.996.864, e do CPF nº 997.432.566-87, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 05/09/2002, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

() Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

Belo Horizonte, 9 de agosto de 2021


Jacqueline de Paula Barbosa Sociedade Individual de Advocacia
18.985.386/0001-01
Jacqueline de Paula Barbosa
Representante Legal
M - 6.996.846
997.432.566-87



18.985.386/0001-01
Insc. Estadual ISENTA
JACQUELINE DE PAULA BARBOSA
SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
Rua Fernandes Tourinho, 999 - SL 202
B. Lourdes - CEP 30.112-003
BELO HORIZONTE - MG

ATA DA REUNIÃO DE ABERTURA DO PREGÃO

**ATA DA SESSÃO DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NA MODALIDADE DE PREGÃO POR
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2021, RELATIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº
03/2021.**

Aos (12) doze dias do mês de agosto do ano de 2021, às 10h00min, com observância às disposições contidas no instrumento convocatório, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei de Licitações e Contratos, reuniu-se o Pregoeiro e a respectiva equipe de apoio nomeados através da Portaria 02/2021, na sala de reuniões da AMMESF para deliberarem sobre o Processo Licitatório Nº. 03/2021. A sessão teve o seguinte desenvolvimento registrado, sem emendas, rasuras ou ressalvas, a seguir indicadas. Antes da abertura da sessão, realizou-se o credenciamento dos representantes, feito a partir da apresentação dos documentos de identificação.

1 – Abertura e assinatura:

O Pregoeiro deu início aos trabalhos, fazendo comunicação aos presentes sobre:

- a) objetivos do pregão
- b) ordenação dos trabalhos
- c) forma e ordem em que os licitantes pediriam a palavra
- d) vedação a intervenções fora da ordem definida
- e) forma como serão feitos os lances
- f) aviso sobre empresas coligadas e vedações do art. 9º da Lei nº 8.666/93
- g) pedido para que não se retirassem antes do término, em face de possibilidade de re-pregoar
- h) as penalidades previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/02
- i) observou o Pregoeiro que ele e a equipe de apoio têm interesse em cumprir a lei, respeitar os direitos dos licitantes e a lisura do certame.

Foi recebido via correios envelope contendo documentos de Credenciamento, envelope de proposta de preços e documentos de habilitação da empresa RJ GESTÃO EM NEGOCIOS LTDA.

Depois de esclarecidas as dúvidas aos licitantes iniciaram-se o credenciamento dos licitantes, tendo sido declarados aptos participarem do certame as empresa abaixo relacionadas/:

PROponentes	Representante
JAQUELINE DA PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA CNPJ/; 18.985.386/0001-01	RICARD FRANCO GONTIJO CPF: 392.021.006-91

Sede: Pirapora - Av. Montes Claros, 1144 - B. N. Sra. Fátima - CEP 39274-116 - (38) 3741-3734

E-mail: licitacoesammesf@gmail.com - Visite: www.ammesf.org.br

321

RJ GESTÃO EM NEGÓCIOS LTDA CNPJ;
08.111.069/0001-02

DOCUMENTO VIA CORREIOS

Os Licitantes citados acima apresentaram Declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação. Deu início ao recebimento do envelope contendo a proposta de preços da licitante presente. A seguir, procedeu-se a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços que foram rubricadas pelo pregoeiro, equipe de apoio e participante. Verificou-se que as condições das propostas dos licitantes estavam em conformidade com os requisitos definidos no Edital. Depois de rubricadas o Pregoeiro iniciou a fase de negociação com o Licitante presente não logrando êxito. Depois de conferidas, e os valores confrontados com o valor orçado pela Administração, não havendo concorrentes a se oporem, sagrou-se vencedora a empresa **JAQUELINE DA PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA CNPJ/; 18.985.386/0001-01; Conforme tabela abaixo:**

VALOR EM NEGRITO SAGRADO VENCEDOR

LOTE 01	JAQUELINE DA PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	R\$0,18 POR REAL RECUPERADO	VALOR TOTAL ESTIMADO A SER PAGO PELAS RECUPERAÇÕES R\$ 38.029.735,81 (trinta e oito milhões vinte e nove mil setecentos e trinta e cinco reais e oitenta e um centavos.)
	RJ GESTÃO EM NEGÓCIOS LTDA	R\$0,19 POR REAL RECUPERADO	VALOR TOTAL ESTIMADO A SER PAGO PELAS RECUPERAÇÕES R\$ 40.142.498,90 (quarenta milhões cento e quarenta e dois mil quatrocentos e noventa e oito reais e noventa centavos.)
Lote 02	JAQUELINE DA PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	R\$354.740,60 (trezentos e cinquenta e quatro mil setecentos e quarenta reais e sessenta centavos)	
	RJ GESTÃO EM NEGÓCIOS LTDA	R\$392.197,00 (trezentos e noventa e dois mil cento e noventa e sete reais)	

Em seguida procedeu-se a abertura do envelope de Habilitação da empresa vencedora. após análise das documentações constatamos que a empresa vencedora apresentou toda documentação na forma exigida, sendo, em vista disso declarada **HABILITADA**. Em seguida, as documentações de habilitação da empresa foram rubricadas pelo pregoeiro, equipe de apoio e licitante presente. O licitante que assina a ata, não tem qualquer objeção a respeito do cumprimento das formalidades legais durante a licitação, nada tendo a reclamar com relação à publicidade, especificações, informações sobre o assunto e imparcialidade do Pregoeiro e da equipe de apoio, e por isso abrem mão dos prazos de recurso. Diante disso o Pregoeiro declarou decadência do direito de interposição de recurso. Assim sendo, a esta empresa, devera ser adjudicado o objeto deste certame em expediente apartado. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ATA, que depois de lida e aprovada, foi por todos os presentes assinada.

Sede: Pirapora - Av. Montes Claros, 1144 - B. N. Sra. Fátima - CEP 39274-116 - (38) 3741-3734

E-mail: licitacoesammesf@gmail.com - Visite: www.ammesf.org.br

322
W

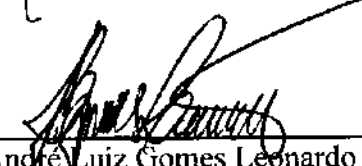
Associação dos Municípios da Bacia do Médio São Francisco, 12 de agosto de 2021.



Higor Emanuel Waldolato
Pregoeiro

Equipe de Apoio



Adelson Toledo Almeida


Francielle Ferreira Sena Saldanha


André Luiz Gomes Leonardo


Márcio Antonio de Paula Rodrigues

Empresas Participantes


JAQUELINE DA PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA


RJ GESTÃO EM NEGÓCIOS LTDA & EVENTOS EIRELI.



323
W

DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO

O Pregoeiro da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO SÃO FRANCISCO "AMMESF", no uso de suas atribuições que lhes confere o inciso IV do art. 3º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de Julho de 2002, ADJUDICA o Processo Licitatório Nº: 03/2021 Modalidade Pregão Presencial Por registro de preços Nº. 01/2021, na forma que segue:

REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TRIBUTÁRIA OPERACIONAL, OBJETIVANDO A IDENTIFICAÇÃO, APURAÇÃO, CONSTITUIÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DE RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO, COM AÇÃO PLANEJADA E TRANSPARENTE, VISANDO ASSEGURAR E MAXIMIZAR OS RESULTADOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.			
JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, CNPJ: 18.985.386/0001-01			
LOTE 01			
ATIVIDADE	Valores a recuperar dos últimos 05 anos em R\$	Valor a ser recebido por cada R\$1,00 recuperado	Valor total
1. Assessoria tributária com foco na gestão do ISSQN recolhido pelas instituições financeiras, cartórios, lotéricas, correspondentes bancários, grandes prestadores de serviço e segmentos sensíveis a sonegação fiscal, tais como academias, cinemas, construção civil, hotéis, instituições de ensino, pedágios e outros.	33.000.000,00	R\$0,18(dezoito centavos)	R\$5.940.000,00
2. Cobrança administrativa da Dívida Ativa do município.	44.900.000,00	R\$0,18(dezoito centavos)	R\$8.082.000,00
3. Auditoria das empresas optantes pelo simples nacional, relativo à parte do ISSQN, com utilização de software referente aos últimos 05 anos.	8.026.310,05	R\$0,18(dezoito centavos)	R\$1.444.735,81
4. Assessoria para recuperação dos tributos devidos pelas Operadoras de Telefonia Móvel relativo aos últimos 05 Anos, sobre o ISSQN, IPTU e Taxas de Fiscalização Ambiental e de Funcionamento	31.950.000,00	R\$0,18(dezoito centavos)	R\$5.751.000,00
5. Assessoria para revisão da folha, compensação e restituição de valores pagos indevidamente à Receita Federal do Brasil, em relação às contribuições previdenciárias, incidentes sobre as verbas indenizatórias e RAT, incluindo a retificação das GFIP/SEFIP	75.600.000,00	R\$0,18(dezoito centavos)	R\$13.608.000,00
6. Auditoria da CFEM – Contribuição Financeira sobre Exploração Mineral	17.800.000,00	R\$0,18(dezoito centavos)	R\$3.204.000,00
TOTAL GERAL	211.276.310,05		R\$38.029.735,81



Sede: Pirapora - Av. Montes Claros, 1144 - B. N. Sra. Fátima - CEP 39274-116 - (38) 3741-3734

E-mail: licitacoesammesf@gmail.com - Visite: www.ammesf.org.br

325
W

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021

PARECER JURÍDICO

PARECER Nº 001/2021

**Processo n. 003/2021 - Pregão Presencial Por Registro de Preço
nº 001/2021**

**Interessado: Associação Dos Municípios da Bacia Do Médio
São Francisco.**

Objeto: Registro de preços para futura contratação de assessoria tributária operacional objetivando a identificação, apuração, constituição e recuperação de créditos tributários de responsabilidade dos municípios, com ação planejada e transparente, visando assegurar e maximizar os resultados da prestação de serviço.


Observando os trâmites adotados na presente licitação não verifiquei nenhum erro material ou formal.

Pelo exposto, **OPINAMOS** pela regularidade da Licitação e pela continuidade do certame até final decisão a cargo da autoridade superior.

Por fim, é importante destacar que esta assessoria jurídica emite parecer sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo opinar quanto à conveniência e a oportunidade dos atos praticados no âmbito da AMMESF nem dos Municípios associados, nem mesmo analisar aspectos de cunho eminentemente técnico-administrativo, no mais esse parecer é de caráter meramente opinativo, não vinculado, portanto, a decisão do ordenador de despesa.

S.M.J.

Pirapora - MG 16 de agosto de 2021


RANNY KELLER RODRIGUES SIMÕES - OAB nº 150.291
ASSESSORA JURÍDICA - AMMESF

326
W

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO SÃO FRANCISCO "AMMESF", no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Federal 8.666/93, HOMOLOGA o Processo Licitatório Nº: 03/2021 Modalidade Pregão Presencial Por Registro de Preços Nº. 01/2021, destacando o vencedor do certame na forma que segue:

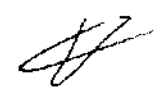
REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TRIBUTÁRIA OPERACIONAL, OBJETIVANDO A IDENTIFICAÇÃO, APURAÇÃO, CONSTITUIÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DE RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO, COM AÇÃO PLANEJADA E TRANSPARENTE, VISANDO ASSEGURAR E MAXIMIZAR OS RESULTADOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.			
JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, CNPJ: 18.985.386/0001-01			
LOTE 01			
ATIVIDADE	Valores a recuperar dos últimos 05 anos em R\$	Valor a ser recebido por cada R\$1,00 recuperado	Valor total
1. Assessoria tributária com foco na gestão do ISSQN recolhido pelas instituições financeiras, cartórios, lotéricas, correspondentes bancários, grandes prestadores de serviço e segmentos sensíveis a sonegação fiscal, tais como academias, cinemas, construção civil, hotéis, instituições de ensino, pedágios e outros.	33.000.000,00	R\$0,18(dezoito centavos)	R\$5.940.000,00
2. Cobrança administrativa da Dívida Ativa do município.	44.900.000,00	R\$0,18(dezoito centavos)	R\$8.082.000,00
3. Auditoria das empresas optantes pelo simples nacional, relativo à parte do ISSQN, com utilização de software referente aos últimos 05 anos.	8.026.310,05	R\$0,18(dezoito centavos)	R\$1.444.735,81
4. Assessoria para recuperação dos tributos devidos pelas Operadoras de Telefonia Móvel relativo aos últimos 05 Anos, sobre o ISSQN, IPTU e Taxas de Fiscalização Ambiental e de Funcionamento	31.950.000,00	R\$0,18(dezoito centavos)	R\$5.751.000,00
5. Assessoria para revisão da folha, compensação e restituição de valores pagos indevidamente à Receita Federal do Brasil, em relação às contribuições previdenciárias, incidentes sobre as verbas indenizatórias e RAT, incluindo a retificação das GFIP/SEFIP	75.600.000,00	R\$0,18(dezoito centavos)	R\$13.608.000,00
6. Auditoria da CFEM – Contribuição Financeira sobre Exploração Mineral	17.800.000,00	R\$0,18(dezoito centavos)	R\$3.204.000,00
TOTAL GERAL	211.276.310,05		R\$38.029.735,81

LOTE 02
JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, CNPJ: 18.985.386/0001-01

VALORES MÁXIMOS A SEREM PAGOS POR ATIVIDADES - POR MÊS (em R\$)

Sede: Pirapora - Av. Montes Claros, 1144 - B. N. Sra. Fátima - CEP 39274-116 - (38) 3741-3734

E-mail: licitacoesammesf@gmail.com - Visite: www.ammesf.org.br



MUNICÍPIO COM POPULAÇÃO (HAB.)	Gestão do VAF	Gestão do ITR	Auditoria de planos de saúde	Auditoria de cartão de crédito e débito e operações de Leasing	Auditoria das empresas do Simples Nacional	Assessoria jurídica tributária	Auditoria ISSQN bancos	TOTAL
Até 5.000 hab.	R\$4.718,75	R\$2343,75	R\$1003,75	R\$1431,25	R\$1003,75	R\$2095,00	557,50 por agencia	13.153,75
De 5.000 a 10.000	R\$6678,75	R\$2587,50	R\$1412,50	R\$1716,25	R\$1162,50	R\$2518,75	1037,50 por agencia	17113,75
De 10.000 a 15.000	R\$8390,50	R\$2934,50	R\$1583,00	R\$2037,50	R\$2090,00	R\$2782,50	1237,50 por agencia	21055,50
De 15.000 a 20.000	R\$10248,00	R\$3228,75	R\$1822,50	R\$3178,75	R\$2355,00	R\$3067,50	1550,00 por agencia	24.450,50
De 20.000 a 30.000	R\$11256,75	R\$3572,63	R\$2015,75	R\$3497,63	R\$2643,50	R\$3486,25	2070,00 por agencia	28542,50
De 30.000 a 40.000	R\$12752,43	R\$3988,14	R\$2248,08	R\$4271,15	R\$2889,10	R\$4525,13	2556,25 por agencia	33050,27
De 40.000 a 60.000	R\$13664,59	R\$4364,45	R\$2435,39	R\$5455,00	R\$3178,01	R\$4100,64	3570,00 por agencia	36768,07
De 60.000 a 80.000	R\$15104,14	R\$4900,90	R\$2686,17	R\$6193,00	R\$3770,11	R\$5104,58	4612,50 por agencia	42371,39
De 80.000 a 100.000	R\$16387,05	R\$5611,24	R\$2990,29	R\$7685,15	R\$3393,16	R\$6574,70	5125,00 por agencia	49766,58
De 100.000 a 200.000	R\$17072,75	R\$5117,44	R\$3270,19	R\$8757,44	R\$6170,42	R\$8305,37	6662,50 por agencia	55356,10
Acima de 200.000	R\$19816,28	R\$5667,18	R\$3699,71	R\$11624,67	R\$9278,34	R\$10824,72	9225,00 por agencia	70135,89
TOTAL	R\$ 136.089,98	R\$ 44.316,46	R\$ 25.167,32	R\$ 55.847,79	R\$ 39.933,89	R\$ 53.385,13	0,00	R\$ 354.740,60

Pirapora, 16 de agosto de 2021.


Pedro Henrique Soares Braga
Prefeito Municipal

Sede: Pirapora - Av. Montes Claros, 1144 - B. N. Sra. Fátima - CEP 39274-116 - (38) 3741-3734

E-mail: licitacoesammesf@gmail.com - Visite: www.ammesf.org.br

3228

Oliveira

Prefeitura Municipal

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 002/2021

Objeto: Licitação para aquisição de material de limpeza e conservação para o Centro de Saúde Municipal de Oliveira. O Edital será publicado no Diário Oficial do Município de Oliveira em 17/08/2021, às 14h00min. O Edital poderá ser consultado no site www.oiveira.mg.gov.br e no endereço físico: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Oliveira - Minas Gerais - CEP: 36.000-000.

Em 16/08/2021

Oratórios

Prefeitura Municipal

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 002/2021

Objeto: Licitação para aquisição de material de limpeza e conservação para o Centro de Saúde Municipal de Oratórios. O Edital será publicado no Diário Oficial do Município de Oratórios em 17/08/2021, às 14h00min. O Edital poderá ser consultado no site www.oratorios.mg.gov.br e no endereço físico: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Oratórios - Minas Gerais - CEP: 36.000-000.

Em 16/08/2021

Ouro Fino

Prefeitura Municipal

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 002/2021

Objeto: Licitação para aquisição de material de limpeza e conservação para o Centro de Saúde Municipal de Ouro Fino. O Edital será publicado no Diário Oficial do Município de Ouro Fino em 17/08/2021, às 14h00min. O Edital poderá ser consultado no site www.ourofino.mg.gov.br e no endereço físico: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Ouro Fino - Minas Gerais - CEP: 36.000-000.

Em 16/08/2021

Ouro Preto

Prefeitura Municipal

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 002/2021

Objeto: Licitação para aquisição de material de limpeza e conservação para o Centro de Saúde Municipal de Ouro Preto. O Edital será publicado no Diário Oficial do Município de Ouro Preto em 17/08/2021, às 14h00min. O Edital poderá ser consultado no site www.ouropreto.mg.gov.br e no endereço físico: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Ouro Preto - Minas Gerais - CEP: 36.000-000.

Em 16/08/2021

Pará de Minas

Prefeitura Municipal

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 002/2021

Objeto: Licitação para aquisição de material de limpeza e conservação para o Centro de Saúde Municipal de Pará de Minas. O Edital será publicado no Diário Oficial do Município de Pará de Minas em 17/08/2021, às 14h00min. O Edital poderá ser consultado no site www.parademinas.mg.gov.br e no endereço físico: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Pará de Minas - Minas Gerais - CEP: 36.000-000.

Em 16/08/2021

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto do Rio Pará - CISPARÁ

RESOLUÇÃO Nº 002/2021

A Assembleia Geral do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto do Rio Pará, em 17/08/2021, aprovou a seguinte resolução: Art. 1º - Aprova o Edital de Licitação para aquisição de material de limpeza e conservação para o Centro de Saúde Municipal de Pará de Minas. O Edital será publicado no Diário Oficial do Município de Pará de Minas em 17/08/2021, às 14h00min. O Edital poderá ser consultado no site www.parademinas.mg.gov.br e no endereço físico: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Pará de Minas - Minas Gerais - CEP: 36.000-000.

Em 16/08/2021

Passa Tempo

Prefeitura Municipal

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 002/2021

Objeto: Licitação para aquisição de material de limpeza e conservação para o Centro de Saúde Municipal de Passa Tempo. O Edital será publicado no Diário Oficial do Município de Passa Tempo em 17/08/2021, às 14h00min. O Edital poderá ser consultado no site www.passatempo.mg.gov.br e no endereço físico: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Passa Tempo - Minas Gerais - CEP: 36.000-000.

Em 16/08/2021

Passos

Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAF

Objeto: Licitação para aquisição de material de limpeza e conservação para o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAF) de Passos. O Edital será publicado no Diário Oficial do Município de Passos em 17/08/2021, às 14h00min. O Edital poderá ser consultado no site www.passos.mg.gov.br e no endereço físico: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Passos - Minas Gerais - CEP: 36.000-000.

Em 16/08/2021

Patos de Minas

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência e Emergência da Região Ampliada Noroeste - CISREUNO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 002/2021

Objeto: Licitação para aquisição de material de limpeza e conservação para o Centro de Saúde Municipal de Patos de Minas. O Edital será publicado no Diário Oficial do Município de Patos de Minas em 17/08/2021, às 14h00min. O Edital poderá ser consultado no site www.patosdeminas.mg.gov.br e no endereço físico: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Patos de Minas - Minas Gerais - CEP: 36.000-000.

Em 16/08/2021

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 002/2021

Objeto: Licitação para aquisição de material de limpeza e conservação para o Centro de Saúde Municipal de Patos de Minas. O Edital será publicado no Diário Oficial do Município de Patos de Minas em 17/08/2021, às 14h00min. O Edital poderá ser consultado no site www.patosdeminas.mg.gov.br e no endereço físico: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Patos de Minas - Minas Gerais - CEP: 36.000-000.

Em 16/08/2021

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 002/2021

Objeto: Licitação para aquisição de material de limpeza e conservação para o Centro de Saúde Municipal de Patos de Minas. O Edital será publicado no Diário Oficial do Município de Patos de Minas em 17/08/2021, às 14h00min. O Edital poderá ser consultado no site www.patosdeminas.mg.gov.br e no endereço físico: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Patos de Minas - Minas Gerais - CEP: 36.000-000.

Em 16/08/2021

Objeto: Licitação para aquisição de material de limpeza e conservação para o Centro de Saúde Municipal de Patos de Minas. O Edital será publicado no Diário Oficial do Município de Patos de Minas em 17/08/2021, às 14h00min. O Edital poderá ser consultado no site www.patosdeminas.mg.gov.br e no endereço físico: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Patos de Minas - Minas Gerais - CEP: 36.000-000.

Paulistas

Prefeitura Municipal

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 002/2021

Objeto: Licitação para aquisição de material de limpeza e conservação para o Centro de Saúde Municipal de Paulistas. O Edital será publicado no Diário Oficial do Município de Paulistas em 17/08/2021, às 14h00min. O Edital poderá ser consultado no site www.paulistas.mg.gov.br e no endereço físico: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Paulistas - Minas Gerais - CEP: 36.000-000.

Em 16/08/2021

Objeto: Licitação para aquisição de material de limpeza e conservação para o Centro de Saúde Municipal de Paulistas. O Edital será publicado no Diário Oficial do Município de Paulistas em 17/08/2021, às 14h00min. O Edital poderá ser consultado no site www.paulistas.mg.gov.br e no endereço físico: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Paulistas - Minas Gerais - CEP: 36.000-000.

Em 16/08/2021

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 002/2021

Objeto: Licitação para aquisição de material de limpeza e conservação para o Centro de Saúde Municipal de Paulistas. O Edital será publicado no Diário Oficial do Município de Paulistas em 17/08/2021, às 14h00min. O Edital poderá ser consultado no site www.paulistas.mg.gov.br e no endereço físico: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Paulistas - Minas Gerais - CEP: 36.000-000.

Em 16/08/2021

Pedro Teixeira

Prefeitura Municipal

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 002/2021

Objeto: Licitação para aquisição de material de limpeza e conservação para o Centro de Saúde Municipal de Pedro Teixeira. O Edital será publicado no Diário Oficial do Município de Pedro Teixeira em 17/08/2021, às 14h00min. O Edital poderá ser consultado no site www.pedroteixeira.mg.gov.br e no endereço físico: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Pedro Teixeira - Minas Gerais - CEP: 36.000-000.

Em 16/08/2021

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 002/2021

Objeto: Licitação para aquisição de material de limpeza e conservação para o Centro de Saúde Municipal de Pedro Teixeira. O Edital será publicado no Diário Oficial do Município de Pedro Teixeira em 17/08/2021, às 14h00min. O Edital poderá ser consultado no site www.pedroteixeira.mg.gov.br e no endereço físico: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Pedro Teixeira - Minas Gerais - CEP: 36.000-000.

Em 16/08/2021

Objeto: Licitação para aquisição de material de limpeza e conservação para o Centro de Saúde Municipal de Pedro Teixeira. O Edital será publicado no Diário Oficial do Município de Pedro Teixeira em 17/08/2021, às 14h00min. O Edital poderá ser consultado no site www.pedroteixeira.mg.gov.br e no endereço físico: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Pedro Teixeira - Minas Gerais - CEP: 36.000-000.

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 002/2021

Objeto: Licitação para aquisição de material de limpeza e conservação para o Centro de Saúde Municipal de Pedro Teixeira. O Edital será publicado no Diário Oficial do Município de Pedro Teixeira em 17/08/2021, às 14h00min. O Edital poderá ser consultado no site www.pedroteixeira.mg.gov.br e no endereço físico: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Pedro Teixeira - Minas Gerais - CEP: 36.000-000.

Em 16/08/2021

Pirapora

Prefeitura Municipal

Objeto: Licitação para aquisição de material de limpeza e conservação para o Centro de Saúde Municipal de Pirapora. O Edital será publicado no Diário Oficial do Município de Pirapora em 17/08/2021, às 14h00min. O Edital poderá ser consultado no site www.pirapora.mg.gov.br e no endereço físico: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Pirapora - Minas Gerais - CEP: 36.000-000.

Em 16/08/2021

Associação dos Municípios do Médio São Francisco - AMMESF

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 002/2021

Objeto: Licitação para aquisição de material de limpeza e conservação para o Centro de Saúde Municipal de Pirapora. O Edital será publicado no Diário Oficial do Município de Pirapora em 17/08/2021, às 14h00min. O Edital poderá ser consultado no site www.pirapora.mg.gov.br e no endereço físico: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Pirapora - Minas Gerais - CEP: 36.000-000.

Em 16/08/2021

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 002/2021

Objeto: Licitação para aquisição de material de limpeza e conservação para o Centro de Saúde Municipal de Pirapora. O Edital será publicado no Diário Oficial do Município de Pirapora em 17/08/2021, às 14h00min. O Edital poderá ser consultado no site www.pirapora.mg.gov.br e no endereço físico: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Pirapora - Minas Gerais - CEP: 36.000-000.

Em 16/08/2021

Piraúba

Prefeitura Municipal

Objeto: Licitação para aquisição de material de limpeza e conservação para o Centro de Saúde Municipal de Piraúba. O Edital será publicado no Diário Oficial do Município de Piraúba em 17/08/2021, às 14h00min. O Edital poderá ser consultado no site www.pirauiba.mg.gov.br e no endereço físico: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Piraúba - Minas Gerais - CEP: 36.000-000.

Em 16/08/2021

Objeto: Licitação para aquisição de material de limpeza e conservação para o Centro de Saúde Municipal de Piraúba. O Edital será publicado no Diário Oficial do Município de Piraúba em 17/08/2021, às 14h00min. O Edital poderá ser consultado no site www.pirauiba.mg.gov.br e no endereço físico: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Piraúba - Minas Gerais - CEP: 36.000-000.

Em 16/08/2021

Objeto: Licitação para aquisição de material de limpeza e conservação para o Centro de Saúde Municipal de Piraúba. O Edital será publicado no Diário Oficial do Município de Piraúba em 17/08/2021, às 14h00min. O Edital poderá ser consultado no site www.pirauiba.mg.gov.br e no endereço físico: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Piraúba - Minas Gerais - CEP: 36.000-000.

Em 16/08/2021

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO
SÃO FRANCISCO - AMMESF

32a
W

AMMESF
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO/MG.
PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2021

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO/MG. Pregão Presencial por Registro de Preços nº 01/2021. A Associação dos Municípios do Médio São Francisco - AMMESF torna público a todos que se interessarem a **ADJUDICAÇÃO** e, por conseguinte a **HOMOLOGAÇÃO** em favor da empresa **JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, CNPJ: **18.985.386/0001-01**. Objeto o Registro de preço para futura contratação de serviços de assessoria tributária operacional, objetivando a identificação, apuração, constituição e recuperação de créditos tributários de responsabilidade do Município, com ação planejada e transparente, visando assegurar e maximizar os resultados da prestação de serviço.

Pirapora, 16 de agosto de 2021-08-16

PEDRO HENRIQUE SOARES BRAGA
Presidente

Publicado por:
Higor Emanuel Waldolato
Código Identificador:1EEDEB72

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 17/08/2021, Edição 3074

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/>



330
W

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2021
PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2021**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
001/2021 QUE ENTRE SI CELEBRAM A
AMMESF ASSOCIAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO
FRANCISCO E A EMPRESA
JACQUELINE DA PAULA BARBOSA
SOCIEDADE INDIVIDUAL DE
ADVOCACIA**

AMMESF ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO MG, CNPJ n. 02.519.886/0001-00, com sede na Av. Montes Claros, Nº 1.144, Bairro Nossa Senhora de Fátima, Pirapora – MG, Cep.: 39.274-116, neste ato representado por seu Presidente, o Sr. Pedro Henrique Soares Braga, Prefeito de Buritizeiro/MG doravante denominado CONTRATANTE, e JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA CNPJ: 18.985.386/0001-01 representada neste ato por Jacqueline de Paula Barbosa com endereço comercial na Rua Fernandes Tourinho, 999 – SL 202 Bairro Lourdes, Belo Horizonte/MG CEP 30.112-003, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

A celebração desta se dá em conformidade com o Processo nº 03/2021, decorrente do Pregão Por Registro de Preços n.º 01/2021 e de acordo com a Lei 8.666/93, com alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Registro de preço para futura e eventual contratação de serviços de assessoria tributária operacional, objetivando a recuperação de créditos identificados, conforme especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DURAÇÃO DA ATA

3.1 – A presente terá duração de 12 (doze) meses.

JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE
INDIVIDUAL:18985386000101

Assinado de forma digital por JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL:18985386000101
Data: 2021.08.31 09:04:29 -03'00'

1

Sede: Pirapora - Av. Montes Claros, 1144 - B. N. Sra. Fátima - CEP 39274-116 - (38) 3741-3734

E-mail: licitacoesammesf@gmail.com - Visite: www.ammesf.org.br

PEDRO HENRIQUE SOARES
BRAGA:09246083660
60
Assinado de forma digital por PEDRO HENRIQUE SOARES
BRAGA:09246083660
Dados: 2021.08.31 09:04:29 -03'00'

331
W

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1 – O valor previsto para recuperação dos créditos conforme estimativa realizada pelo Consórcio é R\$ 38.029.735,81 (trinta e oito milhões, vinte e nove mil, setecentos e trinta e cinco reais e oitenta e um centavos), os honorários máximos ficam fixados em R\$ 354.740,60 (trezentos e cinquenta e quatro mil setecentos e quarenta reais e sessenta centavos), que equivale aos percentuais constantes da proposta e tabelas abaixo.

4.2 - Os honorários serão pagos, proporcionalmente, a cada compensação realizada.

LOTE 01			
ATIVIDADE	Valores a recuperar dos últimos 05 anos em R\$	Valor a ser recebido por cada R\$1,00 recuperado	Valor total
1. Assessoria tributária com foco na gestão do ISSQN recolhido pelas instituições financeiras, cartões, lotéricas, correspondentes bancários, grandes prestadores de serviço e segmentos sensíveis a sonegação fiscal, tais como academias, cinemas, construção civil, hotéis, instituições de ensino, pedágios e outros	33.000.000,00	R\$0,18(dezoito centavos)	R\$5.940.000,00
2. Cobrança administrativa da Dívida Ativa do município.	44.900.000,00	R\$0,18(dezoito centavos)	R\$8.082.000,00
3. Auditoria das empresas optantes pelo simples nacional, relativo à parte do ISSQN, com utilização de software referente aos últimos 05 anos.	8.026.310,05	R\$0,18(dezoito centavos)	R\$1.444.735,81
4. Assessoria para recuperação dos tributos devidos pelas Operadoras de Telefonia Móvel relativo aos últimos 05 Anos, sobre o ISSQN, IPTU e Taxas de Fiscalização Ambiental e de Funcionamento	31.950.000,00	R\$0,18(dezoito centavos)	R\$5.751.000,00
5. Assessoria para revisão da folha, compensação e restituição de valores pagos indevidamente à Receita Federal do Brasil, em relação às contribuições previdenciárias, incidentes sobre as verbas indenizatórias e RAT, incluindo a retificação das GFIP/SEFIP	75.600.000,00	R\$0,18(dezoito centavos)	R\$13.608.000,00
6. Auditoria da CFEM – Contribuição Financeira sobre Exploração Mineral	17.800.000,00	R\$0,18(dezoito centavos)	R\$3.204.000,00
TOTAL GERAL	211.276.310,05		R\$38.029.735,81

JACQUELINE DE PAULA BARBOSA
SOCIEDADE INDIVIDUAL:18985386000101

Assinado de forma digital por JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL:18985386000101
DN: c=BR, st=MG, l=BELO HORIZONTE, o=ICP-Brasil, ou=16636540000104, ou=AC, PRODEAGE RFB, ou=RFB e CNPJ A3, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, cn=JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL:18985386000101
Dados: 2021.08.30 17:38:16 -03'00'

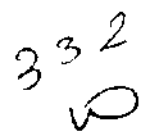
2

Sede: Pirapora - Av. Montes Claros, 1144 - B. N. Sra. Fátima - CEP 39274-116 - (38) 3741-3734

E-mail: licitacoesammesf@gmail.com - Visite: www.ammesf.org.br

PEDRO
HENRIQUE
SOARES
BRAGA:092460
83660

Assinado de forma digital por PEDRO HENRIQUE SOARES
BRAGA:09246083660
Dados: 2021.08.31 09:05:39 -03'00'



LOTE 02								
VALORES MÁXIMOS A SEREM PAGOS POR ATIVIDADE - POR MÊS (em R\$)								
MUNICÍPIO COM POPULAÇÃO (HAB.)	Gestão do VAF	Gestão do ITR	Auditoria de planos de saúde	Auditoria de cartão de crédito e débito e operações de Leasing	Auditoria das empresas do Simples Nacional	Assessoria jurídica tributária	Auditoria ISSQN bancos	TOTAL
Até 5.000 hab	R\$4.719,75	R\$2343,75	R\$1003,75	R\$1431,25	R\$1003,75	R\$2095,00	557,50 por agência	13.153,75
De 5.000 a 10.000	R\$6679,76	R\$2687,50	R\$1412,50	R\$1716,25	R\$1162,50	R\$2518,75	1037,50 por agência	17113,75
De 10.000 a 15.000	R\$8390,50	R\$2834,50	R\$1583,00	R\$2037,50	R\$2090,00	R\$2782,50	1237,50 por agência	21055,50
De 15.000 a 20.000	R\$10248,00	R\$3228,75	R\$1822,50	R\$3178,75	R\$2355,00	R\$3067,50	1550,00 por agência	24.450,50
De 20.000 a 30.000	R\$11258,75	R\$3572,83	R\$2015,75	R\$3497,63	R\$2643,50	R\$3486,25	2070,00 por agência	28542,50
De 30.000 a 40.000	R\$12752,43	R\$3988,14	R\$2248,08	R\$4271,15	R\$2889,10	R\$4526,13	2556,25 por agência	33050,27
De 40.000 a 60.000	R\$13684,58	R\$4364,45	R\$2435,39	R\$5455,00	R\$3178,01	R\$4100,84	3570,00 por agência	36768,07
De 60.000 a 80.000	R\$15104,14	R\$4900,90	R\$2686,17	R\$6193,00	R\$3770,11	R\$6104,58	4612,50 por agência	42371,39
De 80.000 a 100.000	R\$16387,05	R\$5611,24	R\$2990,29	R\$7685,15	R\$5393,16	R\$6574,70	5125,00 por agência	49766,58
De 100.000 a 200.000	R\$17072,75	R\$5117,44	R\$3270,19	R\$6757,44	R\$6170,42	R\$8305,37	6862,50 por agência	55356,10
Acima de 200.000	R\$19816,28	R\$5667,18	R\$3699,71	R\$11624,87	R\$9278,34	R\$10824,72	9225,00 por agência	70135,89
TOTAL	R\$ 136.089,98	R\$ 44.316,46	R\$ 25.187,32	R\$ 55.847,79	R\$ 39.933,89	R\$ 53.385,13	0,00	R\$ 354.740,50

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE
INDIVIDUAL;18985386000101

Sede: Pirapora - Av. Montes Claros, 1144 - B. N. Sra. Fátima - CEP 39274-116 - (38) 3741-3734

E-mail: licitacoesammesf@gmail.com - Visite: www.ammesf.org.br

PEDRO HENRIQUE SOARES
BRAGA:09246083660
60



5.1 – O pagamento será efetuado em até 05(cinco) dias, após a Prestação dos Serviços, sempre após a emissão da Nota Fiscal de Serviços.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas relativas ao objeto deste instrumento bem como os seus respectivos encargos serão efetuados nos termos e limites previstos na legislação própria, correndo no presente exercício à conta das dotações orçamentárias dos Municípios Associados e farão constar nos respectivos contratos.

CLÁUSULA SÉTIMA – RESCISÃO

7.1 – O presente contrato poderá ser rescindido nos casos previstos no art. 78 da Lei 8.666/93, observado o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal.

7.2 - O CONTRATADO reconhece os direitos da Administração prevista na Lei n.º 8.666/93 para o caso de rescisão administrativa do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Atender a todos os requisitos constantes no Termo de Referência

8.2. A contratada responsabilizar-se-á integralmente pelo serviço a ser prestado nos termos da legislação vigente, bem como pelos danos que causar ao Município e a terceiros na execução do presente objeto:

8.3. Zelar pela execução do objeto:

8.4. Guardar sigilo das informações que tiver conhecimento em decorrência do objeto, sob pena de rescisão do Contrato e multa;

8.5. Assumir, integralmente, a responsabilidade pelas despesas decorrentes da execução do objeto, tais como encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, seguros e convencionais de seus funcionários, impostos de demais despesas. 8.6. Apresentar comprovante mensal de quitação da empresa com as obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados lotados na execução do contrato, sob pena de rescisão contratual.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Efetuar os pagamentos devidos no prazo estipulado.

9.2. Emitir as solicitações dos serviços a Contratada.

9.3. Obrigar-se pelo pagamento das despesas decorrentes da publicação do despacho de inexigibilidade e do extrato do presente contrato.

9.4. Obrigar-se pelo fornecimento de informações e de documentos nos prazos e formas que lhe forem exigidos em face do andamento dos processos de seu interesse, pareceres e solicitações de consultas.

9.5. Administrar e fiscalizar os serviços, nos termos do Contrato, deste Edital e da

JACQUELINE DE PAULA BARBOSA
SOCIEDADE INDIVIDUAL:18985386000101

[illegible]

4

Sede: Pirapora - Av. Montes Claros, 1144 - B. N. Sra. Fátima - CEP 39274-116 - (38) 3741-3734

E-mail: licitacoesammesf@gmail.com - Visite: www.ammesf.org.br

PEDRO
HENRIQUE
SOARES
BRAGA:092460
83660

Assinado de forma
digital por PEDRO
HENRIQUE SOARES
BRAGA;09246083660
Dados: 2021.08.31
09:07:17 -03'00'

Lei 8.666/93.

9.6. Receber os serviços, nos termos de legislação vigente.

9.7. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com o Termo de Referência.

9.8. Preparar e encaminhar os expedientes referentes ao pagamento da execução dos serviços, nos termos deste Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES

10.1. A Contratada estará sujeita às sanções previstas na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Pirapora/MG, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas do presente contrato, que não puderem ser resolvidas pelas partes.

Assim, estando as partes justas e acordadas, firmam as partes o presente instrumento, em (três) vias de igual teor e forma, diante de 02 (duas) testemunhas

Pirapora em 30 de agosto de 2021.

PEDRO HENRIQUE SOARES
BRAGA:09246083660
60
Assinado de forma digital por PEDRO HENRIQUE SOARES
BRAGA:09246083660
Dados: 2021.08.31 09:08:22 -03'00'

CONTRATANTE

Pedro Henrique Soares Braga

JACQUELINE DE PAULA BARBOSA
SOCIEDADE
INDIVIDUAL:18985386000101

Assinado de forma digital por JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL:18985386000101
DN: c=BR, st=MG, o=18985386000101, ou=AC, PRODIGE RFB ou RFB e CNPJAS, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, cn=JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL:18985386000101
Dados: 2021.08.30 17:19:16 -03'00'

CONTRATADA

Jacqueline De Paula Barbosa Sociedade Individual de Advocacia

Testemunhas:

CPF:

CPF: